

JORGE CARVALHO ARROTEIA

LEIRIA E O PINHAL LITORAL:

SISTEMA GEOGRÁFICO E CONTEXTOS
DE DESENVOLVIMENTO



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



JORGE CARVALHO AROTEIA

(Monte Redondo-Leiria : 1947)

Professor Catedrático da Universidade de Aveiro – Grupo 2 : Educação. Além do exercício de funções docentes e de investigação nesta Universidade, foi Pró-Reitor da U. A., Presidente do C.D. do Departamento de Ciências da Educação, coordenador da Área de Sociologia da Educação e Administração Educacional e dos Mestrados nesta área. Autor de vários trabalhos e projectos nacionais e internacionais, em parceria com outras instituições universitárias, no âmbito da Análise Social da Educação, Emigração Portuguesa e Geografia Humana. Co-Fundador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE).

Desempenhou funções no Ministério da Educação: Sub-Director Geral do Ensino Superior e Inspector-Geral da Educação e no Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior: Inspector-Geral da Ciência, Inovação e Ensino Superior. Participou em diversas actividades de coordenação no âmbito da Formação Contínua de Professores (FOCO e CCFCP), da Avaliação do Ensino Superior Politécnico (APESP e CNAVES) e em instituições do Ensino Superior Politécnico, ao nível da gestão administrativa, científica e pedagógica.

JORGE CARVALHO ARROTEIA

LEIRIA E O PINHAL LITORAL: SISTEMA GEOGRÁFICO
E CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO



universidade
de aveiro

JORGE CARVALHO ARROTEIA

LEIRIA E O PINHAL LITORAL:
SISTEMA GEOGRÁFICO
E CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

Centro de Investigação em Educação e Ciências do Comportamento

Título

LEIRIA E O PINHAL LITORAL:
SISTEMA GEOGRÁFICO E CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO

Autor

JORGE CARVALHO ARROTEIA

Capa:

AUGUSTO MOTA

Edição:

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Artes Gráficas e Serviços de PréPress

IMAGENS&LETRAS

Impressão:

TIPOGRAFIA GUERRA

1ª Edição

JANEIRO DE 2009

Tiragem:

300 EXEMPLARES

ISBN

978-989-8153-13-5

Depósito Legal

289639/09

Catálogo recomendada

Arroteia, Jorge de Carvalho, 1947

Leiria e o Pinhal Litoral: Sistema Geográfico e Contextos de Desenvolvimento /
Jorge Carvalho Arroteia. - 1ª ed. - Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008, - 320 Págs
ISBN 978-989-8153-13-5

Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem prévia autorização do Editor.

“Terra onde a História não quis morrer, a Estremadura é no corpo de Portugal a figuração da sua própria alma. Na ondulação do grande Pinhal do Rei, no marulhar das ondas da Nazaré, na ressonância dos passos que percorrem a nave de Alcobaça, no silêncio contido da Batalha, na intimidade do baixo-relevo de Atouguia, na melancolia castelã de Porto de Mós, na graça triangular e cintada de Óbidos ou no sorriso aberto dos horizontes de Palmela, há qualquer coisa de imponderável e profundo que está para além da simples corografia orgânica. Um ázimo pão sobrenatural mora nesses sacrários que a Charola de Tomar sintetiza. E porque foram os artistas os concretizadores e os teólogos da transcendência, é que o jardim nacional dos criadores deveria estender-se do Mondego até ao Sado”.

Miguel Torga – “Portugal”

Índice

Introdução	11
1 - Abertura	12
2 - Apresentação do trabalho.....	15
3 - O tema e o seu aprofundamento.....	20
Capítulo 1 - Marcas da evolução do povoamento na Estremadura	33
1 - A 'Estremadura', como cenário natural	35
2 - Nota sobre a ocupação antiga.....	51
3 - A acção histórica	56
4 - Estruturação da rede de povoamento	66
Capítulo 2 - A divisão territorial: sua relação com os sistemas de poder.....	79
1 - A divisão territorial.....	80
1.1 - De natureza administrativa	80
1.2 - De natureza religiosa.....	95
1.3 - Outras	101
2 - O sistema político (poder central e poder local)	105
Capítulo 3 - Contexto demográfico contemporâneo.....	117
1 - A evolução da população	118
2 - O movimento natural da população.....	124
3 - As migrações	128
3.1 - As migrações internas	134
3.1.1 - Emigração.....	134
3.1.2 - Imigração.....	145
4 - Composição e estrutura da população	152
5 - Distribuição espacial da população.....	160
Capítulo 4 - As actividades da população: sua relação com o meio	167
1 - O meio rural e o aproveitamento das actividades primárias.....	169
2 - Processos e factos da industrialização.....	175
3 - O crescimento do comércio e dos serviços	190

4 – O sector do turismo	195
4.1 – A região de turismo Leiria-Fátima	196
4.2 – Perspectiva regional	204
Capítulo 5 – Contextos de desenvolvimento local	209
1 – Contributo das estruturas produtivas	211
2 – A cidade de Leiria e as suas relações com a periferia.....	218
3 – A evolução da rede urbana litoral e a centralidade de Leiria	238
Capítulo 6 – O contributo do IPL na construção de novos territórios e no desenvolvimento regional	253
1 – Ensino superior politécnico e processos de desenvolvimento.....	254
1.1 – Educação e desenvolvimento.....	254
1.2 – Sobre o ensino superior em Portugal	259
2 – O I. P. Leiria e o desenvolvimento humano da região.....	265
2.1 – Diversidade de aprendizagens.....	267
2.2 - Territorialização e formação de recursos humanos.....	268
2.3 - Re-socialização de saberes	271
2.4 - Difusão do conhecimento e da inovação	273
3 – A emergência do “poder do conhecimento”	278
Remate: O ‘poliedro’ de desenvolvimento da sub-região litoral	287

O autor agradece à MBV Design a autorização para a publicação da Figura 27 e dos Anexos 1, 2, 3 e 4, bem como aos autores das obras citadas, de onde foram retiradas outras imagens. Agradece ainda ao Dr. Augusto Mota a composição e imagem da capa.

Aos familiares e amigos

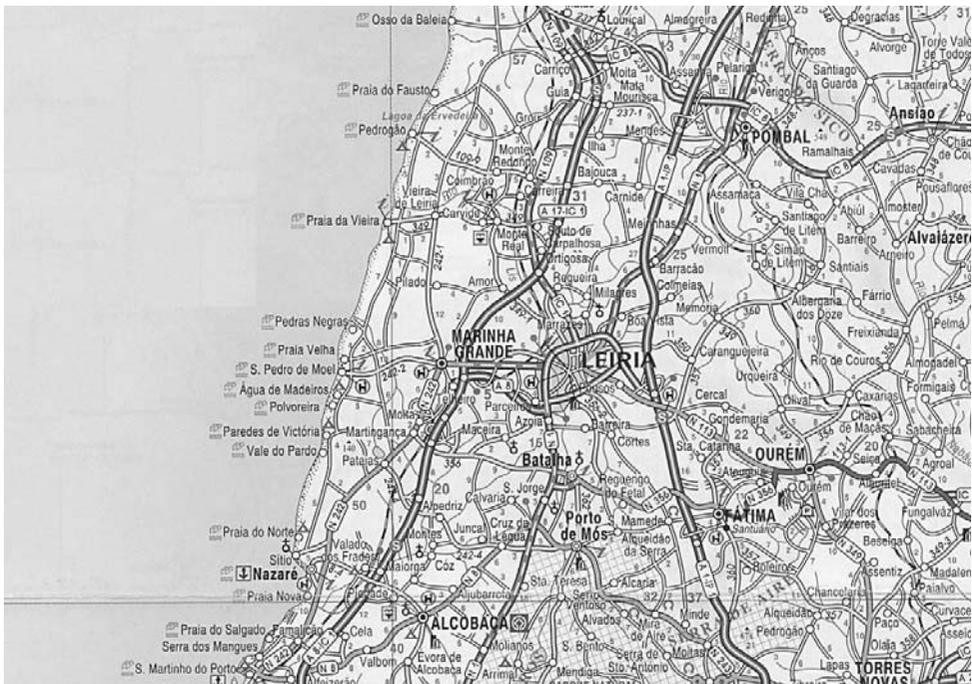
Que comigo partilharam os trilhos de 'Pastor Peregrino'¹



¹ Evocação ao livro de Francisco Rodrigues Lobo, “Pastor Peregrino” lembrado na estátua colocada no Jardim Municipal de Leiria, que simboliza a “figura pastoril que nos romances bucólicos de Rodrigues Lobo representa o próprio poeta”, segundo refere a inscrição, na base deste monumento.



Figura 1 – Mapa da região²



Escala: 1/600.000

Fonte: Expresso, 2008

² Por razões de composição do texto, transcreve-se este mapa na sua escala real. Os demais, embora podendo incluir a respectiva escala, podem ter sido trabalhados pelo que se sugere a sua comparação com a escala da Figura 1.

Introdução

*“Mais vale ouvir a reprimenda de um sábio do que a
cantilena dos insensatos”
(Eclesiastes, 7,5)*

1 – Abertura

A preparação de um estudo de natureza “corográfica”, centrado em Leiria e abrangendo os municípios vizinhos, é o resultado de um lento e progressivo labor que tem as suas raízes no tempo em que, como aluno do Liceu Rodrigues Lobo (Liceu Nacional de Leiria) e, mais tarde, durante a frequência da Licenciatura em Geografia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1966-1972), iniciámos a aprendizagem dos fenómenos geográficos de natureza humana e regional. Para isso contribuíram as aulas de vários Professores³ com quem aprendemos a natureza, os conceitos e o rigor dos métodos de análise dos fenómenos de natureza geográfica que lhe estão associados.

Ao tempo, esta formação académica foi apoiada pela participação em diversas actividades promovidas pelo Centro de Estudos Geográficos (CEG), nomeadamente visitas de campo e conferências⁴, que nos permitiram beneficiar da aprendizagem permanente e do incentivo à investigação, dominantes nesse espaço cívico e de convívio entre professores, investigadores, técnicos e colegas do mesmo curso. O interesse por esta ciência manteve-se constante e foi determinante para que no termo de uma intensa carreira profissional, tenhamos tido oportunidade para concluir esse trabalho.

Afirmar as razões desta decisão obriga-nos a valorizar a riqueza das formações complementares que tivemos de aprofundar noutras áreas das ciências sociais em temas comuns à Geografia Humana, através de leituras e de outras pesquisas que incidiram, de forma particular, na população portuguesa. Para tanto contribuíram as reflexões que partilhámos com Professores de outras Universidades que nos abriram as portas para a compreensão e a leitura dos fenómenos humanos e sociais à luz de diversas perspectivas, sobretudo de natureza sociológica e para a reflexão dos fenómenos demográficos, na sua relação com a Geografia. Assim e por via da investigação desenvolvida sobre a emigração portuguesa, beneficiámos de novos ensinamentos, do convívio pessoal e da leitura de obras de Professores nacionais⁵ e estrangeiros, sobretudo da Universidade de Paris IV e da Universidade

³ Nomeadamente as do Professor Doutor Orlando Ribeiro, bem como de outros Professores e Assistentes.

⁴ Bem como o exercício de “Monitor” da disciplina de “Geografia Física I”, sob a orientação dos Srs. Professores Doutores, Ilídio do Amaral e Carminda Cavaco.

⁵ Destacamos os Professores: Doutor Adriano D. Rodrigues, J. Manuel Pantoja Nazareth e V. Magalhães Godinho (Fac. Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa), da Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade (Instituto Português de Ensino à Distância, hoje Universidade Aberta) e dos Doutores: António Teixeira Fernandes e Fernando de Sousa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

de Lyon⁶, a quem devemos a compreensão de certos fenómenos societários e a sua inclusão no léxico dos conceitos geográficos.

Estes interesses científicos foram aprofundados em seminários e em trabalhos de investigação desenvolvidas pelo CARFIP/Universidade de Poitiers⁷ e, sobretudo pelo CENPA/Bordeaux⁸ relacionados, nomeadamente, com a “*Emigração portuguesa na Aquitânia*” e a “*Articulation des territoires*”, nos quais tivemos oportunidade de participar. Outros, decorreram da prestação de provas académicas⁹ ou da participação em projectos de investigação.

Importa salientar como estas participações nos permitiram reforçar o interesse e a riqueza das diferentes perspectivas, orientações e aprendizagens adquiridas neste percurso de formação ao longo da vida e de investigação continuada, relacionadas com o espaço, a população (e os seus movimentos), os sistemas de ensino e a sociedade. Em simultâneo, atestam a afirmação de Paul Claval (2001, p. 217), de que “*les idées germent souvent à l’occasion de lectures en marge de la discipline*” e através da reflexão conjunta e partilhada, entre investigadores com formação e experiência diversificadas. Mais ainda, comprovam através do envolvimento de diferentes “actores”, que não só os académicos e técnicos especializados, como a investigação “*não é apenas um domínio dos cientistas, é um domínio de artífices e de artistas, de todos os que estudam e interpretam*” (STAKE, 2007, p. 113).

Tomando como referência a obra de diversos autores e tendo consciência da evolução do pensamento geográfico preocupado, cada vez mais, com os temas relacionados com a organização do espaço e da própria sociedade - donde se realçam os fenómenos sobre o território, entendido como um espaço marcado por “*les pratiques, les représentations et les vécus humains à un moment de l’histoire*” (BAILLY, BÉGUIN, 1996, p. 16) - fomos prosseguindo este projecto e estudo¹⁰, que incide sobre o território, a população, o povoamento e os contextos de desenvolvimento do município de Leiria e dos

⁶ Respectivamente, Professores Doutores: Pierre George, J. P. Lozato-Giotart e Yves Leloup.

⁷ Da responsabilidade dos Professores: Doutor José Alves, Doutor François Marchessou e Doutor Gildas Simon.

⁸ Coordenado pelo Doutor François Guichard, Investigador responsável por diversos projectos científicos, em França e em Portugal. Neles colaboraram outros Professores do CESURB (Universidade de Bordeaux III), bem com da Universidade de Léon, estes sob orientação do Professor Lorenzo López-Trigal.

⁹ De Doutoramento, em Ciências Sociais, em que foi defendida a tese: “*Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*” e o Projecto de Investigação: “*O espaço migratório luxemburguês*” (1983) e da realização das provas de Agregação, no mesmo domínio científico, em que foi discutido o programa da disciplina de “*Sociologia das Migrações*” e o conteúdo da aula “*Ensaio Tipológico dos movimentos migratórios portugueses*” (1986), ambas na Universidade de Aveiro.

¹⁰ Parcialmente tratado em: “*LEIRENA - ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria*”, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2002.

concelhos vizinhos, que com ele integram o Pinhal Litoral e ocupam o mosaico físico e humano que vai do Atlântico ao maciço calcário litoral e da marinha do Baixo Mondego, aos limites da bacia do Lis. Trata-se de um espaço geograficamente multifacetado e com heranças comuns de natureza histórica e social que lhe dão unidade e memória de um povoamento antigo, marcado por vicissitudes relacionadas com a evolução marítima da sua costa e de uma ocupação humana muito antiga com vestígios de diferentes civilizações.

No centro deste território cresceu o “burgo” de Leiria, que depois da fundação do reino de Portugal dominou o território circundante e a partir do qual se foram constituindo grande parte das paróquias (freguesias), que hoje pertencem aos municípios mais próximos. No seu conjunto, regista-se uma identidade geográfica do espaço circundante a este centro, que partilha traços comuns da mesma pertença física, humana e cultural.

O conhecimento desta área litoral foi-se aprofundando através de diversos estudos¹¹ que vieram a permitir conhecer o cenário geográfico de povoações da orla centro-litoral do país, situadas na área de transição entre o “*Portugal Atlântico*” e o “*Portugal Mediterrânico*” (RIBEIRO, 1967), de que a bacia hidrográfica do Lis serve de charneira. Com a sua origem e feição próprias, os principais núcleos de povoamento aí sedeados desempenharam um papel de destaque na construção da memória identitária deste território. Memória, esta, assente:

- no espaço geográfico, entendido como “*un champ d’action constitué de distances, de surfaces et d’énergie susceptibles d’influencer la transmission des informations*” (BAILLY, BEGUIN, 1996, p. 16) –, localizado na mesma unidade estrutural, a Orla Sedimentar Ocidental;

- no espaço histórico, sujeito a fenómenos históricos gerais, da mesma natureza, determinados pelo fenómeno da Reconquista e pela ocupação e valorização humana posteriores (RIBEIRO, 1967, pp. 136-143);

- no espaço cultural, referenciado por um conjunto de práticas, de valores e de aprendizagens relacionadas com a evolução e as mudanças sociais que acompanham a marcha civilizacional em curso.

Memória reforçada, ainda, na observação, descrição e compreensão de uma combinação de factores geográficos e ambientais, que acompanham os traços de homogeneidade fundada nas condições de vida e de existência da sua população e na estrutura social dominante. Apoiámos esta escolha na identificação de “*a familiar place, where we know the lay of the land, the traits of the people and their*

¹¹ ARROTEIA, 1972,1983, 1999, 2000 e 2002

resources, needs and problems”¹² (MINSHULL, 1967, p. 66). Assim como outros habitantes que nos antecederam, aqui vivemos as transformações operadas pela evolução do povoamento e da industrialização-urbanização partilhando memórias colectivas, vivências singulares, iniciativas diferenciadas e fenómenos sociais aparentados, que as marcas da mudança social actual têm vindo a alterar.

Os traços que acabamos por referir serviram de bússola a esta pesquisa. Para tanto recorreremos a diversos autores, sobretudo a geógrafos (RIBEIRO. 1955, GIRÃO. 1941, MARTINS. 1949, LAUTENSCH. 1967, GASPAS. 1993), e autores de outras formações, buscando no acervo científico a que tivemos acesso as notas mais relevantes, sobretudo de natureza física, humana e histórica, relacionadas com esta área. A consulta das obras destes autores, bem como a leitura de outros contributos monográficos incentivaram-nos a aprofundar o conhecimento desta *“nesga do território, debruada pelo mar”* (TORGA, 1993), enquadrada pelo maciço calcário do litoral conhecido, a sul do paralelo de Leiria, pela designação de *“maciço calcáreo estremenho”* (MARTINS, 1949) e que domina a ossatura dessas formações de natureza sedimentar.

2 - Apresentação do trabalho

O estudo actual, no domínio da Geografia Humana, no sentido que Orlando Ribeiro (1973-1974, G.H.2) lhe atribuiu, ou seja, *“como parte integrante da Geografia e não como disciplina autónoma ou como ramo das Ciências Sociais”*. De acordo, ainda, com este autor, *“a Geografia estuda o conjunto dos fenómenos naturais e humanos que constituem aspectos da superfície da Terra, considerados na sua distribuição e relações recíprocas”*, o que faz com que esta ciência tenha em conta a sua localização e distribuição e assuma uma atitude *“corológica e relacional”* (Op. cit., p. 2). Neste sentido, *“o seu objecto é a compreensão do espaço, do modo como nele se organizam e interferem elementos naturais e humanos”* sendo que, no dizer do mesmo autor (Loc.cit.), *“esse arranjo constitui, ao mesmo tempo, o quadro e o conteúdo de qualquer porção individualizada da superfície terrestre”*. Tem como centro *“o homem como componente da paisagem, chamando paisagem à fisionomia exterior das regiões”* (RIBEIRO, 1960, p. 65).

Tendo presente a evolução do pensamento geográfico e o entendimento de que compete à ciência esforçar-se *“para construir um entendimento universal”* (STAKE, 2007, p. 117), seguimos outras orientações, sugeridas por Claval (2001, p. 140 e

¹² Definição proposta por: “The American Society of Planning Officials”

segs), em que chama a atenção para o facto de *“les structures spatiales que l’observation met en évidence suscitent de nombreuses interprétations. Certains estiment que les configurations visibles dans le paysage reflètent l’existence de structures plus profondes : ils évoquent le poids de l’environnement ou celui des déterminations ethniques. D’autres optent pour une approche fonctionnelle »*.

Embora reconhecendo a importância de diferentes tipos de estruturas físicas e humanas que orientam a leitura do espaço, damos ao homem o papel que lhe cabe, enquanto actor geográfico, responsável pelas dinâmicas territoriais e sociais que se geram num território, entre territórios vizinhos e a longa distância. É o “actor” principal das relações espaciais, entre o centro e a periferia, entre regiões vizinhas (por difusão), e a longa distância (através de canais de informação), que marcam a vida dos nossos dias.

Mais uma palavra sobre a origem deste trabalho. Justifica-se, ainda, pela oportunidade de leccionação, na Universidade de Aveiro, de matérias relacionadas com a Geografia Humana e a Geografia de Portugal. Ao fazê-lo, seguimos o pensamento de Ribeiro (1964, p. 24), quando defende que *“só o professor iniciado nos métodos críticos e de pesquisa pode ministrar um ensino concebido deste modo”*.

Tendo presente esta reflexão temos procurado alicerçar o ensino de matérias no âmbito das ciências sociais em estudos de diferente natureza que têm procurado analisar as questões do desenvolvimento local e regional, na sua relação com os fenómenos geográficos, culturais e o nosso sistema social. Trata-se de uma relação complexa, nem sempre bem entendida, mas que se justifica tendo presente a necessidade da *“construção conjunta dos territórios”* (U.G.I., 2007)¹³, a sua articulação e a apreciação holística e global dos diversos fenómenos geográficos e sociais, nomeadamente os de natureza cultural, associados à representação do espaço e das práticas que daí resultam (BAILLY, FERRAS, 1997).

Estes aspectos conjugaram-se com a evocação de memórias individuais que nos permitem a construção da *“geografia das representações do espaço, da territorialidade e da identidade”* (CLAVAL, 2001, p. 42), centrada nos territórios da bacia alargada do *“fermoso rio Lis”*¹⁴ (F. Rodrigues Lobo) e do ‘Pinhal de Leiria’, assim evocado por Afonso Lopes Vieira¹⁵:

¹³ Tema do 31º Congresso da União Geográfica Internacional (U.G.I.), Tunis, 2008

¹⁴ *“Fermoso rio Liz, que entre arvoredos / ides detendo as águas vagarosas, / até que umas sobre outras de invejosas / ficam cobrindo o vão destes penedos (...)”* – Francisco Rodrigues Lobo

¹⁵ Afonso Lopes Vieira – *“Pinhal do Rei”*.

*“Encantado jardim da minha infância,
aonde a minh’alma aprendeu
A música do Longe e o ritmo da distância
que a tua voz marítima lhe deu; (...)”*

As paisagens familiares do espaço evocado no brasão de armas de Leiria, com o seu castelo e pinhal, os limites de sociabilidades e de relação em seu redor, bem como as representações sociais (entendidas, como imagens da realidade – BAILLY, BEGUIN, 1996, p. 26), construídas durante décadas de uma vivência neste território, particularmente durante a infância e juventude, foram determinantes para a construção da uma *“identidade social”*¹⁶, que continua a exercer um forte poder de atracção sobre ‘Pinhal do Rei’, assim cantado por Afonso Lopes Vieira¹⁷:

*“Catedral verde e sussurrante, aonde
a luz se ameiga e se esconde
e aonde ecoando a cantar
se alonga e prolonga a longa voz do mar,
ditoso o “Lavrador” que a seu contento
Por suas mãos semeou este jardim:
ditoso o Poeta que lançou ao vento
esta canção sem fim (...)”*

A identidade geográfica e as memórias do território *“leirenense”* – *“geograficamente mais abrangente do que o de ‘leiriense”* - (GOMES, 2007, p. 29), situam-se na “Estremadura”, região ora entendida como uma *“área cultural”* (CLAVAL, 1987), definida como um espaço alargado, ocupada por uma sociedade e um tipo de civilização decorrente de um processo histórico de ocupação humana, de domínio de conhecimentos e de técnicas e da sua aplicação e difusão, num cenário que se estende das faldas do maciço calcário à planície sedimentar litoral.

Este entendimento vai ao encontro do preconizado por Ribeiro Telles¹⁸ (1988, p. 187, in: SANTOS, 1988), quando entende a *“região”*, como *“um factor geográfico e cultural”*, como *“áreas geográficas definidas por condicionalismos mesolíticos e*

¹⁶ Como assinalam MENDRAS, FORSÉ (1983, p. 67), o sentido desta identidade social, segue a linha de pensamento de Odile Benoît-Guilbot: *“cette image de soi et d’autrui qui se situe dans les rapports avec les autres, qui permet de se classer et de classer autrui dans les groupes ... dans lesquels s’effectuent ces rapports”*.

¹⁷ Afonso Lopes Vieira – *“Ilha de Bruma”* (Poema)

¹⁸ A região natural como base da regionalização”, pp. 187-189

biológicos que se inter-relacionam intimamente com as realidades culturais, sociais e económicas, consequências da humanização do território” (Op. cit., p. 188).

A nossa vivência pessoal deixou-nos traços de uma herança pessoal e colectiva – entendida como *“tudo o que é herdado do passado”* (GEORGE et al., 1966, p. 29) – e que realçamos na descrição do *“complexo histórico-geográfico”* (V. M. Godinho) deste estudo, que prossegue a reflexão de Ribeiro (1970.b, p. 56) e o seu conceito de Ciência: *“toda a forma organizada de conhecimento racional, seja qual for o objecto a que se aplique”*. Conhecimento este, construído a partir da dimensão, rigor e estrutura do trabalho de investigação (Op. cit., p. 68); da utilização de metodologia adequada que permite compreender a *“natureza específica do homem: a vida em sociedade e o poder criador”* (Op. cit., p. 43), como elemento e agente modelador do meio em que vive e de novos contributos da Geografia, valorizando a sua unidade e diversidade (GASPAR – *“Nota de Apresentação”*. in: CLAVAL, 1987, XI), no confronto com as outras ciências.

Procuramos seguir estes procedimentos na sua configuração e aprofundamento, nas fontes e na interpretação das situações que analisamos. Por isso este estudo segue uma linha de construção teórica assente em diversas referências bibliográficas e na interpretação de elementos recolhidos; prossegue técnicas de investigação documental e apresenta leituras distintas baseadas em obras de diversos autores. Realçamos, contudo, que estas leituras assentam numa linha de orientação do pensamento geográfico que podemos definir como *“clássica”*, preponderante ainda em estudos de diferente natureza durante a segunda metade de Novecentos e inspirada nos ensinamentos da *“Escola”* de Geografia de Lisboa e na obra do Professor Orlando Ribeiro e de outros autores seus contemporâneos.

Com esta postura assumimos o risco de uma leitura *“ecológica”* de compreensão do meio ambiente a qual, no dizer de Ribeiro (1970, p. 104), é *“necessariamente determinista”*. A propósito desta orientação recorre o autor (RIBEIRO, 1972-1973, G.H. 2, p. 2) a Gourou, quando este afirma ser o espaço natural *“o suporte, e muitas vezes a condição, dos elementos humanos”*.

Aceitando, embora, este contributo, a leitura que ora fazemos dos fenómenos geográficos e sociais nesta área assenta numa outra perspectiva baseada numa *“atitude corológica”* a qual, no dizer do referido autor (RIBEIRO, 1970, p. 104), *“tem o seu ponto de partida na observação e procura, através do pensar e do sentir dos homens, alguma coisa da explicação do espaço que a presença deles modela e anima”*. Mais ainda, tende para uma reflexão baseada em *“nexos ou interacções”* colocadas pela natureza ao homem e na sua capacidade de os superar sendo que, como *“ciência evolutiva”*, a

Geografia estuda os fenómenos que “decorrem e se transformam no tempo, embora com ritmos diversos” (RIBEIRO, 1972-1973, G.H. 2, p. 3).

Estas reflexões confirmam a actualidade de outros conceitos, tais como o de espaço “vidaliano” (porque definido por fronteiras determinadas), difícil de precisar hoje em dia dada a fluidez dos espaços actuais, sobretudo os que assentam nos laços de proximidade, de vizinhança e de relação, que põem em causa a sua concepção unidimensional e a certeza de alguns postulados assentes na identificação de modelos de organização espacial e de relações humanas e territoriais. Ainda que não sigamos totalmente esta perspectiva, estamos conscientes da sua validade e interesse em trabalhos relacionados com o estudo “de l’organisation de l’espace et des pratiques qui en résultent” (BAILLY, BEGUIN, 1996, p. 36).

Entendemos que a construção do conhecimento científico evidenciando, embora, diferentes etapas da sua evolução, não pode abarcar todas as orientações e preferências, nem renegar o seu passado, sob pena de não estar certo do devir que se vai construindo com o contributo dos que se empenham no ofício de geógrafo.

Como fez notar George (1972, p. 11), do levantamento das situações complexas, ou seja, “des rapports de forces comportant des tendances évolutives entre lesquelles, à chaque moment, il y a possibilité d’option, de décision préférentielle, qui donnent l’avantage à l’une ou l’autre tendance”, ressalta um dos seus traços fundamentais, a “recherche d’information pour l’action politique, tandis que les autres sciences humaines contribuent à montrer pour quelles raisons ou dans quelle mesure l’hes choix apparemment possibles sont accessibles dans le moment présent” (Loc. cit.). Contudo o devir desta ciência mantém, apesar da aproximação dos “grandes conjuntos de usos e de ideias a que é costume chamar ‘civilizações’ (...) produto do espírito humano” (RIBEIRO, 1970, p. 122), hoje marcadas pelos fenómenos de “transnacionalização”¹⁹ e de “globalização”²⁰, a necessidade da “precedência da reflexão sobre a acção” (Op. cit., p. 135).

¹⁹ Para BAUD, BOURGEAT, BRAS (1997, p. 203), “Transnationalisation”, qui désigne une politique de conquête des marchés par les multinationales qui cherchent à s’établir sur les les trois principaux marchés de la Triade: Union européenne, États Unis et Japon”.

²⁰ Os mesmos autores (Loc. cit.), entendem a “globalisation, qui constitue l’étape ultime de la mondialisation industrielle avec un marché planétaire, une stratégie mondiale et des réseaux d’information et de communication qui ignorent les frontières”.

3 - O tema e o seu aprofundamento

As notas anteriores justificam a escolha do tema: “Leiria e o Pinhal Litoral: sistema geográfico e contextos de desenvolvimento”. A questão fundamental aqui tratada releva da relação “centro-periferia” (STAKE, 2007, p. 33), associada ao sistema geográfico e aos contextos determinados pela evolução e crescimento da cidade de Leiria e das actividades humanas em seu redor, na sua relação com o espaço e os habitantes residentes no Pinhal Litoral. Assim:

- incide na análise do território – urbano, municipal, supra-municipal – na sua evolução e desenvolvimento, associado a funções diversas, principalmente as de administração que Leiria tem vindo a exercer no contexto de uma “*região geográfica ou natural*”, ou seja, num espaço que regista “*une phisionomie d’ensemble bien définie*” (RIBEIRO, 1995.VI, p. 35). Nele procuramos conhecer o processo de construção do burgo leiriense e do espaço circundante, o povoamento, a evolução dos habitantes e das suas actividades e os contextos de desenvolvimento (geográfico, histórico, sócio-económico e cultural) que se sucederam ao longo do tempo, chamando a atenção para a diversidade dos limites territoriais afectos aos centros de “poder” sedeados nesta cidade. As dimensões de análise acima referidas estão interligadas entre si correspondendo a diferentes etapas de um processo de construção territorial, humano e civilizacional, dependente dos seus contextos, dos seus actores e da sua acção;

- considera o fenómeno recente relacionado com o exercício de novos “sistemas de poder”, associados ao desempenho do ensino superior politécnico público, representado pelo Instituto Politécnico de Leiria e pelas suas escolas, localizadas em diversas cidades do distrito. Com o seu contributo para o desenvolvimento local e regional, sobretudo na formação dos recursos humanos e cooperação institucional, o I.P.L. tem vindo a promover o alargamento da sua área de influência (recrutamento de alunos e de ligação à sociedade), alicerçando a sua acção através de diferentes relações societárias e próximas do poder de conhecimento (CLAVAL, 1987). Estas preocupações têm presente a reflexão de C. Raffestin (1982 - in: BAILLY, FERRAS, 1997, p. 120) de que, “*L’espace est un enjeu du pouvoir, tandis que le territoire est un produit du pouvoir*”.

Importa precisar alguns conceitos:

-“*sistema*”, adoptamos o conceito defendido por Bailly e Ferras (Op. cit., p. 104), que consideram que, “*l’espace géographique est façonné, composé et recomposé par les systèmes spatiaux qui sont des systèmes vivants, qui échangent avec leur environnement, pris au sens le plus large* ». Pela sua ligação aos fenómenos de

natureza histórica, estamos igualmente próximos de V. M. Godinho²¹ (PHILIPONNEAU, 1964, p. 14) quando realça o significado dos “*complexos histórico-geográficos*” e da sua importância na compreensão do nosso passado;

- “*sistema geográfico*”, adoptamos o conceito de Baud, Bourgeat, Bras (1997, p. 254), “*pour designer un espace marqué par une certaine cohérence des éléments qui le constituent et qui formeraient un tout uni par des relations fonctionnelles étroites*». Ora, sendo a Geografia uma das ciências que também contribui para conhecer a “*crosta exterior da sociedade*”, concordamos com Gurvitch (1979, p. 17), quando afirma que todas as suas “*camadas em profundidade interpenetram-se, formam um conjunto indissociável - os ‘fenómenos sociais totais’*” (Loc. cit.). Precisamos, referindo que os “*fenómenos sociais totais*” são entendidos por este autor (Op. cit., p. 27), como “*totalidades reais em marcha, em movimento permanente (...), o elemento vulcânico da realidade social, a origem das erupções desta*”.

- “*desenvolvimento*,” entendemos o conjunto de processos conducentes ao crescimento económico, à sua repartição equitativa, à melhoria das condições de vida da população e à mudança das estruturas da sociedade (BAUD, BOURGEAT, BRAS, 1997, p. 75), resultante de diferentes iniciativas locais e de acções concretas levadas a cabo pelo poder central, pelos municípios ou por cidadãos, traduzidos em investimentos directos e indirectos com o intuito de criar riqueza e/ou melhorar as condições de vida dos habitantes;

- “*território*”, o espaço físico e social, apropriado por uma população (Op. cit., 1997, p. 129), onde se inscrevem marcas humanas na sua paisagem e o cenário onde se desenham as interacções pessoais e societárias, as dependências e os fluxos humanos que o animam. Tal entendimento está explícito na referida obra de Bailly, Ferras (1997, p. 120), quando consideram que “*le territoire renvoie à une aire d’extension spatiale, un pouvoir, une centration matérialisée sur un support spatial en mailles, noeuds et réseaux*”, um produto do “*poder*”, como acrescentam ainda estes autores (Loc. cit.), com base nos trabalhos de Raffestin (1982).

Parafraseando Baud, Bourgeat, Bras (1997, p. 130), os seus habitantes têm “*une mémoire, mais aussi une pratique, une représentation de cet espace*”, obra humana e que pode ser ou não coincidente com uma unidade natural ou histórica. Com exemplo concreto, referimos as autarquias e o “*poder local*”, com domínios precisos da sua actuação, limitada por fronteiras de natureza política;

- “*povoamento*”, a distribuição da população no espaço a qual, de acordo com os supra-citados autores (Op. cit., p. 286), deve ser apreciado com base no

²¹ “Geografia e Geografia Aplicada”. pp. 9-16

conjunto dos núcleos articulados e dependentes entre si, na rede dos pequenos casais e dos aglomerados de maiores dimensões ou seja, nas características gerais da ocupação do território pelos seus habitantes.

No nosso caso o povoamento constitui-se em torno das praças fortes, da Sé, das Igrejas e dos conventos, bem como de outras entidades que conduziram ao arroteamento da terra e à fixação de grupos humanos socialmente organizados, responsáveis pelo crescimento das actividades produtivas, pelos movimentos da população, pela industrialização e urbanização, bem como pela evolução recente do comércio e dos serviços.

- “poder”, tal como Birou (1978, p. 305), entendemos este como *“qualquer força ou autoridade individual ou colectiva capaz de submeter as outras, de as fazer obedecer ou de conciliar a sua vontade”*, associada à “coacção” a qual, para Gurvitch (1979, p. 401), *“implica sanções jurídicas, quer dizer medidas precisas, mais ou menos previstas de antemão, tomadas para com o delinquente”*. Prossegue o mesmo autor (Op. cit., p. 402), referindo que *“são de preferência os agrupamentos de localidade fundados sobre a vizinhança que têm tendência para exercer uma coacção incondicionada, ao passo que os agrupamentos de actividade económica ou não lucrativa, e também, em princípio pelo menos, os agrupamentos místico-estáticos, tendem à coacção somente condicional”*.

Estamos a pensar no poder estruturado, organizado e exercido sobre o indivíduo (e grupos de indivíduos), em espaços alargados ou em unidades mais reduzidas de um mesmo território. A delimitação destes espaços está associada ao traçado de fronteiras físicas (naturais), administrativas e até mentais, sugerindo novos mapas reais e virtuais de vivência e representação, de acordo com os níveis de desenvolvimento. Afirmar ainda este autor (Op. cit., p. 404) que a *“coesão das manifestações de sociabilidade”* entre os indivíduos que partilham entre si projectos em comum ou que vivem as mesmas manifestações de “coacção” (condicional e incondicional), estão na origem da construção de “agrupamentos” particulares (de carácter autoritário ou democrático), dependentes de dois factores (Loc. cit.), *“um destes factores é a relação da estrutura e da organização do grupo com o seu fenómeno social total”*; o segundo *“é o carácter místico ou racional do poder que se destaca do grupo”* (Op. cit., p. 405).

A este respeito, Gazeneuve e Victoroff (1982, p. 474), afirmam que *“o sistema político é (...) encarado como um conjunto de comportamentos e de inter-relações cujas transacções com o meio²² importa apreciar”*. Nesta perspectiva e seguindo as orientações e afirmações de Fernandes (1988, p. 116), de que estando o sistema

²² Meio físico, biológico, social e psicológico

de poder inserido na sociedade global, “*actua num dado meio ambiente, adaptando-se a ele através de processos de reequilíbrio contínuos*”.

Tendo como exemplo as funções do ensino superior tomamos este território sobre o qual as escolas exercem poder de atracção sobre a população escolar, a qual tem vindo a alargar-se por via da intensificação da vida de relação e da mobilidade humana e, também, por acção de outros factores relacionados com a “difusão” da informação. Esta perspectiva abona a favor da leitura dinâmica do território e dos fenómenos geográficos que lhe estão associados, configurando esta postura uma apreciação mais complexa que, a ser devidamente entendida, deve merecer uma leitura multifacetada e integradora, onde se incluam saberes geográficos de diferentes teor.

A alusão aos aspectos naturais e históricos permite uma primeira análise da área em estudo, atravessada pela bacia do Lis. Devemos notar que esta “bacia hidrográfica”, embora com dimensão suficiente para ser objecto de diferentes intervenções, tal como as que foram realizadas no âmbito do plano de obras de defesa, enxugo e rega do vale do rio Lis²³, esbate-se numa apreciação mais lata das bacias hidrográficas vizinhas do Mondego e do Tejo. Serve esta referência para evidenciar que o território tem uma dimensão variável e um traçado fluido em que as fronteiras rígidas servem especialmente os propósitos de natureza administrativa e/ou política.

Apesar destas dificuldades pretendemos tratar de aspectos distintos relacionados com a formação do território centrado na cidade de Leiria, a sua evolução e desenvolvimento. Inclui-se neste cenário o espaço urbano e municipal²⁴ (ARROTEIA, 2002) e, ainda, a área contígua pertencente aos concelhos vizinhos que fazem parte da Associação de Municípios de Leiria, correspondente à NUTIII – Pinhal Litoral, integrados na unidade administrativa mais ampla, o distrito de Leiria.

Dada a diversidade física e humana do território ocupado pelo Distrito²⁵ não nos debruçamos sobre ele, embora venhamos a recordar algumas das suas características e indicadores a propósito da sua identificação física e características humanas. Esta apreciação engloba, portanto, o espaço edificado pelo homem e em construção, assente no poder do conhecimento e inovação. Tal preocupação tem presente o “*conhecimento do local, que o homem habita*” e que “*deve preceder ao*

²³ Inauguradas em 1957 e assinaladas, em monumento alusivo, colocado junto do leito do rio Lis, próximo da entrada Nascente, de Monte Real.

²⁴ À data, tendo como Presidente, a Dra. Isabel Damasceno de Campos

²⁵ O que nos leva a inserir alguns cartogramas recentes, divulgados no “site” do Governo Civil de Leiria, que tem como Governador, o Professor Doutor José Humberto Santos Paiva de Carvalho.

do mesmo homem” (VASCONCELOS, 1980, p. 3), com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos fenómenos humanos e regionais.

Estas afirmações servem de pretexto para o conhecimento histórico do povoamento da área em estudo. De facto, sendo a Geografia “*uma encruzilhada de ciências*” (RIBEIRO, 1970, p. 70), o conhecimento das condições naturais, das condições demográficas relacionadas com a população e os seus movimentos, das condições económicas que acompanham as fases da sua evolução e das condições sócio-culturais que assinalam os contrastes e as oportunidades do seu desenvolvimento, beneficiam do contributo de outras ciências, fontes e metodologias de análise.

Como assinala Claval (1987, p. 3), “*os factos não se encontram todos dispostos na realidade, são isolados, definidos e reconhecidos pelo investigador cuja opinião é tanto mais válida quanto mais sólidos forem os seus conhecimentos*”. Daí, a nossa preocupação em proceder a esta análise, animados por duas preocupações fundamentais:

- aprofundar os aspectos relacionados com enquadramento teórico e a leitura dos fenómenos geográficos associados à formação (ou construção) do território, do povoamento, da memória, da “herança” (GEORGE et al., 1966, p. 29) histórica e colectiva desta área;

- conhecer a população, os seus movimentos e actividades, bem como a “acção” (GEORGE. 1966, PHILIPONEAU. 1964, RIBEIRO. 1970, GASPAS. 1972, LACOSTE.1976) de diversos “actores”, na construção do povoamento e dos contextos de desenvolvimento.

Como acontece com a História, ou mesmo em Economia, onde o registo de determinados fenómenos sugere a ocorrência de “ciclos” periódicos na sua manifestação, os relatos do povoamento permitem traçar um ‘continuum’ dependente da evolução da população, da utilização do meio e dos seus recursos. Por isso, o tratamento destes dados ou informação, tem em conta uma reflexão mais alargada sobre a essência dos problemas espaciais, sociais e humanos, que garantem à Geografia Humana o estudo das paisagens e das suas marcas humanas, aliadas aos fenómenos sociais, aos seus limites e extensão.

Incidindo a nossa atenção sobre o território, a sua evolução no tempo, o quantitativo de habitantes, a sua distribuição no espaço, os contextos do desenvolvimento local em torno de Leiria e dos municípios vizinhos, nem sempre o podemos fazer de forma sequencial e por isso escolhemos fontes, situações e períodos que entendemos serem relevantes para a melhor compreensão do nosso propósito. Este, compreende a construção do território como espaço alargado de relações

humanas, na sua ligação com os recursos naturais e as condições culturais e sociais propiciadoras da construção de novos espaços (territórios). Em todo o caso não pretendemos definir as fronteiras ou limites desses novos espaços, já estabelecidos ou em construção. E os exemplos que apresentamos sobre estes assuntos, recolhidos de outras obras e autores, referem situações distintas e traçados que nos ajudam a compreender a fluidez de determinadas fronteiras, sobretudo as relacionadas com a mobilidade e o espaço de relação e de comunicação.

Por razões que se prendem com a elaboração de duas monografias anteriores (ARROTEIA, 2000 e ARROTEIA, 2002), e aprofundando partes do texto deste último trabalho, decidimos centrar esta análise no espaço da NUTIII do Pinhal Litoral, unidade territorial que situamos, de acordo com O. Ribeiro (1955 e 1967), na “Estremadura”²⁶ marítima, não obstante outras propostas sobre a sua ligação à Beira Litoral. Consideramos três exemplos:

- Barros Gomes (1878. in: RIBEIRO.VI, 1995, p. 164), considera ser a Beira Litoral, “*Sub-plana, abrangendo os extensos campos do Vouga, do Mondego, do Liz, e os maiores areais da beira-mar; muito costeira, adjacente a terras altas*”;

- Manique e Albuquerque (1961, p. 7), considera a bacia do Lis, conjuntamente com as bacias do Vouga e do Mondego, situadas na “*penepalanície da Orla cenozoica e quaternária*”, “*toda ela bafejada pelas brisas do Atlântico*”, como fazendo parte da Beira Litoral, dominada por uma “*paisagem agrária diversificada em função do mosaico geopedológico, no qual sobressaem, como parcelas principais, a Marinha das dunas e a Gandara terciária, que o pinhal bravo em matas compactas valoriza*”;

- Gaspar (1993, p. 15), aceitando a oscilação das fronteiras ao longo dos séculos, “*reflectindo dinâmicas económicas e sociais, mas também a precaridade das delimitações antecedentes*” - como sucede com a Estremadura, as Beiras e o Entre Douro e Minho (Loc. cit.) - baseia a delimitação das regiões e sub-regiões portuguesas (entre elas a “Beira Litoral”, onde integra o Pinhal Litoral), na delimitação de “*unidades regionais (...) constituídas a partir da agregação de ‘sub-regiões’ polarizadas ou com problemas específicos, cuja abordagem seria prejudicada se participassem de mais do que uma unidade regional ou sub-regional*”(Op. cit., p. 17). Segue, portanto, o modelo de divisão do país em NUTII e

²⁶ Preferimos esta designação, à de “Alta Estremadura”, por entendermos que esta última pode configurar a morfologia rochosa, constituída pelos maciços de origem calcárea e com cotas mais elevadas, coincidentes com os relevos que prolongam, quase até à bacia do Mondego, o Maciço Calcáreo Estremenho, e não a parte litoral desta região, situada aquém deste dorso, onde se integra a depressão marginal que o acompanha.

NUTIII, considerando que “na maior parte dos casos, configuram territórios dotados de inegável identidade geográfica, histórica e sócio-económica” (Loc. cit.).

Da nossa parte seguimos o registo de Ribeiro (1995.VI, p. 187), quando adverte que, “por alturas do Mondego baixo, a meridionalidade das paisagens as afasta já francamente da Beira – até daquilo a que pode chamar-se, de modo um tanto impreciso, Beira litoral”.

Note-se que as marcas da acção do homem sobre a paisagem, como resultado da marcha das civilizações (urbana e rural), traduzem etapas distintas da evolução da actividade humana, iniciada com a recollecção e a exploração dos recursos primários e após a revolução industrial, pela utilização de diferentes matérias primas e integração de tecnologias de produção garantidas pela máquina a vapor e energia eléctrica. Contudo, como afirma Gaspar (1993, p. 11), “a paisagem torna-se um elemento tão poderoso da identificação cultural que, como a língua e a religião – no que ela transporta de código comportamental – entra no pano de fundo do universo onírico”. A diferenciação da paisagem humana neste território tem sido bastante alterada em consequência da queda das actividades tradicionais do mundo rural e devido a novos avanços e formas de organização espacial resultantes do ordenamento do espaço, ao traçado de novos circuitos de circulação e fluxos de pessoas e de mercadorias, à expansão de novas actividades, particularmente relacionadas com o lazer e o turismo.

Menos visíveis na paisagem natural encontram-se em construção novos espaços assentes na divulgação da inovação e do conhecimento, por via da acção do ensino superior politécnico (de natureza pública), representado pelo Instituto Politécnico de Leiria (I.P.L.)²⁷ e pelas suas escolas. Este contributo tem a ver com o desempenho da instituição no seu conjunto, criador de espaços de influência directa, associados a um território e a fronteiras menos “tangíveis” que definem tipos de intervenção nos domínios da formação dos recursos humanos, da prestação de serviços e da partilha de inovação com as empresas. Articulação, esta, que passa ainda pela cooperação com instituições nacionais e estrangeiras, estas situadas em diferentes países e continentes.

A este respeito defendemos, à semelhança de Thomas Friedman (2005, p. 366), a importância dos “factores intangíveis”, baseados no exemplo, na difusão de boas práticas e no uso das tecnologias, factores que funcionam como promotores do desenvolvimento económico, do exercício do poder e da mudança, que acompanham as iniciativas do “poder local” ou seja, das autarquias, na sua luta pelo desenvolvimento territorial e social.

²⁷ Do qual é Presidente, o Professor Doutor Luciano Santos Rodrigues de Almeida

É no subsistema de ensino superior e na influência directa do poder do conhecimento, que a acção dos “*factores intangíveis*” se torna mais difícil de precisar, dada a fluidez das relações inter-institucionais e/ou pessoais que animam as redes de conhecimento polarizadas pelos estabelecimentos que se dedicam à formação, à investigação, à cooperação com as empresas e à prestação de serviços à comunidade. O levantamento destas questões está associada à antiga descoberta de Colombo de que “*o mundo era redondo*” (FRIEDMAN, Op. cit., p. 13), e, sobretudo, à outra leitura que faz o mesmo autor, baseado em diversos exemplos de que, afinal, hoje o “*mundo é plano*” (Loc. cit.), não em sentido geográfico, mas sim no domínio das relações do conhecimento, do poder da mente, dos algoritmos complexos, dos ‘Knowledge workers’, nos protocolos de transmissão, nos progressos tecnológicos e nas fontes de riqueza.

Estas concepções estão a gerar novas reflexões, de natureza epistemológica e não só, e leituras distintas de natureza geográfica que nos ajudam à compreensão deste mundo centralizado e verticalmente organizado (Op. cit., p. 481). Assim, o traçado da área de influência da cidade de Leiria e, sobretudo, do IPL vai-se consolidando e o seu desempenho mantém em aberto uma questão fulcral da Geografia relacionada com o traçado de “*regiões*”, baseado quer em critérios de homogeneidade, como são as “*regiões naturais*”, quer em critérios de interdependência, usados na definição das “*regiões funcionais*”.

Tendo presente que na identificação e traçado destes espaços “*on n’en connaît que rarement les limites, la taille, les contours exacts*” (BAILLY, FERRAS, 1997, p. 118), servimo-nos de exemplos já conhecidos, considerando estas entidades como sistemas abertos e dinâmicos geradores de espaços alargados de influência, variáveis com o tempo e dependentes de factores exteriores ao seu desempenho. É uma situação que se justifica pela dinâmica actual dos sistemas de ensino e das funções por eles desempenhadas, que ultrapassam os limites de uma circunscrição administrativa, como o concelho ou o distrito.

Tomando como referência o exemplo de Leiria, devemos ter presente que o seu crescimento sofreu ao longo dos séculos alterações geográficas e societárias profundas, expressas no tecido urbano e na vida económica e de relação, que traduzem etapas de um processo evolutivo de aproveitamento dos recursos naturais, de fixação de colonos e de fregueses em novas paróquias e freguesias criadas por acção da Igreja e do poder central e, já depois da revolução industrial, da utilização de diferentes tecnologias e formas de produção. Tal facto permitiu a diversificação das actividades produtivas e dos serviços e a sua evolução no tempo, alimentando espaços distintos do poder económico e de abastecimento a

diferentes tipos de mercados: do mercado rural, ao nacional e internacional. Como testemunhos mais antigos recordamos as muitas feiras, algumas centenárias, ainda existentes nesta área, ou já o comércio intra e extra comunitário, de empresas aqui sedeadas.

Realçamos neste tipo de considerações a importância da “análise sistémica” aplicada aos estudos de Geografia Humana e do território. De facto, como ciência do homem e do espaço, a Geografia tem uma palavra a dizer na explicação das dinâmicas locais relacionadas com o desenvolvimento e os “sistemas” de poder, quer do “*sistema político*” (baseado no “poder central” e no “poder local”), quer de novos “espaços de poder”, construídos a partir das relações de sociabilidade, de interdependência e das “redes” do conhecimento, cuja análise cabe, igualmente, no âmbito desta ciência. No seu conjunto, o exercício da autoridade e do poder são fenómenos que importam à Sociologia e também a outras ciências sociais.

Tendo em conta os aspectos acima referidos, interessa analisar os factores associados à construção territorial do povoamento antigo e moderno deste território, enquadrado numa “região” geográfica mais extensa, a “Estremadura Setentrional”, considerada por Ribeiro (1955, p. 246) por “Alta Estremadura” ou “Estremadura Marítima” (RIBEIRO, 1967, p. 150) e à evolução histórica do seu “*sistema de povoamento*”.

Tendo presente o cenário natural e administrativo do Pinhal Litoral, analisamos a construção do território de Leiria parcialmente desmembrado dos domínios medievos do seu castelo e Bispado, pelo que se justifica a leitura conjunta da sua evolução e da relação “centro-periferia”, entre Leiria e o seu sistema geográfico e territorial, no sentido que Claval (2001, p. 22) lhe atribui ou seja, “*l’espace où nous nous sentons chez nous et qui apparaît proche et familier*”. Por isso, interrogamo-nos:

- Qual é a acção do complexo “*histórico e geográfico*” na construção do sistema territorial dominado pela cidade de Leiria e a sua articulação com os municípios vizinhos?

- E quais os reflexos da “herança” (“memória”) geográfica e histórica, no desenvolvimento dos municípios que fazem parte da NUTIII do Pinhal Litoral, e da respectiva Associação de Municípios?

- E qual, ainda, o contributo dos novos “actores”, tais como o I.P.L., na construção do “poliedro” de desenvolvimento sócio-económico e cultural, centrado em Leiria?

O conjunto destas questões leva-nos a sugerir três tipos de relações, de diferente origem:

- relações de ‘natureza científica’, decorrentes da relação entre a Geografia e a História e da acção da “memória”, na formação (ou construção) do território, na sua

divisão actual e na evolução das actividades humanas (GEORGE, 1972, p. 11) e da própria sociedade;

- relações “societárias” (CLAVAL, 1987, p. 458), decorrentes da evolução dos habitantes e da sociedade;

- “relações de poder”, assentes “no exercício da autoridade” (Op. cit., p. 448) e na organização política estabelecidas através das formas de governação e de dominação ligadas ao poder central e local, bem como a “factores intangíveis” (FRIEDMAN, 2005, p. 366), consubstanciados no poder do conhecimento.

Os aspectos acima mencionados reforçam as razões da nossa escolha, identificadas por critérios de natureza complementar:

- localização geográfica, no contexto da “Estremadura”, região geográfica²⁸ reconhecida por O. Ribeiro, como distinta das demais - critério geográfico;

- identidade de aspectos relacionados com a “herança” histórica e o contributo das praças militares de Leiria, Pombal, Porto de Mós (e mesmo de Ourém e de Alcobaça) e do Mosteiro da Batalha, no seu processo de formação - critério histórico;

- unidade de recolha e de tratamento de dados, ajustados a uma unidade estatística coincidente com a NUT III do Pinhal Litoral - critério estatístico.

As respostas que encontramos, baseadas na leitura de diferentes dados, apontam para o interesse e actualidade dos estudos de natureza geográfica, de cariz mais histórico e de âmbito local, que nos ajudam a compreender as dinâmicas do povoamento e a sua evolução. Complementarmente, permitem uma leitura orientada das fontes de natureza teórica e documental e a sua interpretação aprofundada, a qual varia consoante a perspectiva do investigador e os seus interesses no domínio da investigação.

Tendo em conta a evolução dos fenómenos geográficos e a necessidade de recorrer à dimensão temporal da História (aliada à evolução dos fenómenos geográficos recentes) na sua ajuda e compreensão das sociedades humanas, estabelecemos como limites temporais da análise demográfica, os séculos XVI a XX. Estes limites foram condicionados pela origem e natureza das fontes bibliográficas e outras relacionadas com a população portuguesa, ditadas pela realização do “Numeramento” de 1527, das fontes publicadas entre esse ano e 1864 (data da realização do 1º Recenseamento da População) e deste então, até ao XIV Recenseamento da População, em 2001.

²⁸ Num dos últimos trabalhos deste autor (RIBEIRO, 1995.VI, p. 175), confirma o seu entendimento sobre este tipo de região: “uma divisão geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra: uma unidade ou padrão de paisagem, portanto”.

Referências esparsas a dados recolhidos em data posterior, servem para confirmar algumas das tendências registadas nos últimos anos. Tendo em conta estas preocupações, o texto contém seis capítulos que tratam, sequencialmente, das questões relacionadas com a construção humana do território e dos actores e contextos de desenvolvimento.

Entendendo a Geografia como “*ciência de observação*” (RIBEIRO, 1970, p. 67), e, também, da “*descrição e da interpretação das formas humanas da paisagem*” (Op. cit., p. 71) defendemos, tal como George (1982, p. 173), que “*não existe verdadeira geografia senão na medida em que a análise é conduzida em vista a sínteses*”. Daí a leitura final que fazemos deste estudo, que vem juntar-se a outros trabalhos recentes sobre as dinâmicas territoriais, sociais e económicas, relacionados com o município e o distrito de Leiria.

A concluir, anotamos algumas limitações relacionadas com a sua redacção. Por um lado, as que decorrem do tempo que mediou entre a sua construção imaginária e a sua concretização. De permeio, o desempenho de uma actividade profissional, acabou por nos afastar de um percurso “ideal”, relacionado com a formação académica de base. Esta a postura que assumimos sem desmerecer o conjunto de experiências, de formações e de incentivos que ditaram, de forma persistente e continuada, a elaboração desta pesquisa. No entanto, mais do que uma limitação, sentimos a realização deste trabalho, como um desafio e um testemunho:

- desafio, na medida em que no exercício da nossa actividade profissional, em domínio científico diferente da área deste estudo, consagramos-lhe, fundamentalmente, as horas destinadas ao lazer;

- testemunho, uma vez que o mesmo representa um esforço de formação ao longo da vida no domínio das ciências sociais, às quais a Geografia tem dado um valioso contributo no aprofundamento da compreensão de diversos fenómenos relacionados com o território, a sociedade, o planeamento e a prospectiva.

Assinalamos, ainda, que o aprofundamento destes temas merece uma referência a outras limitações relacionadas com o tratamento de dados e a expressão final dos resultados. Reconhecemos como seria desejável que um trabalho desta natureza apresentasse uma base cartográfica mais alargada e uma maior riqueza da “*expressão gráfica*”. No entanto, como observou George (1982, p. 181), “*para além do computador, há uma arte do geógrafo*”, que tentamos seguir na elaboração deste estudo, valorizando a utilização de diferentes fontes documentais.

Embora tendo presente que a essência da investigação qualitativa reside, não no “*acumular de dados possíveis, mas sim deitar fora a maior parte dos dados*”

acumulados” (STAKE, 2007, p. 100), entendemos que o nosso “*sistema de informação geográfica*” (CLAVAL, 2001, p. 23), por mais complexo e aprofundado, tem sempre lugar para integrar novos dados, recursos e saberes. Com este intuito pretendemos evocar os Professores que marcaram a nossa formação. O nosso “caderno de campo” contém diversas referências com os nomes dos que nos acompanharam e que souberam, com o seu conhecimento e urbanidade, transmitir o gosto pelo trabalho de campo e investigação científica no domínio desta ciência²⁹.

Aos nossos familiares, Isabel Marina, Nuno Filipe e Mariana Isabel, o reconhecimento que lhe expressamos por partilharem, conosco, as alegrias e as agruras de uma vida.

²⁹ Para além de outras referências, queremos evocar a memória do Senhor Professor Doutor José Manuel Pereira de Oliveira (FLUC), a quem devemos o convite para integrar, no triénio de 2004-2007, a Direcção da Comissão Nacional de Geografia (C.N.G.), e a atenção dos colegas que conosco partilharam diversas reflexões e projectos na direcção dessa Comissão.

Capítulo 1

Marcas da evolução do povoamento na Estremadura

“A terra de um povo já não é um simples dado da Natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: território e civilizações”.

Orlando RIBEIRO, 1977, p. 19

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objectivo apresentar o cenário físico e humano que está na origem do nosso sistema geográfico. Para tanto é nossa preocupação apresentar os factores responsáveis pela construção social e do povoamento do território.

Temos consciência que a evolução do pensamento geográfico e as diferentes concepções epistemológicas e científicas que o caracterizam, na actualidade, podem fazer esbater algumas das leituras e das opções metodológicas que seguimos. Contudo, entendemos que a construção do conhecimento científico, actual registando, embora, diferentes etapas na sua evolução, não pode renegar o passado, sob pena de não entender o devir que se vai construindo com diferentes contributos dos que se empenham no ofício de geógrafo.

Como fez notar George (1972, p. 11), embora a Geografia seja um prolongamento da história, difere desta na medida em que *“l’histoire est ‘une’ (...) tandis la géographie est ‘plurale’”*. Esta é uma perspectiva que perfilhamos e que leva a advogar a complementaridade das suas análises em termos da construção do conhecimento científico e dos seus efeitos sobre a visão, presente e futura, da sociedade. Por isso esta ciência deixou de ser a ciência do “estudo da terra”, mantendo o interesse pelo estudo das civilizações, pelas colectividades humanas, que (Loc. cit.) *“ne vivent pas avec chacun des éléments du milieu, mais avec tous à la fois”*, mas interessando-se cada vez mais com o *“desenvolvimento intrínseco dos diversos ramos de estudo dos problemas humanos”* (V. M. Godinho - *“Palavras preliminares”*. in: De MARTONNE, 1953).

Apesar dos fenómenos de *“transnacionalização”* e de *“globalização”* actuais, outros aspectos podem ser evocados. Tal como referiu George (GEORGE et al., 1966, p. 17), a Geografia, como *“ciência humana”*, interessa-se pelo estudo do espaço terrestre, *“na medida em que é, sob uma forma qualquer, um meio de vida ou uma fonte de vida, ou uma indispensável passagem para aceder a um meio de vida ou a uma fonte de vida”*. Daqui decorre, conforme assinala o referido autor (Op. cit., p. 18), o seu interesse pelo *“esclarecimento e a interpretação de todas as relações que contribuem para a constituição de um complexo ou de um equilíbrio entre a dinâmica e a inércia de um meio, a dinâmica ou a inércia das colectividades humanas que residem neste meio, ou que aí aplicam suas iniciativas”*. Esta citação obriga-nos a atender às condições do meio e aos traços históricos e humanos relacionados com a fixação dos seus habitantes.

À semelhança do supra-citado autor (Op. cit., p. 20), entendemos ser fundamental *“o conhecimento histórico dos factores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas (...)”*, com base no entendimento da *“diversidade*

atual do mundo do ponto de vista da aquisição das técnicas dos níveis económicos, das condições sociais, etc". Assim acontece na área em referência que apresenta traços distintos de natureza geográfica, aproveitamento dos recursos aí existentes e oportunidades de desenvolvimento que hoje a identificam. A par destes, reconhecemos a identidade de fenómenos ligados à evolução histórica e à construção da herança colectiva desta parcela do território nacional, aspectos que no seu conjunto têm permitido a criação de uma rede de núcleos de povoamento que formam um sistema de povoamento e de relação, baseado em diferentes tipologias territoriais e de organização do espaço, no cenário físico e humano do Pinhal Litoral e do seu contexto alargado, a *"Estremadura marítima"*(RIBEIRO, 1967, p. 150) ou setentrional .

1 – A ‘Estremadura’, como cenário natural

Como foi notado, o território abrangido pelo nosso estudo situa-se na ‘Estremadura’, região que se estende longo da *"Orla Sedimentar Ocidental"*, situada lateralmente ao *"Maciço Antigo"*, prolongando-se em forma de cunha desde as imediações de Espinho, até à *"Bacia Sedimentar do Tejo"*. É um território geograficamente identificado pela sua origem física comum, o que lhe confere uma certa unidade morfológica, mas onde coexistem formas distintas da ocupação humana, de aproveitamento dos bens materiais e do património cultural.

Este é o cenário do território defendido desde os alvares da nacionalidade por diferentes praças militares tais como Leiria, Pombal, Ourém, Porto de Mós e mesmo Alcobaça, na sua parte litoral e por Soure, Penela e Tomar, no interior. No seu conjunto estes lugares apresentam, na sua identidade e evolução, marcas da presença dos Crúzios de Coimbra, da Ordem do Templo, da Colegiada de Ourém e dos monges de Cister. No seu tempo e à sua maneira, cada uma destas entidades religiosas deixou traços assinaláveis da sua presença e do seu contributo nas formas de organização territorial e social.

Tendo em conta a acção da Reconquista a sul do Mondego, esta fez-se sentir sobre um território extenso, estrutural e morfológicamente complexo, que faz parte do "centro litoral". De acordo com Ribeiro (RIBEIRO et al., 1995.I, p. 157), o "centro", *"corresponde à maior parte da antiga província da Estremadura"* na qual, do ponto de vista geológico, predominam *"retalhos de Pliocénico, de origem em parte marinha"* e outras formações rochosas do Mesozóico e do Terciário inferior.

Note-se que a “Estremadura”, como espaço correspondente a uma vasta região do território nacional, regista uma configuração cujos limites têm variado ao longo do tempo, de acordo com as interpretações de autores que a ela se têm referido. Tal corresponde ao peso histórico da sua designação, associando-a ao processo da Reconquista e ao povoamento posterior marcado pelo arroteamento de novas terras até então sob o domínio muçulmano ou, ainda, ao retomar da sua posse por parte de outros titulares. Enquadra-se, esta, no domínio de uma das unidades fundamentais do território português, o “Sul”, descrito por Ribeiro (1967, p. 133), como o *“mais mediterrâneo, ressequido por longos Estios, escasso de população, tardiamente integrado na comunidade nacional”*.

Aqui, *“a ocupação muçulmana foi intensa, profunda e duradoura”* (Op. cit., p. 140), contrariamente ao norte do rio Tejo, onde o processo de reconquista e a fixação dos limites territoriais entre mouros e cristãos foi mais célere. Dados os seus vastos limites, o “Sul” contempla diferentes “regiões” geográficas, entre elas a “Estremadura”. No dizer do mesmo autor (RIBEIRO, 1970, p. 315), *“a Estremadura, estreita faixa litoral que começava logo ao sul do Douro, se alargava muito no centro do País e não ultrapassava o Tejo, retraiu-se ao norte e a leste, passando, em compensação, a estender-se para além daquele rio”*. Esta designação evoca esse processo histórico de ocupação humana (RIBEIRO, 1967, pp. 143-144) e a acção de diferentes agentes que contribuíram para o arroteamento da terra e para a fixação da actividade humana a sul da linha do Mondego, até à bacia do rio Tejo.

Tão importante como os traços de natureza geográfica, procuramos conhecer a memória histórica desta região, determinada pela sua localização a sul *“do núcleo demarcado pela linha do Mondego-Serra da Estrela”* (RIBEIRO, 1970, p. 306), de onde partiu *“a Reconquista já portuguesa que, em dois séculos e meio, duplicou o território nacional integrando nele a maior parte da fachada atlântica da Ibéria”*.

Por sua vez, Caldas e Loureiro (1966, p. 79), citando Gama Barros, transcrevem o seguinte: *“até ao século XIII, durante quase todo o período da reconquista, a palavra ‘estremadura’ designava os territórios onde já dominavam os cristãos, mas fronteiras àqueles que estavam ainda sujeitos aos muçulmanos”*. Assim, concluem os referidos autores (Op. cit., p. 80): *“embora a região da Estremadura seja indiscutível como tal, a enorme diversidade das paisagens e condições ecológicas justifica largamente as flutuações do seu termo confinante com a Beira, região também pouco homogénea”*. Tal facto abona a favor do que havia já assinalado Ribeiro (1970, p. 315) que em texto elaborado em 1957, havia afirmado o *“carácter polimórfico”* da Estremadura e a grande oscilação dos seus limites.

Sujeita, como foi, a um moroso processo de ocupação humana, determinado pelos condicionalismos dos movimentos militares e religiosos que permitiram o alargamento da fronteira para sul, estas terras foram arroteadas pela acção da Igreja, do poder régio, das ordens religiosas e monásticas e dos habitantes que aí se fixaram. Como observou Ribeiro (1967, p. 59), esta região, situada a sul do Mondego, pertence ao *“Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que deles tomou ‘as instituições, os usos e a língua’ e algumas tintas de uniformidade”*. Estes aspectos foram marcantes em toda a faixa litoral, a sul dos campos do Mondego, onde domina a policultura, o *“revestimento de pinheiros sobre areias movediças”* (RIBEIRO, 1955, p. 246) e a cultura do milho, que acompanha até ao Sado *“a dispersão intercalar”* e *“uma densidade de população elevada”* (Loc. cit.).

De acordo com Girão (1941, p. 405), a própria designação de ‘Estremadura’ é *“uma expressão de sentido histórico que na Reconquista se aplicou à zona onde ‘estremavam’ os territórios submetidos a Mouros e a Cristãos”*. Defende este autor, na proposta de divisão regional do país apresentada em 1941 (Op. cit., p. 383 e segs), que as *“divisões regionais”* assentam na consideração do meio físico e do meio humano e da combinação do solo, clima e géneros de vida (Op. cit., p. 385). Este facto levou o autor a estender bem mais para sul dos campos do Mondego os limites entre a Beira Litoral e da Estremadura, desenhando os seus limites até à foz do Lis (Op. cit., p. 396). No entanto, observa que *“Leiria fica já na zona de transição para a Estremadura”* (Op. cit., p. 398), região que se prolonga para sul até à foz do rio Sado e, por isso, no seu entender é uma *“região medianeira’, dando lugar ao aparecimento de um tipo de vida mais geral, realizando um processo de osmose política”* (Op. cit., p. 406) devido à proximidade de Lisboa e ao seu peso como capital do país.

Em Portugal, como acontece na vizinha Espanha, a região da “Extremadura”, designa *“a orla fronteriza más exterior”* (LAUTENSACH, 1967, p. 559). De acordo com este autor (Loc. cit.), *“en la época de la Reconquista tardia fue empleado por ambos pueblos para designar el sector de lucha de las guerras contra los moros y de esta manera se conservó en ambos lados de la frontera política una significación territorial”*. Trata-se de uma designação semelhante à que lhe é atribuída no designado Dicionário da Língua Portuguesa, de António de Moraes³⁰ (1952.IV, p. 918), que regista: *“Estremadura, s.f. (de extrema). Linha de demarcação, divisória, raia, limite; (...). Região que fica na extrema de um país; província raiana”*.

³⁰ SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Editorial Confluência, 1952.

Estes são aspectos que destacam os traços de transição que identificam esta área do território nacional e a pertinência da obra humana (RIBEIRO, 1967, p. 136) levada a cabo pelos antigos colonos e seus descendentes, na consolidação e desenvolvimento das actividades humanas e económicas que permitiram a construção de um território alargado, com fronteiras de diversa natureza, delineadas por “sistemas de poder”, central e local, que se foram construindo ao longo de séculos. Território, este, constituído por diferentes unidades que atestam, na sua organização actual, a necessidade de uma articulação entre elas consubstanciada na participação conjunta em projectos de organização territorial, de acessibilidades, de infra-estruturas básicas ou outras, que abrangem diversos municípios, quiçá a região Centro, onde estão integrados.

De acordo com Ribeiro (1967, p. 246), a Estremadura compreende três sub-regiões distintas, a saber:

- Estremadura marítima: Setentrional ou a Alta Estremadura, geralmente pouco acidentada, situada entre o “Baixo Mondego” e os campos de Cister;
- Estremadura meridional: a Estremadura, em sentido restrito (meridional, também pouco acidentada que se estende daqui até à Arrábida;
- Maciço calcáreo: acidente montanhoso que bordeja a oriente esta região litoral.

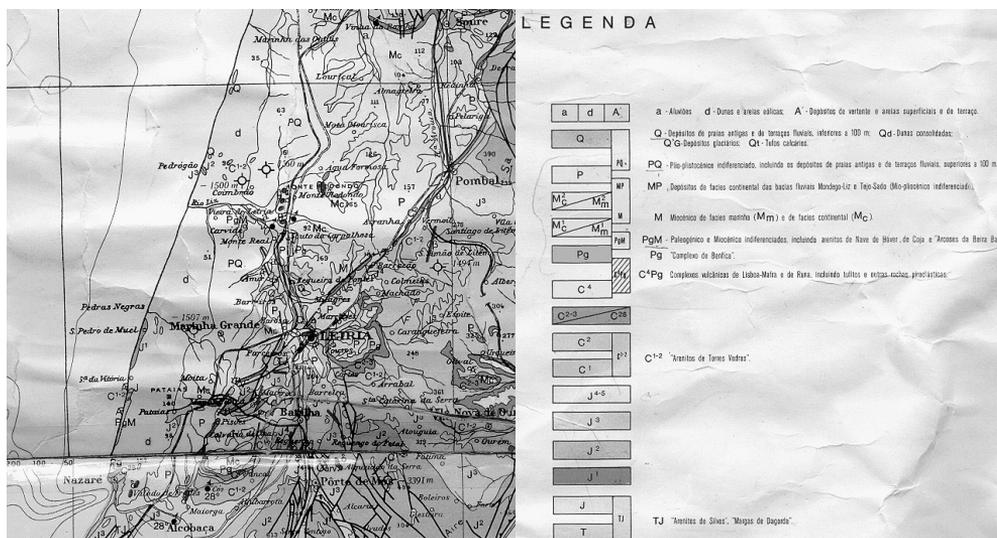
Seguindo a caracterização deste autor, vejamos alguns aspectos da sua origem e morfologia considerando, na sua essência, a maior das divisões territoriais e administrativas que têm Leiria como centro: o Distrito. Este, estende-se pelo território que abarca as três unidades anteriormente descritas: os maciços calcários de Sicó e Estremenho e a planície litoral de origem sedimentar, que se desenvolve entre o Mondego o Tejo.

Se tivermos em conta a sua fachada atlântica, a Estremadura marítima, abarca o território dos concelhos do Pinhal Litoral: Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós, o núcleo central do distrito de Leiria.

Aqui encontram-se desenvolvidas diferentes bacias hidrográficas, das quais a mais extensa é a bacia do Lis, que atravessa os calcários jurássicos até à proximidade de Leiria e dá origem aos principais acidentes do interior desta área, antes do seu contacto com as formações sedimentares litorais, de origem mio-pliocénica (Quaternário) recentes. Estendem-se tais formações por diferentes níveis de terraços marinhos, visíveis na fachada litoral e intercalam-se com colinas de pequena elevação e terrenos de duna, atravessados, na sua parte central, pela

planície de acumulação aluvial preenchida pelos vales dos rios Lis³¹ e do Lena³², bem como pelos seus afluentes.

Figura 2 – Mapa geológico



Daqui resulta, como escreveu Loureiro Botas (SANTA-RITA, 1982, p. 123), que este curso de água percorra o seu leito “em lânguida preguiça, ora farto e gordo no crescer das marés, quando o mar, qual pai amigo e pródigo, lhe dava largas de grande senhor, ou magro e esqualido a contrair-se numa fita esguia, quando, na vazante, se lhe descobriam as brancuras do leito, e ele se encolhia envergonhado da sua nudez”.

A obra poética de Francisco Rodrigues Lobo, no seu cântico em louvor da ‘Primavera’, refere-se a estas paragens:

“De reluzente areia
 Se mostra mais formosa a rica praia,
 Cujas ribas se arreja
 Do álamo e da faia,
 Do freixo e do salgueiro,
 Do ulmo, da aveleira e do loureiro.

³¹ Nasce nas Cortes e tem 40 Km de comprimento. Ocupa uma área total de cerca de 1009 Km².

³² Nasce no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, no concelho de Porto de Mós. Atravessa a cidade da Batalha e desagua próximo de Leiria, no rio Lis. Tem um comprimento de cerca de 20 Km.

*Já com rumor profundo
Não sôa o Lis nos montes seus vizinhos,
Antes no claro fundo
Mostra os alvos seixinhos,
E os peixes, que nas veias
Deixam tremendo as sombras nas areias”.*

Segundo Teixeira e Zbyszewski (1968, p. 77), este território faz parte “da grande bacia de sedimentação que, nos primeiros tempos do Mesozóico, se instalou na enorme fossa tectónica limitada, por um lado, pelo maciço Hespérico e, pelo outro, pelo continente Ocidental, testemunhado ainda hoje pelos ilhéus das Berlengas e Farilhões”. Pertence à Orla Mesocenozóica Ocidental, com formações que vão desde o Triássico Superior e Jurássico inferior – caso das margas do Retiano-Hetangiano-, “até às aluviões modernas, incluindo todas as séries do Secundário (Jurássicas e Cretácias) e do Terciário” (CAMPAR, GAMA, CUNHA et al. 1989, p. 25).

Sobre a bacia do rio Lis importa recordar que o seu leito, desde a exurgência das Fontes, até à Praia de Vieira de Leiria, está orientado inicialmente para Norte e na sua parte média-terminal, para ocidente. De facto, após o percurso entre a sua nascente, nas Cortes e a cidade de Leiria, onde formava um largo meandro em direcção à base do morro do castelo, o seu leito corre numa planície aluvionar, bem desenvolvida entre Monte Real e a foz. Sobre a mudança deste traçado, diz-nos André³³, baseado em estudos de Dinis (1996), que “o rio Lis, teria, durante o Quaternário, por altura do Wurm, o seu trajecto para Norte, desaguardo nas proximidades da Praia do osso da baleia (aproximadamente a 15 km a Norte da posição actual). Este antigo troço terá sido abandonado no final do Plistocénico ou já no Holocénico”.

Este traçado, para Norte, é glosado em prosa popular que dá conta de uma das particularidades desta cidade:

*“Leiria tem um rio que corre para cima.
Uma torre que não tem Sé.
Uma Sé que não tem torre.
Uma rua Direita que o não é:
E em Leiria tudo assim é.”*

³³ ANDRÉ, José N. e CORDEIRO, Maria Fátima N., “Evolução do troço terminal do Rio Lis”. (s/d) (Comunicação científica – Policopiado).

De natureza pantanosa, o designado “paul de Ulmar” foi mandado enxugar por D. Dinis, sob a direcção do Frei Martinho, monge cisterciense de Alcobaça que acompanhou as obras de irrigação e o início do cultivo dos campos, outrora improdutivos. Estes trabalhos resultaram da necessidade de regularizar o leito do Lis, a jusante de Leiria e de impedir as inundações a que os seus campos e a cidade estavam periodicamente sujeitos devido ao assoreamento progressivo do leito deste rio. Relatos distintos dão conta da ocorrência de diversas inundações na cidade de Leiria, em 1475, 1596, 1600 e, recentemente, em 1961 (SANTOS, 1964, p. 5), situação que esta autora justifica pelo facto do rio Lis atravessar *“em grande parte, terrenos facilmente erosionáveis, o que provoca não só assoreamento, como também, juntamente com as areias das dunas do litoral, fácil obstrução da foz”*.

Com intuito de reduzir essas devastações, os trabalhos de encanamento foram iniciados nos finais do século XVIII (LOUREIRO, 1904, p. 252) pelo Eng^o Reynaldo Oudinot, com o intuito de facilitar o escoamento das águas da bacia hidrográfica para o Oceano e impedir as inundações frequentes que estragavam as culturas. Diz-nos este autor que *“nada de positivo se encontra registado sobre a foz do Liz, sendo, contudo, certo, que a situação d’este rio não era a actual, tendo-se-lhe aberto uma nova em 1701, e passando a antiga muito mais ao N. e próximo de Pedrogam”*.

Depois do traçado do leito terminal, *“incidindo normalmente na costa”* (Op. cit., p. 253), e a sua fixação por meio de estacarias e de pedra, estas obras prosseguiram nos finais da 1^a metade de Oitocentos, em 1840, com a publicação de legislação relacionada com a defesa e o melhoramento da drenagem dos campos de Leiria. Contudo só um século depois, em 1957, depois de umas cheias violentas que alagaram por completo as culturas e obstruíram por completo a sua foz, em Vieira de Leiria, foram concluídas no âmbito da elaboração do *“Plano de Regularização do rio Lis”* e afluentes, conhecidas por Obras do Lis. Estas ficaram assinaladas pela re-construção dos molhes na foz e criação de um vasto sistema de irrigação dos campos de Monte Real, a ser completado com a introdução de novas culturas, tais como o tomate e o incremento da actividade agrícola em toda a área. Depois de alguns anos de maiores cuidados a situação presente, de abandono, mostra quão infrutíferos se tornaram os referidos investimentos.

À variedade de depósitos que fazem parte desta bacia, utilizados geralmente como materiais de construção e como matérias-primas de algumas indústrias, juntam-se os recursos minerais representados pela ocorrência de ferro, carvão (lignitos), gesso, sal-gema, existentes em pequenas bolsas e as águas minero-

medicinais, algumas delas já extintas (como em Leiria) ou ainda hoje em exploração, como acontece em Monte Real e nas imediações da Batalha.

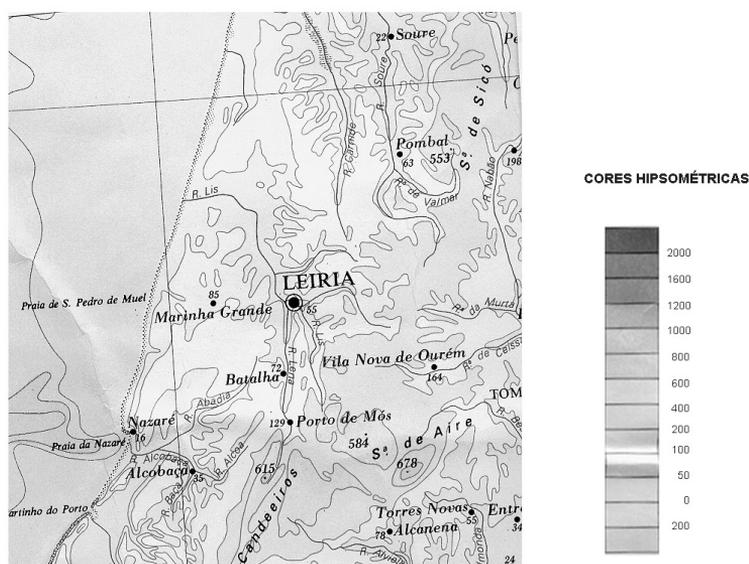
Quanto ao relevo, este apresenta uma história geológica complexa, identificada pela acção da *“tectónica diapírica”* marcada pela existência de diversos depósitos de sal-gema e de domos rochosos de natureza eruptiva, que constituem alguns dos acidentes desta área litoral, tais como o monte de S. Bartolomeu, o morro do castelo de Leiria e o ofito de Monte Redondo. Referem-nos Campar, Gama e Cunha (1989, p. 29), que esta tectónica diapírica está *“presente nos diapiros do Lena, Leiria-Parceiros e Monte Real, relacionada normalmente com fracturas profundas, está associada ao aparecimento de fontes termais”*, tais como *“no diapiro do Lena encontram-se as termas da Batalha, no de Leira a Fonte Quente e Porto Moniz e no de Monte Real, para além das termas do Picoto, existem as de Monte Real”* (Loc. cit.).

O desenvolvimento deste *“vale tifónico”* que atravessa esta área litoral, desde a proximidade de Alfeizerão (SILVA, ALARCÃO e CARDOSO, 1961, p. 67) até Monte Redondo (Leiria), faz-se acompanhar de solos da melhor qualidade, desde os coutos de Alcobaça, até à foz do Lis. A planície fluvial ocupada pelos campos de Cister é banhada pelos rios Alcoa e Baça, que confluem em Alcobaça e do rio Abadia, ou rio da Areia, que atravessa esta planície litoral. A natureza plana destas bacias e do território circundante, ergue-se suavemente, principalmente a sua parte leste, na área do maciço calcário litoral, onde o acidentado do terreno se torna mais relevante. É o caso das *“serras calcáreas”*, que se prolongam pela área dos concelhos de Pombal, da Batalha e de Porto de Mós, na serra de Sicó, a Norte e na serra de Aire e dos Candeeiros, a Sul.

As características dominantes marcadas pelo acidentado do relevo que caracteriza as unidades ecológicas do *“maciço calcário estremenho”* e as *“cimas de Ourém”*, traçadas por J. de Pina Manique e Albuquerque (Op. cit., 1961, p. 8) alteram-se profundamente para poente, cedendo lugar a uma relevo menos vigoroso e profundo ao longo das unidades ecológicas da *“bacia do Lis”*, da *“Gândara de Leiria”* e junto ao Atlântico, à *“Marinha”*. No seu conjunto este território faz parte da *“Beira-Mar”*, unidade de transição e de limite entre o Portugal do Norte e do Sul, como assinala Albuquerque (1961, p. 1), quando da proposta de divisão regional do continente português. Também este autor salienta a importância dos aspectos geográficos na divisão regional. Para este autor (Loc. cit.), *“a Região terá de ser uma entidade geográfica, bem unificada e circunscrita”*. Por isso toma como base a *“paisagem rural”* para individualizar a *“Beira-Mar”* (anteriormente referida), das regiões vizinhas.

Pelo seu interesse transcrevemos o seguinte texto (ALBUQUERQUE, 1961, p. 3):
“À mancha compacta de pinhal, na gândara pliocénica de Leiria, contrapõe-se da banda sul, na formação jurássica, a paisagem agrária mediterrânea, frumentária e vitícola, da terra chã de Alcobaça; e também os relevos calcários das Serras de Aire e Candeeiros, tão fortemente esculpidos pela erosão, em cujo substracto fendilhado, fisiologicamente seco, a azinheira e o zambujo têm seu incontestado domínio. Esse limite debrua, pelo noroeste, o referido Maciço Calcário Estremenho, em Porto de Mós e Batalha, a contornar, do mesmo passo, os depósitos cretácicos de Ourém, e a remontar o Nabão até à Serra de Alvaiázere”.

Figura 3 – Mapa hipsométrico



Quanto à morfologia, retomando o estudo de Campar et al. (1989, p. 49), na planície litoral ponteiavam as “colinas gresosas” cortadas pelos vales do Lis e do Lena. A topografia dominante assenta nessas pequenas colinas arredondadas, “de pequena expressão topográfica, dado que raramente ultrapassam os 200 metros de cota. Talhadas, fundamentalmente, em materiais gresosos secundários e sobretudo terciários, estas colinas, além de servirem de suporte a uma intensa ocupação florestal (essencialmente à base de pinheiros e eucaliptos), permitem uma importante actividade agrícola” (Loc. cit.). Para além destas, a área das “areias litorais” (Loc. cit.) de fraca altitude, são ocupadas pela mancha florestal.

A diversidade física em torno de Leiria, ilustrada pelos exemplos acima descritos, foi bem caracterizada por Martins (1949, p. 67), que assinalou o seguinte: *“a sudeste, são as camadas jurássicas fracamente dobradas do maciço calcáreo da Estremadura que, em virtude dos acidentes, dominam a paisagem; mais próximo estende-se o vale do Liz, cujos aluviões quaternários constituem um domínio de policultura, com abundantes e viçosas culturas, bem mediterrânicas, intercaladas de legumes; um monte de natureza eruptiva ergue-se abruptamente entre a cidade e o vale e, como cenário, uma zona de colinas e de retalhos de planaltos, em que o dorso é constituído por formações secundárias e terciárias”*. No perímetro urbano destacam-se, para além do morro do Castelo, a colina onde na década de sessenta do século XVIII, foi construído o santuário de N^a S^a da Encarnação.

Estes aspectos comprovam ser a “Estremadura”, em particular a sua parte mais setentrional, uma terra de transição entre as grandes famílias de formações geológicas, de natureza ígnea e metamórfica e as sedimentares, onde abundam os terrenos mais brandos que formam as cadeias calcárias da “Orla Ocidental” e os depósitos sedimentares quaternários, que cobrem toda a planície costeira. As características desta planície litoral, patentes na paisagem, estão bem assinaladas na descrição de Fr. António Brandão, citada por Gomes (1995, p. 7), relacionada com o cenário natural em redor da cidade de Leiria e do seu sítio: *“A quem faz caminho da parte do meio dia contra norte pela estrada que vem de Lisboa para Coimbra, se oferece depois de hum espaço de terras montuosas (mas fructíferas, cheas de olivae, e vinhas) hum soberbo penhasco sobre um monte prolongado pello mesmo modo de Sul a Norte, em o qual Castello de Leiria está fundado. (...). Neste ambito se incluia a villa antiga de Leiria, ficando toda a terra montuosa, e levantada, e muy defensavel por natureza. Ao presente ocupa mais hum valle de Mayor capacidade que fica entre o Meyo dia, e Oriente antes de se chegar ao Castello, pello qual faz um largo rodeo o rio Lis, o qual deixando toda a villa, e Castelleo à mão esquerda vai dobrando contra o Norte, aonde estão os arrabaldes da Cidade ate se ajuntar com o rio Lena, que corre da outra parte do Castello, mais desviado”*³⁴.

Sobre este assunto importa assinalar as considerações sobre o verdadeiro nome de um e de outro rio. Diz-nos M. E. Santo (1988, p. 252), *“hoje o Lena é um afluente do Lis. Segundo alguns, o rio Liz ter-se-ia chamado Lena e vice-versa, ao ponto de não se saber qual é o tributário e o tributante; a confusão já é antiga, uma vez que Lena e Liz têm a mesma origem, e são sinónimos”*. De facto, nas “Memórias Paroquiais”, de 1758, o Cura de Azóia escreveu: *“São os moradores*

³⁴ Fr. António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Parte III, Lisboa; 1632, fl. 107v^o.

desta freguesia abundantes de vinho e milho, que a sua ribeira, chamada da Azóia, produz, ajudada das enchentes das águas do rio Lis, que a fazem mais fecunda. É este Lis um rio que, suposto não seja arrebatado pela corrente das suas águas, é arrebatado pela parte donde se despenha, o qual tem o seu nascimento na terra de Porto de Mós, e correndo de sul a norte vem fertilizando com suas águas as ribeiras por onde passa (...). Esta confusão mantém-se em 1808, quando da invasão das tropas francesas e do combate que as mesmas travaram “á entrada da Cidade na Estrada de Coimbra, d’aquem da Ponte de Pedra do Rio Lena”³⁵.

Já a Estremadura meridional, abrange os concelhos que integram a NUTIII - “Oeste”: Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche, todos pertencentes ao distrito de Leiria.

Nesta área, a morfologia e o relevo dominantes são de natureza suave e de fraca altitude e marcam a paisagem de pequenas elevações e colinas atravessadas por bacias hidrográficas de fraca extensão, cobertas por depósitos sedimentares de diferente natureza, onde predominam os depósitos de aluvião. Como características gerais apontamos, portanto, a sua constituição recente, de origem sedimentar, com inclinação gradual para o Atlântico.

Apesar das características morfológicas acima descritas é de notar a presença, no interior, de diversas escarpas de falha, bem como a sua juventude. Tal ocorrência atesta a existência de diversos “ciclos de erosão incompletamente desenvolvidos durante um curto período de estabilidade que não conseguiram nivelar os maciços calcários já então salientes” (BIROT, s/d., p. 150), entre os quais se destaca, mais a sul, a serra de Montejunto. Estes traços de natureza topográfica andam associados a muitos outros aspectos de natureza geográfica, tais como os tipos de povoamento, sobretudo do povoamento rural, com a ocupação humana e os movimentos da população a marcarem um quadro complexo de relações físicas, humanas e sociais, que identificam a “Estremadura” como uma região ampla, que de acordo com Lautensach (1964, p. 559), abarcava todo o território dos distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal.

Para concluir transcrevemos mais uma citação de Birot (Op. cit., p. 156) que enquadra a área litoral, no “prolongamento da planície triangular de Aveiro, com superfícies de erosão truncando pregas bastante acentuadas, mas desenvolvidas principalmente nas rochas moles do Jurássico Superior ou do Cretácico, por vezes recobertas por mantos de calhaus perfeitamente rolados, de origem provavelmente marinha, e por areias”. Mais ainda: “os principais acidentes do terreno são

³⁵ João José de Souto Rodrigues - “Memória dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria e seus contornos, por ocasião do combate dado em 5 de Julho de 1808 pelo exercito francês commandado pelo General Margón(...)”.

concauidades, largos vales longitudinais com fundo plano, desentulhados nas margas vermelhas do Liássico Inferior cujas camadas salinas furam as pregas anticlinais, formando um eixo de circulação orientado NE-SO (...), atravessados pelo caminho-de-ferro da linha do Oeste, com o rebordo formado por fragmentos de cristas calcárias, igualmente truncadas pelas superfícies de erosão dos planaltos”.

Por sua vez, o Maciço calcário, é constituído por relevos calcários do maciço estremenho, que fazem ascender as cotas dominantes acima dos 300 metros de altitude, situação que chega a ultrapassar os 400 metros mais a sul, nas proximidades de Porto de Mós e de Ourém. Já em relação à parte norte, os relevos da Serra de Sicó atingem cotas superiores aos 500 metros de altitude, como acontece em toda a parte meridional, no contacto com a Serra do Candeeiros, constituída fundamentalmente por calcários jurássicos, com falhas abundantes, muitas delas visíveis na paisagem e com uma intensa erosão cársica interior, como o atestam as muitas grutas aí sinalizadas.

Como o refere Martins (1949, p. 5), trata-se de uma área de relevo pouco acentuado, com *“vastas superfícies aplanadas na proximidade do mar, colinas ligeiramente onduladas ou modestas montanhas no interior. No dizer do mesmo autor (Loc. cit.), “não existem assim grandes diferenças de relevo quando se caminha de norte para sul, nem diferenças notáveis na constituição geológica”.*

Completando a descrição deste autor (BIROT, s/ data, p. 150), a *“dorsal de maciços calcáreos”*, que constituiu objecto de estudo por parte de Martins (1949), apresenta um *“tipo de estrutura raramente representado em Portugal”* (BIROT, Op. cit., p. 146), onde sobressaem *“horts”* e *“largos anticlinais de calcáreo jurássico, que surgem da sua cobertura arenosa e pedregosa do Cretácico, de que restam testemunhas no cume das cúpulas e até nos planaltos que coroam os horsts”* (Op. cit., p. 147).

Refere ainda este autor (Op. cit., p. 146), *“esta região de colinas e de pequenos maciços está bem individualizada pela constituição geológica, cuja ossatura é formada por camadas secundária onduladas e fracturadas”* (Loc. cit.). Precisando, observa que (Op. cit., 147) *“o relevo acidentado, se bem que pouco ultrapasse os 600m, e as complicações da estrutura geológica, provocam grande diversidade regional”* de onde sobressaem, a leste, os maciços calcários de Sicó, Minde-Fátima e Montejunto e a zona de planícies litorais que os bordejam.

Geograficamente aí se situam alguns concelhos do distrito de Leiria, que integram a NUTIII - “Pinhal Interior Norte”: Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande pertencentes, como os anteriores, ao distrito de Leiria.

Incidindo esta análise sobre a “Estremadura Marítima ou Setentrional” e sobre o cenário geográfico do Pinhal Litoral, centrado em Leiria, recordamos que neste local e em acidente de relevo estratégico, fundou el-rei D. Affonso Henriques em “sítio (...) por cima da torre dos sinos e pé do castello” (“O Couseiro”, 1868, p. 3), onde posteriormente se vieram a instalar os paços episcopais, os celeiros e os quintais. Mais ainda, “poucos annos permaneceu a povoação n’aquele sitio, por ser o serviço muito trabalhoso, e assim foram edificando n’este em que ora está a cidade (...). Era este sítio almoinhas, hortas e pomares, regado tudo com o rio Liz, do qual e do Lena, que corre pela outra parte da cidade contra o mar, tomou o nome, ou lh’o deu o mesmo rei, chamando-lhe Leirena, que se veio a chamar Leiria” (Op. cit., 8).

A natureza do relevo e a sua morfologia traduzem-se nas propriedades dos solos e nas características da vegetação, a qual reflecte os traços do clima dominante. Daí que a diversidade pedológica nesta área seja conhecida pelo predomínio dos solos arenosos e depósitos orgânicos de melhor qualidade e por uma cobertura vegetal dominada por extensas manchas agrícolas e silvícolas. As áreas mais baixas, dominadas pelos solos mais férteis e valorizados por intensas obras de engenharia hidráulica que levaram à drenagem de paúis e ao enriquecimento orgânico destas terras, estão concentradas nos terrenos da bacia hidrográfica³⁶ do Lis.

Territorialmente, esta abarca os concelhos de Porto de Mós, Batalha, Leiria e Marinha Grande. Como justificação para tal extensão, justificam Campar, Gama, Cunha et al. (1989, p. 15): “No caso do rio Lis, cujas cabeceiras se estendem até aos calcáreos, a delimitação da bacia hidrográfica não pode ser feita tendo apenas por base os escoamentos superficiais. As condições hidrológicas particulares deste tipo de rocha, nomeadamente a tendência das águas para percorrerem interiormente os calcáreos, leva à integração na bacia de sectores significativos dos planaltos de Santo António e de São Mamede, responsáveis pelos escoamentos verificados nas exurgências do Lis e do Lena que alimentam estes cursos de água”.

Por sua vez as áreas de relevo mais acidentado ou contendo depósitos sedimentares mais extensos, estão cobertas por uma diversidade de formações vegetais de onde se destacavam, em plena Idade Média, as “*formações vegetais multifacetadas*” (GOMES, 1995, p. 20), essencialmente o pinhal, os bosques de carvalhos, ulmeiros, soutos, azambujeiro e azinheiras. Na actualidade, além do revestimento vegetal dominado essencialmente pelo pinheiro marítimo, pouco

³⁶ “Por bacia hidrográfica entende-se o espaço geográfico que alimenta um curso de água e por ele é drenado. A bacia terá por eixo o curso de água principal e por limite as linhas de partilha de águas que a separam das bacias adjacentes” - CAMPAR, GAMA, CUNHA et al., 1989, p. 15.

exigente em relação à qualidade dos solos, ponteiavam largas extensões de eucalipto e outras áreas votadas à agricultura, com extensões de vinha, de árvores de fruto e outras parcelas onde se pratica ainda uma policultura intensiva. Tal diversidade resulta, segundo Ribeiro (1967, p. 151), da combinação de elementos setentrionais e meridionais a que se junta, *“para ainda tornar mais complexo o quadro da Estremadura, em sentido restrito, a variedade de composição geológica dos terrenos, a que a vegetação e as culturas são sensíveis”*.

Na área da bacia do Lis, Campar, Gama e Cunha (1989, p. 42), caracterizam esta situação: *“a exemplo do que acontece no conjunto do território nacional, é constituída por solos que revelam uma aptidão essencialmente florestal (63%), enquanto os solos com aptidão agrícola ocupam uma área mais reduzida (37%). Estes têm maior expressão no fundo dos vales mais importantes já que as condições morfológicas, líticas e hídricas das áreas arenosas, a jusante, e das áreas calcáreas, a montante, são incapazes de proporcionar solos com aquela capacidade”*.

São os testemunhos da vegetação mais antiga que marcam os traços da meridionalidade do clima desta área, expressos nos registos termo-pluviométricos das estações meteorológicas. Os dados publicados pelo I.N.E, relativos ao ano de 2006, registavam para Leiria o seguinte:

- Temperat. média anual	16,4°	Temperatura:Máx: Agosto/Mín: Janeiro
- Precipitação média anual	965,1mm	Precipitação:Max.: Outub./Mín: Maio
- Dias s/ chuva	266	

Estes valores mostram como à secura dominante nos meses de Verão se sucede um período com chuvas mais intensas, que marcam o Inverno, dominado por temperaturas pouco acentuadas e propícias ao crescimento da vegetação. Estas as características comuns a toda a área situada entre Coimbra e as Caldas da Rainha, que foram identificadas por Ribeiro, Lautensach e Daveau (1994.II, p. 365), como fazendo parte da *“Província Atlântica Média”* assim descrita: *“estende-se para o sul aproximadamente até à latitude de Torres Vedras (39°N). O Verão e o Inverno são um pouco mais quentes do que na ‘Província Atlântica do Norte’. Fraca continentalidade térmica, sobretudo na Península de Peniche e nas Berlengas. Chuvas anuais: 600 a 1000 mm. Só um a dois meses secos. Muitas trovoadas. Brisas da terra e do mar, como na ‘Província Atlântica do Norte’”*.

Ainda a respeito dos traços climáticos, recordamos Martins (1949, p. 9) que a propósito assinalou: *“é no clima – um clima em que as características atlânticas se atenuam enquanto se acentuam as afinidades mediterrânicas – que é o factor*

explicativo das diferenças encontradas na paisagem". Esta descrição confirma o que o Prof. J. Custódio de Morais (1936, p. 249) escreveu sobre o clima do distrito de Leiria, assim descrito: *"fica situado quasi todo na zona atlântico-mediterrânea, isto é, dominam nele os caracteres atlânticos, mas ainda se notam as influências mediterrâneas, que se vão acentuando para sul do Distrito, ficando esta parte já na zona (...) mediterrânea-atlântica"*. (in: *"Livro do I Congresso das actividades do Distrito de Leiria"*).

Os dados recolhidos no posto udométrico de Leiria, relativos ao período entre 1931 e 1960, permitem-nos apreciar que os cerca de 1000mm de precipitação anual que se repartem ao longo do ano, com maior incidência nos meses de Outono e no Inverno (entre Novembro e Março). Embora com importância reduzida os meses de Verão são os mais secos do ano mas em todos eles se regista a queda de chuvas. Estes elementos são comprovados pelas leituras dos registos da estação meteorológica da Marinha Grande, que durante o mesmo período assinalam as precipitações e as temperaturas médias. Neste caso as precipitações, inferiores aos 900mm/anuais, além de seguirem a distribuição já mencionada, são acompanhadas por temperaturas extremas em Julho e Agosto (temperaturas máximas) e em Janeiro (temperaturas mínimas).

De notar que tanto as chuvas, como as temperaturas, apresentam um ritmo regular ao longo do ano, com as amplitudes térmicas referentes às temperaturas médias mensais a aproximarem-se dos 10°. Estas características confirmam o carácter temperado do clima local e a influência favorável do oceano sobre os dois elementos climáticos (temperatura e precipitação). Assinalam Campar, Gama e Cunha (1989, p. 37), com base na classificação de Daveau (1985), a existência de manchas com comportamento próprio na bacia do Lis: *"junto à costa, os verões são suaves e os Invernos tépidos; no fundo dos vales principais e no Maciço Calcário os verões são moderados e os invernos frescos por efeito, respectivamente, da acumulação de ar frio nas depressões e da altitude; na restante área, os verões e Invernos são moderados"*.

Situando-se, portanto, numa zona de transição em relação à região da Beira Litoral, localizada mais a norte, esta parte da Estremadura apresenta ainda afinidades, quer com o Noroeste do território - aqui representadas pela cultura do milho e por certas espécies vegetais de folhagem persistente - quer com as regiões mediterrânicas, aqui representadas pela policultura dominante (BIROT, s/d., p. 146). Estes aspectos são bem descritos por Ribeiro (1967, pp. 150-151), quando assinala: *"pode a parte marítima lembrar a Beira Litoral no terreno plano e baixo, na vestimenta de pinhais sobre areias movediças; a dominância do milho, cultivado*

de sequeiro o mais dele, chegou quase ao termo de Lisboa; a do pinheiro bravo alcança o sopé da Arrábida, a dispersão intercalar acompanha, até ao Sado, as densidades elevadas. Sem embargo, o mosqueado da charneca rasteira, a aldeia compacta, a casa térrea, caiada e com chaminé, o predomínio das culturas de sequeiro, as enormes plantações de olival, alguns campos arborizados, outros abertos e extensos, matizam a paisagem de aspectos que o Norte atlântico desconhece". Prossegue o referido autor: *"a esta combinação de elementos setentrionais e meridionais junta-se, para ainda tornar mais complexo o quadro da Estremadura, em sentido restrito, a variedade de composição geológica dos terrenos, a que a vegetação e as culturas são sensíveis"*, assinalando a sua extensão até Sintra e Arrábida.

Por sua vez Santa-Rita (1982, p. 44), assinala estas influências: *"Na Estremadura, a proximidade do mar reduz o período de seca, que anda à volta de três meses e mantém durante todo o ano elevada humidade relativa. (...) A zona do milho começa a bem dizer aqui: no Verão, o verde dos milheirais e hortijos contrasta com os restolhos amarelados dos cereais de pragana e acentua, de Leiria para norte, um traço geográfico importante"*.

Estes, os traços dominantes deste território que na sua extensão se articula com os territórios vizinhos, dando assim continuidade às formas de relevo e da ocupação humana das zonas que lhe estão próximas. Referimo-nos, por um lado, às terras situadas mais a norte e que através das 'gândaras' e da planura litoral estabelecem a transição com a Beira Litoral propriamente dita e o Noroeste português. Identificadas por uma antiga e forte ocupação humana, com forte tradição agrícola, correspondem na actualidade, por via do desenvolvimento industrial que aí tem lugar, a uma das áreas do continente português mais favorável à atracção e à fixação de novos moradores.

Já para sul, o território em apreço confina com a Estremadura propriamente dita, unidade territorial igualmente extensa que se prolonga até aos limites do Tejo. Aí se desenvolveram os *"coutos de Alcobaça"* dominados pelo Mosteiro de Santa Maria e animados, sobretudo entre os séculos XII e XIV, por uma intensa actividade agrícola orientada pelos monges que souberam transformar os paúis em férteis campos de cultivo.

Sofrendo um intenso fenómeno de exploração e de ocupação humana do seu território, esta área passou a estar hoje em dia fortemente dominada, nos seus traços humanos e de desenvolvimento do território, pela proximidade da mancha urbana da capital que através das infra-estruturas rodoviárias existentes e em construção, vai estendendo cada vez mais para norte a sua poderosa influência.

Por sua vez o contacto com o interior, identificado pela menor carga humana e por níveis de crescimento e de acessibilidade pouco acentuados, é estabelecido com as elevações do maciço calcário que formam a orla sedimentar ocidental do continente português e cujos traços físicos essenciais e a própria cobertura vegetal, identifica os territórios do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul. Tal como a área de estudo, a cobertura vegetal dominante deu origem à sua designação oficial.

2 - Nota sobre a ocupação antiga do território

A evocação dos aspectos físicos anteriormente citados ajuda-nos a compreender os traços da ocupação humana do território leiriense, em particular os que se confinam à sua parte litoral. Neste caso as variações do nível do mar resultantes do seu avanço e recuo no decurso das últimas glaciações quaternárias, permite-nos considerar a bacia hidrográfica do rio Lis e toda a faixa marítima litoral adjacente, como sendo as áreas mais atingidas por aqueles movimentos eustáticos. Igualmente aqui se registam sinais muito antigos da fixação humana.

De acordo com Cunha-Ribeiro (C.M.L., 1995. I, p. 97), *“a ocupação da bacia hidrográfica do rio Lis pelo homem remonta ao Paleolítico Inferior, período durante o qual ele terá aliás chegado pela primeira vez ao actual território português”*. Daí que os achados *“atribuíveis às indústrias acheulenses do paleolítico inferior”* existentes nesta área, sejam constituídos por objectos líticos de quartzito, de quartzo e de sílex, descritos em várias estações arqueológicas por este autor.

A presença de numerosas peças talhadas em depósitos quaternários existentes ao longo do vale deste rio comprovam essa permanência humana primitiva e o desenvolvimento de actividades de caça e de recollecção em que assentava a sua subsistência. Teixeira e Zbyszewski (1968, p. 92), referem-se aos achados Paleolíticos do Professor Manuel Heleno, recolhidos em diversos locais da bacia do Lis e nas imediações de Leiria, constituídos por vestígios de *“indústrias neo-neolíticas, embora mal conhecidas, especialmente em algumas grutas ainda não exploradas, em que aparecem restos de cerâmica, ossos humanos, etc.”*

Situada na antiga Lusitânia, descrita por Plínio como começando *“a partir do Douro”* e onde se destacavam os *“ópidos de Conímbriga, Leiria, Évora e Alcobaça”* (RESENDE, 1996, p. 76), esta área terá sido ocupada por diversos povos, os Iberos, os Persas, os Fenícios e os Cartagineses (Ob. cit., p. 211). Mais ainda, *“esteve exposta à degradação dos Romanos e Púnicos, consoante eram estes ou aqueles pelas armas os mais fortes”* (Ob. cit., p. 136). Sobre a antiguidade desta ocupação

recorda-nos Serrão (1979.I, p. 41) a acção dos fenícios, que por volta do séc. X A.C., quando do seu estabelecimento na Península em feitorias, terão deixado a sua marca linguística na raiz de vocábulos que *“permaneceram na fala peninsular, como ‘ipp’, elemento toponímico que serviu para designar Olisipo (Lisboa), Collipo (Leiria)”*.

Por sua vez Figueiredo (1998, p. 68), assinala vestígios fenícios quer na parte sul do território (Silves), quer em Santa Olaia (Baixo Mondego), bem como *“todo um conjunto de locais de contornos ainda imprecisos ao longo da costa atlântica a Sul do Tejo (na embocadura dos principais rios)”*, testemunhos que justificam *“uma apertada rede de estabelecimentos comerciais’ de origem fenícia relacionada com uma expansão atlântica de cariz comercial”*. A ocorrência destes testemunhos corrobora a análise toponímica assente na apreciação da *“constelação de nomes”* oriundos da escrita *“fenício-cananita”*, deixada por estes povos, que desde a alta antiguidade conheciam a Península Ibérica e que *“a um momento ou a outro, a colonizaram”*, como assinala M. E. Santo (1988, p. 273).

Como observa Figueiredo (1998, p. 70), a abundância de estuários na Estremadura *“revela-se como uma área de eleição, não pelos seus recursos mineiros, mas pela excelente situação geográfica na confluência de rotas marítimas e de vias de penetração para o interior, associada às suas aptidões agrícolas”*. Esta a razão da frequência em todo o litoral, até ao estuário do Mondego, de *“gentes de ‘horizonte orientalizante’ (fenícios ou não)”* (Op. cit., p. 72), em toda esta parte do território. Tal facto estará na origem do povoamento da foz do rio Lis, da foz do rio Alcoa (outrora, rio da Pederneira), que serviram de ancoradouros naturais aos povos que durante a antiguidade aqui navegaram.

Sobre este assunto refere Loureiro (1904.II, p. 239) que *“nos tempos históricos, os primeiros grandes exploradores dos mares, os phenícios, e o povo eminentemente colonizador, o romano, por ali passaram e ali se estabeleceram com mais permanência, mostrando as relíquias archeológicas, a tradição e os documentos escriptos, quanto lhes foram queridos muitos daquelles lugares”*. Nota ainda este autor (Op. cit., p. 247), que os fenícios, conjuntamente com os *“tyrianos, povos da Ásia Menor e os melhores pilotos do seu tempo, vieram às nossas costas mais de 600 annos antes de Christo”*, tendo fundado povoações, como a de Cós (próxima de Alcobaça), colónia edificada *“no anno do mundo de 3266, no principio da 2ª Olympiada”* (Loc. cit.).

Tendo presente a evolução da costa litoral ao longo do tempo é de crer que a sua presença se tenha feito sentir noutros locais, como nas restingas do Pedrógão, *“antes de serem parte atacadas pelo mar, parte soterradas pelas dunas”* (Op. cit.,

p. 242), as quais “defendiam do lado do N. uma pequena enseada, onde podiam acolher-se navios”, transportando madeiras e outros produtos oriundos do Paul de Ulmar e de outros locais próximos dos campos do Lis. Neste caso, a combinação das actividades agrícola e marítima, ainda possível de reconhecer no decurso do século passado, dão razão a Birot (s/data, p. 157), quando observa: “Na Estremadura (...) a valorização do solo é mais recente, a densidade populacional mais fraca e a exploração do mar é uma actividade especializada imposta à região”.

A ocupação do litoral pelos romanos e a sua integração na província da Lusitânia foi acompanhada do desenvolvimento de algumas povoações de que se destacam, *Conimbriga*, *Collipo* e *Eburobrittium*³⁷. De acordo com Figueiredo (1998, p. 83), tomando como referência os trabalhos de Alarcão, os limites desta área com os de *Conimbriga* situavam-se nas proximidades de Pombal, indo para leste até às serras de Sicó e de Aire, confrontando os limites de *Collipo* com a “*civitas*” de *Eburobrittium*, na “*Lagoa da Pederneira*”, actual planície litoral em torno de Valado dos Frades.

No território ocupado por *Collipo* (cujas ruínas se situam em S. Sebastião do Freixo) existem vários testemunhos que apontam para o facto do actual distrito de Leiria ter “*correspondido, grosso modo ao do município romano de Collipo, aglomerado populacional antecedente da actual cidade*” (D’ENCARNAÇÃO, 1995.I, p. 141). Confirmam-no outros vestígios, nomeadamente moedas recolhidas nas áreas dos concelhos de Leiria, da Batalha e de Porto de Mós (RUIVO, 1995.I, p. 160), bem como os mosaicos da mesma proveniência recolhidos noutros locais vizinhos (CRISTINO, 1995.I, p. 179).

Refere ainda este autor (Op. cit., p. 181) não só a existência de carvão em abundância nesta área, mas ainda minério de ferro de boa qualidade que os romanos exploraram em locais diversos, de Porto de Mós, à Marinha Grande. São testemunhos as pedras aparelhadas datada da época romana, especialmente “*cipos sepulcrais*” utilizados na edificação das muralhas do castelo de Leiria. Refere Gomes (1995, p. 21) que “*do povoamento pré-clássico e romano restam notícias historiograficamente repetidas do ‘oppidum coliponense, da etimologia de um topónimo (Collippo) (...). Estudos recentes levam à localização desse povoado cerca de uma légua a sul da actual cidade de Leiria, em S. Sebastião de Freixo*”.

De acordo com Teixeira e Zbyszewski (1968, p. 93), “*diversos vestígios de fundições romanas são conhecidos na região de Leiria*”, testemunhos que abonam a favor não só da ocupação desta área por estes povos mas ainda da diversidade e

³⁷ Localizada, certamente, na região e Óbidos (FIGUEIREDO, 1998, p. 84)

riqueza geológica dos terrenos circundantes. Além das características já descritas importa notar que o território do ‘municipium’ de Collipo, *“localizado na região de Leiria, o seu território confrontaria necessariamente com as ‘civitates’ vizinhas, isto é, a sul com ‘Eburobrittium’, a sudeste com ‘Scalabis’, a leste com ‘Sellium’ e a norte entestaria com ‘Conimbriga’”* (BERNARDES, 1999. I, p. 47). Estes os centros urbanos mais próximos coincidentes, respectivamente, com as localidades actuais de: Évora de Alcobaça, Santarém, Tomar e Conímbriga (RESENDE, 1996), que constituíam a rede urbana e administrativa desta parte da Lusitânia no tempo da ocupação romana. Entre elas, corriam diversas vias de interesse das quais a mais importante era a ‘estrada’ principal que ligava Olissipo, a Bracara Augusta, passando por Eminium e na qual entroncava o acesso que ligava a Colipo.

A relativa ausência de testemunhos alusivos à ocupação humana em épocas seguintes, não permite tecer grandes considerações sobre a presença de outros povos no território leiriense. Contudo, essa presença foi notória como o comprovam os topónimos árabes encontrados na região dando-nos a conhecer a sua fixação nesta área. De facto, como observa Castro (1991, p. 304), *“Leiria e a sua região foram, durante séculos, palco de sucessivas vagas de ocupantes”*, tendo a estabilização surgido apenas nos finais do século XII em consequência do processo de Reconquista. Prossegue o mesmo autor (Loc. cit.) afirmando que, *“desde o ano de 414 em que à ocupação romana se sucedeu a sueva até ao desenvolvimento histórico-social que após 715 viria a ser sucedida pela ocupação sarracena em 745 houve também contribuições técnico-económicas e culturais que não deixaram de ter efeitos positivos. Com efeito conhecendo a ocupação visigoda por volta de 753 a reocupação sarracena quase um século volvido, aqui entraram as hostes cristãs de Afonso Henriques em 1134 para voltar a conhecer os domínios sarraceno cerca de seis anos volvidos”*.

A descrição anterior confirma as perturbações registadas entre o Tejo e o Minho, zona submetida às invasões, às razias e às algaras dos muçulmanos, bem como às acções de natureza defensiva conduzidas pelos reis das Astúrias responsáveis pelo provável despovoamento de grande parte desta área litoral. A propósito deste *“ermamento”*, Serrão (1989.II, p. 415) afirma tratar-se do *“despovoamento de uma larga faixa fronteiriça, não só em consequência da acção de Afonso I, rei das Astúrias, especialmente ao norte do Douro, mas também em virtude da ocupação muçulmana e das lutas que se lhe seguiram ao sul do Mondego”*, o que constituiu um problema fundamental que afectou este território em meados do século VIII.

As acções relacionadas com o repovoamento deste território e com as deslocações internas que o acompanharam, sugerem a persistência de largos vazios na ocupação humana deste espaço bem como a persistência de alguns “núcleos de cristandade” (SERRÃO, 1989.II, p. 416), alguns dos quais poderão ter prevalecido nas terras do vale do Lis. Por outro lado é presumível que a origem de certos casais esteja ainda associada à presença remota dos romanos no território e que sobre o mesmo se tenham fixado os árabes que deixaram, nesta parte alta da bacia do Lis, as tão conhecidas “noras” usadas para regadio.

Dizem-nos Rodrigues e Mendes (1999, p. 25), com base nos estudos de A. Sampaio, O. Ribeiro e J. Dias, “*que a azenha (‘al-saiya’) ou moinho de roda vertical foi introduzida pelos árabes na Península Ibérica*”. Denotando origem árabe e realçando a persistência da ocupação destes povos em toda a região, encontramos a freguesia de Azóia, que segundo Leal (1873.I, p. 298), “*é palavra arabe ‘azzauia’, significa canto ou angulo*”, possivelmente o extremo de um domínio senhorial ou administrativo muçulmano sediado nas imediações do futuro burgo medievo.

Outros testemunhos da presença árabe estão presentes na parte mais meridional de Leiria sendo realçados pela toponímia: Almoinha, Alcobaça, Aljubarrota, Alpedriz e mais a sul por Alfeizerão e Alvorninha. Também na área do maciço calcáreo encontramos vestígios dessa presença em topónimos locais tais como Alvados, Alcaria e Alqueidão, o que abona a favor da presença árabe em terras posteriormente integradas no concelho de Porto de Mós.

A descrição anterior está de acordo com os vestígios da ocupação romana encontrados nesta área reafirmando a antiguidade da ocupação, muitos séculos antes de se ter iniciado a Reconquista movimento este que, segundo alguns autores, nomeadamente David Lopes (1900) e José Saraiva (1929), terá ganho outro significado depois da “refrega” de Ourique, que os mesmos defendem ter tido lugar entre Leiria-Tomar e Santarém, próximo das Cortes.

Com base na consulta de diversas fontes documentais, árabes e de outra natureza, nomeadamente os “*anais undecentistas crúzios*”, Gomes (1995, p. 22) regista que a terra onde se veio a desenvolver Leiria era “*não habitada, deserta de gente humana e sem senhor*”, dominada por um “*despovoamento estrutural*” (Loc. cit.) que se verificou durante todo o domínio muçulmano. Esta referência contraria o que se verificava com Santarém, importante capital administrativa muçulmana e em Coimbra, importante reduto cristão entre os séculos IX e X, defendida pela fronteira natural do leito do Mondego. Mais ainda, afirma o referido autor (Op. cit., p. 21): “*Ao povoamento romano, isolado e disperso, centrado por ricas casas rurais de senhores, ao que parece, cedo convertidos ao cristianismo (...) não presidia um*

núcleo urbano com força suficiente para aglutinar e promover a continuidade desse modelo económico de povoamento e exploração da terra. No contexto das invasões suevas e visigodas processou-se o atrofamento desses ilhéus colonizadores”. A concluir, observa este autor (Op. cit., p. 22): “os séculos de domínio muçulmano não afectaram directamente esta situação de despovoamento estrutural”.

Esta situação foi alterada quando da Reconquista através da fixação permanente de novos habitantes em casais e noutras povoações de maior dimensão permitindo, assim, o arroteamento permanente desta terra e a exploração continuada dos seus recursos naturais.

3 – A acção histórica

A construção do povoamento da Estremadura setentrional foi um processo moroso, tal como nos é referido por diversos autores, entre eles por Leite de Vasconcelos (1942.III, p. 399) que a propósito, escreveu: *“dentre todas as portuguesas é a Estremadura, dentro dos actuais limites, aquela de que se possuem documentos arqueológicos mais antigos, isto é, desde a idade da pedra lascada, sendo estes, também, muito abundosos (...). D’então em diante continuam a estar representadas, na Arqueologia ou na Historia, ora mais, ora menos, todas as subseqüentes idades: mesolítica, neolítica, calcolítica, do bronze, do ferro, romana, visigótica, arábica”.* Prossegue o autor, assinalando (Loc. cit.): *“Foi talvez Afonso VI de Lião e Castela o primeiro rei cristão da Península Hispano-Portuguesa que procurou tirar a Estremadura aos Árabes, à custa de cujo território esta província se foi formando, com elementos populacionais autóctones por base”.* Afirma ainda este autor (VASCONCELOS, 1980.II, p. 394): *“Havendo o mencionado monarca dilatado o seu reino pela Estremadura, deu foral a Santarém em 1095”.*

O relato das lutas travadas com os muçulmanos na conquista destas terras aos mouros são um testemunho da acção de diferentes agentes de povoamento, que não só a Igreja ou o Rei, mas também as ordens religiosas e militares. Estas contribuíram para o estabelecimento dos padrões de povoamento mais antigos através da consolidação de algumas praças-fortes, de centros de poder religioso e administrativo e da distribuição da população em casais que facilitaram o arroteamento do território e a consolidação do povoamento, sobretudo do povoamento rural, nesta área dominada pelo Castelo de Leiria. A fundação do Castelo de Leiria por D. Afonso Henriques, em 1135, *“com o intuito de opor nas fronteiras do reino poderosa resistência aos Mouros, castelo, no decorrer do tempo,*

ora retomado por estes, ora restaurado pelos Cristãos” (Op. cit., 1980.II, p. 402), constituiu uma etapa decisiva no processo de povoamento do território nacional, a sul do Mondego.

Diz-nos Barbosa (1991, p. 15) que nessa data, “a fronteira do Condado portugalense estendia-se, na zona litoral-sul, às terras pouco povoadas de Soure”, sendo que, este território “fazia parte de uma ‘marca’ destinada a defender os campos de Coimbra das frequentes incursões muçulmanas vindas do litoral ou do vale tagano”. Desta forma tornava-se evidente a “importância estratégica do castelo de Leiria e, depois, da vila que cresceu à sua volta” (Loc. cit.), uma vez que a mesma se situava na convergência das rotas entre as bacias hidrográficas do Mondego e do Tejo: “um dos caminhos, pela região estremenha, o outro, pela serra, tomando o caminho de Porto de Mós e Ourém, rumo ao vale do Tejo e Santarém” (Loc. cit.).

Recorda-nos Gomes (1995, p. 86) que a edificação do castelo de Leiria com funções defensivas e de organização de povoamento, foi articulada com os castelos de Porto de Mós e de Ourém, e “devem ter sido, inicialmente, simples atalaias, postos avançados de vigia propositadamente construídos para permitirem uma melhor defesa do povoamento e exploração agrária do território leiriense”. Estas fortalezas foram localizadas próximo das vias de penetração junto ao maciço calcáreo e a ocidente, de onde emergiam frequentes “incursões e razias muçulmanas” (GOMES, 1995.b, p. 210), que se atenuaram depois das conquistas de Santarém e de Lisboa.

Por sua vez assinala “O Couseiro” (1868, p. 232), que a vila de Porto de Mós “está situada em uma costa arriba, e o castello no alto; tem uma ribeira, fresca com o rio que por ella passa”. Mais ainda, “esta villa e sua fortaleza é muito antiga, porque já era em tempo d’el-rei D. Affonso Henriques, e tinha castello, e ahi venceu D. Fuas Roupinho os mouros e capturou um rei seu”. Os cursos de água referidos são os rios Lena e Alcaide, afluente do mesmo. Estas condições permitiram que a povoação recebesse o seu primeiro foral em 1142, o qual foi confirmado por D. Sancho I, em 1195.

Por sua vez a vila de Ourém, “assente sobre o dorso de um alto monte pyramidal, de difícil acesso, no centro de um extenso e profundo valle sem outra alguma elevação próxima” (LEAL, 1875.VI, p. 315) era, por estas razões, considerada uma importante praça estratégica na defesa desta região interior. Mais ainda, diz-nos Peres (1929.II, p. 19), que a posição extrema ocupada por esta fortaleza na “linha Leiria-Ourém-Cera (Tomar)”, permitia àquela praça continuar a representar “a maior parte do tempo, o papel de atalaia mais avançada sobre o território ocupado pelos mouros” ou seja, sobre a “Balata”, nome desta parte do

continente português que depois da Reconquista foi substituída pela designação de Estremadura (Loc. cit.).

Neste cenário montanhoso, Ourém e Porto de Mós, tiveram um papel de realce na consolidação do povoamento leirenense e do seu termo. Ourém foi “*tomado aos mouros*” (ELYSEU, 1868, p. 23) em 1136, sendo o seu território reconhecido como distinto do de Leiria logo no início da nacionalidade, como observa Elyseu (Op. cit., p. 30) uma vez que, em 1142, o foral de Leiria refere já o “*porto Auren*”, ou seja, “*a passagem, ou ponto de comunicação de uma terra para outra, atravessando eminências ou sêrros, que eram a divisão natural das terras*”.

Por sua vez Porto de Mós, “*teve esta povoação princípio em uma fortaleza construída pelos árabes, no século IX*” (LEAL.VII, p. 571) mas, em tempo distante, “*estando em Coimbra o nosso primeiro rei, D. Affonso Henriques, resolveu tomar por surpresa o castello de Porto de Mós, que n’esse tempo era importantíssimo, e seguro valhaoito dos mouros, que d’elle sahiam com frequência a roubar e devastar as povoações christans*”. Prossegue o referido autor (Op. cit., p. 574-575), que “*em 1200, porem, D. Sancho I, mandou reedificar e ampliar a fortaleza, e reconstruir e repovoar a villa; que desde então não tornou a cahir em poder dos mouros*”.

A propósito desta povoação, diz-nos Ramos (1970, p. 15) que “*em 1153, na carta afonsina de doação e couto aos monges de Alcobaça, menciona-se, pela primeira vez, a Póvoa portomosense do Ândam (Andano), e, dessa data em diante, os numerosos escambos, compras e doações estabelecem contacto tão estreito com o Mosteiro de Alcobaça que quem desejar conhecer, com alguma profundidade, a história de Porto de Mós é forçado a compulsar os documentos alcobacenses*”. Entre outras provas regista o autor (Op. cit., p. 33) a doação dos bens dos Hospitalários, localizados em Porto de Mós, aos Cistercienses (em 1230) e mais tarde, em 1255, a doação do “*padroado da igreja portomosense de Santa Maria do Castelo*” ao Mosteiro de Alcobaça. Mais tarde foi-lhe concedido foral em 1305, ao tempo de D. Dinis, e a história do seu castelo anda associado à acção de um dos seus alcaides, D. Fuas Roupinho, igualmente conhecido pela edificação do Santuário no sítio de N^a S^a da Nazaré. Estas notas abonam a favor do papel desempenhado pelo castelo de Leiria e pelos monges Cistercienses, como promotores do povoamento estremenho, sobretudo nas terras de vocação agrícola arroteadas ao tempo da constituição destes domínios.

Com já notámos (ARROTEIA, 2002, p. 43), o território dominado pelo castelo de Leiria, situado numa zona de fronteira entre os domínios cristãos organizados desde o século IX por Coimbra e as praças agarenas de Santarém e de Lisboa, era até à chegada dos cavaleiros e povoadores de D. Afonso Henriques, uma “*terra não*

habitada, deserta de gente humana e sem senhor” (GOMES, 2007, p. 22), pouco propícia à colonização, *“qualquer que fosse o grupo humano, dada a instabilidade provocada pelas constantes confrontações entre estes sectores inimigos”* (Op. cit., p. 27). A acção povoadora foi apoiada pela nobreza, dioceses, ordens monásticas e ordens militares, que através da construção de um sistema defensivo e de exploração da terra, permitiram a fixação de novos moradores. Tal aconteceu beneficiando da defesa garantida pelo burgo medieval de Leiria e do *“concilium leirenense”* (GOMES, 1995, p. 65) descrito na documentação undecentista de 1142 e no foral que então estabeleceu os limites do território leirense.

Recorde-se que por testamento de D. Afonso Henriques, o domínio eclesiástico de Leiria foi doado em 1180 ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como regista o *“O Couseiro”* (1868, p. 5), a propósito do testamento daquele monarca:

“Eu Affonso, rei dos portuguezes, filho do conde Henrique e da rainha Thereza, e neto do grande rei de Hespanha Affonso (...) faço esta firme carta de testamento, pela qual deixo ao mosteiro de Santa Cruz, sito nos arrabaldes de Coimbra, todo o ecclesiastico do castello que chamam de Leiria, o qual castello eu primeiro levantei desde os alicerces em terra despovoada; e tendo-o, por nossos peccados, os serracenos destruido, o edifiquei segunda vez. Dou pois ao sobredito mosteiro de Santa Cruz a egreja d’este castello, com tudo aquillo que antes possuira na primeira povoação, e o mais que depois poder adquirir; e não só lhe dou esta actual egreja, senão tambem quantas mais no mesmo castello e seu termo se forem edificando, conforme a necessidade (...)”.

De acordo com o referido documento (Op. cit., p. 7), deferida esta súplica *“confirmou o Papa Celestino 3º a dicta doação, em o quinto anno do seu pontificado, aos dez dias do mez de julho, que vem a ser no de 1195”*. Por esta razão, *“e no mesmo anno, a instancia do mesmo rei, fez Gilberto, bispo de Lisboa (e o primeiro d’ella), desistencia do direito que tinha, ou podia ter, na jurisdicção ecclesiastica d’este districto de Leiria, de consentimento do seu cabido, a qual o dicto Papa Celestino, em o mesmo anno, confirmou”*. Estas referências parecem coincidir com a segunda doação desta terra, depois da reconquista da fortaleza aos serracenos e da sua reedificação feita pelo referido monarca no *“anno de Christo de 1142”* (Op. cit., p. 3).

A primeira igreja edificada foi a de Nª Senhora da Pena (orago: Nª Senhora da Anunciação), *“e por isso teve sempre o nome de matriz, e era a freguezia emquanto não houve outra egreja”*, sob jurisdição do Prior Mor de Coimbra. A esta Igreja ficaram a pertencer os vastos domínios territoriais do Castelo de Leiria, sucessivamente desmembrados para a formação de novas paróquias ou

freguesias, algumas delas estando na origem de novas circunscrições administrativas, como os concelhos. Para tanto terá recorrido à deslocação de habitantes residentes nas imediações de Coimbra, sujeita a uma forte “*pressão e demográfica*” (GOMES, 2007, p. 27), “*a procurar novos lugares de habitat a Sul do Mondego*” (Loc. cit.).

De acordo com Gomes (2004, p. 29-30), a construção do castelo de Leiria e a apropriação deste espaço fronteiriço entre cristãos e muçulmanos, “*significava a intromissão numa zona neutra, provocando o rompimento dum equilíbrio relativamente estável desde há mais dum século (...) mesmo como essencial para a defesa dos campos de Coimbra, demasiado frequentemente assediados, por essa época, pelas hostes almorávidas e serracenas*”. Nota ainda este autor (GOMES, 1995, p. 24) que “*o território de Leiria, à data da chegada dos cavaleiros e povoadores de D. Afonso Henriques, era, pois, considerado terra despovoada, erma e bravia. (...) A bacia do Lis era, então, envolvida por densos bosques e, no litoral, já dominava o pinhal (...). Enquanto isso, as condições dos solos criadas por séculos de desaproveitamento humano caracterizavam-se pela ocupação de grandes paus ou por estarem assoreados*”.

Como foi notado (ARROTEIA, 2002, p. 45), esta situação terá incentivado o arroteamento que se seguiu ao processo da Reconquista, levando à fixação de novos moradores oriundos de regiões mais densamente povoadas do norte do território, que não só dos campos de Coimbra, e à delimitação dos “*termos*” das povoações e, como nos recorda Serrão (1989.I, p. 112), “*ao incremento da vida municipal, sem esquecer os laços inter-regionais que fizeram muitas povoações sair do isolamento e tornar-se centros vitais de comunicação*”. Nestas circunstâncias, a concessão da “*carta régia de foral*” atribuída por D. Sancho, em 1195, a Leiria (bem como a outras localidades, nos finais do século XII), parece constituir-se um bom exemplo do trabalho desenvolvido pelo monarca “*Povoador*”. Para tanto terão igualmente contribuído os grandes donatários destas terras ou seja, os frades Crúzios de Coimbra, que se bateram pela sua posse e impulsionaram a sua colonização e que tinham em Leiria um representante directo do Prior-mor de Santa Cruz, “*como Vigário Geral e Provisor, assistido por uma Colegiada*” (ZÚQUETE, 1943, p. 17). No âmbito do processo de reforma desenvolvido por D. Manuel I, Leiria viu o seu foral novo outorgado por este monarca, em 1510.

A propósito do povoamento desta área escreveu Barbosa (1991, p. 27), transcrevendo escritos contidos nas “*Chronicas Breves e Memorias Avulsas de S. Cruz de Coimbra*”, que “*Dom affonso o primeiro rey de Portugal como tomou leirea*

aos mouros logo dotou aa uera cruz leirea com toda a jurisdiçom real e com todo o ecclesiástico (...). O castello de leyrea era dos sarraziis, e corriam a terra ataaa Coimbra. E faziam muyto mal aos christaaos em soyre e em pombal (...)”. Por isso a sua ocupação era necessária para conter essas investidas, provenientes do “distrito” escalabitano³⁸ residente a oriente deste castelo, ou então dos muçulmanos residentes na zona de Óbidos-Alcobaça (Op. cit., p. 30).

Pelo seu interesse recordamos alguns aspectos relativos à acção das ordens religiosas. A Ordem do Templo de Salomão ou Templários, foi fundada em 12 de Junho de 1118, em Jerusalém, encabeçada por Hugo de Payens. A sua acção orientava-se para a defesa de Jerusalém e do Santo Sepulcro, bem como na protecção dos peregrinos que para aí se dirigiam. Em Portugal a sua acção fez-se particularmente sentir na zona centro-litoral do país, Soure, Pombal e Tomar. A fixação desta ordem em Portugal data de 1128, quando D. Teresa fez a doação das terras de Soure e do seu termo (terras entre Coimbra e Leiria), então sob alçada dos muçulmanos, à ordem do Templo.

Razões que à História cabe apurar levaram à extinção desta Ordem, em 1312, pelo Papa Clemente V, depois da sua anulação em França, por Filipe IV, o Belo. Depois destes acontecimentos D. Dinis funda em substituição desta a “Ordem de Cristo”, em 1319, a qual acolhe elementos da Ordem do Templo de Salomão e os seus bens e riquezas. Já anteriormente a esta data, em 1309, este monarca recupera a posse das praças de Soure, Pombal, Ega e Redinha.

No caso de Soure, diz-nos Barbosa (1991, p. 16), que esta localidade “povoa-se antes de 1043”, sendo “primitivamente um mosteiro moçárabe fundado pelo presbítero João, datando desse ano a sua doação ao mosteiro da Vacariça”. Cabia-lhe defender Coimbra das investidas permitidas pela via romana e fluviais através do rio Arunca (Op. cit., p. 15), cabendo a Leiria “a defesa do flanco austral de Soure” (Op. cit., p. 31). Já em relação a Pombal, o castelo terá sido mandado edificar por Gualdim Pais, Grão-Mestre da Ordem dos Templários, e a povoação teve foral em 1174.

Com a construção da edificação do castelo de Leiria este centro funcionou como limite sul do reino de Portugal atraindo para a sua periferia novos colonos. A este respeito diz-nos Barbosa (Op. cit., p. 33), que a Leiria, “para onde não avançam os Templários, caberia conter as simples algaras vindas da região de Alcobaça e, eventualmente, da zona serrana. Por isso era desnecessário fazer deslocar para lá uma força de ‘élite’ permitindo, por outro lado, arranjar uma vasta

³⁸ Ou da Balata, a Valada cristã, refere Barbosa (1991, p. 27), “onde se incluía toda a área a sul da fortaleza do Lis” .

região para onde se pudesse canalizar o excesso populacional da região nortenha e coimbrã”. Contudo, esta acção era particularmente dificultada pelas incursões mouras que se foram esbatendo à medida que a reconquista progrediu para sul e se estabeleceram novos centros defensivos próximos da *“linha de castellos que corria de Soure a Tomar”* (*“O Couseiro”, 1868, p. 139*) e onde se incluía também, Pombal.

Recorde-se que a fixação de novos colonos foi progredindo com a concessão de forais a Ega (próximo de Condeixa) e Redinha (próximo de Pombal), e com a edificação e reconstrução de castelos, tais como os de Miranda do Corvo (1136), Penela (1137), Germanelo (1142) e Leiria (1145). Estas e as praças mais a sul foram importantes *“atalaias de vanguarda”* na defesa da borda ocidental do maciço calcário estremenho. Na posse de alguns destes centros e de diversas fortalezas à volta de Tomar – Ourem, Ceras, Torres Novas, Almourol e Castelo do Zêzere – à Ordem dos Templários cabia a defesa da linha meridional do território até à conquista de Santarém e de Lisboa. A posse do castelo de Tomar por esta ordem, em 1160 e a fixação da Ordem de Cristo neste Castelo, permite que esta continue a desempenhar um papel fundamental na consolidação do povoamento da Estremadura. Consigo disputava o poder destas terras, o Bispo de Coimbra. Importa assinalar que as doações às ordens religiosas do Templo e do Hospital, feitas por D. Afonso Henriques, permitiram a posse de vastas parcelas do território na área do castelo de Leiria, com o objectivo da sua defesa e povoamento.

Sobre o povoamento desta área diz-nos Gomes (1995.b, p. 219), do *“real ermamento de Leiria, em 1135”*, com *“preeminência episcopal de jurisdição plenária (...) nas freguesias com matrizes rurais situadas a norte do morro castelão leiriense (...) enquanto Sta Cruz de Coimbra deteve essa mesma jurisdição nos territórios das freguesias sediadas na vila”*. Contudo o arroteamento dos terrenos mais distantes, nomeadamente das póvoas de Monte Real e de Paredes, só foi possível anos mais tarde, com a fixação de novos moradores, *“massas demográficas que migraram das áreas nortenhas para as meridionais”* (GOMES, 2004, p. 78), que vieram colmatar as clareiras demográficas existentes. Para além destas, assinalamos a acção dos monges de Alcobaça que souberam drenar os paúis existentes, desenvolver a agricultura e animar os circuitos económicos locais, nomeadamente através do desenvolvimento da indústria moageira ao longo dos cursos de água e do cultivo de cereais que fomentaram a criação de riqueza na região e o crescimento dos seus habitantes.

Entretanto dois séculos depois, em 1536, quando da visitação do prior-mor de Coimbra, a povoação possuía já, para além da igreja matriz de N^a Sr^a da Pena, mais

quatro igrejas, a saber: S. Pedro (a “segunda que se fez n’esta povoação” – Op. cit., p. 32), S. Martinho, Santo Estevão e S. Tiago do Arrabalde da Ponte. Estas as quatro freguesias que repartiam entre si um vasto domínio territorial de cerca de 61.4 ha, que por desanexações sucessivas vai dar origem às demais freguesias do concelho de Leiria. Este movimento, não sendo um fenómeno específico do concelho de Leiria, tem lugar depois da criação do mesmo, “consagrado no foral de 1195” (GOMES, 2004, p. 81), seguindo “duas fases distintas no relacionamento da comunidade leiriense, dos seus poderes, com um espaço territorial sobre o qual se exerciam acções de carácter institucional e económico” (Loc. cit.). Refere o mesmo autor que “ao findar o penúltimo quartel undecentista, a autonomização dos espaços ourensense e portomosense” dá início a “uma outra fase na ordenação do espaço e dos poderes que respeitavam Leiria” (Op. cit., p., 85).

A norte de Leiria, Pombal cresceu a partir do território de Soure, tendo recebido foral em 1174, até Ega e Redinha, terras dominadas pelo povoamento dos Templários e cuja influência, nesta parte do território, se fez exercer até às imediações de Leiria. Também a Ordem do Hospital tinha domínio sobre o território de Leiria, sobretudo na área de Porto de Mós, enquanto que a Ordem de Aviz se confirmou donatária de Alcanede e de Alpedriz. Já o povoamento da área litoral a sul, caso dos campos do Alcôa e de Cister, ficou a dever-se à acção dos frades de São Bernardo de Claraval, fundador da Ordem Cisterciense e patrono dos Templários.

A fundação dessa ordem, em França, em 1098, estendeu-se a Portugal em 1143 ou 1144 (COCHERIL, 1978, p. 226), quando se fixaram em São João de Tarouca. D. Afonso Henriques autorizou a construção do Mosteiro de Alcobaça, em 1153, em terras que lhes foram doadas, situadas entre a serra dos Candeeiros e o mar. Diz, Barbosa (1991, p. 61), que a doação de D. Afonso Henriques a Claraval, do “locum” “a que se chama de Alcobaça,” ou seja, da “herdade régia que está entre Leiria e Óbidos”, é território “de forte presença humana anterior à chegada dos cistercienses” (Op. cit., p. 70). A este respeito diz-nos Serrão (1989.I, p. 176) que “o domínio alcobacense abrangia toda a região que vai de S. Pedro de Muel à Lourinhã e, para o interior, até á serra dos candeeiros e a rio Maior”, numa área de mais de 60 000 hectares. Estes domínios englobavam 14 de vilas, entre as quais: Porto de Mós, Aljubarrota, Maiorga e Vestiaria; quatro portos de mar: Salir, Pederneira, Cós e Alfeizerão e dois paúis: Ota e Ulmar onde, no dizer do mesmo autor (Loc. cit.), “os monges exerciam a autoridade, cobravam impostos e detinham o monopólio da vida económica”.

A importância de algumas destas vilas veio a acentuar-se com a intensificação do povoamento e das actividades agrícolas, comerciais e piscatórias radicadas nesta sub-região litoral e desenvolvidas por acção directa do Mosteiro de Alcobaça. Para além deste mosteiro, a Ordem de Cister construiu cerca de três dezenas de mosteiros, entre eles o de Seiça, no vale do rio Pranto, próximo do vale do Mondego, e a quem coube igualmente um papel de realce no povoamento desta área.

A respeito da evolução do povoamento no território nacional, Leite de Vasconcelos (1980.II, p. 398), resume as seguintes fases:

“Primórdios do Estado português: - D. Henrique e D. Teresa. - Começo da colonização. - Fundações e forais.

Dinastia Afonsina. - Reis que foram povoadores máximos. - Continua a colonização. Colmeias de povoações. - Perigos: Lião e Castela, de um lado; a moirama do outro. Fortalezação do reino no interior e na fronteira. - Forais e forais. - De Afonso IV a D. Fernando.

Dinastia de Avis. - Não só no Continente, senão também as Ilhas Adjacentes (alusão). - Títulos administrativos. - Continua a fortalezação do reino. - Forais de D. Manuel.

Dinastia Filipina. - Fortalezas à beira-mar.

Dinastia de Bragança. - Restauração política e material. - O rei Magnânimo. - Divisão de Lisboa. - Mais títulos administrativos.

Republica. - Novas cidades.”

Recobrando todo o território nacional, a leitura de Leite de Vasconcelos sobre o desenvolvimento das povoações em diversos períodos da nossa história, pode facilitar a apreciação que fazemos sobre a sua afirmação nesta parte do território bem como da evolução demográfica que lhe anda associada. De acordo com este autor (Op. cit., p. 258), baseado em textos de D. Duarte, nesta área foram-se fixando diversos tipos de moradores: *“huns edificavam pelo género da terra ser tal, que podiam hi viver e lavrar e criar, e outros por ajuntarem e carregarem em eles seus averes e mercadorias, e outros por razão das pescarias, e alguns por todo”*. Precisa este autor, *“isto é: segundo os lugares se destinavam a habitação e a centro de lavoura, a comercio marítimo, a industria piscatória, ou tinham carácter mixto”*.

Embora a acção de outros factores, que não só os históricos, se tenham feito sentir na organização do espaço em torno da cidade de Leiria, determinando o aparecimento de novas paróquias ou de novas entidades *“de tipo para-concelhio rural, sediadas em Camarinho e em Ulmar”*, em 1310 (GOMES, 2004, p. 85), desde

o início de Quinhentos até às reformas liberais Oitocentistas (Loc. cit.), a área do concelho de Leiria permaneceu estável. Tal facto veio a contribuir para consolidar a importância desta cidade como 'polo' organizador do espaço adjacente, onde foram construídas diversas fortalezas.

Na sua essência os territórios dos concelhos próximos abrangiam, a par do castelo *“à volta do qual se desenvolve um núcleo urbano que constituía o centro da administração municipal”* (SERRÃO, 1979.II, p. 138), uma área territorial extensa definida pela respectiva carta de foral. Das povoações vizinhas apenas a Vila da Batalha não tinha funções defensivas, mas aí existia o Convento de S. Domingues, mandado edificar por D. João I, *“depois d’alcançar aquella famosa victoria, na charneca entre as villas da Batalha e Aljubarrota”* (*“O Couseiro”*, 1868, p. 97), em 14 de Agosto de 1385. A este respeito, assinala Leal (1873.I, p. 350), que *“A villa da Batalha teve principio com as várias casas e officinas que se construíram para habitação e mesteres dos operários, mestres, directores, fiscaes e mais empregados da fábrica do magestoso convento”*.

Quanto à Marinha Grande, a respectiva freguesia foi erecta em 1600, deixando de pertencer a S. Tiago do Arrabalde da Ponte. Lê-se na referida obra (Op. cit., p. 198) que na freguesia da Marinha, *“cáe parte do pinhal d’el-rei, que começa na lagoa Sapinha, que está á borda do Aceiro, e chega até á Vieira e freguezia de Cravide, e são três logoas, grandes, de comprido, e de largó chega até o mar, que será legoa e meia”*. A evolução desta povoação está ligada à exploração do Pinhal e à actividade agrícola em terras da Marinha, ou da freguesia de N^a S^a do Rosário da Marinha. Contudo, só no do século XVIII, com a transferência da fábrica de vidros de Coima para esta povoação, em 1747, e a criação da Fábrica Nacional de Vidros é que a povoação inicia uma nova etapa da sua evolução, orientando-se para as actividades industriais.

Os aspectos acima referidos atestam a identidade de traços geográficos comuns a esta região do país, a qual foi construída historicamente por acção de diferentes actores que agiram sobre um cenário geográfico, ou natural, com traços comuns da sua identidade.

4 – Estruturação histórica da rede de povoamento

A evolução dos núcleos de povoamento referidos está relacionada com a acção do poder régio, da Igreja e das Ordens religiosas, bem como pela acção dos seus habitantes e do arroteamento que permitiu construir sobre solos de natureza rochosa, sobre paúis, sobre dunas ou sobre bacias de aluvião, as bases de uma agricultura de subsistência. Esta veio animar alguns mercados locais, bem como alimentar os centros religiosos, administrativos, de comércio e de relação, que gradualmente se foram construindo nesta área. Esta rede de antigas “vilas” e “cidades”, onde se integra a cidade de Leiria, faz parte de uma “herança” geográfica, com uma memória histórica particular, responsável pelo crescimento e evolução dos centros urbanos actuais, tal como se pode verificar através dos censos da população iniciados em Oitocentos.

Recorda-nos Girard (1982, p. 158) que, *“o conhecimento dos factos e da evolução demográficos, a descrição estatística dos agrupamentos humanos e a análise do seu renovamento facultam à observação dos fenómenos sociais uma dimensão numérica rigorosa e um quadro morfológico que ela não pode dispensar sem risco”*³⁹. Daqui a nossa preocupação com o conhecimento da população em épocas recuadas, a qual, reveste-se sempre de algumas incertezas porquanto, não existindo registos apropriados, não havendo coincidência nas datas dos levantamentos parcelares efectuados nem tão pouca identidade nos seus objectivos imediatos, é difícil o cômputo exacto da população portuguesa anteriormente a Quatrocentos.

A agravar este crescimento, as “pestilências” decorrentes das doenças de carácter epidémico que frequentemente assolaram o território português no decurso da Idade Média tornam ainda mais difícil esse conhecimento em virtude dos estragos e das mortes provocados pelas epidemias. Diversos relatos fazem-nos recordar a importância das pestes, nomeadamente a que desde o início do século XIV, em 1310, grassou em Portugal abrindo caminho ao surto da peste negra que por meados desse século atingiu as fronteiras nacionais.

Durante os séculos XV e XVI são igualmente numerosos os relatos (SERRÃO, 1989) das epidemias que atingiram o reino, muitas delas trazidas pelos marinheiros que demandavam os portos nacionais. E sendo Leiria servida por vários ancoradouros e aberta à circulação de outros viajantes, é de crer que a

³⁹ GIRARD, Alain. In: GAZENEUVE, VITOROFF, 1982, p. 158

cidade e a sua região tenham sido afectadas por essas moléstias, responsáveis pela morte de parte dos seus moradores.

Não sendo nossa preocupação analisar as causas da evolução demográfica em épocas mais distantes, mas apenas registar os aspectos relativos à sua evolução, importa assinalar algumas datas que nos permitem reconstituir a população no passado. Tendo por base o conhecimento da população ocupada nas tarefas de defesa e que constituía a infantaria ('besteiros' ou seja, a armada de 'besta' – GOMES, 1995.b, p. 52), indica-se o total de 'besteiros do conto', que em finais do século XIII integravam a defesa da praça de Leiria e os castelos mais próximos. Esse valor realça a dimensão relativa de cada uma das povoações: Leiria, Ourém, Pombal e Porto de Mós, através do total de unidades-humanas ocupadas na defesa destas praças militares a quem cabiam, respectivamente: Leiria: 40 besteiros; Ourém: 21 besteiros; Pombal: 21 besteiros; Porto de Mós: 10 besteiros (GOMES, 1995, p. 52).

De acordo com Cabral (1993.III, pp. 53-54), "*correspondia cada besteiro a 213 habitantes, o que dava para Leiria 8520 moradores*", valor que para a época revelava "*muita população e riqueza*". Trata-se de um montante fácil de aceitar tendo em conta a evolução crescente do burgo medieval e as actividades radicadas na sua periferia. Este montante é confirmado na relação de Cidades e vilas do Reino, em 1417 (SERRÃO, 1980.II, p. 235).

Retenhamos outros aspectos desta evolução, fazendo fé em relatos e descrições de diversos autores que se debruçaram sobre estes temas. Assim, pela sua importância, transcrevemos de Serrão (1980.II, p. 235) o resumo das cidades e vilas mais importantes do reino no início do século XV, dados que nos permitem situar a importância de Leiria no contexto medieval nacional. Vilas e cidades do Reino que ocupam, desde o período da Reconquista, a parte setentrional do país e sobretudo a fachada atlântica mais densamente povoada.

A este respeito escreveu Girão (1941, p. 217) que a maior ocupação do litoral-norte se devia não só à morfologia e à pluviosidade desta área, à natureza dos solos e aos "*recursos da pesca marítima*" mas, ainda, às "*melhores condições de defesa, pela profusão de cabeços facilmente fortificáveis e até naturalmente defendidos*". Tais condições justificam, desde os tempos históricos, o peso da população em toda a zona costeira e a sua rarefacção no interior norte e no sul do território, nomeadamente nas regiões fronteiriças. Aqui, apesar das barreiras naturais e militares, as relações com Castela foram sempre consideradas como uma ameaça à fixação de novos moradores.

O mesmo entendimento tem Ribeiro (1967, p. 95), quando afirma que a divisão de Portugal "*em duas regiões demográficas de superfície desigual*", de contraste muito antigo, "*provém tanto do reflexo das condições naturais como da acção destas ao longo da história*". Estas observações são comprovadas por diversos documentos que atestam, logo no início da nacionalidade (séculos XII e XIII) ou já posteriormente (século XVI), a maior concentração humana "*no Minho, no vale do Douro e na Beira Alta, mas dispersando-se em numerosos pequenos núcleos de habitantes*" (MARQUES, 1976.I, p. 130).

Como referimos a ocorrência de certas vicissitudes ligadas ao processo histórico do povoamento do nosso território, desde a "romanização" à "reconquista", bem como à expansão das actividades humanas: agricultura, comércio e actividades manufactureiras, confirmam a desigual repartição das gentes no solo português e a atracção marítima e portuária exercida pelos dois principais núcleos de comércio e de relação com o exterior. No todo nacional estes centros cresceram e consolidaram-se próximo dos estuários dos rios Tejo e do Douro, dando origem às duas principais áreas metropolitanas em torno das quais se organiza o restante território nacional.

Quadro I - Cidades e Vilas do Reino (1417)

<i>Cidades</i>	<i>Vilas</i>	<i>Província</i>	<i>Besteiros do Conto</i>	<i>População provável</i>
Lisboa	-	Estremadura	300	63 900
-	Santarém	Estremadura	100	21 300
Évora	-	Alentejo	100	21 300
Coimbra	-	Beira	100	21 300
-	Beja	Alentejo	80	17 040
-	Setúbal	Alentejo	65	13 845
Guarda	-	Beira	50	10 650
Braga	-	Minho	50	10 650
-	Faro	Algarve	50	10 650
-	Torres Vedras	Estremadura	50	10 650
Porto	-	Douro	40	8 520
-	Tomar	Estremadura	42	8 946
-	Leiria	Estremadura	40	8 250

In: Serrão, 1980.II, p. 235

Na esteira de trabalhos anteriores, Gomes (2007, pp. 51-52) considera que a construção dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha, “*edificações resultantes de um dinâmico processo histórico português que encontrou neste território um lugar de concretização e de edificação*”, fortaleceu a “*memória*” desta área, sendo que “*a sua edificação trouxe numerosa mão-de-obra estrangeira especializada à região*” (Loc. cit.). Entre esta população contam-se os Judeus, comunidade “*que se instalou muito cedo em Leiria e que, no século XV, se expande pelas vilas de Pombal, Porto de Mós, Óbidos, Aljubarrota e outras do Couto alcobaciano*”, desempenhando, então, “*um papel determinante de financiamento, através do empréstimo de dinheiro, das economias concelhias locais*” (Loc. cit.).

No início do século XVI, Leiria era já uma das mais notáveis vilas do Reino, como foi considerada por D. João III em documento enviado pelo monarca ao embaixador de Portugal junto do Papa. Além da sua categoria como cidade, Leiria mantinha uma posição estratégica, como observa Castro (1991, p. 308): a “*relevância central desta sub-região resulta antes de mais nada da sua participação na vida colectiva dos portugueses, com os seus reflexos directos e indirectos ao longo dos séculos no Portugal moderno, em particular quando olhamos para esta época histórica que vai dos séculos XVI a XVIII*”.

Só durante a primeira metade do século XVI é possível estimar os moradores residentes em Portugal através do levantamento do número de fogos existentes. Esse levantamento foi mandado realizar por D. João III em todas as Comarcas do reino, tendo decorrido entre 1527 e 1530, constituindo assim a primeira informação consistente sobre a população portuguesa. Ficou conhecido pelo “*Numeramento do Reino*” de 1527-1530, que teve como base a divisão administrativa do país em seis grandes comarcas: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Estremadura, Beira, Entre-Tejo-Odiana e Algarve.

Nesta data, a “*Correição*” da Estremadura (DIAS, 1996, p. 199) estendia-se ao longo de todo o litoral, entre o Douro e o Tejo, com uma área de 19.930 Km², uma densidade fogo/km² de 3,3 e um total de fogos arrolados de 65.515, num total de 282.718 recenseados em Portugal continental. A ocupação humana, não sendo das mais densas, era superior à média nacional – de 3,2 fogos/Km² – sendo apenas ultrapassada nas Correições de Entre-Douro-e-Minho e na Beira, respectivamente com 7,6 e 4,4 fogos/km², respectivamente.

Relativamente à Comarca de Leiria, Castro (1991, p. 325) assinala um total de 9808 fogos, arrolados. Por sua vez, Galego e Daveau (1986, p. 95), registam os valores seguintes:

Quadro II - Numeramento de 1527: vilas e moradores (Comarca de Leiria)

<i>Concelho actual</i>	<i>Vila</i>	<i>Nº moradores</i>
Pombal	Redynha	150
Pombal	Pombal	516
Pombal	Abyull	181
Leiria	Leiria	2060
Batalha	Batalha	145
Porto de Mós	Porto de Mós	512

De notar a referência a povoações do actual concelho de Pombal (Abiul, Redinha e Pombal), a Leiria, Pombal e Porto de Mós, sendo que a maior concentração humana foi registada a sul de Leiria, nomeadamente na área do concelho de Alcobaça (286 moradores) onde, à data, contam-se mais de uma dezena de “Vilas” recenseadas.

Pelo seu interesse salientamos que na divisão administrativa, estabelecida em 1534 (Op. cit., p. 226), “a nova comarca de Leiria, correspondendo ao seu antigo almoxarifado, foi criada a 2 de Janeiro de 1534 (...), com as seguintes circunscrições administrativas: Alcobaça (vila - 286); Alfeizerão (vila - 88); Aljubarrota (vila - 208); Alpedriz (vila - 46); Alvorninha (vila - 108); Atouguia da Baleia (vila - 468); Batalha (vila - 145); Cadaval (vila - 479); Caldas (vila - 86); Cela (vila - 112); Coz (vila - 67); Évora de Alcobaça (vila - 67); Leiria (vila - 2041); Lourinhã (vila - 346); Maiorca (vila - 100); Monte Real (jurisdição - 19); Óbidos (vila - 1076); Paredes (vila - 27); Pederneira (vila - 197); Porto de Mós (vila - 512); Salir de Matos (vila - 16); Salir do Porto (vila - 16); Santa Catarina (vila 100); São Martinho (vila - 13) e Turquel (vila - 57)”, moradores.

A referência a estas localidades e aos fogos existentes acentua a forte ocupação humana em torno dos campos de Alcobaça e na área do Oeste, bem como o domínio de Leiria para sul configurando, assim, os limites estabelecidos em 1835, do seu distrito. Se nos recordarmos da divisão eclesiástica, estabelecida em 1545 pelo Papa Paulo III, data em esta foi elevada à categoria de cidade e sede de Diocese, o arcebispado de Leiria agrupava apenas as vilas de Leiria (2041 fogos), da Batalha (145) e a jurisdição de Monte Real (19). A falta de seguimento do numeramento seiscentista dificulta uma análise cuidada da evolução demográfica registada nos períodos seguintes.

A consulta de outros trabalhos (GIRÃO, 1941. MARQUES, 1976), confirmam o que anteriormente notámos acerca da antiguidade dos padrões de povoamento e dos factores responsáveis pela ocupação e pela dinâmica populacional no

continente português. Mesmo assim é possível, em momentos diversos da nossa história, reconstituir alguns dados dessa evolução. Assim, para a primeira metade do século XVII, a contagem da população realizada em 1640 permite-nos apreciar alguns valores referentes aos habitantes residentes nos centros de maior dimensão. Destacamos, a propósito, o número de vizinhos das principais cidades do reino, em particular Leiria, que não sendo uma das maiores (apenas 2.000 vizinhos), a sua Sé registava um rendimento de 18.000 ducados, valor bastante significativo para a época. Tal facto abona a favor do registo de numerosas instituições religiosas, que através do seu contributo aumentavam o rendimento do clero diocesano.

Quadro III - Cidades do Reino (1640)

<i>Cidade</i>	<i>Vizinhos</i>	<i>Paróquias</i>	<i>Conventos</i>	<i>Rend. Sés</i>	<i>Vilas</i>
Lisboa	67.000	40	43	40.000 d.	-
Braga	3.000	5	6	40000 d.	-
Évora	4.000	5	16	60.000 d.	18
Coimbra	5.000	7	9	40.000 d.	19
Porto	4.000	5	13	15.000 d.	-
Viseu	1.000	3	2	16.000 d.	11
Lamego	2.000	3	3	18.000 d.	14
Guarda	1.000	5	2	22.000 d.	20
Miranda	400	1	-	10.000 d.	6
Portalegre	3.000	5	5	8.000 d.	20
Elvas	2.500	4	5	10.000 d.	12
Leiria	2.000	3	3	18.000 d.	23
Faro	2.000	3	4	15.000 d.	-
Beja	3.000	4	6	-	-
Bragança	600	2	4	-	-
Tavira	2.000	2	5	-	6
Silves	600	-	-	-	-
Lagos	2.000	2	3	-	3
Idanha	60	1	-	-	-

In: Serrão, 1975, p. 239

Quanto às vilas, assinalamos as que se situam nas imediações de Leiria e com esta cidade contribuía, através das suas funções, para a organização do espaço envolvente. Destaca-se Ourém que surge como uma das mais habitadas,

registando-se no entanto na parte sul desta comarca a concentração do maior número de vizinhos. A par desta povoação, Óbidos, Alcobaça e Atouguia da Baleia, constituem os principais núcleos de povoamento.

Pelo seu interesse transcrevemos de Serrão (1975, p. 249 e segs.) diversas descrições de povoações referenciadas neste estudo:

Leiria: *“Entre la villa de Santaren y la ciudad de Coimbra yaze la fuerte ciudad de Leria, cenida de muros, bañada del rio Lis que aquí se junta con el Lena que de la otra parte del fuerte castillo la circunda, tiene 2000 vezinos, con 3 parroquias, 2 Conventos de frayles y uno de monjas. Su corregimiento alcanza 23 villas, la hizo Catedral Paulo III Papa, año 1545, a petición del Rey Juan III, desmembrandola de Coimbra y Lisboa, componenla 5 dignidades, 10 canonigos, 10 medios y 8 beneficios, rentando al Obispo 18000 ducados”*(...) *“haziendose fertilísima de pan, generosos vino, suaue azeyte, regaladas frutas, pesca, huertas; adornala dilatado pinar de seis leguas, plantado por el Rey Don Dionis, sin el qual fuera imposible conseruar nauegaciones deste Reyno. Duas Feiras anuais: 25 de Março e 10 de Agosto. Tinha Casa de Misericordia”* (Op. cit., p. 249).

Quadro IV - Vilas do Reino (1640)

<u>Vila</u>	<u>Vizinhos</u>	<u>Paróquias</u>	<u>Conventos</u>
Ourém	400	1	-
Porto de Mós	200	1	-
Pombal	250	-	-
Alcobaça	250	-	1
Batalha	300	-	1

In: Serrão, 1975

Sobre a Vila de Porto de Mós, descreve o referido documento (Op. cit., p. 273):

“Cerca de Leiria y en su comarca esta la villa de Porto de Mos, en el recuesto de una sierra, orillas de certo rio, com fuerte castillo, 200 vezinos y una parroquia” (...). *“con abundancia de pan, vino, azeyte, pesca y toda suerte de caça”* (Loc. cit.).

Sobre a Vila de Pombal, descreve este documento (Op. cit., p. 274):

“Es la villa de Pombal comarca de Tomar y cercana a ella, con 250 vezinos y castillo” (...) *“con buena cosecha de pan, vino, y azeyte”*.

Sobre a Vila da Batalha, indica este texto (Op. cit., p. 277):

“Legua y media de Leria y comarca suya yaze la villa de la Batalha y su Convento magnifico, orden de San Domingos, fabricole el Rey Juan I en memoria de la batalla de Aljubarrota, gañada en 14 Agosto 1385, y es dedicado a N. Señora de

la Vitoria, lo perficiono el Rey Manuel, y la villa tiene 300 vezinos (...) “el sitio abundante de pan, vino, azeite, ganados, caças, frutas, hortaliças, y pesca en los rios de Leria. Produce minerales de finísimo açabache, proueyendo à diuersas partes, del qual labra curiosidades muy agradables” (Loc. cit.).

Como já foi notado o conhecimento da população durante o antigo regime é dificultada pela ausência de recenseamentos realizados com periodicidade pelo que o conhecimento da população portuguesa neste período é incompleto e parcelar. Recorrendo a outros relatos, recordamos ainda Serrão (1975, p. 216), que a propósito desta situação escreve o seguinte: *“a sustentação de fortalezas e a guarda de feitorias em terras de África e do Oriente, assim como o surto considerável do Brasil filipino, tinham levado ao êxodo de muitos homens válidos, enfraquecendo o corpo social da Metrópole”*. Prossegue o mesmo autor (Loc. cit.), acrescentando: *“Mas a emigração produzia-se também por razões de base religiosa e comercial, sobretudo para a França e os Países Baixos, e sem esquecer os principais centros da raia de Espanha, onde o intercâmbio com Portugal era frequente”*.

Quadro V - Fogos e população, em 1732

<i>Cidades/Vilas</i>	<i>Fogos</i>	<i>Almas</i>	<i>Almas do termo</i>
Lisboa	19 422	83 319	-
Porto	-	20 737	-
Braga	3 087	12 362	18 169
Évora	3 162	11 903	6 803
Coimbra	3 063	11 871	24 142
Setúbal	-	11 000	-
Santarém	2 069	7 552	25 568
Viana do Lima	2 001	7 001	15 707
Portalegre	1 127	5 585	2 381
Guimarães	1 480	4 963	30 082
Tavira	1 401	4 779	4 711
Faro	1 199	4 532	7 274
Aveiro	1 331	4 387	5 766
Castelo Branco	1 114	3 726	4 961
Tomar	1 101	3 618	8 643
Leiria	1 068	3 529	21 695
Covilhã	959	3 482	19 476
Bragança	869	2 753	22 679
Lagos	637	2 599	2 223
Guarda	707	2 298	10 884
Chaves	500	2 077	16 323

In: Serrão, 1980.V, pp. 352-353

Invocando a dimensão do fenómeno emigratório como justificativo para o fraco crescimento efectivo da população portuguesa, sustenta o mesmo autor (Op. cit., p. 217): “quando se invoca a emigração portuguesa como causa de a população do Reino não haver aumentado desde o início do século XVI, haverá de igual modo a ter em conta que a união ibérica foi uma das causas da sangria de gente então verificada em Portugal. O episódio da Invencível Armada bastaria para comprovar o facto”.

Os dados anteriores contrariam um fenómeno comum nessa época, relacionado com as saídas da população do Reino, por via do movimento dos descobrimentos e da ocupação e colonização de novos territórios, em especial no continente sul-americano e nas Índias Orientais. Estas circunstâncias ajudam a estimar a população portuguesa no início da Restauração em cerca de 1.300.000 habitantes, valor não muito superior aos 1.200.000 moradores sugeridos pelo “numeramento” de D. João III, de 1527 (SERRÃO, 1975, p. 217).

Em 1732, a “Lista dos fogos e lugares que há nas terras de Portugal”, organizada pelo Marquês de Abrantes, permite-nos estimar a população portuguesa em cerca de 2,1 milhões de habitantes. Estes dados contidos na “Geografia Histórica” de Caetano de Lima, dão-nos conta das ‘cidades’, dos ‘fogos’ e das ‘almas’ (entendidas como ‘pessoas de confissão’), residentes na cidade e no seu termo.

Neste relato podemos notar a importância relativa da cidade de Leiria, em comparação com as demais povoações do continente, registando então 1.068 ‘fogos’, 3.529 ‘almas’ e mais 21.695 ‘almas do termo’, situação que a aproxima mais das cidades do interior do que das outras povoações de relevo, situadas na orla litoral.

Por sua vez, o “Censo de Pina Manique” de 1798 (SERRÃO, 1970, pp. 12-13), regista os seguintes fogos:

Quadro VI – Censo de Pina Manique (1798)

Leiria e seu termo:	808	fogos
Pombal e seu termo:	946	“
Batalha e seu termo	33	“
Monte Real e seu termo:	42	“

A comparação do número de fogos arrolados na primeira metade do século XVIII com a situação registada no início do século seguinte faz notar uma quebra

substancial de habitantes, sobretudo depois do censo de 1801. Os dados referidos por Sousa (1979, p. 134) relativos a esta data, mostram a dimensão de Leiria em relação às comarcas mais próximas, nomeadamente à de Santarém, onde residia uma população mais numerosa.

Quadro VII - População na Estremadura (1801)

<i>Comarcas</i>	<i>Nº de freg.</i>	<i>Fogos</i>	<i>Almas</i>
Alcobaça	22	5843	22231
Leiria	44	16864	61777
Ourém	17	6324	23500
Santarém	88	20989	77391

In: Sousa, 1979, p. 134 (Quadro nº 12)

De acordo com Silveira (2001.I, pp. 186-187), o cômputo do total de fogos de habitantes inscritos no “Censo de 1801”, mandado elaborar pelo Conde de Linhares, indica um total de 2,9 milhões de habitantes no reino e aponta para a Comarca de Leiria - Província da Estremadura - cerca de 60 milhares de habitantes, valor bastante inferior ao referido anteriormente. Complementarmente a estes dados, trancrevemos de Sousa (1979, p. 200), e em relação à população portuguesa em 1801, o seguinte:

“Na Alta Estremadura, assentando a sua economia na agricultura, 6 vilas ultrapassavam os 3.500 habitantes, Pombal, Soure, Porto de Mós, Ourém, Tomar e Torres Novas, encontrando-se a primeira e a última prestes a atingirem os 5.000 habitantes. Alcobaça, apesar de sede de comarca (...) não reunia 2.000 almas”. Uma outra descrição ajuda a perceber tal situação (Op. cit., pp. 200-201): “O pequeno burgo encontrava-se ‘lamentavelmente despovoado’, com numerosas casas arruinadas. Os grandes tributos cobrados pelos frades – ¼ da produção – faziam ‘gellar aquelles povos na pobreza, e inacção’”.

Por sua vez, *“Ourém encontrava-se igualmente despovoada. Após o terramoto de 1755, que afectou fortemente a vila, a sua população passou a fixar-se nas paróquias do seu fértil termo. A vila de Pombal, importante centro agrícola e comercial, desenvolvia-se, apesar da decadência a que tinha chegado a indústria de chapéus”;*

Quanto a Leiria (Op. cit., p. 202), *“cidade episcopal, vivendo de uma agricultura rica e variada, com 722 fogos e 2.867 almas em 1791, demonstra uma quebra demográfica na segunda metade de Setecentos, só explicável pelo desenvolvimento da Marinha Grande, freguesia do seu termo, ‘miserável aldeia’*

que, após a instalação da fábrica de vidros, em 1769, triplicou a sua população (2000 habitantes em 1801) e pela emigração”.

Nesta data a Comarca de Leiria registava a seguinte população (Op. cit., p. 201): população urbana: 11.345 (18.4%); população rural: 50.432 (81.6%), sendo a média nacional, de: 36.4% e 63.6%, respectivamente.

Do mesmo autor, transcrevemos o quadro relativo à população residente nos principais aglomerados populacionais, em 1758 e em 1801:

Quadro VIII - Aglomerados populacionais

Ag. Popul.	1758		1801		Pop. total
	Fogos	>7 anos	Fogos	>7 anos	
Leiria	652	2773	701	2453	2698
Ourém	1246	5468	1214	3457	4126
Pombal	-	3550	1407	4018	4846

In: Sousa, 1979, p. 202

Estes valores mostram que a cidade de Leiria era, à data, uma povoação de pequenas dimensões, com menos de três milhares de habitantes, situando-se dentro do mesmo padrão de grandeza da Guarda (2381 hab.), Penafiel (2873 hab.), Pinhel (2103 hab.) e muito abaixo de Coimbra (15203 hab.) ou de cidades do interior, tais como Castelo Branco (5161 hab.) e de Portalegre (6526 hab.). Nesta data a população urbana ascendia a 337.998 almas, representando, apenas, 3.8% da população total residente no Continente.

Para completar alguns dos dados já citados para o termo da primeira metade do século XIX, poder-se-ia apreciar a situação demográfica nas freguesias do concelho de Leiria após o período conturbado das invasões francesas (1808 a 1811). Este período ficou assinalado por um elevado número de vítimas em todo concelho e na região. Referindo-se apenas aos efeitos da primeira incursão, transcrevemos de Serrão (1984.VII, p. 56), o seguinte testemunho: *“Deixando em silêncio as crueldades e sacrilégios que estes monstros cometerão no Alentejo, e mesmo nas Caldas e em Leiria, do que me não posso lembrar sem horror, e que magoarião muito o coração de V. Exa, torno a dizer que estamos livres”*.

De acordo com testemunhos locais, os efeitos da presença das tropas napoleónicas, sobretudo durante a 1º e 3º invasão, levaram à destruição por incêndio, de igrejas e monumentos, ao saque de casas particulares e de residências religiosas, à morte de habitantes. A este respeito, transcrevemos de Gomes (2007, p. 37), uma descrição do Reverendo W. M. Kinsey, que em 1827,

aquando da sua visita a esta cidade, a descreve da forma seguinte: “*Leiria é uma cidade capital de Comarca, situada numa várzea entre dois pequenos rios chamados Liz e Lena. Tem duas paróquias e quatro casas conventuais; duas das quais haviam sido queimadas, com a câmara, pelos Franceses (...). Em Leiria, o General Margaron usou de especial brutalidade, posto que o nome que se imortalizara pelas suas maiores atrocidades nesta cidade fosse o de Loison. (...)*”. Estes acontecimentos originaram quebras da população, que resultaram das baixas directas provocadas pelas tropas gaulesas, das doenças provocadas pelo elevado grau de morbilidade da população e pela ausência dos que foram forçados a fugir agravando, assim, as perdas anteriores.

Para meados do século XIX, a situação demográfica registada por Cabral (1993.III, p. 56) na área do concelho de Leiria, ilustra a situação de crise vivida pela população portuguesa provocada por estas invasões num período em que, a acreditar na descrição de Adrien Balbi (1808), “*nunca Portugal fora tão povoado como na época que precedeu a primeira invasão francesa*” (SERRÃO, 1984.VII, p. 238).

A propósito da recuperação que lhe seguiu, observa Serrão (Op. cit., p. 242), que esta ocorreu na zona costeira, onde se situa Leiria, bem como na zona próxima de Espanha, “*mais depressa do que as povoações do interior*”. Para tanto terá contribuído o esforço para a recuperação do património imobiliário que levou à fixação dos habitantes fugidos dos seus lares, bem como o incentivo à produção agrícola, nomeadamente através da distribuição de cereais para semear e o fomento do comércio interno e externo prestados pela monarquia. Ainda de acordo com este autor, com os seus 3.266.000 fogos arrolados no termo da primeira década de Oitocentos, as perdas provocadas pela guerra e pela crise política e económica seguinte conduziram o país à exaustão.

Quadro IX - Censos de 1801 e 1849: total de fogos e de habitantes

<i>Comarca</i>	<i>Concelho</i>	<i>Nº Freg.</i>	<i>Habit. (1801)</i>	<i>Hab. (1849)</i>
Leiria	Batalha	1	2510	2445
Leiria	Leiria	27	37890 ⁴⁰	29803 ⁴¹
Leiria	Pombal	2	6032	16828
Ourém	Porto de Mós	11	10712	5105

In: Silveira, 2001.I (pp. 186-187) e 2001.III (pp. 733-736)

⁴⁰ Nesta data as freguesias de Marinha Grande e de Vieira, faziam parte deste concelho registando, cada uma delas: 1955 e 1312 habitantes, respectivamente.

⁴¹ Nesta data as freguesias de Marinha Grande e de Vieira, faziam parte deste concelho registando, cada uma delas: 1155 e 1893 habitantes, respectivamente.

Os dados referentes à evolução da população depois desta data são referidos no capítulo seguinte, quando da análise demográfica com base nos recenseamentos oficiais da população portuguesa, levados a cabo depois da criação do sistema estatístico nacional, durante a segunda metade de Oitocentos.

Em todo o caso, os aspectos anteriores confirmam-nos como o crescimento efectivo da população, afectado por movimentos naturais decorrentes da natalidade e da mortalidade e por movimentos migratórios, relacionados com a emigração, traduzem a importância do sistema social e económico da época.

Tal como nos recorda Derruau (1967, p. 57): *“dans chaque région l’effectif de la population dépend du genre de vie ou des genres de vie qui y sont pratiqués”*. Estas alterações devem-se às alterações de natureza administrativa que as estabeleceram as “Comarcas”, as “Províncias”, os “Concelhos” e os “Distritos”.

Capítulo 2

A divisão territorial: sua relação com os sistemas de poder

“La voie est ouverte pour une lecture géographique du monde contemporain”

BAILLY, BEGUIN, 1996, p. 188

As funções desempenhadas pelo antigo burgo de Leiria foram condicionadas pela evolução dos sistemas de poder político e religioso e pelo crescimento dos fregueses e das actividades económicas em seu redor. Recordamos Gomes (1995, p. 13) quando afirma que, “*Leiria medieval tinha um valor plural que se explica pela sua situação geográfica*”, resultante das acessibilidades conferidas pelas vias de comunicação existentes, pela proximidade dos portos marítimos, pelo valor da produção agrícola e ainda pelas actividades, comercial e artesanal, ligadas à indústria dos têxteis, olaria, coiro, papel, madeiras e ferro (Loc. cit.), que aí prosperavam. Para além da importância desta produção, Leiria assumiu uma função militar relevante e uma função prisional que lhe eram conferidas pela presença do castelo, com a sua guarnição militar, que se juntavam aos descendentes da nobreza e aos colonizadores de antanho, que habitavam em redor do pequeno burgo muralhado, nas faldas da fortificação militar ou já mais distante, nos arrabaldes próximos dos campos do Lis.

Além destes realçamos as paróquias, centros de povoamento e de fixação de novos habitantes. A rede assim alicerçada foi importante para a consolidação do poder religioso, consubstanciado na diocese e no bispado, responsável pela actividade religiosa e pelas diversas cerimónias que fortaleciam o poder espiritual em torno da Sé e das suas Igrejas. Importa salientar que as terras mais a norte da “Estremadura Marítima” ou “Setentrional”, tais como Pombal, Redinha e Louriçal, viram confirmados os seus forais por D. Manuel, que no início do século XVI determinou a posse destas terras pela Ordem de Cristo. Próximo de Leiria, esta evolução manteve-se ligada ao domínio do Castelo de Leiria, à Sé e, mais a sul, à Ordem religiosa de Cister, responsável pela colonização do território de Alcobaça e do seu termo.

Esta evolução conduziu ao crescimento gradual do burgo leiriense e à sua afirmação como centro de vida de relação das populações vizinhas, fenómeno que se traduziu no alargamento do poder de influência desta cidade e na alteração dos seus limites territoriais.

1 – A divisão territorial

1.1 – De natureza administrativa

A consulta da “*Etnografia Portuguesa*”, de L. Vasconcelos (1942, III), permite-nos compreender os aspectos fundamentais relacionados com as divisões tradicionais do território constituídas depois da fundação do Reino: “condado”, “terra” ou “território”, “comarca” e “província”. Considerando, embora, a

antiguidade destas divisões, o seu traçado tem obedecido a critérios que definem os seus limites geográficos e hierarquia, desde as unidades de menor dimensão às maiores, definidas por Ribeiro (1970, p. 320), “*por certa indentidade de aspectos*”, que devem marcar as divisões geográficas.

Seguindo o texto de Vasconcelos (1942.III, p. 7), a divisão mais antiga do país corresponde ao “Condado” ou seja “*aas grandes terras, que davam os rreys aos fidallgos, comdados, e por esto se chamavam os demais daquelles, a que os davam, comdes*”, tais como Lião, Galiza e Portugal (séc. XI-XII). Precisa o autor (Loc. cit.), que “*Um conde era um delegado do rei no governo de um distrito, ou ‘terra’ cujo usufruto lhe ficava pertencendo, e de que a coroa continuava a dispor como lhe aprouvesse*”. Sobre este assunto, observa Ribeiro (1995.VI, p. 182), que estas foram as divisões mais antigas do território nacional, “*dos séculos IX a XI, até ao governo do Conde D. Henrique*”, sendo que, “*aos condes dos primeiros tempos da reconquista sucedem os ‘tenentes’ de ‘territórios’ ou ‘terras’, governadores de distritos administrativos e militares que duraram, como tais, até aos finais do século XIII*” (Loc. cit.).

Com a afirmação do processo de Reconquista (VASCONCELOS, 1942.III, pp. 11-12) e a sua progressão para sul, “*vem agora, na nossa narração, a seguir ‘terra’ (...): domínio político, domínio episcopal, simples área geográfica, de limites certos ou vagos*”. Assim, “*nas nossas instituições dos secs. XII-XIII significava distrito administrativo e militar, a que presidia um ‘tenens’ (...); mas as ‘terras’ constituíam ao mesmo tempo comarcas judiciais, ‘julgados’ (...)*”. Acresce a esta justificação, que “*os ‘julgados’ constavam de freguesias*”. Depois que “*no decurso do sec. XIV, a existência de ‘concelhos’ se alargou por todo o reino, aparece esta designação mais frequentemente do que a de ‘julgado’*”.

Complementarmente a esta noção, transcrevemos de Caldas e Loureiro (1966, p. 75), o seguinte: “*Pelas ‘terras’ dos rico-homens distribuíam-se, além dos concelhos, os ‘coutos’, as ‘honras’ e os ‘préstamos’*”. Definem “*couto,*” como sendo a “*terra demarcada com marcos ou coutos dentro da qual os donatários administravam a justiça, cobravam rendas, foros ou outros rendimentos, mesmo impostos, não tendo as populações de obedecer aos funcionários régios. Quando as terras imunes pertenciam a senhores nobres, diziam-se ‘honras’*”; por “*prestamos,*” os “*casais, aldeias ou freguesias cujos rendimentos, no todo ou em parte, revertiam em benefício de um prestameiro (prestamarius); eram a retribuição de um cargo público geralmente militar, mas às vezes civil*”.

Por sua vez a designação de “Comarca” (VASCONCELOS, 1942.III, p. 15), surge “*após a extinção das tenências, pelos fins do sec. XIII (...)*”, sendo evidente a partir

dos finais do século XIV, em 1383 nas ‘Chancelarias’ de D. Fernando, surge a “menção de ‘Comarcas’” (Op. cit., p. 17). Relata o autor que esta designação é ainda utilizada em autores dos sécs. XVI-XVII, “mais como reminiscência do passado, do que como expressão oficial” (Op. cit., p. 18-19). Ao tempo de D. João III (1530-1550) o número de Comarcas, conjuntamente com o de Dioceses, foi significativamente ampliado.

A este respeito observam Costa e Neves (1995, p. 78), que com a expansão colonial dos séculos XV e XVI, com a concentração do poder real, “o reino foi dividido em seis províncias, também chamadas de comarcas: *Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana (também chamado de Alentejo) e o Algarve (neste caso com a categoria de reino*”; por sua vez, Silveira (2001, p. 19) observa que “a origem das comarcas remonta ao século XVI, existindo 28 circunscrições deste tipo em 1541”. Prossegue, esclarecendo: “A par das comarcas, cujo número foi crescendo, foram-se constituindo as ouvidorias, unidades de natureza equivalente àquelas, agrupando concelhos pertencentes aos donatários da coroa, chefiadas pelo ouvidor, magistrado que exercia funções idênticas às de corregedor, mas cuja nomeação cabia ao donatário”. Por isso, a desigual distribuição em termos de área e contiguidade territorial é uma característica desta divisão territorial, contrariamente aos concelhos – “unidades fundamentais da organização do território desde a Idade Média” (Op. cit., p. 22) – e das províncias.

A designação de “Província” – “palavra latina, de origem culta, entrada no uso geral” (VASCONCELOS, 1942.III, p. 19), é frequentemente utilizada desde o tempo do conde D. Henrique (Loc. cit.) e sobretudo em diversos estudos de natureza corográfica: Pe. Carvalho da Costa (1706-1712), Caetano Lima (1736), Gomes Freire (1806). Contudo é na Carta Constitucional de 1820, e mais tarde na Constituição de 1822, que o seu uso oficial passa a ser devidamente consagrado, falando-se na divisão do território português em Províncias e Distritos, que vieram a ser estabelecidos em 1835, quando o Reino foi dividido em dezassete distritos administrativos.

A divisão do país em Províncias, considerada na Constituição Liberal, é retomada por Mousinho da Silveira, “autor material” da legislação que consagra a divisão dos “Reinos de Portugal e Algarves e Ilhas Adjacentes” (CALDAS e LOUREIRO, 1966, p. 86) em Províncias, Comarcas e Concelhos, conforme estabeleceu o Decreto nº 23, de 16 de Maio de 1832. De acordo com este documento são criadas oito províncias e definidas as respectivas capitais, sendo Lisboa a capital da província da Estremadura. Posteriormente, o Decreto de 18 de

Julho de 1835, estabelece: *“Os Reinos de Portugal e Algarves e as Ilhas Adjacentes são divididos em Distritos Administrativos. Os Distritos subdividem-se em Concelhos e os Concelhos compõem-se de uma ou mais Freguesias”* (artº 1º). Esta divisão foi alterada pelo *“Código Administrativo de Passos Manuel”* (1836), que modifica *“a estrutura tradicional da divisão concelhia, suprimindo 498 velhos concelhos e criando 21 novos”*, facto que (Op. cit., p. 89) causou sérias dificuldades, não tanto pela *“implantação das divisões administrativas criadas”* (Loc. cit.), mas, pelo *“traumatismo da imperiosa supressão de 498 concelhos que constituíam unidades territoriais inviáveis, mas amarradas à tradição”*.

O período entre o regime Liberal e a República registou outras iniciativas de divisão administrativa do país sendo que, como reconhecem Caldas e Loureiro (Op. cit., p. 93), *“no decurso dos 90 anos que decorrem entre a revolução de 1920 e a implantação da República assistiu-se (...) a uma profunda reforma administrativa, mau grado a circunstância de se não ter realizado na prática toda a extensão do pensamento liberal”*. Daí que, logo no início da República, António José da Almeida tenha apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, uma proposta de lei, propondo (artº 1): *“O território da República no Continente divide-se em Províncias, estas em Distritos, os Distritos em Concelhos, estes em Paróquias. As Províncias constituem-se pela federação de Distritos”*. Dizem-nos Caldas e Loureiro (Op. cit., p. 94), que tendo sido agitada a discussão destas matérias, a Câmara de Deputados aprovou, *“unicamente a parte referente à ‘organização, funcionamento, atribuições e competência dos corpos administrativos’”*.

No Estado Novo, a criação de oito Províncias ficou consagrada no Código Administrativo de 1936. Este Código criou 11 províncias - *“Província é a associação de concelhos com afinidades geográficas, económicas e sociais, dotada de órgãos próprios para a prossecução de interesses comuns”* (artº 284) - a saber: Minho (capital, Braga); Trás-os-Montes e Alto Douro (capital, Vila Real); Douro Litoral (capital, Porto); Beira Alta (capital, Viseu); Beira Baixa (capital, Castelo Branco); Beira Litoral (capital, Coimbra); Estremadura (capital, Lisboa); Ribatejo (capital, Santarém); Alto Alentejo (capital, Évora); Baixo Alentejo (capital, Beja) e Algarve (capital, Faro). Os limites da Estremadura abarcavam o espaço territorial entre as bacias do Lis e do Sado.

Esta configuração assentou no estudo elaborado por Amorim Girão: *“Esboço duma carta regional de Portugal”* (1933), em que desenha a separação entre a Estremadura e a Beira Litoral, muito próximo de Leiria e de Pombal. As províncias, criadas em 1936, foram abolidas por decisão da Assembleia Nacional, em 1959. A Lei nº 2100, de 29 de Agosto, estabeleceu uma alteração da Constituição (e do

Código Administrativo), nos termos seguintes: “*sem prejuízo da designação regional província, o território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos*”. Estes, por sua vez, são elevados à categoria de autarquia.

Apesar do seu traçado registar uma acentuada diversidade territorial, como sucede com Leiria onde se incluem duas áreas físicas bem contrastantes, o norte interior e o litoral, reconhece Ribeiro (1995.VI, p. 160), não serem “*divisões puramente arbitrárias, antes procuraram, a despeito da sua heterogeneidade aparente, certo equilíbrio na área, na população, na relação com os centros principais, que a função administrativa, por outro lado, veio impulsionar*”.

Quanto à extensão destas unidades, escreve Vasconcelos (1942) que a Província da Estremadura tem uma área muito extensa, confrontando com a Beira, a leste e o Alentejo, a leste e a sul. A poente, confina com o Atlântico, “*desde as alturas de Layos até onde o concelho de Sines (Estremadura: distrito de Setúbal) pega com a freguesia de Vila Nova de Mil Fontes (Odemira)*” (Op. cit., p. 392). Note-se que a não coincidência dos limites entre a Estremadura e a Beira Litoral, mostra como se torna difícil definir com clareza os contornos desta área, pelo que seguimos, conjuntamente, razões de natureza histórica e geográfica.

Por sua vez Gaspar (1993, p. 15), com base em critérios que têm em conta os traços culturais relacionados com a língua e a religião, reconhece a precariedade de algumas divisões, como a Estremadura, as Beiras, e Entre Douro e Minho, facto que assinala como devido às “*dinâmicas económicas e sociais*” que afectaram o nosso território. Daí que, “*às antigas unidades territoriais, identificáveis pelas características da paisagem agrária e rural, sobrepõem-se agora novos territórios, baseados nas relações de trabalho industrial, numa teia de contactos entre unidades industriais e de serviços, de âmbito local-inter-local (...)*” (Op. cit., p. 81). Estes aspectos levaram o autor a considerar Leiria, “*quase que nasce e manter-se-á até aos nossos dias, como terra de fronteira: entre o Norte e o Sul, entre o Sul e o Centro, entre a Beira e a Estremadura, entre os coutos de Alcobaça e o bispado de Coimbra*” (Op. cit., p. 80). Seguindo a proposta deste autor, a sub-região da Beira Litoral – pertencendo ao Centro do país - contacta a sul com a sub-região do Oeste e com o Ribatejo, ambas já pertencentes à região de Lisboa e do Vale do Tejo (Op. cit., p. 19).

Estas descrições ajudam-nos a compreender a prevalência de diversos factores e critérios que podem ser considerados na delimitação desta área do território português, que estabelecemos entre as bacias do Mondego e do Alcôa e a dorsal montanhosa, identificada por Fernandes Martins (1949), por Maciço Calcáreo

Estremenho. Vejamos outro tipo de divisões territoriais que condicionaram a construção territorial da área considerada e que, por isso, merecem maior atenção.

Concilium / Concelho

De acordo com Serrão (1989.II, p. 137), a expressão ‘Concilium’ *“exprime a comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores – os vizinhos do concelho – são dotados de maior ou menor autonomia administrativa”*. Segundo o mesmo autor (Loc. cit.), tratam-se de *“organismos de carácter típicamente medieval, que surgem em função do próprio condicionalismo da sociedade da Reconquista, resultando de factores de ordem económica, social, política e até militar”* (Op. cit., p. 142).

Refere ainda este autor, citando P. Merêa (Loc. cit.), que *“o seu funcionamento é revelado em diplomas pelo menos desde o século X, deixando de figurar neles, ‘na sua forma pura e originária’, a partir do século XIII”*. Daí que, na sua evolução, estes tenham dado origem a divisões de cariz municipal (e por vezes religioso, uma vez que o poder temporal e espiritual andava intimamente associado), apesar da sua existência não configurar necessariamente, uma *“organização municipal”*.

Sobre este assunto pronunciaram-se ainda Costa e Neves (1995, p. 76), ao considerarem que *“a tradição municipal constitui uma das características principais da sociedade portuguesa”, com origem “a partir dos municípios latinos, tendo recebido as influências posteriores, visigóticas e árabes de uma forma mais ou menos institucionalizada e explícita (...) com mais forais (visando contrariar as influências hegemónicas de nobres poderosos e motivar o envolvimento da população nas lutas contra muçulmanos), ou com mais meirinhos, corregedores ou juizes de fora (representando nos concelhos o poder tutelar régio)”*.

De acordo com Gomes (1995, p. 65), o foral de 1142 estabeleceu os limites do *“concilium leirenense”* que começavam, *“a ocidente, no mar junto à foz do rio Alcoa. Seguiam a linha deste curso de água até atingirem a Fonte do Soão (de difícil identificação). Depois, para sul, passavam pela Ataíja e atingiam a lomba que está no meio de Mendiga. Passavam às cimalthas de Alvados e de Minde (Serras de Aire e Candeeiros) até alcançarem a Fonte de Assentiz (topónimo actualmente no concelho de Torres Novas). A linha oriental era definida pelo termo do castelo da Carrapatoso (algures no território de Ceras/Tomar), seguindo pela “estrada” até ao Porto de Ourém. Deste alcançavam as Antas (actual concelho de Ourém) e convergiam para norte em direcção ao rio Litém “como entra no rio Arunca”. Seguiam no sentido de Cortiço e do Sobreiro de Braamiro (no então concelho de Soure) descendo para ocidente e para o mar. Os topoi finais referem-se à loma*

situada entre a estrada do Louriçal para Leiria, através da Cornaga, e a estrada que levava à Cornegainha atingindo-se, então, a Lagoa da Ervedosa (Ervedeira) e o mar”, área que à época atingia os 1600 Km².

Note-se que os domínios do Castelo de Leiria foram desmembrados em várias épocas e agregados aos coutos de Alcobaça (séc.XII) ou deram origem a novos concelhos: caso de Porto de Mós (séc. XII), Ourém (séc. XII), Paredes (séc. XIII) e Batalha (séc. XVI), variando assim as suas confrontações e limites. Apenas na sua parte setentrional os limites com Montemor-o-Velho / Louriçal e Pombal, mantiveram-se relativamente estáveis. Este território, na sua parte meridional, foi posteriormente desmembrado quer para o Couto de Alcobaça, quer para a formação dos concelhos de Ourém, Porto de Mós e Paredes. Note-se que os domínios do castelo de Leiria, na sua parte meridional, iam até às terras situadas entre a serra dos Candeeiros e o mar, doadas por D. Afonso Henriques, em 1153, a favor dos Monges de São Bernardo.

A propósito, recorda-nos Serrão (1979.I, p. 176) que *“o domínio alcobacense abrangia toda a região que vai de S. Pedro de Muel à Lourinhã e, para o interior, até à serra dos candeeiros e a rio Maior”,* numa área de mais de 60 000 hectares. Estes domínios englobavam 14 vilas, entre as quais: Porto de Mós, Aljubarrota, Maiorga e Vestiaria; quatro portos de mar: Salir, Pederneira, Cós e Alfeizerão e dois paúis: Ota e Ulmar onde, no dizer do mesmo autor (Loc. cit.), *“os monges exerciam a autoridade, cobravam impostos e detinham o monopólio da vida económica”.* A importância de algumas destas vilas veio a acentuar-se com a intensificação do povoamento e das actividades agrícolas, comerciais e piscatórias radicadas nesta sub-região litoral e desenvolvidas por acção directa do Mosteiro de Alcobaça.

O movimento de desmembramento daqueles domínios territoriais, não sendo um fenómeno específico do concelho de Leiria, *“enquadravam-se em algo de extensivo a todo o País cujos concelhos saídos da Reconquista começaram por possuir extensíssimos alfozes que, no passar dos decénios, viriam a ser cerceados sistematicamente”* (GOMES, 1995, p. 76). Assim aconteceu, por exemplo, com Pombal que cresceu a partir do território de Soure, tendo recebido foral em 1174, e igualmente com Ega e Redinha, terras dominadas pelo povoamento dos Templários e cuja influência nesta parte do território se fez exercer até às imediações de Leiria.

Para além da Ordem do Templo, também a Ordem do Hospital tinha domínio sobre o território de Leiria - neste caso, sobretudo na área e Porto de Mós (Op. cit., p. 91) – enquanto que a Ordem de Aviz se afirmou *“como donatária do castelo de Alcanede e da vila de Alpedriz”* (Op. cit., p. 94). É este espaço que em datas sucessivas vai dando origem a novas divisões eclesiásticas (e mais tarde

administrativas), através da constituição de diversas paróquias. Tendo em conta a evolução dos modelos de administração medieval e a tendência progressiva para a centralização régia do poder noutras unidades administrativas, referimos a acção de outros factores, que não só os históricos, que se fizeram sentir na organização do futuro espaço concelhio, determinando o aparecimento de novas paróquias ou de novas entidades *“de tipo para-concelhio rural, sediadas em Camarinho e em Ulmar”* (Op. cit., p. 76).

Diz-nos o referido autor (GOMES, 2007, p. 11) que *“em tempo do soberano D. Afonso III (1245/48-1279), já o ‘concilium Leyrene’ possuía selo municipal”*, pelo que a sua criação veio contribuir para consolidar a importância desta cidade como ‘polo’ organizador do espaço adjacente, como se pode ver pelos limites do concelho de Leiria, de 1142 a 1200, e ao mesmo tempo a identificação das sedes dos concelhos limítrofes de que se destacam, na parte setentrional, Pombal, Soure, Redinha, Ega e Penela; a leste, Tomar e a sul, Torres Novas e Santarém. Na sua essência estes territórios, os concelhos abrangiam, a par do castelo *“à volta do qual se desenvolve um núcleo urbano que constituía o centro da administração municipal”* (SERRÃO, 1989.II, p. 138), uma área territorial extensa definida pela respectiva carta de foral.

Do que referimos é de destacar que a configuração administrativa do território na época medieval e a sua alteração a partir do século XIII, com a referência ao termo Concelho exprime, segundo Serrão (1989. II, p. 137), a *“versão em romance da expressão latina ‘concilium’”*. Importa recordar o processo crescente de municipalização (Op. cit., p. 139) do território de forma a que, afirma o mesmo autor (Loc. cit.), *“nos fins do século XIV, ou mesmo antes, os concelhos deviam, como nota Gama Barros, lindar uns com os outros”*, reforçando-se a acção fiscalizadora do Poder Central e a reforma dos concelhos. Estas unidades territoriais, governadas por *“câmaras eleitas, presididas por um juiz de fora, magistrado de nomeação régia ou, nalguns casos, senhorial, ou por um juiz ordinário, escolhido do mesmo modo que a restante vereação”* (SILVEIRA, 2001.I, p. 22).

Recordamos, de Ribeiro (1970, p. 321), que os actuais municípios assentam nas antigas “comarcas”, ou sejam, *“as pequenas unidades que se originam na situação ou no relevo, no clima ou na vegetação, num estádio de economia ou numa fase da sua organização humana, ou na combinação de vários destes elementos (...), providas muitas vezes de um nome tradicional, vivo entre o povo e documentado pela história”*. A delimitação destes espaços está associada ao traçado de fronteiras físicas (naturais), administrativas e até mentais, sugerindo

novos mapas reais e virtuais de vivência e de representação social, de acordo com os níveis de desenvolvimento registados nas diferentes unidades espaciais e sociais.

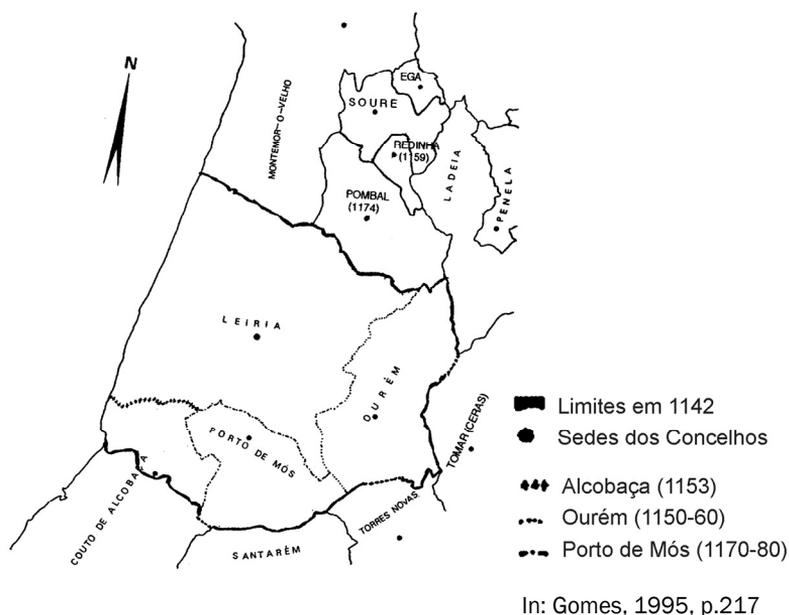
Na área em referência é de evocar a função militar exercida pelo burgo de Leiria, que mantinha uma posição estratégica devido à sua localização próxima da via de circulação que ligava a antiga Olissipo, a Bracara e se constituía como *“um veio de fácil penetração para os muçulmanos”* (GOMES, 1995, p. 86). Escreveu, Serrão (1989.II, p. 137), que os *“burgos”*, eram *“povoações constituídas junto a uma fortaleza onde vivem funcionários e simples serviçais e soldados directamente dependentes do poder senhorial”*, sendo que, a *“carta de foral”* que os regia (Loc. cit.), *“concede aos seus moradores igualdade de direitos e deveres, fosse qual fosse a sua anterior condição social, de onde resulta, juridicamente, asilos que tornavam livres todos os que neles adquirissem direitos de vizinhança”*.

Tendo em conta a importância das actividades produtivas de Leiria e do seu termo, alguns monarcas deram maior atenção ao fomento das actividades marítimas, a começar por D. Dinis, a quem se deve o aproveitamento do porto de pesca de Paredes e a sua abertura ao comércio exterior. Relata-nos *“O Couseiro”* (1868, p. 21), que *“os dictos Reis D. Diniz e Santa Izabel folgavam muito de viver n’esta cidade (sendo ella ainda então villa), e assim a ennobreceram muito com sua presença, e mandaram fazer uns paços no sitio juncto aos episcopaes, e outros por baixo da Rigueira de Pontes, e outros na povoa de Monte-Real”*. Mais ainda (Loc. cit.): *“aonde ao depois o bispo D. Martinho Affonso Mexia mandou fazer a ermida da dicta rainha sancta (...), o dicto rei D. Diniz fez doação à dicta rainha Santa Izabel no anno de 1300, de Leiria e seu districto”*. Tal justifica, no dizer de Gomes (2007, p. 30), a criação de *“entidades de cariz concelhio, posto que em grau e substância diferenciados entre si”*, como sucedeu à Póvoa de Paredes e à Póvoa de Monte Real, por iniciativa do rei *“Lavrador”*, fundadas no seu reinado.

Ainda, Gomes (1995, p. 70), faz notar que *“Leiria confirmava-se em ambos os momentos como núcleo de base da ordenação do espaço regional ainda que a relação da proporcionalidade entre centro urbano e superfície da área de administração tenha decrescido em 48,59% (de 160 586 ha passou para 82 383 ha). Os espaços sobre que deixou de exercer influência jurisdicional agrupavam-se em três outros senhorios. Uma parte (10 065 ha) foi agregada aos coutos alcobacenses (6,29%), outra (com 26 488 ha) constituiria o concelho de Porto de Mos (16,6%) e a restante (com 22 275 ha) passou a inserir-se na área territorial de Ourém (13,8%)”*. A distribuição hierárquica deste espaço, aqui equacionada, *“manter-se-ia até finais do século XIII, altura em que foi desmembrado de Leiria o*

concelho de Paredes, sendo-lhe ainda introduzidas pequenas alterações com a criação do concelho da Batalha em 1500”.

Figura 4 – Limites do concelho de Leiria, de 1142 a 1200



Observa este autor (GOMES, 2007, p. 30), que “o processo de afirmação e autonomização do Concelho da Batalha, imposta aos senhores de Leiria (o Rei e a casa donatária da vila, dos Condes e depois Marqueses de Vila Real) e à oligarquia leiriense pelos antigos operários que laboravam no estaleiro da construção do Mosteiro gótico batalhino”, justificando-se pela “sua cultura política (...) suficientemente distinta e activa para dar origem a um discurso reivindicativo de maiores privilégios e autonomia autocrática local” (Loc. cit.).

Em resultado destas partilhas reduziu-se a extensão do antigo concelho medieval, que então se alargava desde os territórios pertencentes a Montemor-o-Velho e Pombal (a Norte), contactando na área da serra (a Leste) com os de Tomar e Torres Novas e a sul, com Santarém e o couto de Alcobaça. Recorde-se que apesar destas desanexações, Leiria manteve as suas funções comerciais e militares, além da importância política decorrente das estadias dos reis nesta terra e da realização das Cortes nesta cidade, o que aconteceu pela primeira vez em 1254.

Em trabalho elaborado por Marcelo Caetano sobre este acontecimento (1954, p. 23), observa o seguinte: “nestes tempos o Rei não tinha capital e percorria constantemente o Reino com o seu séquito. A primeira era a necessidade de aparecer para lembrar e impor a sua autoridade e fazer sentir aos povos os benefícios dela, corrigindo abusos, concedendo graças e administrando justiça. A segunda estava em que, sendo uma grande parte dos réditos da Coroa constituídos por géneros agrícolas de difícil transporte e fácil deterioração, era mais cómodo que o Rei, com todos aqueles que tinha de sustentar, se deslocasse (...)”. Mais ainda, “o próprio tesouro monetário se encontrava disperso por vários castelos”.

A importância deste acontecimento na vida política nacional é realçada por Serrão (1979.I, p. 140), que recorda terem aí lugar as cortes onde “pela primeira vez tomaram parte os procuradores dos concelhos; a reestruturação da moeda, com base no padrão da libra, considerada como instrumento fundamental da vida económica; e a defesa do património da coroa, para pôr termo aos abusos senhoriais e do alto clero, por meio de confirmações régias que tiveram lugar no ano de 1258”.

No mesmo lugar voltaram a reunir-se Cortes em 1372, em 1376 e em 1438. Estas últimas ficaram na história pela decisão tomada pelo monarca de então, D. Duarte, em manter o cativo de D. Fernando após o desaire de Ceuta, contra a entrega desta praça aos Mouros. No dizer de Castro (1991, p. 303), “ao findar a época medieval, pode dizer-se sem receio que Leiria e a sua região desempenharam um papel de primeiro plano no afeiçoamento e enraizamento da nacionalidade portuguesa, aliás um fenómeno permanente que tem de se afirmar a cada momento ao longo dos tempos, prosseguindo necessariamente nos séculos posteriores”.

Recorda-nos Saraiva (1996. in: *Guia Expresso*, p. 4), a existência da primeira fábrica de papel e a antiga tipografia existente em Leiria, atestam uma importante actividade económica devida à acção da comunidade judaica que “esteve na base do progresso que se mantém até meados do século XVI”. A juntar à importância económica destas iniciativas e das funções relacionadas com a sua importância como centro de produção agrícola e como centro das actividades ligadas ao comércio e à indústria, Leiria assumia funções administrativas inerentes ao estatuto de sede de concelho e de diversas actividades produtivas. É assim que Gomes (1995, p. 11) relata essa ocupação ao descrever: “na área peri-urbana denotava-se um dinamismo económico-social de vulto para o que contribuíam os inúmeros moinhos de água, os pisões, os lagares de vinho e de azeite, além de outros engenhos de serração de madeiras, e em certa altura, de fabrico de papel”.

De acordo ainda com o mesmo autor (Loc. cit.), o desenvolvimento destas actividades davam a Leiria um peso económico de relevo, afastado que estava das outras cidades do Reino como Coimbra, Santarém e Lisboa, ou mesmo dos senhorios fundiários mais próximos de Porto de Mós, Ourém e Pombal. Esta importância era reforçada pelas funções administrativas e de justiça que desempenhava, como *“cabeça de comarca e de almoxarifado para além de centro concelhio”* (Loc. cit.). Neste caso, a área do concelho de Leiria permaneceu estável, desde o início de Quinhentos até às reformas liberais Oitocentistas. Assim, em 1836, por decreto da Rainha D. Maria II, foi criado o concelho da Marinha Grande, iniciativa que foi alterada em 1836, com a publicação de nova legislação que altera as divisões administrativas anteriormente criadas. Elevada à categoria de Vila em 1892, ao tempo de D. Carlos I, o concelho só é restabelecido após a implantação da República, em 20 de Janeiro de 1917, pela Lei nº 644.

Tendo presente a ocorrência de sucessivas reformas da administração local, registadas no final de Oitocentos e a nova reorganização promovida pelo Estado Novo, consignada no Código Administrativo de 1936, revisto em 1940, o território do Continente foi dividido em freguesias, agrupadas em concelhos; por sua vez estes agrupavam-se em 18 distritos e estes em Províncias. De acordo com este documento, a autarquia local é *“pessoa colectiva de população e território e fracção do território do Estado que pode simultaneamente ser a circunscrição base (por exemplo, a freguesias) e parte integrante das circunscrições de outras autarquias, ou seja, o concelho e a província”* (SOUSA, GONÇALVES, 2002, p. 66).

No texto elaborado por Girão, *“Esboço duma carta regional de Portugal”*, defende este autor (SANTOS, 1988, p. 144), que *“o concelho constitui uma unidade administrativa que urge respeitar num país, como o nosso, de arreigadas tradições municipalistas”*. Prossegue, afirmando que o distrito, *“como circunscrição regional, é puramente arbitrária, pois os distritos, longe de assentarem em qualquer critério geográfico ou económico, agrupam, com intuitos centralizadores e com a mesma preocupação geométrica (...), concelhos das mais variadas condições, retalhando por vezes regiões muito vastas, cuja unidade importava conservar intacta a despeito de tudo, porque assim o exigiam as suas características essenciais”* (Loc. cit.).

Sobre a situação actual recordam Costa e Neves (1995, p. 81), que *“após o 25 de Abril de 1974, desenvolve-se um processo de descentralização e de autonomia com a eleição de todos os órgãos autárquicos sem necessidade de homologação do poder central”*, cabendo aos municípios a reorganização administrativa com vista ao melhor desempenho do sistema político administrativo local.

Distrito

A divisão do território em Distritos, para efeitos de administração pública, surge com a Constituição de 1822 (Título VI, Cap. I, artº 212), que remete para data posterior a sua designação e funções. Diz-nos Sousa (2002, p. 17), que esta divisão, criada pela carta de lei datada de 25 de Abril de 1835⁴², agrupava “*um certo número de concelhos, à frente dos quais estaria um ‘administrador geral’, de nomeação régia, auxiliado por uma ‘Junta Administrativa’ em que estavam representados os concelhos, através dos seus procuradores*”. De acordo com Caldas e Loureiro (1966, p. 89), “*Todavia, a divisão distrital, constituindo uma subdivisão das províncias, forma um dispositivo novo, que não chega a ter analogia com a divisão em comarcas. Aqui é que se encontrará, verdadeiramente, a inovação que há-de perdurar, com alterações, até à actualidade*”.

Dada a sua extensão, os limites das referidas províncias não foram ajustados às diferentes divisões militares e eclesiásticas, deixando para data posterior, a definição dos respectivos limites distritais. De acordo com Ribeiro (1970, p. 316), os Distritos são “*divisões heterogêneas, que ora abrangem ora parcelam as antigas unidades provinciais*” (Op. cit., p. 316). Mesmo assim, já em 1957 reconheceu que “*mais de um século de vigência dos distritos, durante a qual se organizou a rede moderna de comunicações do País, as relações que criaram, a atracção das suas capitais, deu a esta divisão administrativa já uma certa tradição, que atenuou, por força, o que de arbitrário possa ter havido no seu estabelecimento*”.

Sobre este assunto, acrescenta Graça (1992, VIII), “*Em 20 de Março de 1827, a Comissão de Deputados encarregada da Divisão do Território, mantendo a arrumação administrativa do país em províncias e comarcas, limitou-se a sub-dividir a província da Beira, em Beira Alta e Beira Baixa e a fixar 17 comarcas, trabalho todo ele amplamente justificado por razoabilidades histórico-geográficas*”. Prossegue o mesmo autor (Op. cit., pp. VIII-IX), registando que “*só com o restabelecimento da carta Constitucional (1834) e, depois, em 25 de Abril de 1835, o território nacional foi dividido em distritos, concelhos e freguesias ou paróquias, tendo à sua frente, respectivamente, o Governador Civil, o Administrador do Concelho e o Regedor, todos de escolha governamental e funcionando como seus agentes*”.

Completando esta anotação, acrescenta Sousa (2002, p. 17), que durante o ‘Antigo Regime’, entendia-se por distrito, “*a extensão, espaço de terreno dentro de certos limites, sujeita a certos magistrados, prelados, juizes, com as comarcas de*

⁴² Na sequência da reforma de Mouzinho da Silveira (1832).

lavouras, pastos, bosques, soutos que produzem mantimentos, materiais para vestir, edificar, para manufacturas, etc”

A confirmação destas unidades administrativas surge no reinado de D. Maria II, com a reforma de Mousinho da Silveira, com o intuito de acabar com a proliferação de divisões administrativas herdadas da Idade Média (cf. FIGUEIREDO, 1988, p. 31), a qual permitiu *“reorganizar a administração local em novas bases, determinando a divisão do Reino ‘até dezassete distritos administrativos’, os quais agrupavam um certo número de concelhos”* (SOUSA, Op. cit., p. 18). Prossegue o mesmo autor, afirmando que: *“Estavam assim criados os distritos, solução de compromisso entre as províncias, circunscrições mais extensas e as comarcas, com área mais reduzida, os quais, com excepção do de Setúbal, desmembrado do distrito de Lisboa em 1926, vieram até aos nossos dias”*.

A esta decisão se deve, portanto, a definição do distrito de Leiria, um dos 17 então criados, dele fazendo parte os concelhos de: Leiria, Alcobaça, Caldas, Óbidos, Pombal, Porto de Mós, Pedrógão Grande, Pederneira, S. Martinho do Porto, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Louriçal, Batalha, Maçãs de Dona Maria e Chão de Couce. A Constituição de 1933 retira ao distrito a sua função de autarquia local, passando este a ser considerado como *“círculo de administração geral”*, consagrando-lhe o Código Administrativo de 1940 uma função mais precisa, como *“circunscrição administrativa para o exercício da acção do Governador Civil”* (GRAÇA, 1992, XIV).

Em trabalho recente sobre o Governo Civil de Vila Real, observa Sousa (2002, p. 18), tendo por base um trabalho de J. Serra⁴³ que o distrito, *“acabou por se tornar no ‘quadro preferencial da desconcentração dos serviços públicos’, dos ‘serviços à política, passando pelos tribunais’, e ser adaptado pelo sistema eleitoral e pelos partidos políticos, num processo que o regime democrático, após 1974, não deixou de reforçar, quer pela adopção dos círculos distritais, quer pela estruturação interna, adaptada aos mesmos, que todos os partidos políticos acabaram por abraçar”*.

As funções desempenhadas a partir de então pelos Governadores Civis, são essencialmente de carácter administrativo, configurando uma nova esfera de acção política e de exercício de poder sobre todos os estabelecimentos públicos e privados de *“instrução pública, de caridade, e de piedade, fiscalizando as suas despesas, propondo ao Governo, e promovendo o seu melhoramento, propondo a demissão ou suspensão de quaisquer administradores, que fossem de nomeação régia, suspendendo ou*

⁴³ SERRA, João B., “As reformas da administração local de 1872 a 1910”. in: *Análise Social*, vol. XXIV, Lisboa, pp. 1064-1065, 1991.

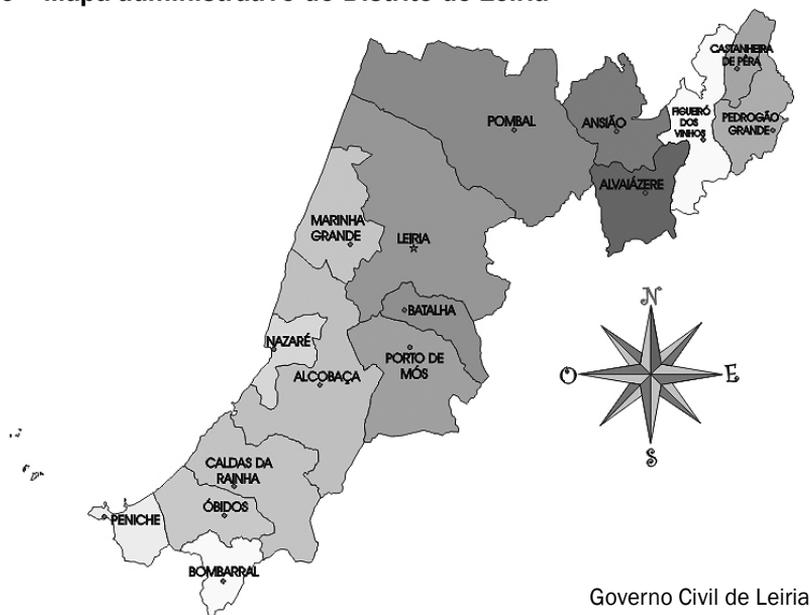
demitindo (...) os que fossem de sua própria nomeação; e dissolvendo a eleição dos que eram nomeados por compromissos (...)” (Op. cit., p. 31).

Desta acção exceptuam-se, apenas “as universidades e as academias do reino” (Loc. cit.).

O conjunto destas funções abarcava três domínios fundamentais, a saber (Op. cit., p. 33):

- “execução de todas as leis e regulamentos administrativos (...);
- cooperar ‘em todas as relações que ligam governantes e governados’ (...),
- tudo o que, pela sua ‘natureza e uso habitual’ interessava à ‘universalidade dos cidadãos’; a agricultura, comércio, indústria, saúde pública, estabelecimentos pios, bens nacionais, obras públicas, polícia preventiva e ensino público”, assuntos que “constituíam objectos que reclamavam a particular atenção dos governadores civis”.

Figura 5 – Mapa administrativo do Distrito de Leiria



O predomínio da função de natureza jurídica do Distrito é ainda realçado por este autor, parafraseando Marcelo Caetano (Op. cit., p. 21), referindo que o seu significado variou ao longo do tempo de modo que, entre 1835 e 2002, este oscilou “entre a qualidade de mera circunscrição de administração local do Estado e de verdadeira autarquia local”. Recentemente tal aconteceu, entre 1959 e 1976 (Op. cit., p. 22), quando o “distrito passa, de novo, a autarquia, decalcando ‘os meios,

estruturas e atribuições das anteriores províncias criadas em 1933". Contudo (Loc. cit.), *"a partir de 1976, o distrito deixa de ser autarquia, mantendo-se no Continente enquanto não forem instituídas as regiões administrativas"*.

Na actualidade o distrito de Leiria, com uma área de 3517 Km², depois da extinção dos concelhos de Pederneira, S. Martinho do Porto, Louriçal, Maçãs de Dona Maria e Chão de Couce, abarca um conjunto 16 concelhos que se estendem por terras de *"dunas e de calcáreo"* (M. Torga). Tal como acontece noutras partes do território, estes concelhos ocupam um território diversificado, que do ponto de vista morfológico e estrutural abrange a Orla Sedimentar Ocidental e integra a zona dos maciços calcários e a planície litoral que os bordeja e que previamente apresentamos como fazendo parte da Estremadura Setentrional e da Estremadura propriamente dita.

Os aspectos anteriormente enunciados mostram que os Distritos são divisões heterogéneas, integrando territórios geograficamente diversificados, *"que ora abrangem ora parcelam as antigas unidades provinciais"* (SERRÃO, 1989.II, p. 322). Mais ainda, no dizer deste autor (Loc. cit.), *"os distritos foram organizados em atenção a um centro, a uma capital, tendo em conta a facilidade de comunicações, que o caminho de ferro primeiro e depois a estrada haviam de tornar efectivas"*. Não sendo divisões *"puramente arbitrárias, antes procuraram, a despeito da sua heterogeneidade aparente, certo equilíbrio na área, na população, na relação com os centros principais, que a função administrativa, por outro lado veio impulsionar"* (Loc. cit.).

Estas referências abonam a favor da escolha do tema, surgindo Leiria com uma função dual: sede do poder político e administrativo, do município e do distrito com o mesmo nome; sede de outros poderes, que contribuem para o cumprimento de novas funções e para a organização territorial e social do espaço circundante. Se tivermos ainda em consideração a herança histórica da povoação medieva e a evolução do território adjacente, bem como a acção religiosa desempenhada pela Igreja, temos de reconhecer o poder religioso como fazendo parte deste grupo, o que nos obriga a atender, também à configuração territorial da diocese de Leiria.

1.2 – De natureza religiosa

Diocese e Paróquias

A análise da evolução do povoamento de Leiria e do seu termo só pode ser feita se tivermos em conta a evolução da divisão eclesiástica, em Dioceses e Paróquias

ou freguesias, que a partir da constituição do burgo medievo se foram constituindo, ocupando as terras sob dependência do Castelo de Leiria. Este processo, consequente ao avanço da Reconquista, permitiu a criação de diversos núcleos de povoamento, confirmados pela presença de um cura que estabelecia a dependência religiosa em relação ao Bispo ou às ordens religiosas que exerciam a sua jurisdição sobre determinadas parcelas do território. Assim aconteceu quando da preparação do testamento do primeiro rei de Portugal e da doação do domínio eclesiástico de Leiria, em 1180, ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

De acordo com o referido documento (*“O Couseiro”, 1868, p. 7*), deferida esta súplica, *“confirmou o Papa Celestino 3º a dicta doação, em o quinto anno do seu pontificado, aos dez dias do mez de julho, que vem a ser no de 1195”*. Por esta razão, *“e no mesmo anno, a instancia do mesmo rei, fez Gilberto, bispo de Lisboa (e o primeiro d’ella), desistencia do direito que tinha, ou podia ter, na jurisdição ecclesiastica d’este districto de Leiria, de consentimento do seu cabido, a qual o dicto Papa Celestino, em o mesmo anno, confirmou”*. Estas referências parecem coincidir com a segunda doação desta terra, depois da reconquista da fortaleza aos serracenos e da sua reedificação, feita pelo referido monarca no ano de Christo de 1142 (Op. cit., p. 3). Importa assinalar que as doações às ordens religiosas do Templo e do Hospital, feitas por D. Afonso Henriques, permitiram a entrega de vastas parcelas do território da área do castelo de Leiria, com o objectivo da sua defesa e povoamento.

Esta referência obriga-nos a ter em consideração a evolução da divisão eclesiástica - nomeadamente a que foi levada por D. João III, depois de 1527-1530 - em Dioceses e Paróquias, a qual permitiu oficializar, depois da Reconquista, a existência de diversos núcleos de povoamento e a afirmação da identidade dos habitantes desta área, sujeitos ao mesmo poder religioso. No que respeita à Diocese de Leiria, diz-nos Serrão (1965.II, p. 305), que *“A pedido de D. João III, Paulo III criou as dioceses de Leiria e de Miranda, a 22 de Maio de 1545, sendo a primeira desmembrada da diocese de Coimbra e a segunda da de Braga”*. Contudo no último Quartel de Oitocentos, o Papa Leão XIII, *“a pedido do rei de Portugal, mandou reduzir o seu número e fazer nova circunscrição dicesana”* (Loc. cit.), pelo que a Diocese de Leiria foi suprimida e o seu território anexado às dioceses de Coimbra e de Lisboa.

Recorde-se que a criação do Bispado de Leiria data de 1545, *“presidindo na Igreja Catholica o Papa Paulo 3º que, entrou no summo pontificado no anno de 1534, sendo rei d’este reino D. João 3º, 11º anno do seu pontificado, que era o de 1545 do nascimento de N. Senhor Jesus Christo, em 22 de maio, a instancia do*

mesmo rei D. João, passou a bulla da criação d'este bispado, levantando-se em sé cathedral a igreja de N. Senhora da Pena, assignando-lhe a cidade e seu termo por districto, transferindo-lhe a jurisdição e direito do prior mór de Santa Cruz e do bispo de Coimbra, isentando de Braga, que era sua metropole, e passando-o à de Lisboa" (*"O Couseiro"*, 1868, p. 159).

A criação da diocese de Leiria (desanexada da de Coimbra), conjuntamente com as de Miranda do Douro, Portalegre e Elvas, "com a atribuição de rendimentos provenientes de domínios que pertenciam ao arcebispado de Évora (CASTRO, 1991, p. 307), "testemunha o desenvolvimento das instituições religiosas locais e o alcance da libertação da direcção eclesiástica dos cônegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra" (Loc. cit.). Assim, "a elevação da vila a cidade representa ainda uma indicação do desenvolvimento da actividade social do povoado leiriense" (Loc. cit.) e o reforço da sua posição interna.

A análise da evolução do povoamento de Leiria - então "elevada a cidade e erecta em cathedral a igreja de Santa Maria (N^a S^a da Pena)" (ZÚQUETE, 1943, p. 25) - e do seu termo, deve ser feita tendo em conta a evolução da divisão eclesiástica da Diocese e a constituição das novas paróquias e freguesias, que a partir do burgo medievo se foram desenhando, ocupando as terras sob dependência do Castelo de Leiria. Recuando um pouco no tempo e tendo em conta o posicionamento geográfico do burgo de Leiria, observa Gomes (1995, p. 73), que durante a época medieva este funcionou como "um centro urbano motor e ordenador" do território, face às zonas "mais serranas, consequentemente com maiores dificuldades na distribuição da rede hídrica, com solos maioritariamente de produtividades mais escassas" (Loc. cit.) e os terrenos mais férteis e ribeirinhos dos rios Lis e Lena.

Esta realidade está na origem da perda do território inicialmente dominado pelo castelo-vila de Leiria e à sua repartição pelos senhorios de Porto de Mós, de Ourém (lugares atravessados pela estrada medieva que ligava Santarém a Coimbra) e dos coutos de Alcobaça, tendo surgido não do resultado de "um acto administrativo das instâncias do poder superior ou régio, mas antes em virtude das condições sociais da região" (Op. cit., p. 72).

Relata-nos "O Couseiro" (1868, p. 309), que "Em 4 de Setembro de 1882 foi extinto o Bispado de Leiria, sendo anexadas à diocese de Coimbra 23 freguesias do Concelho e 2 do Concelho de Pombal. As restantes passaram para o Patriarcado". No entanto, o movimento encetado no início do século passado para a restauração da Diocese, em que teve uma participação peculiar o jornal "O Mensageiro", veio a

permitir a Bento XV, em 17 de Janeiro de 1918, restaurar “a diocese de Leiria com freguesias de Coimbra e de Lisboa” (Loc. cit.).

Em 15 de Maio de 1920 foi a mesma confiada a D. José Alves Correia da Silva. Na actualidade, o Bispado ou Diocese de Leiria- Fátima (assim designada desde 1984), compreende nove Vigararias e setenta e cinco Paróquias, cobrindo uma área de 1700 Km², que abarcam a totalidade dos concelhos da Batalha, de Leiria, da Marinha Grande e Porto de Mós e algumas paróquias dos concelhos de Pombal (Bispado de Coimbra) e grande parte do concelho de Alcobaça (Patriarcado de Lisboa). Sobre a sua extensão, afirma Poças Santos (2006, p. 332), que a mesma regista uma grande homogeneidade do território, a qual “*parece corresponder ainda hoje, mais do que o espaço distrital, à verdadeira área de influência da cidade de Leiria*”.

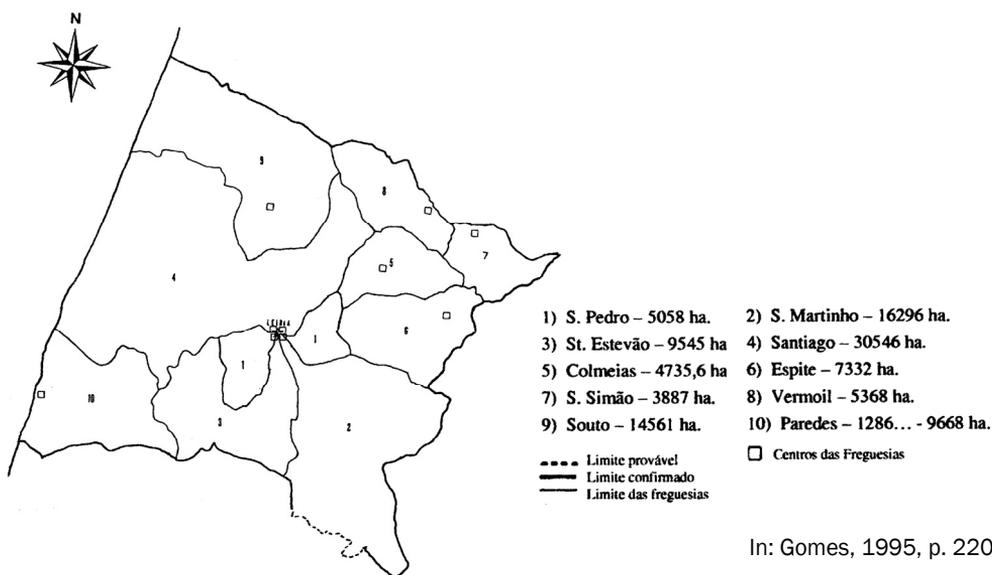
Diz-nos Serrão (1989.V, p. 7) que a Paróquia é “*cada uma das circunscrições territoriais duma diocese que tenha igreja própria, com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas*”, ou seja, uma determinada circunscrição de natureza eclesiástica, que agrupa os habitantes ou fiéis, residentes num determinado território. Em Portugal e para efeitos da administração eclesiástica, as Paroquias reúnem-se em Vigararias, dirigidas pelo respectivo “Vigário”.

As paróquias religiosas, consideradas como centros autónomos da vida espiritual de diversas comunidades, permitiram a afirmação das actividades económicas e a formação do tecido económico local. Prossegue o referido autor (Loc. cit.) afirmando que a criação de novas paróquias, “*é uma consequência da maneira como inicialmente se expandiu o cristianismo*”, uma vez que, “*com a penetração do cristianismo nos meios rurais levantaram-se novos templos nos lugares fortificados (castella), nas povoações rurais (vici, pagi) e nas explorações agrícolas dos grandes senhores (fundí, villae)*”. Mais ainda, considera que “*a distância a que ficavam das cidades obrigou os bispos a darem autonomia espiritual e económica aos templos destas circunscrições, que foram dotadas de baptistério e de cemitério e se tornaram centros de vida espiritual*”.

De acordo com Ribeiro, Lautensach e Daveau (1989.III, p. 638), “*a divisão administrativa em freguesias deriva portanto da organização de direito civil privado das antiga ‘villa’*”. Assim se entende o processo de criação das novas freguesias, principalmente a partir do começo de Quinhentos, quando se acelerou a autonomização de novas unidades religiosas a partir das existentes, tal como aconteceu em 1600, com a criação da paróquia de N^a Sr^a do Rosário da Marinha, então desmembrada da paróquia de S. Tiago do Arrabalde da Ponte.

Relatam “As memórias do Bispado de Leiria” (“O Couseiro”, 1868, p. 183) que, com esta nomeação, “foi erecta a igreja de N. Senhora da Pena em sé cathedral, (...) e logo cessou a jurisdição do prior mór de Santa Cruz, e se foram o vigário e conegos que aqui residiam”. Contudo, anota o referido texto (Op. cit., p. 183), que “por esta igreja estar tão longe da povoação, serviu pouco tempo de sé; deu-lhe o bispo a cidade e alguns logares dos montes por freguezia (...) em quanto a de S. Pedro serviu de sé.”

Figura 6 – Divisão eclesiástica do concelho de Leiria, nos séculos XIV e XV



A este respeito a carta da Divisão eclesiástica do concelho de Leiria, nos séculos XIV e XV, elaborada por Gomes (1995, p. 84), dá-nos conta das diferentes paróquias criadas a partir das quatro freguesias iniciais que dominavam o território do concelho, a saber: S. Pedro (5058 ha.), S. Martinho (16 296 ha.), Stº Estevão (9545 ha.) e Santiago (30 546 ha.). Outras se seguiram dando assim continuidade a um processo de estruturação das paróquias como núcleos de povoamento e de dispersão dos “fregueses”, submetidos ao pagamento de dízimos ao Bispado, ao respectivo pároco e ao poder régio. Pelo início do século XVI foram criadas novas unidades desanexadas das freguesias da vila, movimento que se seguiu à concessão do foral novo a Leiria, feito por D. Manuel I, em 1 de Maio de 1510, movimento este que vem a prosseguir até ao último Quartel de Novecentos.

Recorda-nos Zúquete (1943, p. 17), que a criação destas novas paróquias, conjuntamente com a de Paredes, “transferida em 1542 para Pataias, por estar quâsi abandonada aquela vila, que tão importante fora na época dionísia, porto de mar natural dos pinhais do Rei”, aumentou o poder do Prior-mor de Santa Cruz de Coimbra que passou a exercer a sua jurisdição em dez freguesias, “das quais cinco na vila”.

Com a criação da diocese de Leiria, ao tempo de D. João III e no tempo do pontificado de Paulo III (1545), “com a atribuição de rendimentos provenientes de domínios que pertenciam ao arcebispado de Évora (CASTRO, 1991, p. 307), confirma-se “o desenvolvimento das instituições religiosas locais e o alcance da libertação da direcção eclesiástica dos cónegos regantes de Santa Cruz de Coimbra” (Loc. cit.). Assim, “a elevação da vila a cidade representa ainda uma indicação do desenvolvimento da actividade social do povoado leiriense” (Loc. cit.) e o reforço da sua posição interna. De realçar que no início do século XVI, Leiria era considerada como uma das mais notáveis vilas do Reino, sendo assim designada em carta endereçada por D. João III ao embaixador de Portugal em Roma (ZÚQUETE, 1943, p. 22).

Pelo seu interesse, de Cabral (1993.I, p. 91), transcreve-se a carta de D. João III referente à elevação de Leiria a cidade: “*Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu pedy ao Samto Padre que quisese crjar e aleuamtar em See cathedral a Igreja de Nosa Senhora da villa de leirea e seu termo da Jurdiçaom do priorado do mosteiro de Samta cruz de cojmbra que na dita villa e seu termo tinha jurisdiçam episcopal e asy do bispado de Cojmbra e fazer da dita villa e seu termo bispado por me asy parecer ser serviço de Deus e que convinha ao boom governo da clerezia e pouo da dita villa e seu termo e a sua Samtidade aprouve de o asy comceder e de crjar e alevamtar em See cathedral a dita Igreja de Leirea e fazer o dito bispado como por mym lhe foy pedido.*

E queremdo eu ffazzer graça e merçe a dita villa de leirea asy pelos ditos respeitos como per seus merecimentos e seruiços que a mym e aos Reis meus amtecessores tem feitos e espero que ao diamte faça e de meu proprio moto e livre vomtade Me praz de acreçemtar e allevamtar a dita villa de leirea em denjdade e homra e a faço cidade e lhe comcedo todas as homras preuyllegios e liberdades que per direito ella como çidade deve de ter e tem as outras çidades de meus Reynos e senhorjos (...).

Dada em a çidade dEvora a XIIj dias do mês de junho. Amtonio feraz a fez Anno do naçimento de noso Senhor Jhesu Christo de mill e quynhemtos e coremta e cimquo”.

Além da sua categoria como cidade, Leiria mantinha uma posição estratégica, como observa Castro (1991, p. 308): a *“relevância central desta sub-região resulta antes de mais nada da sua comparticipação na vida colectiva dos portugueses, com os seus reflexos directos e indirectos ao longo dos séculos no Portugal moderno, em particular quando olhamos para esta época histórica que vai dos séculos XVI a XVIII”*. Este acontecimento levou à afirmação das actividades económicas sedeadas no território leiriense e esteve relacionado com a constituição das paróquias religiosas, consideradas como centros autónomos da vida espiritual de diversas comunidades. Assim se entende o processo de criação das novas freguesias, principalmente a partir do começo de Quinhentos, quando se acelerou a autonomização de novas unidades religiosas a partir das existentes.

Quadro X - Desanexação das freguesias de Leiria (síntese)

S. Martinho	Reguengo Cortes Arrabal Stª Ctª da Serra
S. Pedro	Cortes Barreira Parceiros Azóia
S. Estevão	Batalha Maceira
S. Tiago	Arrabalde Monte Real Amor Marinha

Este movimento traduz o crescimento demográfico e o desenvolvimento das actividades económicas que garantiram a emancipação de novas paróquias e freguesias, que asseguravam a longevidade do Bispado de Leiria até aos finais do século XIX e a sua posterior refundação.

1.3 - Outras

NUT

A evolução das actividades humanas nesta área e o relato das diferentes iniciativas públicas e particulares, permitem-nos diferentes leituras temporais,

espaciais e políticas, dos cenários de desenvolvimento que poderíamos traçar em épocas distintas ou períodos da história nacional e da história local.

Na actualidade e no que a Leiria diz respeito, alguns destes aspectos estão caracterizados por Castro (1991, p. 313), que sobre este assunto escreveu o seguinte: *“Leiria e a sua região – e mesmo o distrito no seu conjunto na actual definição geográfico-administrativa – conheceram nos últimos decénios um lento processo de desruralização que se viria a intensificar no quarto de século terminado nos nossos dias. O fenómeno deve-se à combinação de diversos factores que vão (aliás, na tendência geral do país e que tem nos países altamente industrializados o seu modelo mais acabado) desde os avanços da tecnologia e da produtividade agrárias até aos movimentos de população e ao crescimento do sector industrial (bem como até certo ponto dos serviços): ele marca por certo a história recente de toda a região”.*

Figura 7 – NUTIII – Pinhal Litoral



É na convergência das diferentes propostas e critérios acima mencionados que se pode destacar a oportunidade deste trabalho o qual, para efeitos de recolha actual de dados estatísticos, vai ter de recorrer a subdivisões distintas de natureza estatística. Valemo-nos da criação destas unidades estatísticas (NUT), criadas em 1989 (Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro), quando ficou estabelecida *“uma harmonia entre as divisões territoriais utilizadas para fins estatísticos”*, que passaram a considerar a sua desagregação em diferentes níveis:

- nível I, que abrange todo o território nacional;

- nível II, com as 7 NUTII (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira);

- nível III, constituído pela divisão das unidades anteriores em unidades mais pequenas, que abrangem grupos de concelhos contíguos e com maior identidade territorial, as NUTIII, tal como acontece na área do nosso estudo.

A legislação primeiramente publicada sobre este assunto foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros nº 34/86, de 26 de Março, a qual foi alterada em 2002 (Dec.-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro), confirmando os diversos tipos de NUT I e II e alargando o total de NUTIII que passaram desde então para três dezenas, 28 no Continente e 2 correspondentes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Estas agrupam o território de diferentes concelhos, coincidindo a área do nosso estudo com parte da NUT II – Centro e, integralmente com a NUTIII - Pinhal Litoral, constituída por 5 municípios: Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós e Pombal, ocupando uma área de 1746 Km² e à data desta última legislação, com 251.014 habitantes.

De acordo com um documento da C.C.R.C. (1984, p. 9), esta divisão tem por base o Agrupamento de concelhos de Leiria, definido no Projecto de administração regional elaborado em 1976 pelo Ministério da Administração Interna, que então criou os Gabinetes de Apoio Técnico (G.A.T.s), a implementar pelas Comissões Regionais de Planeamento. O G.A.T. de Leiria foi constituído pelos 4 primeiros concelhos, no qual foi posteriormente *“integrado o concelho de Pombal (retirado ao Agrupamento da Figueira da Foz) dado que as ligações se estabelecem preferencialmente com Leiria.”*

Próximo desta e integrando alguns concelhos⁴⁴ do distrito de Leiria contam-se as NUTIII:

- “Pinhal Interior Norte”, constituído por 14 municípios: Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares, Alvaiázere*, Ansião*, Castanheira de Pêra*, Figueiró dos Vinhos*, Pedrógão Grande*, com uma área de 2617 km² e 138.543 habitantes;

- “Oeste”, constituído por 12 municípios: Alcobaça*, Bombarral*, Caldas da Rainha*, Nazaré*, Óbidos*, Peniche*, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, com uma área de 2221 km² e 338.711 habitantes.

Para além destas, o “Pinhal Litoral” tem limites com as NUTIII do “Baixo Mondego”, a norte, e com a “Lezíria do Tejo”, a sul.

⁴⁴ Os concelhos assinalados (*), fazem parte do Distrito de Leiria

Associação de Municípios: A.M.A.E. e A.M.P.L

A “Associação de Municípios da Alta Estremadura” (AMAE), foi efectivada ao abrigo do Decreto-Lei nº 266/81, de 15 de Setembro e do Decreto-Lei nº 99/84, de 29 de Março. Na sequência de legislação anteriormente publicada, nomeadamente a Lei nº 172/99, de 21 de Setembro (artº 2), estas associações de direito público *“tem por fim a realização de atribuições conferidas por lei aos municípios ou a realização de quaisquer interesses compreendidos nas atribuições destes, salvo a atribuição ou interesse que, pela sua natureza ou por disposição da lei, deva ser directamente prosseguido por estes”*.

Com este enquadramento legal, a A.M.A.E. pretendia reforçar e consolidar os esforços de desenvolvimento equilibrado da sua área territorial, através da implementação de projectos de natureza supra e intermunicipal e de interesse para os seus membros. Pretendeu, ainda, articular os diferentes sectores de intervenção, no sentido de *“valorizar e de promover o investimento”* (AMAE, 2000, p. 33) no seu território.

Constituída inicialmente pelos municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós, em 2000 acolheu o município de Pombal. De entre os projectos estruturantes relacionados com a sua intervenção, contam-se a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, a Despoluição dos rios Lis e Seiça, a participação no Programa de Modernização Administrativa e a elaboração de Planos Estratégicos, de estudos e de outros trabalhos relacionados com a formação profissional e técnica dos quadros das diferentes autarquias aderentes.

Por via da aprovação do *“Quadro de Referência Estratégico Nacional”* (QREN) e das opções estratégicas de desenvolvimento territorial, na aplicação do princípio de subsidiariedade e da participação política dos municípios na *“concretização dos objectivos estratégicos e programáticos estabelecidos no QREN”* (Doc. do M.A.O.T.D.R.), esta Associação deu lugar à *“Associação de Municípios do Pinhal Litoral”* (AMPL), criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, o qual define *“as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007-2013 e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais (...)”*. A partir de então passou a ser constituída pelos cinco municípios que integram a NUTIII do Pinhal Litoral.

Confirma-se, desta forma, o modelo de cooperação inter-municipal iniciado com a criação dos *“Agrupamentos de Municípios”* que estiveram na origem do traçado das respectivas NUTIII.

Note-se que a atenção dispensada pelo poder político ao território e às cidades, promovendo a sua qualificação, aliada à promoção de “níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural (...), num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas” (Op. cit., Introdução), tem um significado geográfico e estratégico:

- geográfico, na medida em que se reconhece o território como objecto de intervenção e de qualificação física e ambiental sendo que, o seu ordenamento, previne os riscos ambientais, melhora a sua conectividade, reforça o sistema urbano e atenua as assimetrias regionais;

- estratégico, na medida em que se pretende, com este ordenamento, “estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica” (Loc. cit.), sugerindo a acção de novos “actores”, tais como o ensino superior, na difusão de boas práticas e da inovação que garantam o desenvolvimento sustentado e a coesão social.

A este respeito há muito que Lopes (1971, p. 139) havia chamado a atenção para o facto dos centros urbanos deverem ser considerados como “peças de um agregado que lhes molda as características e é, por sua vez, afectado por elas”, ou seja (Loc. cit.), “as características do sistema urbano e as características económicas da região hão-de estar relacionadas”. No estudo que encetou sobre “As funções económicas dos pequenos centros,” este autor utilizou diferentes temas, a saber: manutenção da ordem pública e observância da lei; saúde; educação; comércio por grosso, bancos e seguros; comércio a retalho; transportes e comunicações; turismo. Da nossa parte vamos privilegiar, no último capítulo deste trabalho, o contributo da “educação terciária”, como factor de mudança social, de inovação, de promoção do desenvolvimento humano e do bem-estar social.

2 – O sistema político (poder central e poder local)

O contributo do “sistema de poder”, entendido “como um dos sistemas específicos da sociedade global” (FERNANDES, 1988, p. 20), constitui ainda um dos temas a abordar neste capítulo, consagrado à análise dos diferentes factores e actores, que através de um “quadro estruturado de relações de poder”(Loc. cit.) e de acções específicas, influenciam a lógica e os processos de desenvolvimento.

Tenhamos presente que o poder é “um fenómeno de relação social e organizacional, comum a todos os tipos de vida associada “ (Op. cit., p. 60) e por isso faz sentido analisá-lo na sua forma actual, como configurador de espaços de

relação e de acções concretas, embora reguladas pelo Estado – que se *“faz rodear de instituições que o perpetuam, isto é, de burocracias mais ou menos complexas que lhe dão durabilidade e extensão”* (Op. cit., p. 89) - mas que consubstanciam resultados de diferente natureza e indicadores vários de aproveitamento de recursos e de iniciativas promotoras do crescimento económico, da elevação do nível de vida e do bem-estar das populações.

O processo de desenvolvimento deverá ter em conta diferentes cenários espaço-temporais, como exemplos concretos de iniciativas suportadas pelas grandes correntes de pensamento económico e que se manifestaram nos fenómenos de *“acomodação do território”* (PHILIPONNEAU, 1964, p. 27), do planeamento regional e do planeamento social, que tenha em conta as dinâmicas, social e económica, o seu enquadramento, estruturas, interacções e evolução dos mercados (PERROUX, 1987). Por outro lado, tendo presente a organização das sociedades e o estabelecimento de diferentes tipos de poder, marcados, como assinala Perroux (Op. cit., p. 195), por uma relação ambígua e ambivalente, onde *“a luta e a cooperação estão tão intimamente ligadas que se pode dizer luta-cooperação para pôr uma tônica vigorosa sobre a co-presença dessas duas forças, numa ligação Janus”*, devemos ter em conta a apreciação de diversos indicadores relativos ao tempo e ao espaço.

Sem pretendermos prolongar as citações de Perroux (Op. cit., pp. 128-129), não podemos deixar de evocar as diferentes funções, descritas por Arthur W. Lewis⁴⁵, relacionadas com o funcionamento dos serviços públicos, a defesa dos cidadãos, a utilização dos recursos, o pleno emprego, o nível de investimentos, etc., questões que não são apenas do foro da ciência económica, mas que dizem respeito à Geografia, pelas suas repercussões espaciais no povoamento, na organização do território, na mobilidade humana e nas assimetrias regionais.

Retomando o assunto da acção do sistema de poder sobre os processos de desenvolvimento, recordamos Gazeneuve e Victoroff (1982, p. 474), quando afirmam que *“o sistema político é (...) encarado como um conjunto de comportamentos e de inter-relações cujas transacções com o meio⁴⁶ importa apreciar”*. Nesta perspectiva e seguindo as orientações de Fernandes (1988, p. 116), de que estando o sistema de poder inserido na sociedade global, *“actua num dado meio ambiente, adaptando-se a ele através de processos de reequilíbrio contínuos”*. Estas interpretações permitem-nos realizar diversas leituras relacionadas com a ocorrência das "assimetrias" espaciais que têm vindo a

⁴⁵ *“The theory of economic growth”*. Londres, George Allen and Unwin Ltd., 1955.

⁴⁶ Meio físico, biológico, social e psicológico

confirmar, não só a diferente natureza do território nacional (geológica, estrutural, morfológica e pedológica), como o carácter "dualista" da nossa sociedade e o agravamento dos fenómenos de "desertificação" e de "litoralização", conhecidos há muito no nosso país, como um exemplo concreto da falta de articulação entre os 'inputs', os 'outputs' e, acima de tudo, sobre os mecanismos de 'feedback' que se geram em sistemas abertos.

Prosseguimos recordando alguns traços comuns da nossa sociedade, caracterizada essencialmente pela dimensão e pela natureza dos movimentos demográficos (natural e migratório) e a fuga da população das áreas rurais para os centros urbanos, fenómeno que se constitui como um dos sintomas evidentes das transformações sociais, económicas e culturais que afectaram a sociedade portuguesa no último quartel do século XX, conduzindo à sua dependência e envelhecimento. Já o alargamento da mancha urbana sobre o litoral português, expressa no crescimento dos seus centros urbanos e na afirmação das principais áreas metropolitanas, realça a especificidade de alguns dos fenómenos sociais que indiciam dinâmicas diferenciadas na ocupação do território e na criação de novas actividades.

Não sendo de todo em todo homogénea, a desigual repartição espacial da população e a análise dos seus movimentos, parece comprovar um certo determinismo causado por acção do "complexo histórico-geográfico", ligado às condições físicas e humanas do território e à sua ocupação tradicional ao longo do tempo. Por outro lado, mantém uma relação estreita entre a tendência para a macrocefalia das áreas marcadas pelo alargamento precoce das actividades marítimas e portuárias, o comércio marítimo, o comércio local, a administração e o peso dos serviços, bem como o agravamento recente dos problemas urbanos que lhe andam associados.

Se atendermos às acessibilidades dominantes e à "desertificação" acrescida de grandes áreas territoriais, esta repartição indicia um dos sintomas de exclusão "societal" que ameaçam as populações que habitam os centros de menor dimensão e mais afastados dos principais centros urbanos, do todo nacional. Com o intuito de alterar este panorama têm contribuído, primeiramente, as iniciativas de desenvolvimento promovidas pelo Estado, através quer de iniciativas do poder central, quer através do papel crescente das autarquias, com responsabilidades diversificadas nas áreas do ordenamento territorial e social, no ensino e na formação.

Pelo seu interesse recordamos a elaboração, durante a segunda metade do século XX, de quatro Planos de Fomento e de um Plano Intercalar, o primeiro dos quais, vigorou entre 1953 e 1958, contemplando a construção de infra-estruturas

essenciais ao desenvolvimento económico, ou sejam, as infra-estruturas básicas relacionadas com a construção de barragens, de vias de comunicação, de indústria de base e sistema de ensino, através das escolas técnicas, fundamentais para a formação dos quadros necessários à indústria nacional.

O II Plano de Fomento (1959 a 1964), foi orientado para o prosseguimento da construção das infra-estruturas básicas e criação das indústrias, consideradas então como fundamentais ao progresso do país, nomeadamente a indústria siderúrgica e de refinação de hidro-carbonetos e o fabrico de adubos para consumo interno e exploração. Em fase de industrialização, as novas unidades fabris serviam de arranque ao lançamento de novas actividades, nomeadamente aos serviços e ajudavam o processo de urbanização ainda incipiente. Dada a importância tradicional da agricultura e as opções estratégicas em relação ao seu desenvolvimento, o fabrico de fertilizantes orgânicos era uma ajuda necessária ao aumento da produção e aos investimentos em obras de regadio, consideradas fundamentais para o sector.

O lançamento do Plano Intercalar de Fomento (1965 a 1967), corresponde a um período de instabilidade social e política da sociedade portuguesa, por via da eclosão da guerra colonial, em 1961, nos territórios africanos sob domínio português e da fuga maciça das populações rurais para o estrangeiro, por meio da emigração. Mesmo assim os esforços considerados como prioritários pelo Estado continuam ligados às indústrias pesadas, tais como a química, metalúrgica e cimenteira cujo contributo, ao nível interno, era esperado em termos de aumento do produto nacional.

A este, segue-se o III Plano de Fomento (1968 a 1973). Corresponde a um período de abertura da economia e da sociedade portuguesa ao capital estrangeiro, incentivando por isso melhorias de exploração, de gestão e do sistema de exportação dos produtos nacionais. Estas orientações estão contempladas no texto do referido Plano que estabeleceu, como principais objectivos (SEARL, 1981, p. 15 – Anexos)

- *“i - equilibrar a rede urbana com a finalidade de dotar as populações de equipamentos sócio-económicos mínimos, concentrados a distâncias razoáveis;*

ii) – descentralizar a indústria e os serviços para polos de crescimento a concretizar;

iii) – especializar a agricultura regional de acordo com as aptidões dos solos e as influências climáticas”.

Na sequência desta Lei foram delimitadas quatro Regiões-Plano do continente e em data posterior (em 1969), estabelecida a orgânica oficial com vista à

prossecação da política regional. Dos resultados alcançados destacam-se a criação de um pólo de desenvolvimento em torno do pólo industrial e do porto de Sines, baseado na sua acção directa e em trocas comerciais entre Portugal e outros territórios, nomeadamente os que então se encontravam sob administração portuguesa.

Por fim consideramos o IV Plano de Fomento, elaborado para o período de 1974-1979, mas cuja execução foi interrompida com a mudança de regime político operada em 1974. Dos objectivos a atingir por este Plano, destacam-se as preocupações com o ordenamento do território, com vista à redução progressiva dos desequilíbrios regionais, ao equilíbrio da rede urbana, na sua articulação com o espaço rural, na correcta implantação territorial da industria e dos serviços e no ordenamento global do mundo rural que dominava, em extensão e número, o território português.

Elaborado num período de transformações na sociedade portuguesa e no sistema económico mundial, os seus pressupostos continham propostas de natureza social, de fomento económico, de pleno emprego, consideradas como fundamentais para a mudança social e política em Portugal. Com a revolução de 1974 perderam-se, nos primeiros anos, os instrumentos de planeamento a nível central, passando essas funções a serem exercidas em articulação com os municípios.

Importa assinalar que a Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, reconhece no seu artº 95 a existência de “Regiões-Plano”, atribuindo-lhes responsabilidades de participação na elaboração do plano regional e de coordenação e apoio autárquicas. O processo da sua delimitação elaborado em 1976 não teve seguimento, pelo que ficaram comprometidos os objectivos lançados depois da revolução de Abril de 1974 em relação à regionalização do país e ao processo de desenvolvimento regional. A propósito recordamos que o município, tal como as freguesias que o integram, fazem parte das autarquias locais (artº 235 da Constituição da República Portuguesa) e o espaço de autoridade que exercem circunscreve-se aos seus limites territoriais.

De entre a muita legislação com interesse nesta matéria evocamos a Lei nº 79/77, de 25/10, designada por “Lei das Autarquias”, que define as atribuições e competências dos órgãos respectivos e a lei nº 1/79, de 2 de Janeiro, conhecida por “Lei das Finanças Locais”. Por sua vez, a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração

central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local” (artº 1).

São igualmente de referir alguns dos princípios gerais que a Lei estabelece em matéria de descentralização de poderes e da descentralização administrativa. Em relação à “descentralização de poderes”, assegurada mediante “a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”, estabelece a referida Lei (artº 2) como finalidade: “assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública (...)”. Por sua vez, a “descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos” (artº 2). Justifica-se, assim, aos órgãos das autarquias locais, “poderes que lhes permitam actuar em diversas vertentes”, nomeadamente em matérias de consulta, planeamento, gestão, investimento, fiscalização e licenciamento.

De acordo com este texto são definidas as diferentes atribuições dos municípios e das freguesias (Capítulo II), bem como as competências dos órgãos municipais em diversos domínios, nomeadamente no que respeita aos equipamentos (rurais e urbanos) (artº 16), à educação (artº 19), ao património, cultura e ciência (artº 20), à promoção do desenvolvimento (artº 28), ao ordenamento do território e urbanismo (artº 29) e outros.

Anteriormente, o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março, estabeleceu ser através do Orçamento do Estado que, “anualmente, se indicam as novas competências e os meios financeiros que serão transferidos para os municípios (...)” (Preâmbulo). No decurso do referido texto regista-se, em relação ao sistema de planeamento, a articulação entre a “actividade da administração central e das autarquias locais” (artº 5). A propósito recorda-se, ainda, o que foi estabelecido quanto às competências de planeamento (artº 6):

“1 - É da competência da administração central a elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento económico - social e dos planos regionais de ordenamento e a definição das políticas nacionais para os diversos sectores da Administração Pública.

2 - É da competência do município a elaboração e aprovação dos planos directores municipais, dos planos gerais e parciais de urbanização e dos planos de pormenor, bem como a delimitação e aprovação de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e áreas de construção prioritária, com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais referidas no número anterior”.

O mesmo documento enuncia um rol das competências em matéria de investimentos públicos em diferentes domínios, que não cabe aqui mencionar. Outrossim, recordar como a transferência de competências do poder central para o poder local, permitiu mudar substancialmente o panorama autárquico em termos de organização do espaço, de organização municipal, de incentivos às actividades económicas, ao bem-estar e nível de vida das populações, aspectos que têm vindo a ser melhorados através de legislação vária publicada desde então e da acção dos actores que nela se têm empenhado: autarcas, partidos políticos, movimentos de cidadãos, sociedade em geral.

A este respeito, há muito que Lopes (1971, p. 139) havia chamado a atenção para o facto dos centros urbanos deverem ser considerados como *“peças de um agregado que lhes molda as características e é, por sua vez, afectado por elas”*, ou seja (Loc. cit.), *“as características do sistema urbano e as características económicas da região hão-de estar relacionadas”*. Devido às relações com a sua periferia, outras responsabilidades foram cometidas pelo autor a estes *“pequenos centros,”* nomeadamente as que dizem respeito à educação.

Tendo presente a realidade portuguesa e a criação recente dos centros de *“educação terciária”*, registamos como esta tem agido como factor de mudança social, de inovação, de promoção do desenvolvimento humano e do seu bem-estar. Assim, tal como Quintana-Cabanas (1989, p. 164), partilhamos a tese de que *“la educación puede cambiar la sociedad deriva de una teoría estructuralista de la sociedad, que cree que las partes y el todo forman un conjunto unitario y bien trabado”*. Neste sentido temos de considerar a educação como um fenómeno que abarca *« l’ensemble des influences que la nature ou les autres hommes peuvent exercer soit sur notre intelligence, soit sur notre volonté »* (DURKHEIM, 1980, p. 41).

De acordo com o que acabamos de defender, justifica-se uma primeira referência ao papel desempenhado pelo sistema de ensino, conjuntamente com as autarquias, como facilitador dos processos de socialização e de capacitação profissional, promotor dos processos de desenvolvimento humano e sócio-económico, contribuindo ainda para a redução das assimetrias espaciais e sociais. Esta reflexão é particularmente registada em contextos demográficos e sociais como o nosso, onde as mudanças referidas evoluíram em ritmo acelerado repercutindo-se nos diversos aspectos e ‘domínios’ sociais.

Ora, sendo certo que o processo de democratização do ensino conduziu à expansão da rede escolar, justifica-se que a quebra da população discente conduza a um novo padrão de distribuição dos estabelecimentos educativos, a uma nova configuração dos agrupamentos escolares, à reapreciação das tipologias dos

estabelecimentos do parque escolar, bem como a uma redefinição das relações da escola com a comunidade envolvente. Contudo, sendo certo que a desertificação de alguns centros populacionais pode ser desencadeada pela migração⁴⁷ forçada das famílias para os centros dotados de melhores infra-estruturas escolares e acessibilidades de natureza sócio-cultural, é oportuno ponderar a acção das autarquias neste domínio de forma a promover um re-ordenamento físico e social do território e sociedade e a sua revitalização.

Esta perspectiva remete-nos para outra questão relacionada com as novas funções que os centros escolares podem desempenhar ao nível da promoção do bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento de acções, sobretudo de natureza extra-curricular, que determinem o seu envolvimento em tarefas contempladas nos projectos educativos das escolas, por forma a garantir as melhores condições de acessibilidade aos alunos e a abertura da escola à comunidade. Note-se o comprometimento acrescido da escola em relação a novas funções e ao desempenho que a sociedade lhe atribui nas aprendizagens dos alunos, que podem beneficiar da participação alargada do 'capital cultural', das 'heranças' culturais e das 'memórias colectivas' da população.

Além do mais a escola pode desempenhar, sobretudo em contextos sociais mais desfavorecidos, um papel de relevo no desenvolvimento de acções no âmbito da re-socialização da população jovem, adulta e idosa, fomentando a análise de diferentes contextos (CARIDE-GÓMEZ, 2004) e tomar iniciativas pertinentes no âmbito da educação, da intervenção e da animação social e comunitária (NÚÑEZ, 2002). Neste contexto ganham especial relevância os projectos de formação conduzidos pelas autarquias, favorecendo a integração social de diversos estratos da população (que não só a população autóctone, mas, sobretudo, a população imigrante) e a população com menores rendimentos e possibilidades de formação e de requalificação profissional.

A perspectiva anterior é bem diferente de muitos projectos actuais, de inspiração clássica, que continuam a perpetuar, na escola, o modelo 'taylorista' da produção fabril, de submissão de todos os alunos aos mesmos processos formais de aprendizagem, de os submeter aos mesmos horários rígidos de escolaridade, de manter as mesmas tarefas e responsabilidades do corpo docente como sendo meros servidores manuais, de submeter o funcionamento da organização escolar aos mesmos modelos e padrões de organização administrativa e pedagógica, como se a escola se tratasse de uma extensão administrativa e pedagógica dos centros

⁴⁷ Entende-se por migração, como a deslocação de um indivíduo, entre territórios distintos, com o intuito de mudar de residência (temporária ou definitivamente). As migrações compreendem as migrações internacionais (entre países distintos) e as migrações internas (dentro do mesmo país).

de decisão: serviços centrais e regionais, do ministério da tutela. Esta visão obriga a uma reflexão atenta sobre a diversidade dos contextos territoriais e sociais em que se insere a organização escolar, das suas finalidades e identidade, das funções e dos meios que a animam. Mais ainda, obriga esta a apreciar as suas responsabilidades em relação à comunidade e às constantes mutações que a afectam ou seja, a territorializar a sua acção, para assim desempenhar melhor as funções que a sociedade lhe atribui.

Outras considerações podem ser invocadas, sobretudo as que se ligam ao subsistema do ensino superior. Neste domínio a acção educativa tem vindo a ser orientada para a formação dos recursos humanos e para a prossecução de projectos distintos, sobretudo de natureza científica e tecnológica, direccionados para as empresas e para o tecido empresarial. Mesmo assim importa realçar que tendo presente os desafios relacionados com o desenvolvimento social e a cooperação internacional, as *"instituições de ensino superior estão extraordinariamente bem colocadas para, explorando o fenómeno da mundialização, sanarem o 'défice de conhecimentos' e enriquecerem o diálogo entre povos e entre culturas"* (DELORS, 1996, p. 124).

Os aspectos acima referidos mostram a importância crescente das autarquias nos processos de desenvolvimento. Tal facto acentuou-se nos últimos anos por via, sobretudo, do reforço do poder local e da melhoria do funcionamento das organizações autárquicas, as quais parecem existir porque a sociedade local *"lhes dá legitimidade social e política"* (COSTA, 1993, p. 139), confiando-lhes o exercício de determinadas responsabilidades que o poder central, dada a sua distância, não consegue garantir.

Pelo que referimos podemos encarar as autarquias como exemplos de *"sistema de informação e de participação, onde as solidariedades básicas e as identificações sociais ganham rosto e materialização"*, garantindo uma resposta às necessidades dos seus habitantes. Por outras palavras, poderemos afirmar que estas devem garantir *"respostas rápidas e adequadas aos inputs vindos do meio envolvente"* (Loc. cit.). Estas responsabilidades são expressas na lei das Finanças Locais que estabelece, no seu artº 2º, ser atribuição das autarquias *"o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas"*.

A análise deste documento confirma-nos ainda que as autarquias ficam obrigadas, perante a lei, ao cumprimento de um certo número de funções sobre as quais devem responder perante o cidadão eleitor e o poder central. Neste domínio já a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, atribuiu aos municípios competências

diversas, nomeadamente nos domínios da educação, do património, cultura e ciência (artº 13); e às freguesias, nos domínios da educação, da cultura, tempos livres e desporto. Recordamos, apenas, que foram atribuídas aos órgãos municipais (artº 19) competências para *“participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos”* em diversos domínios, nomeadamente na *“construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar”* e na *“construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico”*.

A par destas competências, a referida Lei (artº 19) enumera outras relacionadas com a educação básica, universal e gratuita, correspondente àqueles níveis e ensino. Em quaisquer dos casos, porém, importa que os esforços da autarquia sejam articulados com os do poder central, garantindo assim a ordem, a cooperação, o consenso, o bem-estar social e a *“prossecação dos interesses próprios das populações”*, como defende a Constituição da República Portuguesa (artº nº 237).

Observa Lopes (1993, p. 193), que os grandes desafios com que se deparam as autarquias dizem respeito ao *“planear o próprio desenvolvimento local, o que significa desde logo o assumir de opções estratégicas face às encruzilhadas do desenvolvimento”*. Por esta razão entendemos ser do maior interesse que se dê uma forte atenção aos problemas locais de modo a promover a resolução de muitos dos problemas que o poder central, durante décadas, não soube solucionar. Contudo tal situação tem-se alterado depois de 1974 data em que, como nota Mozzicafredo (1993, p. 82) *“as novas Autarquias foram encontrar a sociedade local com um baixo nível de desenvolvimento económico, fortes assimetrias regionais e graves carências em infra-estrutura urbana”*, levando-as a prosseguir uma política local de correcção e desenvolvimento destas infra-estruturas.

Dos inúmeros esforços realizados desde então pelos municípios, assinala Oliveira (1993, p. 23), não só a proximidade do poder aos cidadãos, mas ainda a construção de numerosas infra-estruturas - energia eléctrica, abastecimento de água, rede de esgotos, etc., - as quais vieram a contribuir para a criação de *“condições para o crescimento urbano e industrial”*. Tal justifica a criação de *“bolsas”* de desenvolvimento no nosso território. Observa ainda o mesmo autor, que seria errado pensar que este crescimento se deve *“exclusivamente aos municípios, afirmando “que ele só foi possível num contexto de crescimento económico do país para o qual muito contribuiu a conjuntura externa e os apoios europeus”*. Relembramos a acção do poder local e os investimentos comunitários que têm sido

utilizados na construção de infra-estruturas potenciadoras do crescimento económico.

Tendo presente estas reflexões, uma análise mais circunstanciada realizada à escala do concelho viria a permitir conhecer a importância de outros factores responsáveis pela dinamização de alguns dos circuitos locais afectados pelo declínio das actividades e sectores tradicionais da nossa economia. Nestas circunstâncias o reforço e a criação de novos eixos de circulação, em especial rodoviários e a sua ligação aos principais eixos europeus, tem-se tornado num importante factor gerador de novas dinâmicas da ocupação do espaço e da instalação das actividades produtivas.

As referências anteriores permitiram-nos retratar a situação vivida pela sociedade portuguesa nas últimas décadas e a que tem vindo a reagir, pela positiva, às assimetrias geográficas e sociais impostas pelo povoamento mais antigo do território procurando, através de inúmeros investimentos, contrariar as teses mais deterministas que fazem do homem um sub-produto do meio onde vive. Não é de facto a imagem que construímos nesta área do território nacional, marcada por profundas alterações económicas, sociais e culturais, visíveis não só no traçado e na rede urbana do espaço organizado em torno dos principais centros urbanos que integram a região Centro.

Note-se que estes exemplos devem ser lidos num contexto mais alargado que se estende de forma difusa, mas persistente ao longo de todo o litoral entre o Sado e o Minho, e onde a cidade de Leiria se tem vindo a assumir, beneficiando das suas energias, como 'pólo' dinamizador do desenvolvimento regional e também como reflexo deste mesmo fenómeno. Registamos por isso que a animação e o crescimento dos centros urbanos que acolheram os estabelecimentos de ensino superior nesta área do país, bem como no seu interior, andam ligadas à atracção da população estudantil e aos investimentos associados que acompanharam a dinamização destes mercados e à oferta de novas oportunidades de investimento e de trabalho que têm surgido, muitas delas associadas a iniciativas de empreendedorismo dos novos diplomados.

Em relação ao poder local, importa ainda assinalar que a importância crescente das autarquias nos processos de desenvolvimento, parece-nos fundamental tendo em conta não só a quebra da tradição centralista da nossa administração, mas também o interesse em aproximar os cidadãos do poder e deste ficar próximo dos seus clientes mais directos.

Tal como afirma Silva (2002, p. 29), *“cada vez mais se reconhece que no desenvolvimento das Regiões têm papel relevante as instituições públicas,*

designadamente as autarquias e, em particular, as Câmaras Municipais, dado o sistema de descentralização administrativa portuguesa. Do mesmo modo, e numa boa observância do princípio de subsidiariedade, infelizmente muito ausente na Administração Pública portuguesa, o exercício local de certas funções de poder servem de cimento aglutinador das Regiões". Mesmo assim uma análise mais circunstanciada, local, viria a permitir conhecer a importância de outros factores e de novos 'actores' responsáveis pela dinamização de novas actividades.

Lembramos, a propósito, o contributo do alargamento da rede escolar do ensino superior público e privado e à sua ligação com o ritmo de urbanização verificado na maior das cidades, capitais de distrito, que beneficiaram da instalação de estabelecimentos de ensino superior, universitário e politécnico. Tal facto, que nos últimos anos tem vindo a acentuar-se por via da democratização crescente do ensino associada ao alargamento progressivo da rede escolar, anda associado às expectativas crescentes da sociedade portuguesa e à possibilidade de uma maior mobilidade social conferida pela titularidade de um diploma universitário. Por isso consideramos o ensino superior como mais um dos factores responsáveis pela animação dos centros urbanos onde estão implantados estabelecimentos de ensino superior e, por conseguinte, mais um dos mecanismos responsáveis pela fixação de novos habitantes nestes centros e na sua área de influência e na mudança societal que lhe anda associada. Esta situação foi assim descrita por Costa e Neves (1995, p. 107): *"a ideia de cidade (associada à complexidade e à modernidade social que cria, produto fundamental dos processos de urbanização associados à industrialização) está na base de uma administração atravessada pelas lutas e conflitos latentes ou manifestos associados aos grupos sociais e ao controle do espaço urbano"*.

Capítulo 3

Contexto demográfico contemporáneo

“La géographie de la population n’est pas la géographie des populations (...) elle s’intéresse (...) aux conséquences de la répartition des hommes sur le milieu physique et humain et davantage à la répartition quantitative”.

Max DERRUAU, 1967, p. 31

Esta parte do trabalho trata dos factores dinâmicos que favorecem o processo de crescimento económico e o bem-estar social e cultural, a começar pelos “obreiros” e “actores” principais que são os habitantes. Por se tratar de um mosaico de situações, complexo e diversificado, umas de natureza geográfica e outras de âmbito multidisciplinar retomamos agora, uma vez analisados os aspectos essenciais do “complexo histórico-geográfico”, os fenómenos populacionais, que em nosso entender, acompanham a evolução e a construção do “poliedro” de desenvolvimento regional. Contudo, não temos certezas quanto ao número de faces, de vértices, de arestas ou mesmo quanto à orientação preferencial dos seus “eixos internos”.

Através desta análise realçamos alguns fenómenos sugeridos pela leitura dos números e deles fazemos uma leitura consentânea com os pressupostos teóricos, a metodologia e a interpretação e exploração dos resultados desta investigação. Por isso as preocupações expressas neste capítulo referem-se ao conhecimento da população – evolução, composição, estrutura, distribuição espacial e movimentos – tendo presente que a análise dos dados em questão acentua o aproveitamento das condições naturais favoráveis à atracção-repulsão dos habitantes e à evolução das suas actividades agrícolas, industriais e comerciais. No seu conjunto estas servem de referência aos indicadores de crescimento e de desenvolvimento sócio-económico e cultural que identificam o Pinhal Litoral, no seu contexto regional.

1 - A evolução da população

A apreciação de diferentes estudos relacionados com a demografia e o povoamento no continente português comprova a diversidade de factores, que não só os de natureza histórica e geográfica, de cariz mais determinista, responsáveis pela ocupação do território e pela dinâmica da população portuguesa. Com efeito se num passado mais remoto as condições físicas foram determinantes para a evolução desses fenómenos, a diversificação das actividades humanas, económicas e produtivas, a construção das vias de comunicação e a realização de investimentos em infra-estruturas e na criação de postos de trabalho têm favorecido, nas últimas décadas, uma nova distribuição dos habitantes e orientado os seus movimentos e deslocações.

De facto a análise da evolução e distribuição da população portuguesa, ao longo do tempo, põe em evidência a acção de muitos desses factores naturais e humanos. Se atendermos às diferenças de natureza geológica, morfológica e climática que identificam o continente português, logo verificamos que às diferentes divisões naturais

do território se associam outros factores que estiveram na origem dos tipos de povoamento rural e urbano, da ocupação humana e dos movimentos da população que os acompanham. Por isso a perspectiva que seguimos reafirma o contributo da análise geográfica e do seu método⁴⁸, a serem completados por outros procedimentos de natureza quantitativa e qualitativa, necessários para a análise e descrição dos fenómenos ou para a sua adequada interpretação e explicação.

Quadro XI – Pinhal Litoral: evolução demográfica

Concelho	1864	1900	1930	1950	1960	1971	1981	1991	2001
Batalha	5082	7107	9634	12817	13811	11755	12588	13329	15002
Leiria	32252	44811	55234	77567	82988	78950	96517	102762	119847
M. Grande ⁴⁹	6056	9611	10995	17663	20483	23350	31284	32234	35571
Pombal	26366	34840	45358	59925	59931	56890	53727	51357	56299
P. de Mós	9883	12554	16296	20524	21220	20290	21700	23343	24271

Fonte: I.N.E.

Desejamos, contudo, realçar a aplicação do método geográfico no sentido que George (1977.I, p. 347) lhe atribui ou seja, definir os factos e as “categorias de factos observáveis num meio espacial determinado, e a averiguação das possibilidades de mais ou menos completa universalização desses factos e categorias de factos”. Como adverte Derruau (1967, p. 31), sobre os dados de natureza demográfica, a Geografia “*les met en rapport avec les autres éléments du complexe géographique en retenant seulement ce qui dans ce complexe peut expliquer la répartition des hommes et ce qui la répartition des hommes peut expliquer*”. Tal, exige o estudo analítico dessa variação a partir da identificação dos seus factores e das causas da variação de cada elemento (Op. cit., p. 60).

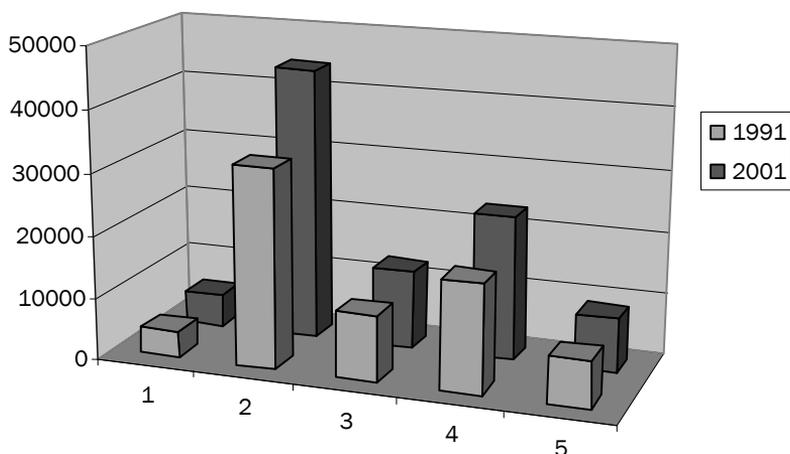
Atendamos aos aspectos de índole demográfica no Pinhal Litoral, tendo presente os traços gerais da evolução demográfica desde 1864, data do 1º recenseamento da população, aos nossos dias. No seu conjunto a evolução dos habitantes registou as tendências gerais da demografia portuguesa (ARROTEIA, 2007), com um aumento moderado da população durante o primeiro Quartel do século XX, seguindo-se um aumento mais significativo até à segunda metade desse século, a que se seguiu o decréscimo comum dos anos setenta e o seu crescimento

⁴⁸ Recordam-se, a propósito, as fases do método geográfico que incluem: observação, localização, descrição e interpretação.

⁴⁹ “Nos censos de 1864 e de 1991 pertencia ao concelho de Leiria. Pela Lei nº 644, de 20-1-1917, foi restaurado o concelho da Marinha Grande, de que esta freguesia ficou sendo sede” (I.N.E. – X Recenseamento geral da população. Tomo 1, p. 153, 1960)

a partir de então. No final do século todos os concelhos registam um crescimento positivo, tal como aconteceu na maior parte das regiões do litoral do país.

Fig. 8 - Pinhal Litoral: total de famílias - 1991 e 2001



1 - Batalha; 2 - Leiria; 3 - Marinha Grande; 4 - Pombal; 5 - Porto de Mós

O resumo da situação demográfica, em 2001, comparativamente com a região Centro, era a seguinte: mais de duas centenas e meia de milhar de habitantes, quase uma centena de milhar de famílias clássicas e mais de uma centena de milhar de fogos repartidos pelos cinco concelhos desta unidade. Entre eles destacam-se os concelhos mais populosos que constituem a mancha demográfica mais densa de Leiria (121,5 milhares de hab.), Marinha Grande (34,4 milhares de hab.) e Pombal (56,9 milhares de hab.) em 2005.

Quanto às condições habitabilidade, de notar que a quase totalidade dos seus habitantes possuíam água ao domicílio, mas apenas 61% dispunha já de saneamento básico.

Quadro XII - Pinhal Litoral: indicadores de situação

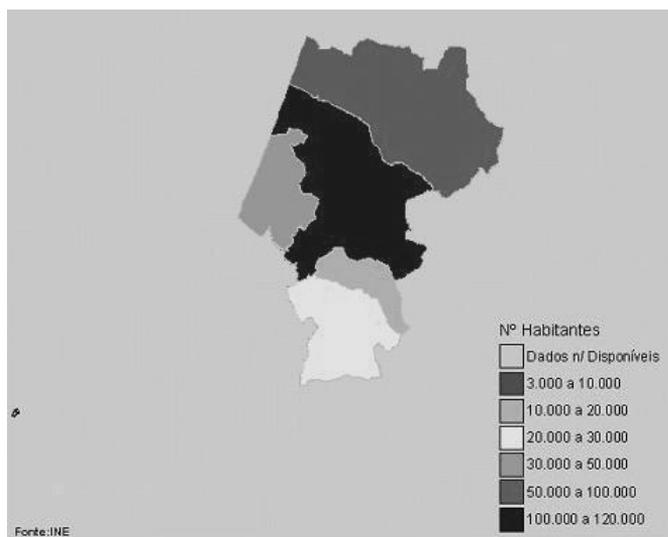
Unid.	Área	Nº	Aloj.	P.Resid.	F. Cls.	Dens.	P.c/ág.	P.c/	
Pinhal	km2	Freg.	Fam.	H-01	M-01	2001	2001	dm.%**	esg%**
Litoral	1746	66	122184	123106	129298	91666	144,5	99	61
Batalha	102,8	4	6797	7417	7750	5242	147,5	100	73
Leiria	568,3	29	55785	59360	62176	41856	213,9	100	61
M.Gra.	185,4	3	18103	16746	17683	13045	185,7	100	87
Pombal	625,7	17	30010	27655	29252	23036	91,0	97	38
P. Mós	264,3	13	11489	11928	12437	8487	92,2	99	65

* 2001; **2005

Fonte: I.N.E.

Se considerarmos apenas as freguesias, sedes de município, que integram a NUTIII – Pinhal Litoral, verificamos: no conjunto das freguesias que constituem a cidade de Leiria e a sua “coroa” urbana, o crescimento registado entre os dois últimos censos foi de mais de uma dezena de milhar de indivíduos, aumentando de ¼ em relação a 1991; em Pombal, esse aumento foi de cerca de 3,2 milhares – acréscimo de 25%; na Marinha Grande, ascendeu a 1,7 milhares – 25%; na Batalha, foi de cerca de um milhar de indivíduos – 15,3% e em Porto de Mós, esse aumento foi de pouco mais de seis centenas de habitantes – 12%.

Figura 9 – Pinhal Litoral: população residente (2001)

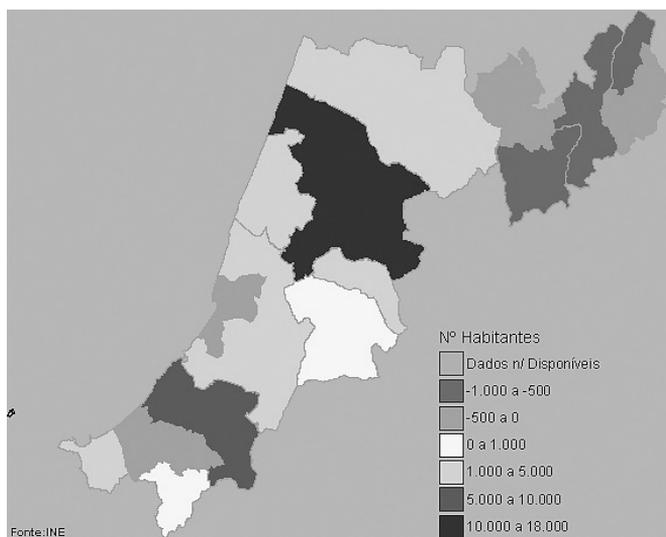


Governo Civil de Leiria

A análise da evolução demográfica da população, acompanha o crescimento das suas actividades produtivas bem como os movimentos migratórios de cariz interno e os internacionais. Daí que se possa destacar a sua evolução no decurso do último Quartel de Novecentos e a partir de então entender a situação e tendências recentes.

Entre 1991 e 2001, no conjunto dos municípios da Região Centro, o concelho de Leiria evidenciou-se pelo seu forte crescimento populacional, de + 18.3%, o que atesta o dinamismo demográfico da sua população e a capacidade de atracção sobre novos habitantes.

Figura 10 – Pinhal Litoral: diferença de população 1991-2001



Governo Civil de Leiria

Nesta data o concelho de Leiria foi o segundo mais populoso, logo a seguir a Coimbra (148122 habitantes), superando os de Viseu e Aveiro, respectivamente com 93259 e 73136 habitantes. Também no mesmo período este concelho foi o que registou o crescimento mais elevado, seguido de Viseu: 9658 habitantes, Coimbra: 9070 e Aveiro: 6692 habitantes.

Quadro XIII - Pinhal Litoral - crescimento populacional (1991-2001)

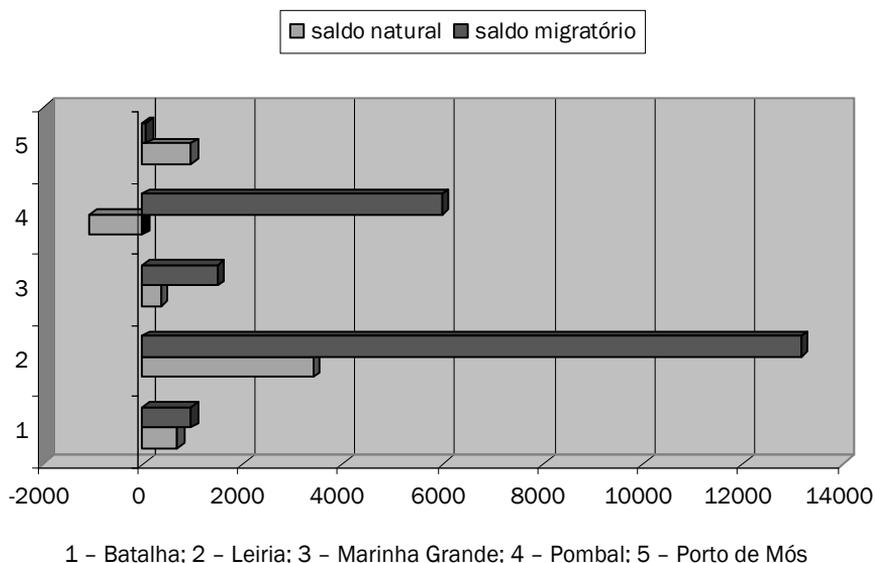
	<i>Pop. residente</i>		<i>Var. popul .</i>	<i>Saldo</i>	<i>Saldo</i>	<i>T. Cres.</i>
	1991	2001	1991-2001	<i>natural</i>	<i>Migrat.</i>	<i>Popul. %.</i>
Pinhal Litoral	223025	252404	26571	5011	21560	11.91
Batalha	13329	15167	1673	251	1422	12.55
Leiria	102762	121536	17108	4225	12883	16.65
Mar. Grande	32234	34429	1919	1541	378	5.95
Pombal	51357	56907	4943	-1243	6186	9.62
Porto de Mós	23343	24365	928	237	691	3.98

Fonte: I.N.E.

Estes valores acentuam a dimensão dos fenómenos demográficos nesta área do litoral sendo de realçar, no caso de Leiria, o seu crescimento devido à

conjugação, quer ao saldo natural⁵⁰, quer ao saldo das migrações⁵¹ internas. Neste caso, para um aumento de 17,1 milhares de habitantes, o saldo natural foi de 4,0 milhares e o saldo migratório, de 12,8 milhares.

Fig. 11 - Pinhal Litoral: saldo natural e saldo migratório (1991-2001)



Nos restantes concelhos a variação populacional foi globalmente positiva, embora em Pombal esse crescimento tenha resultado apenas do saldo migratório dado que, no período em questão, registou um saldo natural negativo superior a 1,2 milhares de indivíduos. Globalmente a taxa de crescimento populacional foi positiva, facto que denota o poder de atracção destes municípios e o peso da população migrante.

Este fenómeno acompanha a extensão da rede urbana que se está a consolidar em torno do centro urbano leiriense, constituída pelos municípios mais próximos e outros que se situam nesta parte da Estremadura Setentrional. A expansão destes centros está ligada ao desenvolvimento das actividades económicas, ao acréscimo dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de capitais investidos nesta área. De facto, tal como aconteceu em todo o território nacional, a alteração dos padrões relativos à distribuição dos habitantes tem sido afectada pelo crescimento natural

⁵⁰ O saldo natural resulta da diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num determinado período de tempo.

⁵¹ De acordo com o I.N.E., o saldo migratório é a “diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo”.

da população, bem como pelos movimentos migratórios (internos e, para o exterior), que se acentuaram no decurso dos anos sessenta e setenta (e não mais pararam em toda a região) e que se repercutiram de forma distinta aqui como em todo o território português. Um novo elemento veio, entretanto, condicionar esta marcha: a chegada de novos contingentes de imigrantes.

2 – O movimento natural da população

O conhecimento dos movimentos naturais da população (natalidade e da mortalidade) desde o início do registo civil (1911) até à actualidade, permite-nos verificar a evolução do número de nascimentos nos concelhos, valor que têm oscilado bastante entre o início do século e os anos mais próximos. Particularmente significativa é a sua redução registada a partir dos finais da década de sessenta, facto que acompanhou as perdas naturais de habitantes, por via da intensificação do fenómeno emigratório a que se assistiu desde então.

Esta variação acompanha a evolução dos nascimentos, marcada por uma quebra das taxas de natalidade e do crescimento natural da população, facto que segue a tendência geral referida há longo tempo nas sociedades europeias, onde a industrialização e a urbanização crescentes foram acompanhadas de uma quebra acentuada dos valores de natalidade. A sua constatação nesta área vem comprovar que as alterações sociais registadas na sociedade portuguesa foram igualmente aqui sentidas, contribuindo para alterar os padrões tradicionais do comportamento demográfico dos seus habitantes.

Quanto à natalidade, no decurso do último meio século verificamos, que pelas suas tradições e cultura e ainda devido ao processo de desenvolvimento económico e social, Portugal, que acompanhou tardiamente o processo da revolução industrial comum aos diferentes países do ocidente europeu, começou por registar alguns daqueles fenómenos demográficos, em particular a quebra de nascimentos. Esta evolução justificou-se, em parte, pelo enorme êxodo gerado pelo agravamento das migrações internas em direcção às cidades e pela emigração para o estrangeiro, condições que acabaram por se intensificar no decurso das duas últimas décadas, mostrando que não só a emigração, com a saída dos jovens e adultos em idade de procriação, foi a principal responsável pelo aparecimento destes sinais na população portuguesa. Este movimento aumentou com a urbanização e a industrialização crescentes, que aceleraram a mobilidade interna e a desertificação de muitas áreas do nosso território. Em simultâneo a divulgação dos métodos anticonceptivos, a alteração dos padrões de vida tradicionais, em que a família era

considerada como um poderoso suporte institucional, os modelos de política social relacionados com a promoção e a estabilidade familiar, etc., acabaram por agravar estes fenómenos, comprovando o comportamento "malthusiano"⁵² da população portuguesa.

A evolução dos nascimentos na área em referência foi acompanhando as tendências gerais registadas na sociedade portuguesa, onde verificamos valores médios das taxas brutas de natalidade, superiores aos 30‰, no primeiro quartel do século XX, decaindo para menos de 20‰ durante a segunda metade desse século, situando-se no começo da década de noventa abaixo dos 12‰ e em 11‰, em 2001. Se atendermos ao seu registo no início do século deparamos com uma distribuição assimétrica, com menor incidência nas áreas serranas do interior onde o peso da população envelhecida fez reduzir, substancialmente, o total de registos de nascimentos.

Os valores anteriores fizeram baixar a população residente⁵³ mostrando como Portugal, que há menos de meio século era considerado como uma "reserva demográfica" do sul da Europa, tenha passado a ser um pólo de forte atracção demográfica ou seja, de acolhimento de imigrantes, oriundos inicialmente das antigas colónias de África.

Quadro XIV - Pinhal Litoral: indicadores demográficos (2001) – I

<i>NUT/Conc.</i>	<i>Nasc.</i>	<i>Obit.</i>	<i>T. Nat.</i> ‰	<i>T. Mt.</i> ‰	<i>T.e.v.</i> ‰	<i>T.Nup.</i> ‰	<i>T.Fec.</i> ‰	<i>T.m.i.</i> ‰	<i>I.Env.</i> %
Pinhal Lit.	2757	2276	11,0	9,1	1,9	5,5	44,8	2,9	109,7
Batalha	162	140	10,8	9,3	1,5	5,5	43,0	3,9	108,5
Leiria	1336	925	11,1	7,7	3,4	5,6	43,5	2,6	86,9
M. Grande	398	311	11,6	9,1	2,5	6,4	47,8	2,6	123,9
Pombal	604	622	10,7	11,0	0	5,0	46,4	2,8	147,7
P. Mós	257	278	10,6	11,4	-0,9	5,0	45,2	4,6	137,5

Fonte: I.N.E.

Contudo tendo em conta o contexto demográfico e sócio-económico mediterrânico e a extensão dos fenómenos de exclusão social dominantes em algumas regiões do Magrebe, conhecidas igualmente pelas fortes "pressões demográficas" decorrentes dos efectivos populacionais aí residentes e da

⁵² Veja-se: MALTHUS, T. R., *Ensaio sobre o princípio da população*. Lisboa, Livros de Bolso Europa América, 1982 (Versão original, publicada em 1798)

⁵³ Para efeitos estatísticos, o I.N.E. considera esta constituído pelas pessoas que, "independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres"

distribuição dos seus recursos, muitos dos seus habitantes escolheram Portugal como uma das portas de entrada no velho continente. Tal facto foi favorecido pelas condições de trabalho aqui existentes, bem como nos países europeus, situação que se foi agravando com o aumento do envelhecimento populacional.

Por sua vez, a mortalidade, tem igualmente variado sendo particularmente acentuada desde o início do século até aos anos trinta, mas reduziu-se gradualmente desde então. Como justificação podemos notar a melhoria das condições higiénico-sanitárias e de vida da população, em particular durante a segunda metade do século XX. Nos últimos anos o seu acréscimo acompanhou o aumento da população idosa, o que fez aumentar o respectivo total de óbitos. Mesmo assim os valores encontrados na região andam próximos das médias nacionais.

Verificamos então que os valores médios de mortalidade da população portuguesa, orçando os 20‰ no termo do primeiro quartel do século XX, baixaram para cerca de metade nos anos sessenta, situando-se em valores próximos de 10,4‰ nos anos noventa e de 10,2‰ em 2001. A mesma quebra foi registada em relação à mortalidade infantil. Na área em estudo, a mortalidade geral situa-se, em média, abaixo deste valor, alcançando os dois dígitos nos concelhos mais acidentados, de Pombal e de Porto de Mós.

Quadro XV - Pinhal Litoral: indicadores demográficos⁵⁴ (2001) – II

	<i>Portugal Pinhal</i>						
	<i>Litoral</i>	<i>Batalha</i>	<i>Leiria</i>	<i>M.Grde</i>	<i>Pombal</i>	<i>P.Mós</i>	
- Taxa de natalidade (‰)	10.9	11.0	10.8	11.1	11.6	10.7	10.6
- Taxa de mortalid. (‰)	10.2	9.1	9.3	7.7	9.1	11.0	11.4
- Taxa exced. Vidas (‰)	0.7	1.9	1.5	3.4	2.5	-	-0.9
- Taxa de nupcial (‰)	5.7	5.5	5.5	5.6	6.4	5.0	5.0
- Taxa de fecund (‰)	43.2	44.8	43.0	43.5	47.8	46.4	45.2
- Índice envelhecim. (%)	103.6	109.7	108.5	86.9	123.9	147	137.5

Fonte: I.N.E.

Quanto ao aumento da esperança de vida à nascença, estimada em 76,9 anos em 2001, justifica as tendências de envelhecimento das estruturas demográficas da população portuguesa. Assim e de forma global, podemos recordar que após o "baby-boom" ocorrido na maior parte dos países do ocidente europeu e em Portugal,

⁵⁴ Os indicadores relativos à natalidade e à mortalidade, expressam "taxas brutas", ou seja, o total de nascimentos e de óbitos, respectivamente, registados num período de tempo (neste caso, um ano civil), referidos à população média desse período e expressas em relação a 1000 habitantes (%0).

depois da 2ª guerra mundial, o aumento progressivo da população com idade avançada constitui um dos sintomas preocupantes dos desequilíbrios demográficos que hoje afectam o nosso território. Neste período os saldos naturais mais elevados registaram-se em Leiria e na Marinha Grande.

Note-se que a quebra de nascimentos, em parte justificada pelo aumento da urbanização, é acompanhada de outros fenómenos relacionados com a redução da nupcialidade, com o casamento tardio e com a emancipação da mulher. Quanto à nupcialidade, a taxa bruta de nupcialidade, em 2001, orçava os 5.5‰, sendo que a idade média do casamento aumentou, no mesmo ano, para mais de 27,1 anos nos homens e 25,3 anos nas mulheres e a idade média da mulher em relação ao nascimento do primeiro filho, orçou os 25 anos.

Quanto ao Índice de fecundidade, a média do Pinhal Litoral regista valores ainda superiores à média nacional, facto que podemos associar à estrutura jovem, da população residente. No seu contexto territorial os fenómenos acima referidos são traduzidos na análise da evolução demográfica e na estrutura etária e profissional da população residente e seguem a tendência assinalada para o início do século.

Quadro XVI – Indicadores de população por município (2006)

	Densidade Populacional	Taxa crescim.to efectivo	Taxa crescim.to natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa fecundidade geral	Índice sintético de fecundidade	Taxa fecundidade na adolescência	Nados Vivos fora do casamento
	Habit. km2	%		‰				Nº	‰	%	
Portugal	115,1	0,28	0,03	10,0	9,4	4,5	2,2	40,4	1,4	17,0	31,6
Continente	113,6	0,28	0,03	9,9	9,5	4,5	2,2	40,2	1,4	16,3	31,9
Centro	54,6	0,14	-0,23	8,7	11,0	4,3	1,9	36,3	1,2	12,7	26,7
Pinhal Litoral	152,4	0,72	0,13	10,1	8,8	4,4	1,6	41,3	1,4	9,8	26,6
Batalha	152,7	0,78	0,15	9,8	8,3	4,5	1,4	40,4	x	x	22,1
Leiria	224,7	0,98	0,28	10,8	8,0	4,6	1,3	42,6	x	x	25,2
Mar. Grande	205,2	0,47	0,13	10,4	9,1	4,1	2,6	43,5	x	x	37,8
Pombal	95,0	0,67	-0,10	9,2	10,2	4,6	1,3	39,6	x	x	22,1
Porto Mós	95,6	0,44	-0,05	8,6	9,1	3,2	2,0	35,4	x	x	29,4

Fonte: I.N.E.

3 – As migrações

A análise das condições geográficas, do povoamento e das migrações registadas em Portugal, servem-nos para recordar a persistência das "assimetrias espaciais" que acompanham os de desequilíbrios territoriais e sociais existentes no continente português. Assim, se atendermos às imagens da população portuguesa que nos retratam a sua evolução, distribuição e crescimento efectivo⁵⁵ da população portuguesa nas últimas décadas, logo verificamos que elas acentuam esses desequilíbrios. É de realçar as perdas de população e a alteração das estruturas demográficas registadas em grande extensão do nosso território, bem como a persistência dos movimentos internos da população em direcção às cidades do litoral, ou já a caminho de outros centros urbanos localizados no interior do país. Tal facto embora contribuindo para alterar o "ranking" urbano do continente, não bastou para o equilibrar nem para inverter a situação de "repulsão" demográfica que continua a persistir, quer no interior português, quer já na área alargada do litoral. Para tanto têm concorrido os movimentos internos da nossa população.

O estudo das migrações internas no continente português, não sendo uma preocupação recente, tem sido tratado segundo perspectivas distintas em diversas obras de Geografia e de História de Portugal. Recordamos a caracterização dos movimentos internos da população apresentada por Girão (1941), na sua "Geografia de Portugal", relacionados com o fenómeno de "urbanismo" (Op. cit., p. 299), com as tarefas agrícolas, as "migrações periódicas" (Op. cit., p. 302) e com a "colonização interna" (Op. cit., p. 305).

O mesmo assunto é tratado por Ribeiro no volume consagrado a "Portugal" (1955), da "Geografia de España y Portugal". Refere-se este autor aos "movimentos da população" (Op. cit., p. 116), sobretudo de trabalhadores entre as diferentes regiões do território, em diversas épocas do ano e ao fenómeno do "povoamento do Sul" (Op. cit., p. 119), com habitantes oriundos da parte setentrional do país. Trata-se de um tema igualmente caro aos historiadores, em particular a Marques (1976.I, p. 75), que evoca os movimentos da população no continente português após a Reconquista, "com o objectivo de preencher espaços vazios causados por guerras e destruições".

Segundo este autor as transformações que estas deslocações provocaram, foram tão significativas, que "a Reconquista contribuiu decisivamente para uma

⁵⁵ O crescimento efectivo pode, também, expressar-se através de uma "taxa de crescimento", que neste caso representa a variação populacional registada num determinado período de tempo, em regra o ano civil, referido à população média desse período.

mutação social, através da mobilidade que implicava” (Op. cit., p. 115). O mesmo se registou após os Descobrimentos por meio das transferências da população registadas entre o Continente e as Ilhas Atlânticas. Dado o seu volume e reflexos geográficos e sociais, o fenómeno das migrações tem sido referido em diversas geografias de Portugal (MEDEIROS.1978, BRITO.1988, GUICHARD. 1990, GASPAR. 1992, DAVEAU. 1998, RIBEIRO, LAUTENSACH, DAVEAU, 1991-1995), publicadas nos últimos anos.

Importa destacar que em relação ao todo nacional, estão extintas as antigas *"migrações internas"* relacionadas com as fainas agrícolas, especialmente para o Ribatejo ou mesmo para outras áreas cerealíferas do país e que se revestiram, em muitos casos, de carácter duradouro, contribuindo assim para o povoamento de certas áreas do continente. Como assinalou Ribeiro (1970, p. 359) estas deslocções da população podem ser entendidas como *"espécie de movimentos de equilíbrio entre áreas superpovoadas, onde os recursos da terra são aproveitados ao máximo pela exploração intensiva, e áreas pobres de homens, embora ricas de possibilidades económicas"*.

Em trabalho mais especializado, Girão e Velho (1948) debruçaram-se sobre este tema. Servindo-se dos elementos recolhidos no *"VIII Recenseamento Geral da População"*, aqueles autores analisaram, por períodos decenais, a variação dos não naturais de outros concelhos do mesmo distrito e de outras naturalidades, em cada um dos concelhos do continente, no período de 1890 e 1940. A análise em causa permitiu definir, para cada um desses períodos, os principais centros de atracção e de repulsão populacionais. Ao mesmo tempo aponta algumas das causas justificativas desse comportamento. Globalmente registam duas manchas de maior densidade humana, as bacias inferiores do Tejo e Sado e toda a região alentejana vizinha, bem como a *"zona mais reduzida em extensão mas não menos importante do Douro litoral"* (Op. cit., p. 12).

Outra afirmação diz respeito à constatação do movimento da população por *"escalas"* - à semelhança do que havia observado Rawenstein - desde os centros de menor importância, para outro de maiores dimensões, através da passagem por outros locais de dimensão intermédia (Loc. cit.). Estas observações são enriquecidas através de anexos estatísticos que permitem aprofundar a dimensão e o comportamento espacial dos movimentos migratórios em Portugal durante o período em análise.

Em data mais recente, A. Alarcão (1964), analisa igualmente a dimensão dos movimentos da população em Portugal, avaliando o poder de atracção e de repulsão demográfica das várias unidades administrativas do continente, à escala

do concelho. Tem em vista a determinação, “em termos quantitativos, do êxodo rural e do afluxo urbano” (Op. cit., p. 511). O período de análise refere-se aos anos compreendidos entre 1920 e 1960, para os quais o autor determinou os valores de atracção e de repulsão, através da conjugação das variações absolutas da população com os referidos saldos fisiológicos, calculados anualmente. Os resultados deste estudo permitem reconhecer como os movimentos da população entre os diversos concelhos do território constituem indicadores valiosos do estudo das “economias regionais” e do próprio desenvolvimento económico nacional, responsáveis por estes tipos de movimentos.

Esta preocupação mereceu a atenção de outros autores, nomeadamente de Baptista e Moniz (1985), que para o período referente ao decénio seguinte, de 1970 a 1981, procederam a um estudo semelhante. Seguindo metodologias diferenciadas e tendo também por base unidades administrativas distintas - no primeiro caso, o concelho e no segundo, o distrito - estes trabalhos acentuam a aceleração do processo de “urbanização” e de “industrialização” de certas áreas litorais do continente português, factos que conduzem à intensificação dos fenómenos de atracção e de concentração demográficas que aí se têm verificado. É o que tem sucedido nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, na península de Setúbal e noutros pólos urbano-industriais de desenvolvimento mais recente, que têm funcionado como pólos de fixação preferidos pelos habitantes, jovens e adultos, de outras origens.

Tendo presente os resultados do estudo dos supra-citados autores (Op. cit., p. 15), para além de se apresentarem “espacialmente assimétricos”, os fluxos migratórios registados entre 1973 e 1981, mostram que apenas cinco dos dezoito distritos do continente: Setúbal, Lisboa, Faro, Aveiro e Porto, registaram um saldo positivo das migrações internas. Pelo contrário, os distritos mais afectados pelas perdas de habitantes foram os do interior norte e centro e os do Alentejo.

Os dados apresentados por estes autores relativamente à composição destes movimentos por grupos etários, permitem-nos verificar a importância da saída dos jovens-adultos e dos adultos dos seus distritos de origem, fenómeno que não sendo novo na história das migrações portuguesas, parece demonstrar as características laborais e económicas destes movimentos. Este fenómeno atesta, ainda, a forte hemorragia demográfica e social, particularmente sentida nessas mesmas áreas e o forte “êxodo rural” que tem alimentado o crescimento das grandes urbes e as numerosas saídas para o estrangeiro, responsáveis pelo aumento significativo das comunidades de portugueses residentes há várias décadas, em diversos pontos do globo.

A apreciação de outros indicadores referentes à extensão destes movimentos permite concluir que, nas datas dos dois últimos recenseamentos, o montante de cidadãos nacionais residentes em cada um dos distritos do continente, naturais desse mesmo distrito, era bastante reduzido, principalmente nos dois distritos de Lisboa e Setúbal. Tal facto comprova a capacidade destes pólos atraírem habitantes doutras regiões do território nacional. Como primeira justificação podemos assinalar as diferentes oportunidades de emprego criadas em torno destas áreas, fazendo supor índices mais elevados de bem-estar e de desafogo económico das suas populações, facto que nem sempre se verifica tendo em conta as condições de alojamento e as acessibilidades a esses mesmos centros. Esta situação igualmente se poderá justificar pelos movimentos de fixação dos habitantes residentes nas antigas colónias de África ou pelo movimento de regresso de emigrantes portugueses residentes na Europa, na América e noutros continentes para onde se têm dirigido os nossos compatriotas, bem como pela chegada de novos habitantes oriundos de outros países.

Analisando os dados relativos ao recenseamento de 1991 verifica-se, entre 1985 e esta data, a atracção crescente das áreas mais densamente urbanizadas, em detrimento das regiões interiores. Tal facto, que parece constituir-se como um mal endémico da sociedade portuguesa, acentua as fragilidades do planeamento sócio-económico, ou mesmo a sua ausência, uma vez que tal situação se tem continuado a agravar durante as últimas décadas. Estas razões levam-nos a pensar no agravamento das tendências demográficas anteriormente referidas: a “desertificação” crescente de largas áreas do interior e da faixa central do território e a “litoralização” acentuada da faixa atlântica, de Braga a Setúbal e do litoral algarvio.

Esta situação é igualmente comprovada através de uma análise detalhada, à escala das NUTIII, com base nos valores da população residente em 1999 e em 2001. Estes valores permitem discriminar os dados relativos à variação populacional registando-se, para o conjunto do Pinhal Litoral, o acréscimo de mais de quatro milhares de habitantes oriundos de outros concelhos nacionais e de quase três milhares e meio, de cidadãos oriundos de países estrangeiros. Mesmo assim, número quase idêntico de habitantes oriundos desta área foram atraídos por outros locais de residência, no país, o que realça o significado das migrações internas que no caso em apreço foi positiva, em mais de oito centenas de indivíduos.

É ainda de notar que a tradição emigratória local, com elevado número de emigrantes em França e na Alemanha, fica comprovado pelo regresso de parte

desta população ou de descendentes seus, fazendo com que a sua presença seja evidenciada nos dados do último censo. Já a presença de cidadãos brasileiros e oriundos de países africanos de língua portuguesa, denota o peso da imigração estrangeira nesta área.

**Quadro XVII - População residente, segundo as migrações
(relativamente a 1999/12/31, por concelho de residência actual em 2001/03/12)**

<i>Pinhal Litoral</i>	<i>Pop. 2001</i>	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Batalha	7107	14307	317	193	266	51	17	54	15	4
Leiria	44811	114488	2180	1579	1755	425	85	599	244	164
M. Grande	9611	34168	677	293	527	150	34	86	44	17
Pombal	34840	53721	699	1194	625	74	33	614	42	34
Port de Mós	12554	23257	450	232	316	134	17	49	12	17
Pinhal Litoral	223025	239941	4323	3491	3489	834	186	1402	357	236

Fonte: I.N.E

- (1) – Pop. que não mudou de concelho
- (2) – Imigrantes no concelho – Provenientes de outro concelho - A
- (3) – Imigrantes no concelho – Provenientes do estrangeiro - B
- (4) – Emigrantes do Concelho para outro Concelho
- (5) – Saldo das Migrações nternas: A-B
- (6) – Imig. no conc. – provenientes da Alemanha
- (7) – Imig. no conc. – provenientes da França
- (8) – Imig. no conc. – provenientes do Brasil
- (9) – Imig. no conc. – provenientes de PALOP

Saliente-se que a evolução recente dos centros urbanos de Leiria, Pombal, Marinha Grande e Batalha, constitui um factor de atracção para a população. Este movimento insere-se no movimento interno do "êxodo rural", agravado pelas maiores oportunidades de emprego e melhoria das condições de acessibilidade a muitos dos equipamentos de natureza sócio-económica, ensino e cultura, existentes nesta área do território. O mesmo panorama justifica a persistência das assimetrias que hoje em dia se continuam a manifestar, gerando novos movimentos de atracção-repulsão populacional e o agravamento das condições de desertificação-litoralização, há muito descritas pelos cientistas sociais.

A aplicação da "equação de concordância"⁵⁶ permite conhecer os detalhes deste movimento nos concelhos do Pinhal Litoral. O seu cálculo mostra a

⁵⁶ Eq. conc.: $P_{x+n} = P_x + N - O + I - E$, onde: P_{x+n} = população esperada; P_x = pop. no ano x ; N = nascimentos; O = óbitos; I = imigração; E = emigração

importância dos movimentos internos da população e a relevância da emigração (legal e clandestina) registada neste território. Assim, o cálculo efectuado depois de 1930 permite observar o grau de atracção desta área (traduzido na fixação dos seus habitantes e na capacidade de atracção de novos moradores por via da imigração), bem como avaliar as perdas sofridas decorrentes daqueles movimentos migratórios (migrações internas e emigração). De assinalar que por razões diversas, durante a década de trinta, o crescimento das actividades produtivas e o estancar das portas da emigração, em particular para o Brasil e para outros países do continente americano, em consequência da crise económica registada nesse período, justificam a sua evolução crescente.

Nos períodos inter-censitários seguintes verifica-se a intensificação dos movimentos migratórios, em especial devido à emigração, que já na década de quarenta foi responsável pela perda de quase um milhar e meio de habitantes. Este movimento subiu em flecha nas décadas posteriores tendo atingido um valor máximo de mais de 16 milhares de perdas, entre 1960 e 1970, correspondente ao período máximo da emigração portuguesa (emigração legal e sobretudo emigração clandestina). Este fenómeno, responsável pelo crescimento negativo da população residente em todo o território nacional, reduziu-se drasticamente durante a década de setenta, sugerindo uma alteração dos respectivos saldos migratórios. Assim aconteceu entre 1970 e 1981, com o registo de um saldo migratório fortemente positivo, justificado não só pela quebra da emigração para o estrangeiro, mas ainda pelo movimento inverso de regresso e de retorno de ex-emigrantes e de residentes nas antigas colónias de África.

Ultrapassada esta fase, o saldo migratório entre 1981 e 1991 foi moderado, tendo aumentado bruscamente no decurso do último decénio sobretudo à custa da atracção de novos moradores. De facto tendo presente os dados recolhidos no último recenseamento da população, em 2001, verifica-se que no conjunto dos concelhos do Pinhal Litoral, a atracção de novos habitantes consolidou um saldo migratório global de +21560 indivíduos.

Embora não desejemos tecer grandes considerações acerca dos reflexos destes movimentos no distrito, lembramos que a importância das migrações internas, sobretudo migrações de trabalho, foram já responsáveis pelo aumento da população geral no distrito de Leiria, como se verificou em 1981, data em que mais de 17% da população aqui residente não era oriunda deste distrito. Este fenómeno acentuou-se nos anos posteriores e tem vindo a verificar-se em toda a 'área urbana' de Leiria, justificando assim o crescimento da cidade e das freguesias sub-urbanas próximas integradas ou não no limite urbano.

3.1 - As migrações com o exterior

3.1.1 – Emigração

Tenhamos em consideração os movimentos migratórios com o exterior. Neste caso importa assinalar a extensão da emigração e realçar a sua importância como um fenómeno bastante antigo em todo o território nacional - por isso se considera uma “constante” da nossa sociedade - e em toda a região centro e norte do país.

A análise da sua evolução comprova a existência de diferentes ciclos que desde o início do século XV, após a descoberta e a colonização da ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, ficou marcada por um aumento crescente e constante de saídas em direcção a África e às Índias Orientais e Ocidentais. Tal movimento intensificou-se em direcção ao Brasil a partir da segunda metade do século XVII, em consequência do "rush mineiro" do território, prosseguindo de forma contínua até meados de Novecentos.

Uma estimativa do total de saídas para este país, dá-nos conta do seguinte:

- entre 8000 a 10000 saídas/ano, registadas durante o século XVIII;
- a saída de cerca de 28000 emigrantes/ano, durante a última década do século XIX.

Desde o início do século XX, a evolução deste fenómeno ficou marcado pelo seu aumento, até ao início do 1º conflito armado e à sua redução desde então, em resultado da quebra da emigração transoceânica e das dificuldades impostas pelo Brasil à entrada de novos imigrantes. Tal facto pode ser comprovado por uma variação significativa deste movimento, que conheceu entre o início do século passado e 1914 um "boom" considerável e uma redução acentuada durante os anos seguintes.

A análise deste fenómeno com as suas particularidades regionais e dimensão recentes, merece uma breve referência à situação sócio-económica do país e às causas que terão alimentado este movimento. Fenómeno, este, com raízes antigas relacionadas com a fragilidade dos “*meios de subsistência*” ou com a “*desordem crescente da economia nacional*”, como assinalou O. Martins (1956), tem as suas causas de natureza económica e também de natureza política, sobretudo nos anos mais próximos da segunda metade do século XX, decorrentes da situação criada pelo regime salazarista e da guerra colonial. Outras causas podem ser invocadas, merecendo as mesmas uma análise da sua tipologia, já realizada noutra estudo (ARROTEIA, 1987).

A evolução deste movimento realça, contudo, a existência de diversos ritmos e significados no que diz respeito ao seu desenvolvimento e contexto internacional.

Em relação ao contexto global em que este movimento se insere, recordamos a antiguidade das saídas para Espanha: Sevilha, Madrid, Castela-a-Velha e Estremadura, para onde saíram muitos *"naturais deste reino, os quais, por não terem cá em que trabalhar, iam lá ganhar a sua vida"*, como escreveu M. S. Faria, durante o século XVIII (SERRÃO, 1976, p. 74).

Em simultâneo, a emigração para o Brasil - *"o Eldorado, onde para achar ouro não há mais que tocar naquelas praias abençoadas"*, como descreveu Herculano (SERRÃO, Op. cit., p. 94) - constituiu, durante séculos, o principal destino da emigração portuguesa. Contudo, logo após o primeiro conflito armado, no qual registamos a participação portuguesa nos campos de batalha, em França, este movimento terá ganho um novo destino, sendo de salientar os muitos portugueses indocumentados que diariamente chegavam à estação francesa de caminhos de ferro de Hendaya. Mas é para o Brasil que se continuam a dirigir os maiores contingentes de emigrantes portugueses, sendo que o distrito de Leiria registou um número significativo dessas saídas transoceânicas e intra-europeias.

Uma notícia publicada na imprensa local, em 31OUT1907 (JORNAL DE LEIRIA, 2000, p. 15), diz-nos da relevância deste fenómeno no distrito de Leiria:

"Durante o mez de Setembro ultimo foram, pelo Governo civil d'esta cidade, concedidos passaportes a 129 emigrantes, 118 varões e 11 mulheres. D'esses emigrantes destinam-se: 126 aos Estados Unidos do Brazil e 3 à América do Norte. Divididos pelos vários concelhos do districto pertenciam: ao de Alcobaça 12, ao de Alvaiázere 3, ao de Ancião 16, ao da Batalha 9, ao das Caldas da Rainha 4, ao de Figueiró dos Vinhos 16, ao de Leiria 36, ao da Pederneira (Nazareth) 6, ao de Pedrogram Grande 1, ao de Peniche 1, e ao de Pombal 25.

Quanto às profissões eram: 5 proprietários ou capitalistas, 2 comerciantes, 5 carpinteiros, 78 jornaleiros, 8 de ocupação doméstica, 31 de acupação não especificada e somente 38 varões e uma mulher sabiam ler e escrever".

Após a quebra do movimento geral registado no decurso do primeiro conflito armado e depois, entre as duas guerras, devido à crise económica dos anos trinta e às dificuldades impostas pelo Brasil à entrada de mão-de-obra não qualificada, este movimento reacende-se a seguir ao segundo conflito armado, quando as carências de mão-de-obra provocadas pelas necessidades de reconstrução e da expansão das economias industriais europeias, com particular destaque para a França e a Alemanha (dois dos países mais atingidos por estes conflitos armados), se fizeram sentir.

Esta situação levou ao recrutamento maciço de mão-de-obra estrangeira nos países da periferia, em particular nos países do sul da Europa: Itália, Espanha e Portugal. Por isso, na década de cinquenta do século XX, a emigração portuguesa

para a Europa tornou-se preponderante, passando aí a competir com a mão-de-obra de outras nacionalidades, especialmente a de origem mediterrânica. Por estas razões e ainda devido à proximidade e facilidades de deslocação, o velho continente passou a constituir, desde então, o principal destino da emigração portuguesa.

De notar que as repercussões destas saídas são encaradas de forma distinta nos países de emigração e nos países de imigração. No caso dos primeiros, as saídas da população jovem e adulta, realçam a fraqueza dos sistemas produtivos, das condições de vida e a fragilidade dos salários e das condições de segurança social determinantes do desemprego real ou encapotado. E com a saída da população jovem e adulta, se é certo que tal facto pode determinar uma certa libertação de mão-de-obra excedentária, o envelhecimento da população resultante destas partidas não incentivou a melhoria nas relações de produção e a mecanização do sector agrícola preponderante.

Quanto aos países de imigração, a chegada destes trabalhadores, mesmo que profissionalmente pouco qualificados, foi útil para colmatar as lacunas que o desenvolvimento tecnológico e a transferência de mão-de-obra nacional provocou, vindo a permitir a revitalização de certos sectores básicos da economia, sem os correspondentes encargos de formação e de assistência social. Duplamente favorecidos, estes países acabaram por beneficiar de importantes fundos retidos nos sistemas de segurança social, mesmo que em contrapartida tenham assistido à transferência de avultadas quantias para os países de origem desses trabalhadores.

Tendo como principais destinos na Europa, a Espanha, a França, a Alemanha e mais recentemente, o Luxemburgo, a Suíça e Andorra, a emigração portuguesa registou durante os anos sessenta e setenta de Novecentos, um acréscimo notável de saídas legais e clandestinas, que se repercutiram sobre todo o território nacional. Note-se que a maior intensidade deste movimento foi sentido nas áreas mais densamente povoadas do noroeste do território e ainda na região norte e centro do país. Esta imagem seguiu, aliás, o padrão de distribuição da população portuguesa e as áreas de maior pressão demográfica do nosso território. No entanto algumas diferenças são registadas quanto à extensão das suas duas componentes principais: a emigração transoceânica e a emigração intra-europeia.

Quanto à primeira, notamos que as áreas mais fortemente atingidas por este fenómeno foram os distritos do noroeste do continente: Porto, Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Viseu. Esta distribuição deve-se à maior concentração demográfica, ao parcelamento da propriedade agrícola, à dimensão das famílias e à

forte tradição emigratória no que diz respeito à emigração brasileira. No entanto, dada a dimensão deste fenómeno, também os distritos do centro do país, nomeadamente Leiria e Coimbra, ou já do Sul, como Lisboa e, sobretudo Faro, registaram emigrantes com destino às terras de Vera Cruz. E se excepção houvesse, apenas os distritos do Alentejo mereciam uma nota especial pelo menor predomínio destas saídas. Este movimento atingiu igualmente os territórios da Madeira e dos Açores, embora neste caso as maiores preferências tenham ido para as saídas para os EUA e para o Canadá.

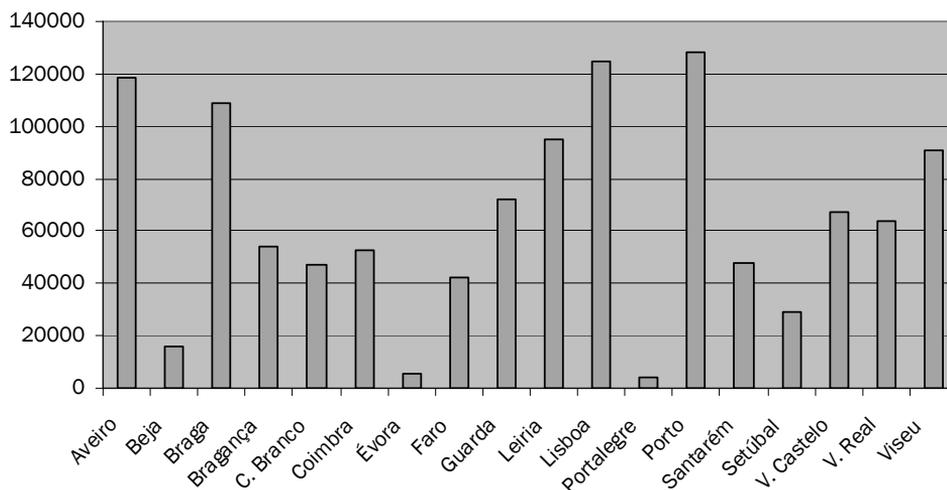
Em relação à emigração intra-europeia, tendo em conta o seu carácter explosivo e a sua grande difusão, podemos assinalar que ela atingiu todo o país à excepção, desta vez, dos Açores e da Madeira onde foi mais reduzida. Neste caso apenas a Madeira merece uma referência pela maior atracção dos madeirenses pelo Reino Unido.

Dos exemplos que poderíamos apresentar quanto às maiores densidades de saídas, notamos a sua maior incidência ainda a norte do território e nas áreas do litoral a norte do rio Tejo. Na sua parte setentrional os centros de maior densidade coincidem, globalmente, com o distrito de Braga e com o distrito do Porto. Na região centro, os distritos de Viseu e de Leiria são os mais duramente atingidos.

Por sua vez também Lisboa e Faro merecem uma nota quanto à intensidade das saídas. Outra nota diz respeito à intensidade destes movimentos no Alentejo, com destino a França, e sobretudo à Alemanha, fenómeno que se justifica pelas características sociais aqui dominantes em que os trabalhadores rurais, sem bens próprios, foram atraídos pela corrente intra-europeia (emigração legal e clandestina).

Esquecendo outras referências às causas destes movimentos, não podemos ficar indiferentes ao volume e à sua extensão, uma vez que os mesmos foram os grandes responsáveis pelo crescimento efectivo da população portuguesa nas últimas décadas condicionando, de forma decisiva, a dinâmica demográfica, económica e social, em várias regiões do continente. Para tanto torna-se indispensável evocar os seus reflexos sobre a estrutura etária da população portuguesa, facto que provocou um envelhecimento progressivo dos habitantes, tal como ficou registado nos últimos recenseamentos da população.

Figura 12 - Emigração legal por distritos: 1950-1988



(valores absol.)

Quanto às saídas para o estrangeiro os dados disponíveis para o conjunto do distrito de Leiria comprovam a extensão e a antiguidade deste fenómeno em toda esta área de onde saíram, em épocas distintas, emigrantes atraídos quer pelo movimento transoceânico, quer pelo movimento intra-europeu. Tal facto acompanhou o movimento geral de saídas, especialmente para o Brasil, país que durante os primeiros anos do século XX continuou a constituir-se como o principal destino da emigração portuguesa, absorvendo mais de 2/3 das saídas registadas durante o período que antecedeu a primeira grande guerra mundial.

A importância da emigração para o Brasil, após o termo daquele conflito, foi ainda notória nos anos que antecederam a segunda guerra mundial, mas decaiu bastante desde então, sobretudo a partir do início da segunda metade do século passado e tornou-se insignificante depois de 1963. Nesta data a emigração intra-europeia, em particular a que se dirigiu para França, pôs definitivamente cobro àquela forma de emigração transoceânica.

A apreciação de alguns valores da emigração durante a segunda metade do século XX, período em que se registou a fase mais intensa de saídas para o estrangeiro (emigração legal e emigração clandestina), mostra que entre 1955 e 1974, quase vinte milhares de emigrantes saíram legalmente de cada um dos concelhos, de Leiria e de Pombal.

Quadro XVIII - Emigração oficial: 1955-1974

Concelho	A.Sul	Can.	EUA	Br.	Ven.	Al.	Fr.	Total
Batalha	55	229	439	329	32	547	2253	3954
Leiria	112	605	285	1156	174	2959	13127	19108
Mar.Grde	47	89	71	297	21	1486	1670	4026
Pombal	56	237	57	1419	130	1648	15103	19136
Porto de Mós	97	641	984	412	152	663	2382	5451

In: Arroiteia, 1985

No conjunto do Pinhal Litoral, estes dois concelhos (juntamente com o concelho vizinho, de Ourém), registam os maiores valores de emigração, inicialmente para o Brasil e desde o início do terceiro Quartel de Novecentos, para França.

Uma análise mais detalhada da evolução deste movimento no Pinhal Litoral, realça a sua evolução constante e a mudança de destinos, tal como foi anteriormente notado. Assim, entre 1955-59, a emigração oficial no distrito de Leiria, num total de cerca de sete milhares de emigrantes, ficou marcada pelo predomínio das saídas para o Brasil, que representaram 43,5% do total. Contudo o movimento para França era já bem conhecido, dado que representaram já 33,2% desse todo. É de salientar que em Leiria e em Pombal a emigração para França registou mais de metade dessas saídas, enquanto que o Brasil acolheu o maior número de emigrantes na Batalha, Marinha Grande e Porto de Mós.

Quadro XIX - Emigração oficial: 1955-1979

55-59					60-64				65-69			
Conc.	BR.	FR.	AL.	Total	BR.	FR.	AL.	Total	BR.	FR.	AL.	Total
Batalha	180	18	x	275	106	521	x	800	36	1238	218	1752
Leiria	629	1079	x	1966	448	3721	x	4992	62	6538	1138	8262
M. Gr.	173	41	x	231	98	311	x	777	14	909	436	1540
Pombal	722	1061	x	1918	524	3068	x	4008	110	7297	720	8367
P. Mos	155	2	x	418	214	200	x	777	30	1562	272	2635
TOTAL	1859	2201	x	4808	1390	7821	x	11354	252	17544	2784	22556

70-74					75-79				55-79			
Conc.	BR.	FR.	AL.	Total	BR.	FR.	AL.	Total	BR.	FR.	AL.	Total
Batalha	7	476	310	1127	0	54	5	377	329	2307	533	4331
Leiria	17	1789	1639	3888	23	285	27	872	1179	13412	2804	19980
M. Gr.	12	409	930	1478	1	20	20	362	298	1690	1386	4388
Pombal	63	3677	815	4843	2	534	16	834	1421	15637	1551	19970
P. Mos	13	618	382	1621	1	41	0	452	413	2423	654	5903
TOTAL	112	6969	4076	12957	27	934	68	2897	3640	35469	6928	54572

No período seguinte, entre 1960-64, este movimento aumentou para cerca de 15000 emigrantes legais no distrito de Leiria, dos quais 61,1% partiram para França e 14,3% para o Brasil. Por isso, à exceção da Marinha Grande e de Porto de Mós, onde a emigração para França não chegou a atingir os 50% (respectivamente, 40% e 26%) do total de emigrantes, nos demais concelhos, os valores registados denotam já uma nítida preferência pela emigração intra-europeia: 65% de saídas na Batalha, 74,5% em Leiria e 76,5% em Pombal, respectivamente. De notar que neste período, o concelho de Porto de Mós regista quase centena e meia de emigrantes para os E.U.A., e mais de uma centena para o Canadá diversificando, assim, os destinos transoceânicos da emigração no distrito de Leiria.

Já no período seguinte, entre 1965 e 1969, o total de emigrantes oficiais no distrito de Leiria orçou os 35000, dos quais 70,2% escolheram a França como país de destino. Esta preferência foi muito sentida em Pombal e em Leiria, com 87,2% e 79,1%, respectivamente, de emigrantes para este país. Já a Alemanha, foi o segundo destino da emigração no distrito, situação que se manifestou, igualmente, no conjunto de concelhos do Pinhal Litoral.

Por sua vez, no período de 1970-74, num total de 22,5 milhares de emigrantes legais no distrito de Leiria, a emigração para França acolheu, legalmente, 44,7% destas saídas e a Alemanha, 31,4%. Neste período só em Pombal é que as saídas para França continuaram a registar a maior preferência, com 3677 emigrantes (75,9% do total), enquanto que nos demais concelhos a Alemanha surge, globalmente, com o segundo destino preferido por estes emigrantes. De realçar que a preferência deste país pela mão-de-obra com experiência na indústria levou a que, na Marinha Grande, quase um milhar de emigrantes tenha escolhido este destino, representando 62,9% da emigração total do concelho.

Prolongando esta análise até aos finais de setenta, verificamos como a emigração para estes destinos se reduziu surgindo, em compensação, nos concelhos de Batalha e de Porto de Mós, uma preferência de quase duas centenas de emigrantes em cada um destes municípios, nas saídas para o continente norte-americano, ou seja, para os E.U.A e o Canadá.

Ainda que parcialmente, os dados acima referidos mostram como a emigração nesta parte do território nacional acusou as mesmas tendências do país notando-se, mesmo assim, a sua preferência pelo movimento intra-europeu. Este movimento, assinalado localmente desde a participação das tropas portuguesas nos combates que tiveram lugar na velha Gália, durante o primeiro conflito armado, justifica-se não só pela tradição deste fenómeno entre as populações locais, mas

ainda pelas condições de desenvolvimento que à época persistiam. Também aqui se faziam sentir as condições glosadas por Jaime Cortesão⁵⁷ (1980): *“A fome bateu-me à porta; / oiço os filhos!... Pedem pão!.../ voz tão funda, que me corta, / me retalha o coração!”*

Para além da industrialização que de forma incipiente progrediu em alguns núcleos durante os anos sessenta (século XX), o desejo de melhorar o nível de vida das populações rurais levou-as a preferir as condições económicas registadas além fronteiras. Para tanto, contribuíram as ligações ferroviárias estabelecidas a partir da linha de caminho de ferro do Norte e da ligação directa, via “Sud-Express”, a Paris, e diversas redes de engajadores (“passadores”), naturais desta área ou com ramificações até aqui. E apesar do controle policial exercido pelas forças de segurança, em especial pela G.N.R. nas áreas rurais, clandestinamente ou seguindo outras alternativas, nomeadamente através da obtenção de passaporte de turista, muitos foram os emigrantes isolados que partiram para a Europa, nomeadamente para a Alemanha, quando este país começou a admitir emigrantes portugueses, com especial preferência pelos emigrantes mais qualificados.

Uma notícia publicada no “O Mensageiro”, em 2 de Junho de 1934, relata o seguinte: *“Há mezes seguiu para França guiada por um engajador, uma leva de rapazes dos concelhos de Leiria, Pombal e Ourém. Detidos quando pretendiam entrar em França, alguns regressaram a Portugal, outros ali ficaram até que, iludindo a vigilância dos gendarmes conseguiram passar a fronteira; com os documentos falsos de que eram portadores encontraram trabalho (...)”*.

Sobre o mesmo assunto, a “saga” da emigração clandestina continuou a fazer-se sentir nesta área de modo a justificar, em Agosto de 1961, por exemplo, uma carta do Governador Civil do Distrito de Leiria, ao Ministro do Interior, que dava conta de uma rede de engajadores, naturais do concelho de Pombal, responsável pelo transporte de emigrantes clandestinos e de “falsos turistas”, ou seja, de indivíduos que possuidores de passaporte para se ausentarem temporariamente do país, permaneciam no estrangeiro e aí regularizavam a sua situação após a obtenção de contrato de trabalho.

Dada a natureza destas saídas torna-se difícil de estimar o seu montante bem como a sua composição por sexos e estrutura (por idade e actividades). Mesmo assim, à semelhança do que se verificou no todo nacional, a saída dos emigrantes “isolados” foi geralmente mais volumosa, tendo sido gradualmente ultrapassada nos anos aúreos da emigração portuguesa, pela emigração familiar. Esta

⁵⁷ CORTESÃO, Jaime, *O que o povo canta em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

acompanhou o re-agrupamento progressivo ocorrido quer nos países europeus, quer nos países do continente americano.

Quanto à composição do movimento, nota-se ter sido constituído essencialmente por jovens e jovens-adultos (típico nas migrações de trabalho), que partiram com destino à Europa e ao continente americano, onde engrossaram as comunidades de cidadãos portugueses há muito aí residentes. Entre outras características notamos que estes contingentes foram constituídos por cidadãos adultos, em idade activa (sobretudo do sexo masculino), em regra pouco especializados e com um nível elementar de instrução. Estes traços têm-se vindo a modificar nos últimos anos de forma que, nas partidas mais recentes, notamos uma presença cada vez maior de emigrantes do sexo feminino e de jovens adultos, detentores de um nível de instrução mais elevado e com formação profissional, de nível secundário e superior.

De realçar a importância cada vez maior da emigração familiar, quer na componente transoceânica, quer na componente europeia, facto que revela um carácter mais permanente, em contraste com emigração temporária que ainda se reveste de grande importância, sobretudo para as tarefas agrícolas, para os trabalhos de hotelaria e de restauração e para os serviços domésticos, onde se ocupam em Espanha, Andorra, Luxemburgo e outros países europeus, muitos milhares de emigrantes portugueses.

Tal como aconteceu em relação ao continente português onde a emigração foi a primeira responsável pelo aumento moderado de habitantes registado entre 1950 e 1981, apenas 1,4 milhões de indivíduos ou seja um acréscimo de apenas 17,3%, também localmente os efeitos deste fenómeno condicionaram a evolução demográfica em todo o distrito de Leiria. Neste caso a emigração afectou não só o movimento da população, mas ainda a sociedade no seu conjunto, levando a alterações da sua estrutura e comportamentos, das tradições, da divisão do trabalho e da organização social. Além disso provocou ainda transformações significativas na paisagem, na estrutura fundiária e nas estruturas económicas, contribuindo para a animação dos circuitos de capitais, a nível local e regional.

Note-se que as transferências de divisas provenientes das remessas dos emigrantes para Portugal permitiu não só o equilíbrio da balança de pagamentos, como localmente contribuiu para a animação dos circuitos económicos através da poupança e dos investimentos imobiliários e comerciais realizados pela população emigrante. Estes efeitos ficaram bem patentes na paisagem, através das muitas edificações de emigrantes e no crescimento que se fez sentir em toda a área do

distrito e do concelho de Leiria e que se torna visível ao nível da organização do espaço e no arranjo dos centros urbanos e peri-urbanos de maior dimensão.

Globalmente podemos por isso considerar que a emigração foi a primeira responsável pela animação económica e desenvolvimento recente de toda esta área litoral, devido não só ao peso das remessas dos emigrantes e à sua aplicação em investimentos locais, mas ainda devido ao regresso de muitos emigrantes que “aculturados” já a outras sociedades e modelos de organização laboral contribuíram, através de iniciativas e práticas diversas, para a inovação da indústria e do comércio.

Estes fenómenos, coincidindo com a abertura gradual da sociedade portuguesa ao investimento estrangeiro, ao turismo e ao comércio com o exterior, permitiram criar novos circuitos económicos internos e internacionais relacionados inicialmente com o comércio e os transportes, promovendo a atracção de novas remessas e a realização de diversos investimentos produtivos na indústria, nos transportes, no comércio e nos serviços. Assim se podem explicar algumas facetas do desenvolvimento local iniciados pelo fenómeno emigratório gerador dos processos de urbanização e de terciarização de Leiria e da sua área urbana, de que Pombal constitui um dos bons exemplos de re-vitalização fundada no crescimento do fenómeno emigratório e nos investimentos locais que o acompanharam.

Quadro XX – Comunidades portuguesas (2002)

Europa:	1 336 700
África:	540 391
América Norte:	1 015 300
América Sul	1 617 837
América Central	6 523
Ásia:	9 271
Oceânia:	55 459

Note-se ainda que em resultado das migrações familiares e perante os novos contextos sociais, económicos e culturais que passaram a identificar as novas sociedades urbanas, muitos dos valores dominantes, até então específicos das sociedades rurais tradicionais, foram alterados. Entre estes contamos os que se referem à vida em comunidade, à solidariedade social, à divisão do trabalho, à comunicação inter-pessoal e ao desenvolvimento humano. O conjunto de aspectos acima referidos conduziu à progressiva emancipação da mulher, à redução da sua fecundidade e à quebra acentuada da natalidade alterando, por via do envelhecimento na base, as estruturas demográficas da população.

Pela sua importância na actualidade uma palavra, ainda, sobre a dimensão das comunidades de emigrantes em diversos cantos do globo. Seguindo ritmos distintos registando, a par da emigração legal, a emigração clandestina, e mostrando preferências diversificadas, este movimento deu origem à formação de diversas comunidades de portugueses residentes no estrangeiro que têm contribuído para o crescimento económico desses países e para o reforço das sociedades multiculturais onde residem.

Os valores referentes à população de origem nacional residente no estrangeiro, nos finais da década de noventa, são esclarecedores da dimensão da “Diáspora Portuguesa”: cerca de 4,6 milhões de cidadãos de origem portuguesa residentes em muitos países dos cinco continentes. Uma análise mais pormenorizada desta distribuição realça a distribuição desta população por 28 países, na Europa; 39 países, em África; 32 países, na América; 22 países, na Ásia e 2 países, na Oceânia. Estas particularidades assinalam aspectos distintos relacionados com a antiguidade deste fenómeno ou já com as suas características recentes. Assim, em relação à emigração “transoceânica”, entre os destinos referidos, o Brasil continua a ser o país onde a presença portuguesa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa, oriunda do continente, dos Açores e da Madeira, é mais manifesta.

Já os EUA foram o destino privilegiado dos Açores e de muitos emigrantes do continente atraídos, em épocas distintas, tal como aconteceu com o Canadá, pelas oportunidades de emprego aí existentes. Mas não podemos deixar de referir, ainda no continente americano, a Venezuela e a Argentina, as Antilhas Holandesas e as Bermudas, destinos muito procurados nos finais do século XIX. No seu conjunto, tratam-se de destinos característicos da “emigração transoceânica”, que se desenvolveu a par da intensificação da colonização do Brasil e da exploração das suas riquezas naturais e do alargamento de outros destinos, provocados pelo desenvolvimento industrial e urbano do continente norte americano.

Relacionada com a colonização de alguns territórios africanos, contamos com os testemunhos de uma emigração, oriunda sobretudo da Madeira, em terras da África do Sul, ou já com outras comunidades de cidadãos nacionais, em Angola e em Moçambique, no Zimbábue e noutros países africanos. A evolução dos regimes políticos africanos não permite, no entanto, o fortalecimento de comunidades numerosas noutros destinos, pelo que o total de cidadãos nacionais neste continente não é muito significativo. Igualmente de registar é a sua presença em certos países asiáticos. Neste caso as maiores percentagens, em Hong-Kong e na Índia, parecem significar a manutenção de antigos laços com os antigos territórios

sob administração portuguesa, da Índia e de Macau. De realçar ainda a presença portuguesa nas antípodas da Europa, na Austrália, onde esse valor ultrapassava as cinco dezenas de milhar.

Como exemplo mais relevante da “emigração intra-europeia”, destaca-se a emigração para França, onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da emigração portuguesa. Por outro lado, também a Alemanha tem hoje um significado mais reduzido nesta emigração, contrariamente ao Reino Unido, Luxemburgo ou outros países da União Europeia. Contudo, o exemplo mais sugestivo deste fenómeno e das suas manifestações recentes é a emigração para a Suíça, país onde o número de cidadãos de origem portuguesa ultrapassa uma centena e meia de milhar; a vizinha Espanha, país que embora conhecendo diversas oscilações ao longo da nossa história tem as suas raízes mais remotas na época em que as duas coroas, a portuguesa e a castelhana, estiveram reunidas e ainda Andorra, um destino recente da emigração portuguesa.

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional, cerca de dez milhões de habitantes, os valores acima transcritos atestam a dimensão histórica e geográfica deste fenómeno.

3.1.2 – Imigração

A presença de população estrangeira em Portugal, não sendo um fenómeno recente passou a revestir, desde os anos oitenta de Novecentos uma importância crescente devido ao processo de descolonização subsequente à revolução de Abril de 1974 e à independência dos territórios até então sob administração portuguesa. Inicialmente constituída por cabo-verdeanos, o leque de nacionalidades foi-se alargando durante os anos seguintes com a entrada crescente de cidadãos brasileiros e para o final do século, com cidadãos oriundos da antiga Europa de Leste, especialmente ucranianos, de cidadãos de origem asiática, sul americana e de outras origens. Consideremos os seguintes períodos:

- o primeiro, engloba o início da imigração estrangeira para Portugal, e vai de 1975 a 1984, data em que este montante ascendeu a quase 100.000 indivíduos; entre 1984 e 1994, este valor ultrapassou os cem milhares, elevando-se a mais de 150.000, nesta última data;

- o segundo, vai desde 1995 à actualidade, em que este valor quase duplicou, passando dos cerca de 150.000 imigrantes, a cerca de 276.000, em 2005.

Note-se que apenas entre 2000 e 2005, o total de estrangeiros com autorização de residência, que habitavam em Portugal, passou de 20.7587, em 2000, para 275.906, em 2005.

Esse movimento foi acompanhado de alterações significativas da legislação nacional, que desde 1992 se traduziu em medidas extraordinárias relacionadas com a “regularização da residência em Portugal” – caso do Decreto-Lei nº 212/92, de 12 de Outubro⁵⁸ e da lei nº 17/96, de 24 de Maio⁵⁹. A produção legislativa sobre a imigração estrangeira em Portugal foi completada com nova legislação, em 2001 – Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro – a qual permite a regularização de população estrangeira em Portugal, decorridos cinco anos de permanência entre nós e de garantias de emprego.

Por estas razões a evolução da população estrangeira aumentou consideravelmente, tendo triplicado entre 1980 e 1994, período em que passou de pouco mais de meia centena de milhar, para mais de centena e meia de milhar; duplicando entre esta data e 2001, registou novo impulso, de mais de uma centena de milhar de imigrantes, entre 2001 e 2005. Estes valores globais referem-se ao total de imigrantes em situação conhecida ou seja, residentes possuidores de autorização de permanência e beneficiando de prorrogações de vistos de longa duração.

Note-se que o registo de mão-de-obra estrangeira em Portugal, especialmente a africana, passou a ser significativa em várias regiões do país, mas em particular na periferia dos grandes centros urbanos de Lisboa e de Setúbal durante, ainda, a década de setenta, após a independência dos territórios africanos sob administração portuguesa. Tal facto pode ser demonstrado através, quer dos recenseamentos da população, quer através do número de estrangeiros inscritos junto dos serviços competentes.

Se estabelecermos um confronto entre a situação verificada no início da década passada e o seu termo logo nos apercebemos, para além do seu crescimento, da alteração significativa de algumas das suas características e do interesse que Portugal passou a ter para cidadãos de várias nacionalidades, que não só os africanos e europeus, oriundos da Europa Ocidental. Em geral há a notar a forte concentração caboverdeana e de cidadãos de outras nacionalidades na cintura urbana e industrial de Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal), facto justificado pelas carências de mão-de-obra não especializada, registada nessa área ou já nos distritos do Porto e, sobretudo, no Algarve.

⁵⁸ Concessão de um título provisório pelo período de um ano.

⁵⁹ Emissão de um título provisório anual, renovado pelo período de três anos.

Leiria e o Pinhal Litoral

Em oposição a estes a população europeia, em particular os ingleses e alemães, concentravam-se quer no distrito de Lisboa, quer no sul do território, no Algarve. Depois das últimas medidas em favor da imigração estrangeira em Portugal, do final de Novecentos, essa distribuição alargou-se aos demais distritos do litoral português, onde é possível encontrar grupos distintos de trabalhadores de diferentes nacionalidades, nomeadamente brasileiros e ucranianos.

Em relação ao conjunto do distrito de Leiria, o predomínio da população imigrante vai para os cidadãos naturais da Europa Central e do continente africano, bem como para outras origens e proveniências. Já no Pinhal Litoral, ela é evidente não só na indústria, na construção civil e já em alguns serviços, sendo de destacar a grande representatividade de imigrantes brasileiros e de europeus oriundos de países do leste.

Quadro XXI - População imigrante, por distrito (2006)

<i>Distritos</i>	<i>Autor. Resid</i>	<i>Pror.Aut.Res.</i>	<i>Pror.Visto L.D.</i>	<i>Total</i>
Aveiro	13175	1146	2041	16362
Beja	2489	321	783	3593
Braga	5777	665	1009	7451
Bragança	963	122	265	1350
C. Branco	1873	249	495	2581
Coimbra	10513	539	1525	12577
Évora	2712	362	703	3777
Faro	45841	4999	5294	56134
Guarda	1750	187	217	2154
Leiria	8180	1895	1804	11879
Lisboa	149356	14366	25500	189222
Portalegre	1572	305	687	2564
Porto	20828	1322	4078	26228
Santarém	4355	2857	3257	10469
Setúbal	35172	1948	5807	42927
V. Castelo	2556	171	234	2961
V. Real	1456	116	246	1818
Viseu	3043	329	552	3924
Açores	3931	209	340	4480
Madeira	5627	553	554	6734
Total	321133	32661	55391	409185

Fonte: S.E.F.

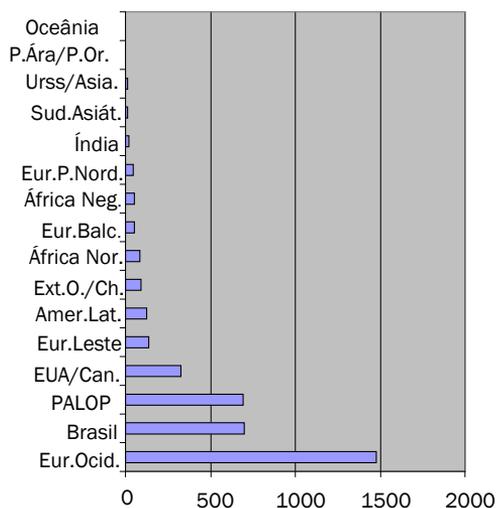
Para além da sua presença no Pinhal Litoral e dada a maior preferência desta população pela área metropolitana de Lisboa, é oportuno analisar a sua distribuição por actividades assinalando-se, desde já, a importância do sector secundário e das domésticas no conjunto destes residentes.

Quadro XXII – Pinhal Litoral: população estrangeira c/ estatuto de residente (2005)

Concelhos	Total	Europa	EU25	Ucr.	Am.N.	Am.S.	Br.	Palop
Pinhal Litoral	153	67	37	22	38	55	48	12

Esta constatação é igualmente válida para a estrutura - etária e profissional - desta população. Verifica-se que o grande contingente desta população pertencia ao grupo dos jovens adultos e adultos, à excepção apenas dos cidadãos oriundos dos países da C.E. que apresentam, no seu conjunto, uma parcela significativa, quase 1/4 da população, com mais de sessenta anos de idade. Repare-se, no entanto, que esta percentagem é mais elevada entre os indivíduos oriundos dos países não pertencentes à U.E., facto relacionado não só com a cooperação existente com os países africanos de expressão portuguesa, mas ainda com o Brasil, sendo reconhecido o interesse que o nosso país passou a ter para estes últimos dada a nossa integração na União Europeia.

Figura 13 – Cidadãos estrangeiros c/ estatuto de residência por áreas de origem (2001)



In: Silva, 2002

O Relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteira, de 2006 (S.E.F., 2006, p. 16), assinala a propósito:

- aumento da população de sexo masculino sobre a população do sexo oposto, *“pese embora nos últimos dois anos esta tendência tenha sido atenuada por via do reagrupamento familiar”* (Op. cit., p. 15);

- *“constata-se que a população estrangeira possui um índice de envelhecimento relativamente baixo, justificado parcialmente pelo facto de a imigração constituir um fenómeno relativamente recente em Portugal”* (Op. cit., p. 16);

- domínio de cidadãos de três países, Cabo-Verde, Angola e Guiné-Bissau, que constituem *“as comunidades imigrantes mais antigas em Portugal, sendo os Títulos de residência (AR), o regime legal com maior peso, face ao universo total de residentes”*;

- o crescimento recente das comunidades de origem brasileira e ucraniana, decorrente dos *“regimes excepcionais em vigor desde o ano de 2000, designadamente o “Acordo Lula” para cidadãos brasileiros, as autorizações de permanência e o regime de pré-registo (...)”*.

A concluir, assinalamos dois tipos distintos de imigração estrangeira em Portugal (Op. cit., p. 18) salientando, pelas razões expostas o domínio, na região, do seguinte:

- *“Uma primeira tipologia reportada ao processo imigratório ocorrido ainda no século passado, composta por imigrantes de todos os grupos etários, portadores de título de residência e que beneficiaram do reagrupamento familiar para descendentes e ascendentes; como são os casos de cabo-Verde, Angola e Guiné-Bissau.*

- *Um segundo tipo de imigração, já registada no presente século, composto por beneficiários de regimes de regularização extraordinários ou equiparados e com a reunião familiar direccionada predominantemente para cônjuges e descendentes, como são os casos do Brasil e da Ucrânia”*.

A descrição que temos vindo a apresentar relativa à importância crescente da população estrangeira em Portugal na década passada contrasta, vivamente, com a imagem construída durante as décadas precedentes, em que a mobilidade da população portuguesa ficou assinalada pelo fenómeno maciço da emigração. Para tanto terão contribuído a alteração dos movimentos internacionais de mão-de-obra e a mudança do regime político em Portugal e noutros países ligados à administração portuguesa, que passaram a escolher o nosso território como lugar de trabalho e de refúgio, como o atestam os valores relativos aos pedidos de asilo apresentados por muitos desses habitantes. Da mesma forma, as perspectivas de

abertura da sociedade portuguesa decorrentes da nossa integração na União Europeia não deixaram de induzir novas chegadas, especialmente de brasileiros os quais, beneficiando do estatuto de dupla-nacionalidade, esperam melhores oportunidades de entrada na Europa Comunitária, a partir de Portugal.

Para além destes aspectos, Portugal passou ainda a ser um local de passagem (e de fixação, mais ou menos definitiva...), para muitos outros cidadãos (num total de quase uma centena de nacionalidades), especialmente africanos e asiáticos, que a partir do nosso país, re-emigram para novos destinos, dando assim continuidade ao enunciado nas seculares leis de Rawenstein sobre a mobilidade, por etapas, da população humana. Este mesmo processo veio ainda a testemunhar o aparecimento de um novo pólo de imigração na Europa meridional, em Portugal contrariando, desta forma, o modelo tradicional do centro-periferia, que se acentuou durante o terceiro quartel do século XX, decorrente do crescimento industrial e urbano dos países do ocidente europeu.

A importância destes movimentos pode ser apreciado através dos dados publicados nos recenseamentos da população em 1981, em 1991, em 2001 e já no ano de 2006.

Quadro XXIII – Portugal: população estrangeira

	1981	1991	2006
População total (Continente)	9 336 760	9 862 540	-
Nacionais	8 956 233	9 705 998	-
Estrangeiros	380 527	106 519	409185
Angola	154 324	9 365	33215
Cabo Verde			65485
Moçambique	76 357	3 172	-
Guiné			24513
Brasil			65463
Ucrânia			37851
Outras ex-colónias	38 519	20 870	-

Fonte: I.N.E.

Em 2001 mais de 226,7 milhares de estrangeiros residiam em Portugal. Localmente, a situação realça, a par do movimento e migratório local para França e a fixação de cidadãos da “nova geração” de emigrantes à terra de origem, o desenvolvimento de novos fluxos relacionados com a evolução da imigração estrangeira em Portugal.

**Quadro XXIII: Pinhal Litoral
população estrangeira (2001)**

ZONA GEOGRÁFICA	Portuguesa		Europa										África		Outros		
	HM	HM	U.E.					Outros Europa					PALOPS HM	Outros África HM	HM	HM	
			Alemanha		Espanha		França		R. Unido		Outros						
			HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM					HM
Portugal	10 001 074	8 387	9 047	15 359	8 227	8 300	23 035	99 185	4 086	51 089	31 869						
Pinhal Litoral	243 827	164	115	883	36	117	691	554	66	944	629						
Batalha	14 549	7	53	53	2	6	66	10	3	57	27						
Leiria	116 066	88	51	466	17	42	272	321	51	592	416						
Mar. Grande	34 830	32	23	68	5	16	50	79	5	113	90						
Pombal	54 815	28	30	244	3	39	193	58	2	131	79						
Porto de Mós	23 567	9	4	52	9	14	110	86	5	51	17						

hab. 2001/03/12 Z. GEOG Conc.res.	Imigrante no concelho													
	População Residente em 2001 HM	Prov. Out. concelhos		Proven. Macau		Proven. Timor Leste		Proven. do Estrangeiro						
		HM	HM	HM	HM	Alemanha HM	França HM	EUA HM	PALOP HM	África do Sul HM	Venezuela HM	Brasil HM	Canadá HM	Outros HM
Portugal	10 356	679 894	4 057	418	13 815	55 724	7 420	40 083	4 338	7 115	25 724	6 151	80 210	
Pinhal Litoral	250 990	11 185	25	2	509	4 314	212	236	116	83	525	478	2 474	
Batalha	15 002	829	-	-	47	191	51	4	17	6	26	31	165	
Leiria	119 847	5 737	12	1	237	1 789	67	164	59	38	353	222	871	
Mar. Grande	35 571	1 762	9	1	95	251	19	17	14	8	55	16	234	
Pombal	56 299	1 735	4	-	95	1 906	21	34	9	30	80	152	1 008	
Porto de Mós	24 271	1 122	-	-	35	177	54	17	17	1	11	57	196	

Havendo uma relação de masculinidade de 118,8% e uma percentagem de 62,0% de indivíduos com idade superior aos 25 anos, podemos identificar a sua presença como um exemplo típico de migrações laborais ou de trabalho, específicas dos nossos dias. A confirmá-lo está a idade média desta população, de cerca de 33 anos no seu conjunto. Estes valores confirmam-nos a importância da imigração económica e a sua relevância no contexto das actividades produtivas do país.

4 - Composição e estrutura da população

As alterações relacionadas com a evolução e os movimentos da população (movimento natural e movimentos migratórios), mostram alterações muito significativas quanto à composição e à estrutura da população.

Embora previsível há várias décadas, devido à redução gradual dos nascimentos e apresentado-se como um consequência imediata do fenómeno de industrialização, o aumento da população envelhecida em Portugal e na Europa (> 65 anos) constitui, hoje em dia, uma das preocupações dos países da UE27. Tal facto resulta, fundamentalmente, não só do aumento crescente da esperança de vida, mas ainda da enorme redução dos nascimentos, decorrente da quebra de fecundidade dos seus habitantes. Este fenómeno tem vindo a evidenciar a incapacidade dos regimes demográficos actuais renovarem a sua população autóctone.

Pensando na composição da população residente, os dados abaixo discriminados ajudam-nos a contextualizar o que já notámos sobre as alterações demográficas recentes na área em estudo, que acompanham as tendências gerais da demografia portuguesa, em particular a que se regista nas áreas do litoral e próximo dos centros urbanos dotados de maior dinamismo económico.

De acordo com o I.N.E., no Pinhal Litoral, esta variação, entre 1991 e 2001, foi sentida nos grupos etários mais jovens, nos adultos e, particularmente, nos idosos.

Var. Pop. Residente (1991-2001)		11,9%
Var. pop. 0-14 anos	“	-9,5%
Var. pop. 14-25	“	-2%
Var. pop. 24-65	“	18,1%
Var. pop. > 65 anos	“	38,7%

Quadro XXIII: Pinhal Litoral população estrangeira (2001)

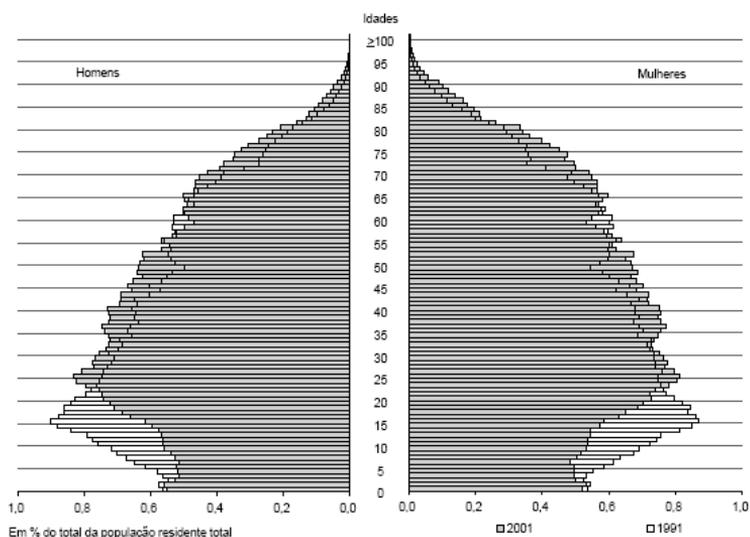
ZONA GEOGRÁFICA	População Residente													Variação entre 1991 e 2001 (%)			
	Em 1991						Em 2001						Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Total	Grupos Etários					Total	Grupos Etários					Var. Total	Grupos Etários			
	HM	0-14	15-24	25-64	>65		HM	0-14	15-24	25-64	>65		0-14	15-24	25-64	>65	
Portugal	9 867 147	1 972 403	1 610 836	4 941 164	1 342 744	10 356 117	1 656 602	1 479 587	5 526 435	1 693 493		5,0	-16,0	-8,1	11,8	26,1	
Pinhal Litoral	224 334	45 291	36 502	113 831	28 710	250 990	40 996	35 764	134 405	39 825		11,9	-9,5	-2,0	18,1	38,7	
Batalha	13 329	2 663	2 108	6 686	1 872	15 002	2 503	2 102	7 881	2 516		12,6	-6,0	-0,3	17,9	34,4	
Leiria	102 762	21 897	17 206	52 082	11 577	119 847	20 558	17 480	65 195	16 614		16,6	-6,1	1,6	25,2	43,5	
M. Grande	33 543	6 147	5 589	18 010	3 797	35 571	5 253	4 779	20 072	5 467		6,0	-14,5	-14,5	11,4	44,0	
Pombal	51 357	9 898	7 926	25 368	8 165	56 299	8 773	7 912	28 622	10 992		9,6	-11,4	-0,2	12,8	34,6	
Porto Mós	23 343	4 686	3 673	11 685	3 299	24 271	3 909	3 491	12 635	4 236		4,0	-16,6	-5,0	8,1	28,4	

Fonte: I.N.E.

Quanto às famílias, é de notar que o acréscimo demográfico global, registado na última década, foi acompanhado por um aumento do total de famílias, que no concelho de Leiria passaram de 32287 em 1991, para 44249 em 2001, ou seja um aumento percentual duplo do aumento global registado em Portugal. Neste caso o acréscimo registado em Leiria, orçou os 37%, em Pombal os 32,6% e na Batalha os 24,1%. Em relação à sua dimensão, os valores aqui registados são no entanto semelhantes à média nacional, tendo a dimensão média das famílias baixado de 3,2 pessoas, em 1991, para 2,7, em 2001, valores que em relação ao conjunto da população portuguesa decaíram, respectivamente, de 3,1 para 2,8.

Verifica-se no entanto que quando se procede à análise da estrutura da população, em particular ao estudo das respectivas pirâmides demográficas, verifica-se, a par do já previsto envelhecimento de topo, decorrente do acréscimo da população idosa, um envelhecimento acentuado na base, em virtude da escassez de nascimentos e da falta de população jovem. Tal facto pode comprovar-se através do peso dos diversos grupos funcionais (jovens: 0-14 anos; adultos: 15-64 anos e dos idosos: > 65 anos) em relação à população total, e através de alguns indicadores privilegiados.

Figura 14 – Portugal: pirâmides etárias (1991 e 2001)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001 (adaptado de Carrilho & Gonçalves, 2004, p. 179). in: *Psychologia*. Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade de Coimbra, nº 42, 2006, pp. 9-24

Em relação ao nosso país, a apreciação dos valores do censo de 2001, permite-nos tirar outras conclusões:

- mantemos uma tendência crescente para a feminização da nossa sociedade: 51.7%, de mulheres e 48.3%, de homens, o que confere uma relação de masculinidade de 93.3%;

- reduzimos a nossa percentagem de jovens: cerca de 30% da nossa população tem menos de 24 anos; 16.45%, mais de 65 anos;

- a substituição das nossas gerações deixou de estar assegurada. Tal significa que à redução da população autóctone, acresce o peso social de uma geração envelhecida que necessita de cuidados médicos e sociais e carece de um conjunto de prestações assistenciais, que vão pesar sobre a classe dos activos.

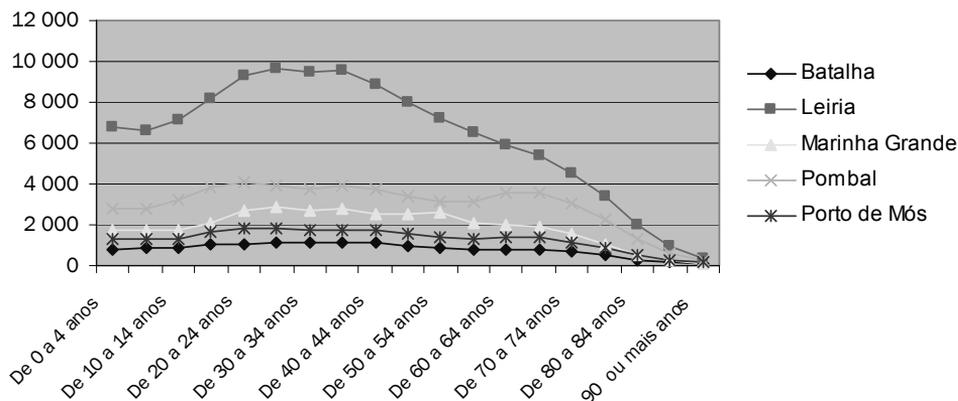
Mais ainda:

- o grupo de adultos jovens, entre os 15 e os 24 anos, reduziu-se entre 1991 e 2001, de 8.1%;

- pelo contrário, aumentou a população entre os 25 e os 64 anos, da ordem dos 11.8%.

No distrito de Leiria, em 2001, a repartição da população pelos principais grupos funcionais, era a seguinte: 0-14 anos: 17,5%; 15-24: 15,9%; 25-64: 52,7% e >65 anos: 13,9%. Por sua vez, no Pinhal Litoral, a repartição dos habitantes por estes grupos funcionais segue a mesma tendência sendo, em valores absolutos, a seguinte: 0-14 anos: 40996 hab.; 15-24 anos: 35764 hab.; 25-64 anos: 134405 hab. e >65 anos: 39825 hab.

Figura 15 - Pinhal Litoral: população residente, por grupos funcionais (2001)

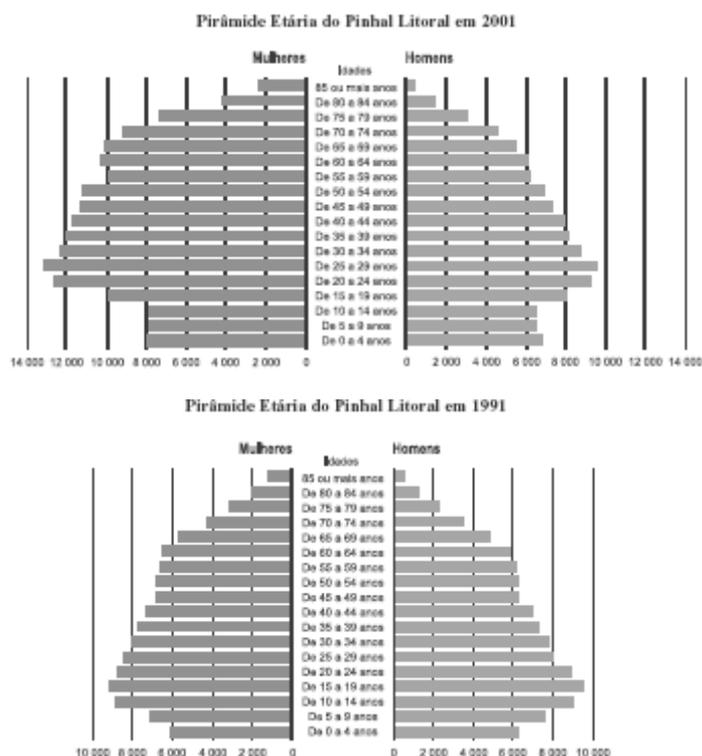


Em complemento dos dados já referidos sobre a decomposição da população por grandes grupos funcionais, a redução do peso da população jovem, o maior

peso dos adultos e da população envelhecida, comprova-se através da análise das respectivas pirâmides etárias.

Vejamos as respectivas pirâmides etárias que realçam, no seu traçado, este tipo de alterações demográficas.

Figura 16 – Pinhal Litoral: pirâmides etárias (1991 e 2001)



Fonte: Oliveira, 2003

Neste caso, a dimensão do envelhecimento demográfico local, está traduzida quer no estreitamento da sua base, devido à redução dos nascimentos, quer no alargamento do topo, devido ao aumento da população idosa. Esta situação dá uma imagem da capacidade de procriação da população residente nos concelhos do Pinhal Litoral, baseada na análise da estrutura da população, onde se nota o peso de adultos em idade activa e de procriação (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

No Pinhal Litoral, registamos, nesse ano:

- o peso elevado da população jovem (<24 anos), no conjunto da população residente representando, no seu conjunto, cerca de 1/3 do total;
- a relevância da população adulta (25-65 anos), que em 2001 representava mais de metade da população residente no concelho de Leiria;
- o aumento da população envelhecida (>65 anos), que nesta data ascendia a 13.2% do total da população residente.

Os dados anteriores relacionados com o acréscimo da população idosa tem efeitos directos não só sobre a família, mas também sobre a sociedade, devido ao agravamento das taxas de dependência em relação à população activa. O reconhecimento desta realidade, reflexo do envelhecimento da população, tem vindo a constituir um dos temas de estudo particularmente aprofundado por Nazareth (1988), demógrafo que melhor tem tratado os diferentes cenários relativos ao crescimento e aos factores de variação da população portuguesa.

Sendo evidente que tal se constitui um fenómeno demográfico preocupante em Portugal e nos demais países da União Europeia (NAZARETH, 1995), é oportuno recordar o dilema: "*crescer ou envelhecer*", enunciado por Sauvy, pese embora a utilização das novas tecnologias e o recurso a fontes de trabalho alógenas, que permitem o equilíbrio de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento dos vários sectores da economia nacional.

A análise do envelhecimento recorda-nos, ainda, aspectos da evolução da própria sociedade, testemunhados em diferentes aspectos da sua "morfologia social". Tendo já evocado o envelhecimento demográfico como uma consequência imediata do fenómeno mais vasto e complexo desencadeado pela industrialização-urbanização dos nossos dias, a transferência das populações rurais para os centros de maior concentração mineira, industrial e urbana, iniciada no decurso dos séculos XVIII e XIX, aquando do início da revolução industrial, deu origem ao movimento contínuo de mobilidade geográfica da população portuguesa, que desde então constitui um dos sintomas do actual processo de crescimento das grandes urbes.

No seu conjunto, entre 1991 e 2001, a população portuguesa sofreu um aumento de menos de 5%, aumento que não sendo exacerbado, indicia uma tendência para uma evolução moderada dos nossos habitantes no decurso das próximas décadas. Crescimento que, não sendo homogéneo no território, deixa algumas preocupações:

- crescemos pouco;
- envelhecemos a um ritmo demográfico forte;
- acolhemos cada vez mais imigrantes;

- registámos alterações muito sensíveis nos sistemas de emprego;
- mantemos uma evolução acentuada no sentido de uma profunda mudança sócio-cultural, que sugere novas e ainda profundas alterações demográficas;
- continuamos portugueses, mas à semelhança do que já sucede noutros países europeus, iniciámos já um processo lento, mas visível, de decréscimo da população autóctone.

É certo que entre 1991 e 2001 a população total empregada cresceu 13.4%, com particular relevância para o aumento da ocupação das mulheres: 25%. Também aqui se registou um acréscimo da feminização do emprego, sinal evidente da emancipação da mulher e do seu maior contributo na geração do Produto Nacional. Este facto abona a favor do que anteriormente assinalámos sobre a mudança social registada na área do Pinhal Litoral e que é um sinal do conjunto de transformações societais, económicas e culturais que têm atingido esta população.

Quanto à situação da população economicamente activa, em 2001, no conjunto do Distrito de Leiria, era a seguinte (SILVA, 2002, p. 78-79): *“a população activa da Região totalizava em 2001 quase 227500 pessoas, a que corresponde uma taxa de actividade de 47%, ligeiramente inferior à média nacional, que é de 48,2%. A Agricultura e actividades correlacionadas ocupam 5,7% desta população activa, o Sector Secundário (indústrias, energia e construção) 43,3% e o Sector Terciário (serviços) 51%. Especificando um pouco mais a análise, verifica-se que os ramos geradores de maior actividade são a Indústria Transformadora (27,9%), o Comércio (17,6%) e a Construção (14%). Os serviços relacionados com a actividade económica, excluindo o Comércio, a Hotelaria e restauração e os Transportes, absorvem 5,5% da população activa, praticamente a mesma proporção que ocupam as Actividades agrícolas, a Administração pública, o Ensino ou a Saúde/Segurança Social”.*

Quadro XXV - Pinhal Litoral: população activa (2001)

ZONA GEOGRÁFICA	Taxa de Actividade (%)					
	Em 1991			Em 2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	44,6	54,3	35,5	48,2	54,8	42
Pinhal Litoral	42,8	54,3	31,9	48,5	55,8	41,5
Batalha	43,1	55,4	31,1	48,1	56,3	40,3
Leiria	44,2	55,4	33,6	50,4	57	44,1
Marinha Grande	46	55,5	36,9	51,6	57,2	46,2
Pombal	36,7	49,8	24,5	42,1	51,6	33,2
Porto de Mós	45,3	57,1	34,1	49,4	57,3	41,8

Por sua vez, no Pinhal Litoral, o panorama em 2001, realça o predomínio de dois dos sectores de actividade: o secundário (industria transformadora e construção civil) e o terciário (comércio). Mais ainda, denota o peso crescente das taxas de actividade feminina, registadas na última década.

Quadro XXV - Pinhal Litoral: população activa (2001)

	Pop. Resid. 2001	Pop resid. Total	Empregadap/sectores			Ind.Envelhec ⁶⁰ . %
			I	II	III	
Pinhal Litoral	252404	111166	4393	54058	58715	97,7
Batalha	15167	7041	344	3446	3251	100,9
Leiria	121536	58173	1777	24065	32331	81,2
M. Grande	34429	17446	129	9864	7453	105,8
Pombal	56907	22913	1537	10582	10794	125,8
P. de Mós	24365	11593	606	6101	4886	108,8

Fonte: INE

A apreciação de indicadores básicos de escolarização torna-se necessário, independentemente das considerações finais sobre a frequência do ensino superior, uma vez que o grau de instrução de um povo anda associado ao seu grau de desenvolvimento sócio-económico. Por isso não hesitamos em transcrever (apesar da data que se reporta), a introdução à obra de De Martonne (1909)⁶¹, escrita por V. M. Godinho (“Palavras preliminares”), *“a geografia é, no fundo, uma aventura recente na biografia intelectual da humanidade”*, cabendo-lhe, por isso, analisar *“a pluralização de modos de vida e organizações económico sociais desenvolvendo-se em disparidade, consoante as regiões da terra”*.

Esta referência evoca o interesse da Geografia pelos “valores da civilização”, concluindo este autor, nessa introdução: *“a geografia, como todas as ciências humanas, está na encruzilhada da subserviência ao deus Pluto e ao ódio ou ao serviço da verdade límpida e de um porvir desanuviado para toda a humanidade”*, desafio que havia sido já assinalado por De Martonne (1953, p. 20), que na obra original, aponta novas perspectivas de análise e de intervenção à Geografia: *“Enfim, quando as ciências físicas e naturais permitiram uma compreensão mais completa das relações locais, a geografia revelou-se uma ciência descritiva e explicativa, de complexidade muito grande, simultaneamente de interesse filosófico e prático”*. Aspectos estes que, numa abordagem mais incisiva, poderiam realçar as diferenças

⁶⁰ Índice de Envelhecimento = nº habitantes >65anos / nº habitantes < 15 anos X 100

⁶¹ *“Traité de Géographie Physique”*, traduzido e publicado em língua portuguesa, com o título: *“Panorama da Geografia”*, Lisboa, Edições Cosmos, 1953

encontradas em função quer dos níveis de instrução e de qualificação da população, quer do diferente tipo de acessibilidades física, sócio-económica e cultural, ditadas pela origem geográfica e social dos alunos, especialmente dos que estão sujeitos ao regime de escolarização obrigatória do ensino básico.

Quadro XXVI – Pinhal Litoral: grau de instrução da população (2001)

<i>NUT/Conc.</i>	<i>Nenhum</i>	<i>1°C.E.B.</i>	<i>2°C.E.B.</i>	<i>3°C.E.B.</i>	<i>Secund.</i>	<i>Méd/Sup</i>	<i>T.Anal(%)</i>
Pinhal Litoral	15,75	35,60	12,60	11,81	15,40	8,83	10,1
Batalha	15,72	39,31	13,30	12,13	12,88	6,66	9,9
Leiria	14,02	35,32	12,98	12,06	16,68	10,74	7,9
Mar. Gr.	13,23	34,13	11,19	11,96	20,11	9,37	8,1
Pombal	21,16	38,48	12,44	10,50	11,46	5,96	16,2
P. Mós	15,30	38,96	12,66	13,27	13,16	6,65	9,8

Fonte: I.N.E.

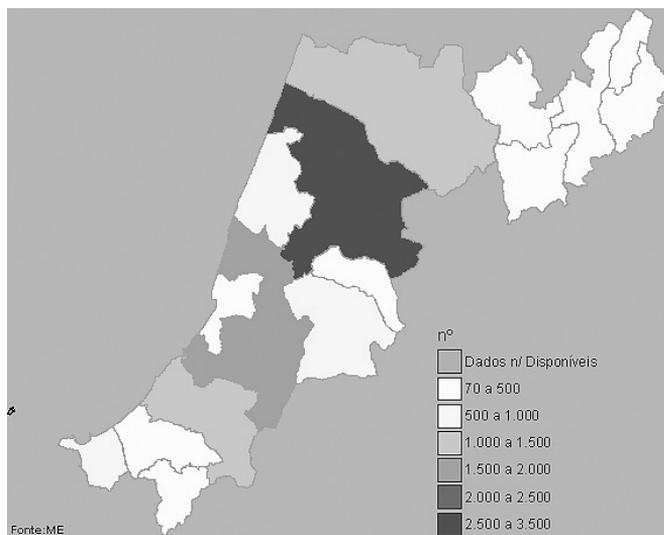
A área em questão, o Pinhal Litoral, registava, em 2001, uma taxa de analfabetismo da ordem dos 10,1%, sendo que, dos restantes habitantes, cerca de 1/3 tinham como habilitação escolar apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico. Contudo os efeitos de democratização do ensino fizeram subir as taxas de frequência nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Quanto ao ensino superior, menos de 10% da população residente tinha um diploma conferido por este subsistema de ensino.

Embora a situação escolar esteja a mudar, é de realçar que estes valores podem ser considerados muito aquém do esperado, condicionando a actividade empresarial, a qual continua a revelar certas dificuldades quanto à afirmação de certos “clusters” regionais, a nível nacional e internacional.

5 – Distribuição espacial da população

A reflexão em torno dos aspectos económicos e sociais da população portuguesa recorda-nos as imagens que construímos da interioridade e da litoralização; do alargamento das áreas metropolitanas; da persistência das regiões rurais; do crescimento das áreas urbanas e da extensão das áreas despovoadas existentes no nosso território, o que nos ajuda a compreender a distribuição assimétrica que acompanha os demais desequilíbrios sectoriais conhecidos na nossa sociedade.

Figura 17 – Pinhal Litoral: alunos matriculados (2004-2005)



Governo Civil de Leiria

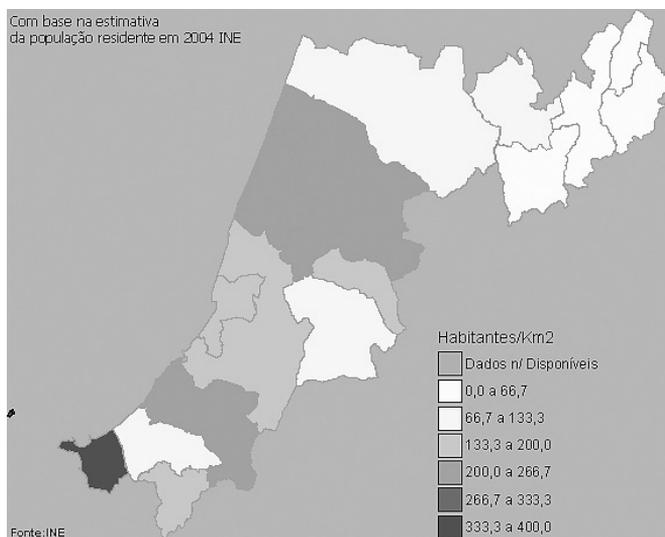
Relativamente às formas de ocupação humana mais tradicionais, diz-nos Ribeiro (1970, p. 341), que os tipos de povoamento rural são a *"expressão de condições naturais, mas, talvez mais ainda, das modalidades de ocupação do solo no aspecto agrário"*. Por esta razão e tendo em conta as características e a antiguidade da revolução agrária, apresentam diferenças entre si: *"povoamento disseminado, ou tendendo para ele, no Norte atlântico, fortemente aglomerado na região transmontana, combinação, no Sul, de grandes aldeias e vilas rurais e montes, centros de exploração das herdades"* (Loc. cit.).

Referindo-se à distribuição e à evolução da população no continente português, observa o mesmo autor (Op. cit., p. 351), que se desenham *"com toda a rigidez, duas regiões maiores quanto ao crescimento demográfico: a do Norte e a do Sul. Esta, capaz de absorver a população que se renova; aquela, recebendo-a em muito menor grau"* e que, por isso, *"começa a dar sérios indícios de estar próxima do ponto de saturação."*

De acordo com Nazareth (1988, p. 11), *"conhecer a correcta distribuição de uma população no espaço, a alteração da composição das famílias, o número de idosos, a composição da população activa, as necessidades em equipamentos sociais e sua localização (...)"*, com o intuito de melhor compreendermos as

questões relacionadas com a herança histórica, o meio geográfico e as iniciativas e oportunidades de desenvolvimento desta área, é determinante.

Figura 18 – Pinhal Litoral: densidade demográfica (2004)

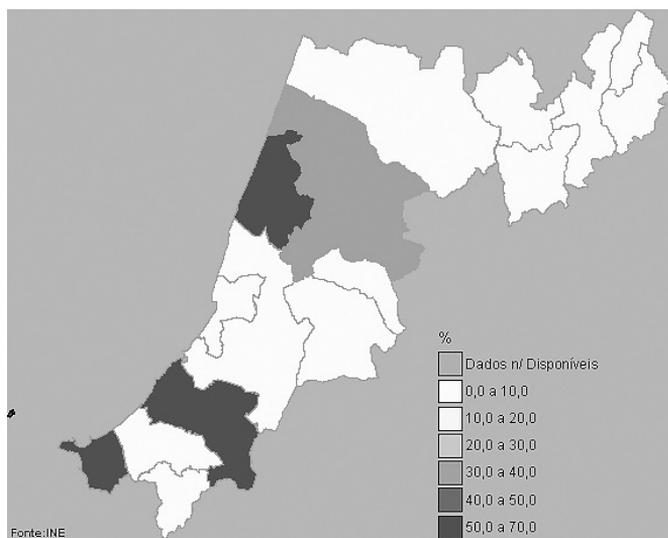


Governo Civil de Leiria

Para o conjunto do distrito de Leiria, merece uma referência sobre a distribuição da população, que seguindo as condições naturais do relevo, se reduz nas áreas montanhosas, sobretudo do norte-interior, aumentando a sua densidade junto dos centros urbanos de Leiria-Marinha Grande, das Caldas da Rainha e de Peniche. Nestes casos faz-se já sentir a proximidade do Oeste e, sobretudo, da bacia de emprego da Grande Lisboa e das acessibilidades que esta oferece.

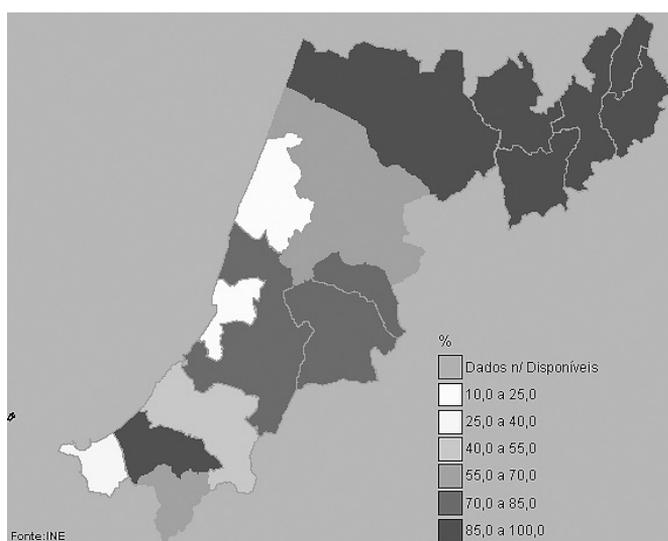
Esta distribuição está de acordo com a dimensão dos respectivos centros urbanos de Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha e Peniche, que concentram mais de 2/3 da população residente nesses concelhos. Contudo, já na área do Pinhal Litoral, a densidade média era, em 2001, de 144,5 hab./km², destacando-se as maiores concentrações nos concelhos de Batalha, Marinha Grande e Leiria, respectivamente: 147,5 hab./km², 185,7 hab./km² e 213,9 hab./km². Pelo contrário, devido à natureza e ao acidentado do relevo nas serras de Sicó e dos Candeeiros, a densidade humana em Pombal e em Porto de Mós, não atingia uma centena de habitantes/km².

Figura 19 – Pinhal Litoral: população em lugares com mais de 10.000 hab. (%) - 2001



Governo Civil de Leiria

Figura 20 – Pinhal Litoral: população em lugares até 2.000 hab. (%) – 2001



Governo Civil de Leiria

Tendo em conta o Pinhal Litoral, a concentração humana em lugares de maior dimensão, de mais de 10000 habitantes, é maior no concelho de Marinha Grande e em Leiria, onde as freguesias de Azóia, Barosa, Barreira, Cortes, Marrazes, Parceiros e Pousos merecem destaque pela sua proximidade em relação ao centro. Mesmo assim para o conjunto dos cinco municípios, a maior percentagem dos seus habitantes reside em lugares de menor dimensão – menos de 2000 habitantes – tendo as sedes de concelho uma dimensão muito variável.

Por sua vez, a distribuição da população em centros de menores dimensões, até 2000 hab., está em consonância com a dispersão do povoamento em solos de maior fertilidade, com as actividades económicas locais e a proliferação de P.M.E. ou já com as condições de relevo, que sugerem uma maior concentração nas terras do maciço calcário.

Quadro XXVII - Pop. residente por município e escalões de dimensão populacional (2001)

<i>NUT/Mun.</i>	<i>Isolados</i>	<i>até 1999</i>	<i>>2000 Total</i>	<i>2000- 4999</i>	<i>5000- 9999</i>	<i>10000- 99999</i>
Pin.Litoral	4651	165925	80414	9472	-	-
Batalha	188	12732	2082	2082	-	-
Leiria	1472	76314	42061	-	-	42061
M. Gr.	94	8776	26071	3599	-	23102
Pombal	2159	48361	5779	-	5779	-
P. Mós	738	19742	3791	3791	-	-

Fonte: I.N.E.

Tendo por base estudos de Caldas e Loureiro (1966), relativos ao traçado das regiões homogéneas no continente português, estes desequilíbrios podem ser identificados por indicadores relativos ao sistema económico, à população e ao bem-estar, considerado este “*como resultado do funcionamento dos sistemas económicos regionais*” (Op. cit., p.183). Estes indicadores permitiram àqueles autores delimitar, quanto à dinâmica e ao nível de desenvolvimento, as principais regiões homogéneas do continente português. As conclusões a que chegaram, relativas ao período de 1950-1960, apontam para uma separação nítida entre as diferentes áreas do país, reveladoras de desequilíbrios, que seguindo uma transição gradual do litoral para o interior, assinalaram “*uma configuração*

territorial própria de economias de faixa orientadas segundo eixos norte-sul” (Op. cit., p. 146).

A situação descrita é bastante significativa e adequa-se à extensão do fenómeno emigratório português, nas áreas social e economicamente mais repulsivas do nosso continente determinando, a par do reforço da “desertificação”, a “litoralização” crescente do nosso território, por via do fenómeno das migrações, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, no Algarve e junto de outros pólos urbanos e bacias de emprego litorais, que registam melhores oportunidades laborais. No entanto, mesmo nestas áreas, a distribuição desta população não é uniforme, fazendo crer que *“ao redor de restritas áreas de economia e sociedade moderna se mantêm toda uma vasta zona de economia e sociedade tradicional”* (NUNES, 1964).

Estas as características essenciais da sociedade portuguesa, que continua a referir o seu carácter “dualista”, na qual se inscrevem o “êxodo rural” e a “emigração”. Tendo presente a sua evolução e incidências globais verificamos que estes fenómenos assumiram proporções de autêntica “hemorragia social”, sobretudo nas áreas de maior incidência emigratória do Norte e Centro do país onde essa tradição, decorrente do tipo de estrutura agrária e organização social, é conhecida há vários séculos. Assim, mais do que a constação da dualidade norte-sul, ou litoral-interior, assentes em contrastes resultantes dos factores climáticos, da natureza e do relevo do solo, da cobertura vegetal, do tipo de povoamento e das actividades predominantes, esta situação advém do tipo de aproveitamento dos recursos, nomeadamente dos recursos humanos e das suas potencialidades que permitem caracterizar, de forma mais segura e exaustiva, os desequilíbrios internos do continente português extensivos, igualmente, aos movimentos migratórios.

Capítulo 4

As actividades da população: sua relação com o meio

“A riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos; pois ela é apenas útil por causa de outra coisa qualquer”

Aristóteles (cit: PNUD, 2004, p. 127)

Embora preocupados em aprofundar os diferentes aspectos relacionados com as actividades da população, vamos prosseguir com esta análise procurando ajustar a um “plano horizontal” os dados que embora “*ne couvrent pas l’intégralité de l’espace à prospecter*” (GEORGE, 1972, p. 10), nos permitem encarar os que se relacionam mais directamente com o meio geográfico. Assim, a análise actual tem por base a evolução das actividades da população, iniciadas com a exploração da terra e dos recursos naturais e as oportunidades decorrentes do crescimento económico, baseado na industrialização e urbanização, particularmente sentido em toda a faixa litoral onde se localiza a área de estudo.

Tal como observa Pressat (1978, p. 125), o crescimento natural da espécie humana, “*qui en résultat se heurtait au plafond des subsistances (...), tendait toujours à atteindre le niveau maximal permis par le niveau technique du moment*”, ou seja, “*en se développant considérablement, ce niveau technique permit à la population maximale de s’élever en conséquence*”. Não é esta, no entanto, a questão que nos importa aprofundar. Embora tenhamos consciência do contributo de diferentes tipos de análise, nomeadamente os que respeitam às actividades da população, vamos proceder à sua apreciação tendo em conta a relação com a “*diferenciação dos níveis de vida*” (DERRUAU, 1967, p. 99). À semelhança deste autor (Loc. cit.), defendemos que “*la composition professionnelle d’une population est en rapport avec le type d’organisation de la vie économique*”.

Os traços que vamos assinalar sobre a evolução das actividades humanas traduzem estádios distintos de um encadeamento de iniciativas, oportunidades e de equilíbrios, relacionados com o ritmo de crescimento (LOPES, 1995, p. 4) e o aproveitamento dos recursos naturais e humanos, que condicionaram o crescimento demográfico e as actividades dos habitantes. Ou seja, as relações inter-sectoriais (Op. cit., p. 5), “*as características das partes (...); as relações entre as partes e o todo; (...), as relações dentro de cada uma das partes; (...), as relações entre as partes*”. (Loc. cit.). Estes aspectos são de inegável interesse na definição dos processos de desenvolvimento e na preparação de “*políticas estabelecidas para atingir fins de desenvolvimento*”, integradas em processos de “planeamento” (Op. cit., p. 8).

Esta a realidade e equilíbrio dominantes até ao último quartel do século XX, quando razões de diferente natureza, nomeadamente as de origem política e económica, perturbaram os fluxos estabelecidos das migrações internacionais, alterando significativamente a relativa estabilidade das migrações de trabalho até então estabelecidas⁶². Como país da “periferia”, Portugal ressentiu-se desta

⁶² Cf. GEORGE, Pierre, *Les migrations internationales*. Paris, P.U.F. 1976.

evolução, alterando os seus fluxos emigratórios os quais, aparentemente estabilizados durante os primeiros anos subseqüentes à crise energética de 1974 prosseguem, na actualidade, segundo modalidades e destinos muito diferenciados. Complementarmente, tratamos do fenómeno turístico, abordagem cujos fundamentos teóricos assentam na redacção de outro trabalho cuja essência recordamos⁶³ procurando, por esta via, inserir algumas referências ao fenómeno turístico em Portugal e na Região de Turismo de Fátima. Vejamos então os aspectos que consideramos reveladores das dinâmicas de desenvolvimento local.

1 - O meio rural e o aproveitamento das actividades primárias

Analisar as relações entre a evolução e a variação populacional, bem como as suas actividades obriga, em primeiro lugar, a uma reflexão sobre o meio natural e sobre as oportunidades da sua valorização e aproveitamento proporcionadas pela mão humana e pela introdução de técnicas diferenciadas, responsáveis pela alteração dos meios de produção e melhoria de vida dos habitantes. Neste sentido recordamos George (GAZENEUVE, VICTOROFF, 1982, p. 172), quando afirma que “o meio de existência das colectividades humanas forma um todo, animado por um conjunto de sistemas de relações onde se misturam os efeitos dos dados ‘físicos’ e os dos dados “humanos””. Destes, destacamos o aproveitamento da riqueza primária desta área e o desenvolvimento das actividades ligadas à agricultura, à pecuária e à silvicultura.

Note-se que a cobertura vegetal dominante deu o nome a esta unidade geográfica e a outras situadas em seu redor (NUTIII, do Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul), conhecida pelo Pinhal de Leiria. Diz-nos Baeta Neves (C.M.L.I., 1995, p. 329) que o mesmo, sendo em regra considerado uma iniciativa de D. Dinis, poderá ser atribuído aos reis que o antecederam, D. Sancho I, D. Sancho II e a D. Afonso III, embora tenha merecido do rei Lavrador “*particular cuidado*” (Op. cit., p. 330). Conclui o mesmo autor (Op. cit., p. 331), afirmando que este tipo de cobertura vegetal é comum “*na faixa litoral oeste da península ibérica, fazendo parte da flora local de há milhares de anos, nomeadamente em Portugal*”, no norte da Galiza e nas Landes francesas.

A sementeira - com o intuito de fixar as areias de duna arrastadas pelos ventos marítimos de oeste que arrasavam os campos de cultivo - esteve na origem do desenvolvimento de um conjunto de actividades ligadas ao sector primário,

⁶³ Cf: ARROTEIA, Jorge, *O turismo em Portugal*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1994 (Cadernos: Turismo e Sociedade).

relacionadas com a exploração florestal destinada à construção naval e à exportação, como combustível para produção de energia, bem como à produção de peixe ou alcatrão vegetal, utilizado na calafetagem das embarcações e na produção de resina. Em complemento da silvicultura, intensificou-se a actividade agrícola (em especial a policultura), usando o fertilizante constituído pela “manta morta” dos pinhais, conjuntamente com o estrume produzido pelos animais domésticos, facto comum ao ‘Noroeste’ português e, também, a outras regiões dotadas de solos férteis e de maior quantidade de água.

Estas foram as primeiras actividades humanas que garantiram a subsistência dos habitantes residentes, particularmente nas baixas aluvionares do rio Lis, do Lena, do rios Arunca e de Carnide, bem como no rio Alcoa e noutros cursos de água que correm nos campos de Cister. Note-se que o assoreamento progressivo que tem afectado os cursos de água do continente português condicionou profundamente a agricultura da região, principalmente no “Campo do Lis”, onde durante o século XIX se registou *“a necessidade urgente da sua recuperação para a agricultura; a defesa contra as cheias e contra a sua invasão pelas areias que as águas e os ventos marítimos carreavam”* (BERNARDES, 1981, p. 11). Estes os principais obstáculos às tarefas agrícolas e à obtenção de bons rendimentos nesta actividade.

Pela sua proximidade e efeitos sobre a economia de subsistência, recordamos a acção estruturante de todo o povoamento registada nos campos de Cela (Alcobaça), por acção dos Monges Bernardos ou de Cister, responsáveis pelas obras de enxugo dos pauís aí existentes e pela colonização agrícola de toda a sua área envolvente, bem como no paúl de Ulmar, permitindo a fixação de novos habitantes e o sustento das praças militares e das populações em redor.

A propósito recorda Barbosa (1991, pp. 43-44), a acção desenvolvida pelos cónegos de Santa Cruz de Coimbra e pelos cistercienses de Santa Maria de Alcobaça sobre os campos de Leiria, justificada pela procura *“de bens junto à vila, por razões de mercado, mas também controlar os férteis terrenos que se localizassem junto ao seu domínio”*. Assinala este autor (Op. cit., pp.44-45), que a acção dos monges brancos se fazia sentir sobre a posse de terrenos localizados na parte norte do referido couto e pela posse de uma rede de moinhos de água, os quais permitiam aos Bernardos de Alcobaça *“moer pão em primeiro lugar mas, o que era mais importante, controlar a moagem na zona da vila, recebendo a maquia correspondente que poderia ser de novo colocada no mercado ou abastecer o Mosteiro”*. Num conjunto de dezena e meia de moinhos localizados nas margens do Lis, esta acção é considerada por Barbosa (Op. cit., p. 53), como reveladora de

“uma capacidade económica inovadora para a época, capacidade de intervenção nos circuitos de transformação e de mercado, aproveitando os excedentes que lhe proporcionavam as suas inúmeras propriedades (...), e transformando esse mesmo excedente em moeda”.

A prevalência do sector primário em Leiria e nos concelhos próximos da *“urbe leiriense, evidenciada pela presença dos celeiros e lagares na tessitura urbana e ainda pelos muitos moinhos situados nas margens do Lis, prevalecerá até meados de Oitocentos”*, como assinala Carreira (C.M.L., 1995, p. 85), mau grado a ocorrência de cheias periódicas registadas por este curso de água, constituindo-se como uma verdadeira *“história negra”* (Loc. cit.) da cidade e dos campos limítrofes. Estas catástrofes, sentidas na agricultura e no comércio da cidade, levaram à realização das obras de encanamento do curso do rio no centro urbano e à regularização do seu leito nos campos vizinhos, em consequência do processo de assoreamento do leito.

A história local regista, além destas situações de crise, as que resultaram da ocupação Napoleónica, do início do século XIX, acompanhadas por *“incêndios, imundícies e desolação de toda a espécie”* (Luz Soriano. in: BERNARDES, 1981, p. 14). Estas calamidades determinaram a atribuição de um *“Subsídio Britânico”*, concedido pelo Parlamento Inglês e distribuído pela Intendência Geral da Polícia, que doou à Comarca de Leiria *“a quantia de três contos e trezentos e quarenta e seis mil e trezentos réis”* (Op. cit., p. 15), repartida por Leiria, pelo seu termo e pelas Comarcas vizinhas de Soure, Ega, Redinha, Pombal, Monte Real, Alpedriz e Batalha. A repartição do referido subsídio permitiu a distribuição de sementes aos lavradores locais, atenuando os efeitos da fome que afectava a população.

A propósito das crises que durante o século XIX assolaram a agricultura, regista Bernardes (Op. cit., pp. 18-19) a sua persistência durante a segunda metade desse século devido, sobretudo, à ruína dos *“campos de Lis”*, bem como a outras ocorrências relacionadas com a falta de apoios à principal *“indústria”* nacional, que era esta actividade. Para além das crises sociais geradas pela escassez de alimentos dos habitantes de menores rendimentos, esta situação foi ainda responsável pela *“exportação”* periódica da mão-de-obra local para outras regiões do continente, especialmente para a bacia inferior do rio Tejo, conhecida por *“Borda d’água”*. Diz-nos Bernardes (Op. cit., p. 57) que em meados do século XIX, no ano de 1855, saíram do concelho para os trabalhos da monda, da ceifa de trigo e arroz, das vindimas e para a apanha da azeitona, *“2012 pessoas, devendo ter trazido para cá 6438\$400 réis, se se considerar que fizeram, cada, 40 dias de trabalho, poupando 80 rs. por dia”*.

Na falta de outras actividades capazes de sustentarem a população local, esta via-se obrigada a participar nas deslocações periódicas de trabalho (migrações relacionadas com as fainas sazonais da agricultura), orientadas em certas épocas do ano para as áreas de maior produtividade rural, como eram os campos do Tejo. Esta proximidade ficou demonstrada pelo grande número de trabalhadores que nessas épocas especiais para aí se deslocavam, engrossando as migrações internas relacionadas com as actividades agrícolas, que durante séculos tiveram lugar no continente português.

Importa recordar que a estrutura fundiária da região foi alterada, durante a década de trinta de Oitocentos, com o triunfo do Liberalismo, devido à *“desamortização dos bens eclesiásticos, especialmente os monásticos, a partir de 1834, trouxe consigo uma redistribuição dos quadros da propriedade agrária de toda a região, permitindo o fortalecimento de uma rede de proprietários essencialmente burguesa ou de lavradores enriquecidos, a qual teria consequências no campo da produtividade agrária global, tanto quanto reflexos na organização do mercado laboral camponês da região. É neste contexto de reforma das estruturas tradicionais da propriedade agrária, igualmente, que se assistirá a uma crescente pressão das populações sobre os baldios, apropriando-os e privatizando-os em numerosos casos”* (SILVA, 2002, p. 42).

A importância da agricultura na região pode ser comprovada não só pelo montante das produções, pela apreciação da área ocupada pela agricultura ou pelas características das explorações, mas também por outros testemunhos. A este respeito transcrevemos parte de uma *“Representação da Câmara de Leiria”* (BERNARDES, 1981, p. 167), que a propósito das vantagens da utilização das lavras das minas de ferro na fertilização da terra e na agricultura, regista: *“A lavra das referidas minas é de grande vantagem para o nosso país em geral porque lança sobre a terra uma riqueza até ali oculta, que pode, se for abundante, mudar a face a este nosso país, tornando-o um dos mais ricos da Europa”*.

Dada a situação de pobreza na região, regista ainda a referida petição: *“é de grande vantagem para estes concelhos pelos muitos braços que, sem dúvida, ocupará, sendo estes pela maior parte da classe pobre, a proletária, e de tanta maior vantagem, quando esta classe está ameaçada de se ver a braços com a fome, e com a miséria pela carestia de todos os géneros alimentícios, e pela falta de trabalho, pois as obras públicas finalizaram, e os serviços particulares não são em tão grande escala por causa do mal das vinhas, resultando daqui a miséria, e desta muitos males, tanto para a sociedade em geral, como para o indivíduo em particular, os quais são tão óbvios que escusado é enumerá-los”*. Finalizando,

aguarda-se que o referido trabalho venha a ser uma solução: “só a lavra das ditas minas, pelos muitos braços que decerto ocupará, e por muitas outras vantagens, que dali resultarão, pode obstar aos males que, infelizmente, esta câmara prevê”.

Em relação à situação agrícola do concelho de Leiria, no início do século XX, Cabral (1993. III, p. 75) dá-nos conta do seguinte: “segundo um questionário presente à Câmara, em 26.1.1904, para efeitos de estudo de um plano de rede de caminhos-de-ferro, os principais produtos agrícolas do concelho eram nesta data: ‘vinhos e seus derivados; azeite de oliveira; cereais, milho principalmente e feijão; batata; arroz; legumes; hortaliças; frutas; madeira, principalmente de pinho; penisco; cortiça e bolota’. Destes produtos ‘expedem-se, anualmente, para Lisboa, vinho em quantidade não inferior a 1.000 pipas; aguardente simples em quantidade não inferior a 100 pipas; frutas 600 toneladas; feijão 500 toneladas; madeira de pinho em toros 8.000 toneladas. Para o Norte do País, principalmente Coimbra e Porto, vinho e aguardente simples 4.000 pipas. E exporta por intermédio de casas de Lisboa e Porto vinho e aguardente simples para Brasil, África e Inglaterra; e directamente madeira em toros para Inglaterra, França e Espanha”’. Esta situação confirma a importância da actividade agrícola em Leiria e nos concelhos vizinhos e a vantagem da sua localização, a meio caminho entre os principais mercados, do sul e do norte do país.

A importância deste entreposto comercial é assinalado pelo mesmo autor, que acentua a dimensão do mercado de Leiria, o qual (Loc. cit.), “Abastece os concelhos de Ourém, Batalha, Porto de Mós, Alcobaça e Pombal de artigos de comércio na importância não inferior a 700 contos de réis; e estes mesmos concelhos e ainda os de Tomar e Torres Novas em artigos de olaria e peixe fresco; e todo o país de artigos de vidraça, cristal e resina e seus derivados. Exporta directamente para Espanha galináceos, ovos, peixe, barro refractário e madeiras de construção”’. Sobre a importância das actividades económicas na região, prossegue o referido documento (Loc. cit.): “Por sua vez o concelho: ‘além de gado bovino e suíno para consumo neste concelho, importa mercearias, pano, ferragens, ferro, carvão de pedra, carbonato e sulfato de soda, farinhas de trigo, artigos de ourivesaria, areia estrangeira para vidro quebrado, para consumo directo neste concelho e nos concelhos de Ourém, Batalha, Porto de Mós, Pombal e grande parte do de Alcobaça, cujo centro de abastecimento é Leiria”’.

Os traços desta actividade no conjunto da região estremenha onde se insere foram descritos por Martins (1949, p. 8), que em relação aos anos quarenta do século XX, observa: “nesta região complexa na sua uniformidade, que apresenta no interior e no litoral, zonas planas e pequenas elevações, a actividade dos homens,

condicionada e animada pelas condições do meio, reparte-se assim: pescadores ao longo da costa, cultivadores e vinhateiros nas planícies e nas colinas, criadores de gado bovino nos campos marginais dos rios mais importantes, pequenos agricultores e pastores onde o relevo calcáreo domina, cultivando aqui e além a oliveira, explorando o pinhal, ou entregando-se com sucesso às culturas de regadio; toda esta diversidade na economia não é suficiente para esconder a uniformidade do conjunto”.

A recolha de dados mais recentes (“Recenseamento Geral da Agricultura”, 1999, INE, 2001), relacionados com a actividade agrícola, confirmam o cenário de pequenas parcelas, o retalho destas em relação às unidades de exploração e o peso reduzido da mão-de-obra agrícola em relação à população total.

Quadro XXVIII – Pinhal Litoral: indicadores agrícolas (1999)

<i>NUTIII/Conc.</i>	<i>Ár. Méd. Explor.</i>	<i>SAU/Explor.</i>	<i>Mão-obra agr/100 hab.</i>
Pinhal Litoral	3,5	2,0	14,0
Batalha	2,9	2,1	17,9
Leiria	3,3	1,8	11,8
Mar. Grande	2,8	1,4	1,5
Pombal	3,2	1,6	24,8
Porto Mós	5,4	4,0	15,7

Fonte: I.N.E.

Esta situação comprova a perda de importância da actividade agrícola na área do Pinhal Litoral, imagem que pode ser recolhida através de outros indicadores relativos à produção e à distribuição da superfície agrária útil. No primeiro caso, importa assinalar a relevância da cultura do milho, que beneficiando da humidade do clima, parece encontrar nas baixas irrigadas (cultura de regadio) ou mesmo em encostas pouco acentuadas (cultura de sequeiro), as melhores condições para o seu desenvolvimento. Assim, a distribuição da superfície agrária (terras aráveis) nos cinco concelhos em apreço e a sua distribuição por espécies, realçam a importância das superfícies ocupadas pelos cereais e pelos prados e forragens, em detrimento das demais culturas temporárias. Tal facto vem mostrar o abandono crescente dos campos, da policultura e das formas de exploração da terra, baseada na rotação de diferentes espécies hortícolas, cerealíferas e outras.

As alterações relativas à redução da actividade agrícola, em comparação com o crescimento das demais actividades económicas, são mais um indicador do processo de desenvolvimento sócio-económico e das transformações sociais que

afectaram a sociedade portuguesa no decurso do ultimo quartel do século XX. Tal facto é o reflexo do processo de industrialização e de terciarização crescente que afectou, não só o centro urbano de Leiria, mas também as freguesias que o circundam, processo extensivo aos concelhos limítrofes e ao conjunto da região Centro-litoral do país. Disso nos dá conta o estudo de Lourenço (1991, p. 11), sobre as relações entre a família e a indústria em contexto rural e o seu entendimento de que, *“nesta região de pequena agricultura familiar, a pluriactividade, resultante da semiproletarização de pelo menos um dos membros do grupo doméstico”,* permite *“assegurar a continuidade da actividade agrícola e a permanência e reprodução de um tipo de estrutura social em que as posições individuais e familiares são referenciadas pelo seu estatuto face à propriedade fundiária”*.

No que diz respeito aos restantes sectores de actividade, é de salientar o peso das actividades industriais que se difundiram ao longo dos principais eixos de circulação, representadas por pequenas e médias empresas. Acompanhando o referido fenómeno de industrialização, tem-se vindo a acentuar o crescimento do comércio e dos serviços, que nalguns lugares ocupam já a maior parte dos activos com situação económica definida. Estas razões permitem caracterizar a malha urbana-industrial, onde se inscrevem as unidades fabris e os centros de serviços, em aglomerados populacionais de dimensão variada.

Este panorama tem vindo a contrariar a imagem dos concelhos do Pinhal Litoral, que há poucas décadas apresentava ainda um forte pendor rural, reduzindo-se durante o último decénio. Tal situação confirma, à escala local, as transformações sociais que afectam a sociedade portuguesa no seu conjunto e este país em particular, ele também palco de diversas mutações que fazem desta parcela do país um cenário privilegiado para o estudo dos fenómenos sociais relacionados com a industrialização e a terciarização da nossa sociedade.

2 – Processos e factos da industrialização

A indústria na área do Pinhal Litoral, em particular em torno da cidade de Leiria, sendo uma actividade com raízes muito antigas, atravessou diversas fases na sua evolução e ganhou particular relevância no decurso da segunda metade do século XX, quando passou a constituir-se como uma das principais actividades económicas desta área. Recorde-se que o processo de industrialização em Portugal, além de ter sido lento e demorado em relação aos demais países do ocidente europeu, teve lugar em restritas áreas do continente crescendo, sobretudo, em centros dotados de maior acessibilidade. Este foi acompanhado por um crescimento urbano e tem

vindo a gerar inevitáveis movimentos da população, atraída pelas condições de trabalho e oportunidades de emprego surgidas nessas bolsas industriais, em contraste com as zonas rurais envolventes.

Mecanismos recentes relacionados com a intensificação da industrialização e a evolução urbana do território levaram a que este crescimento afectasse os centros mais populosos e os de menor dimensão, principalmente os que acompanham os principais eixos de circulação rodoviária. Observa Salgueiro (1992, p. 43), que a *“urbanização como processo social e territorial, que envolve mudanças de lugar de residência e de ocupação, é um facto bastante recente para largas camadas da população portuguesa”*, que têm sido afectadas pela juventude deste fenómeno. É o que se tem vindo a comprovar através do movimento demográfico registado nos últimos recenseamentos da população, que continuam a indicar a maior atracção da população pelas áreas de maior acessibilidade do litoral português.

Para além das oportunidades de emprego e das melhores condições de vida, outras razões contribuíram para agravar as novas formas de concentração empresarial e urbana. Recorda-nos Lopes (1987, p. 173), a persistência de outros *“factores que se ligam aos aspectos institucionais de enquadramento e os que resultam do comportamento da entidade empresarial”* e que têm sido responsáveis pelo crescimento de novos centros urbanos e industriais. Entre eles destacamos os exemplos do “eixo de desenvolvimento litoral” que atravessa a área de estudo, e que vem comprovar a relevância de diversos “factores empresariais” e a capacidade individual dos seus “actores”, na implantação de novas actividades produtivas.

Recordamos também outras condições que têm favorecido este processo: as facilidades de transporte e de escoamento dos produtos manufacturados, primeiramente por via marítima, a abundância de mão-de-obra e a proximidade das matérias-primas e dos mercados. A este respeito devemos entender que a construção do caminho-de-ferro foi determinante para animar o tecido produtivo nacional, permitindo a intensificação do tráfego de troca de mercadorias entre as povoações servidas por este meio de transporte. Contudo, como observa Salgueiro (1992, p. 57), os *“investimentos relacionados com a industrialização foram canalizados principalmente para o litoral, com destaque para as regiões próximas de Lisboa e Porto. Como não foram acompanhados de medidas de enquadramento da agricultura que, por isso, não registou aumentos de produtividade nem modernização, contribuíram para aumentar os desequilíbrios regionais e favoreceram a intensificação dos movimentos de abandono do interior”*.

É neste contexto que situamos o panorama industrial nesta área, a qual começou por beneficiar das jazidas locais de minerais de ferro, de calcáreo, de argilas e de areias, como matérias-primas indispensáveis para a construção e para o desenvolvimento da indústria na região. A exploração destes produtos terá dado lugar às actividades mais antigas, de índole “para-industrial”, ou artesanal, que deram origem a indústrias recentes ligadas à exploração destes recursos naturais, entre os quais podemos incluir a própria cobertura vegetal.

Recorde-se que a indústria da madeira é uma das mais antigas do concelho, estando desde longa data relacionada com a exploração do Pinhal do Rei, pertença do Estado, e com a instalação de outras actividades industriais que beneficiaram da proximidade desta fonte de energia. Tal veio a acontecer em diversas épocas, sendo de destacar o aproveitamento antigo das madeiras para a construção de embarcações navais, próximo do porto de Pederneira ou a sua exportação para outros destinos. A madeira constituiu-se como um dos produtos mais antigos que deram origem ao desenvolvimento de várias actividades económicas, outrora radicadas na região, relacionadas com a exportação de cereais, frutas, madeira, vasilhame, louças, pesca e sal.

Vejam alguns aspectos da sua distribuição no território. Embora com longa tradição em actividades manufactureiras, vicissitudes diversas conduziram a uma certa estagnação da produção industrial em Leiria, sendo necessário aguardar pelo reinado de D. João V para serem tomadas providências neste domínio. Escusado será recordar que as entradas de ouro provenientes do Brasil, embora não tenham contribuído para desenvolver o processo de industrialização do país, terão animado algumas iniciativas neste sector. Diz-nos Cabral (1993.III, p. 74) que este monarca, “*D. João V promoveu o desenvolvimento das indústrias especialmente das metalúrgicas, o que deu aso a inventar-se um ‘engenho de cortar madeira (...) que se fez perto de Leiria’*”.

Mais tarde, na Marinha Grande, um Alvará régio de 1769, assinado pelo monarca D. José, deu autorização para que Guilherme Stephens procedesse ao “*benefício público da conservação, e aumento da Fábrica dos Vidros situada na Marinha Grande*” (Op. cit., p. 116). A decisão da transferência da fábrica de vidros de Coia para esta localidade, tomada próximo de 1748, por via da abundância de madeira e de material silicioso na região, veio modificar o panorama sócio-económico desta localidade, de tal forma que os 1000 habitantes aí residentes em 1758, quase haviam duplicado devido à fixação de novos operários nacionais e estrangeiros (SERRÃO, 1982.VI, p. 195).

Além desta actividade, igualmente se destaca a indústria siderúrgica que foi implantada em Pedrianes, tendo em consideração “os factores lenha, que abundava ali com facilidade de recolha e o transporte e proximidade do porto de São Martinho, nessa época com valor considerável na economia local e nacional. A isto acresce a razoável rede de meios de comunicação adstrita à exploração das matas, além do caminho de ferro ‘americano’ que ligava as Matas a São Martinho do Porto, já aberto ao tráfego desde Novembro de 1861” (BERNARDES, 1981, p. 121).

Recorde-se que o escoamento destes produtos era assegurado pelo ancoradouro mais próximo de São Martinho do Porto, uma vez que a barra do Lis, junto de Vieira, encontrava-se bastante assoreada, impedindo a actividade comercial. O movimento através da ‘concha’ e porto de S. Martinho do Porto foi considerável até ao início do século XX, antes do assoreamento e decadência progressiva desta barra, durante a segunda metade do século XIX, por onde se exportavam os derivados da industria local: cimento, cal hidráulica, resina, aguarrás, vidros, telha, tijolo, produtos de fiação têxtil, madeiras do Pinhal de Leiria, bem como produtos da terra: pomares, vinhas e olivais. Em contrapartida por aqui se movimentavam mantimentos, fazendas, materiais para laboração das fábricas (algodão e carvão, principalmente), ferro e máquinas para consumo dos habitantes e das industrias situadas no “hinterland” deste porto (“*Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*”, 1944, p. 288).

Outras indústrias ligadas à exploração florestal desenvolveram-se na área do Pinhal. Entre elas, o fabrico local de pez (alcatrão vegetal obtido da combustão da lenha), utilizada na calafetagem e na protecção das embarcações marítimas. Mais tarde, quando da eclosão do processo industrial de vidro e da industria metalúrgica, o fabrico de carvão de lenha e a produção de produtos resinosos, constituíram-se industrias locais, algumas já desaparecidas, mas que evocam a importância da exploração industrial deste produto florestal, em bruto ou já aparelhada em engenho de serrar, movidos a energia eólica, localizado no Parque do Engenho, da Marinha Grande e depositadas nas Tercenas, antes do seu embarque para Lisboa.

Conjuntamente com estas actividade, relatam-nos Rodrigues e Mendes (1999, p. 42) a importância da indústria moageira, que aproveitando os cursos de água subsidiários da bacia do Lis e a grande produção cerealífera local, serviu de actividade complementar da actividade agrícola, reforçando assim o seu pendor rural. Além dos numerosos vestígios existentes ainda no concelho de restos de moinhos de água e de moagens artesanais, esta actividade moageira está

representada nas instalações do antigo convento de São Francisco, na cidade de Leiria, onde funcionou a ‘Companhia Leiriense de Moagem’.

Ainda na Idade Média importa destacar quer os moinhos de papel, quer a tipografia, que constituíam actividades evidentes de um certo dinamismo social na região. Aqueles autores (Op. cit., p. 51) recordam ainda a importância dos ferreiros e mesmo a utilização de outros metais, como o chumbo. Contudo, nota Gomes (1997-1998, p. 226-227), que no final do Antigo Regime, o eixo de Pombal-Leiria-Alcobaça, constituía a *“mancha industrializada do centro do país”*, com diversas indústrias transformadoras ligadas ao vidro, à cerâmica e aos têxteis, que alimentaram a chama da industrialização neste território.

Estas referências ajudam-nos a compreender que havendo em torno de Leiria iniciativas relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais, a actividade industrial só ganhou alento depois de ultrapassada a crise e a desordem económica provocada pelas invasões francesas. De facto, assinala a propósito Filipe (2000, p. 230), que *“entre 1815 e 1825, o concelho de Leiria apresentava, para um total de 25 estabelecimentos fabris, 564 operários, dos quais 515 pertenciam à Real Fábrica de Vidros”*. Mais ainda, *“para além da vidraria, os sectores produtivos dividiam-se pela cerâmica, a mais numerosa, com os seus 12 estabelecimentos, pela chapelaria, pelos cortumes e pela estamperia”* (Loc. cit.).

A este respeito, transcrevemos de Silva (2002, p. 42) um relato desta situação, subscrita pelo académico, José de Abreu Bacelar Chinchorro, na sua obra: *“A Memória económico-política da Província da Estremadura”*. Regista este autor (Loc. cit.), *“no que à região de Leiria diz respeito, a Fábrica de Vidros da Marinha (fl. 49vº) e uma fábrica de linha, nas vizinhanças da cidade, abastecida pela produção local de linho, ainda que sem grande sucesso económico, dada a concorrência dos linhos estrangeiros e a ausência das tecnologias apropriadas a uma produção mais eficaz, como fossem “machinas de fiação e bons teáres” (fl. 50)*. Prossegue, afirmando: a *“fábrica de azulejos e de louça, com boa capacidade de abastecimento de todo o mercado regional, no Juncal”*, bem como, *“No vizinho concelho de Alcobaça fabricavam-se “tecidos e meias” (fl. 53), vendidos em mercados externos à Província da Estremadura, conquanto nacionais”*.

Uma síntese do panorama industrial do Distrito de Leiria completa a narração anterior, descrevendo Silva (2002, pp. 44-45), o seguinte: *“Apesar das suas características profundamente rurais, a região de Leiria será palco da instalação, na segunda metade do século XVIII e, muito em especial, entre finais desta Centúria e os primeiros lustros de 1800, de algumas fábricas de carácter industrial de relevância assinalável. Tais fábricas, devidas, na maior parte, à iniciativa de*

estrangeiros, produziam essencialmente vidros e têxteis. Entre essas unidades fabris contavam-se: a Fábrica de Vidros dos Stephens, onde laboravam, cerca de 1800, 515 operários; a Real Fábrica do Juncal (1770), a Real Fábrica de Chapéus Finos da Quinta da Gramela, Pombal (1771), a Real Fábrica de Lençaria e Algodão de Alcobaça (na qual funcionava a máquina industrial jenny já em 1789 e, em 1793 um engenho tipo water-frame, com 320 fusos, recebendo motor hidráulico em 1796), a Fábrica de Aguardente de Alcobaça, a Fábrica de Fitas de Seda de Leiria (1791), a Fábrica de Fitas de Algodão e de Estamparia de Leiria (ca. 1801-02) e a Fábrica de Chapelaria da mesma cidade (1802) (Gomes, 1997-98: 225-241).” Prossegue: “Em 1850, o Distrito de Leiria contava com 53 oficinas de olaria e louça (dispersas por todo o Distrito mas concentradas, sobretudo, na zona das Caldas da Rainha), 63 fornos de cal e 93 fornos de telha e de tijolo. A esta série oficial associavam-se algumas unidades fabris, mais ou menos artesanais, mais ou menos mecanizadas, de curtumes, lanifícios, vidro e papel, (...) (Macedo, 1855: 91-92)”

Tão importante como o aproveitamento daqueles recursos foi a melhoria das condições de circulação e de transporte relacionadas com o movimento rodoviário e ferroviário, o que veio a suceder por finais de Oitocentos. Assinala Filipe (2000, p. 194) que esta cidade, porque situada no litoral centro, oferecia boas condições de acessibilidade e “isso introduziu dinâmicas que, localmente, incentivaram o aproveitamento e a optimização das condições naturais”. Disso nos dão como exemplo as fábricas criadas durante a primeira revolução industrial, do século XVIII, de azulejos e de louça, implantadas no termo de Porto de Mós (no Juncal) e, sobretudo, as “unidades de produção de cal, cimento, cerâmica e vidro” (MENDES, 1993, p. 4), localizadas próximas do litoral, na Marinha Grande.

Estas actividades beneficiaram da lenha, como fonte de combustível, fornecida pelo Pinhal do Rei, para as indústrias do vidro e como combustível utilizado pelas populações mais próximas. Além da fonte de energia, esta indústria beneficiou de areias siliciosas existentes nas dunas litorais ou já nas imediações de Rio Maior e do calcáreo e argilas dos vales do Liz e do Lena.

O panorama de então sofreu profundas alterações com a revolução liberal e, sobretudo, com a venda dos bens eclesiásticos, depois de 1834, facilitando algumas iniciativas de industrialização na área do distrito de Leiria. Contudo, foi durante a segunda metade do século XX que se registaram profundas alterações responsáveis pela situação em que hoje se encontra.

Destacamos a melhoria das condições de circulação e de transporte relacionadas com o movimento rodoviário e ferroviário, o que veio a suceder por

finais de Oitocentos. De facto, como assinala Filipe (2000, p. 194), esta cidade, porque situada no litoral centro, oferecia boas condições de acessibilidade e *“isso introduziu dinâmicas que, localmente, incentivaram o aproveitamento e a optimização das condições naturais”*. No seu conjunto - por volta de 1855 - o distrito de Leiria tinha ainda uma actividade industrial pouco relevante, menos de uma centena de fábricas de vidraria, cerâmica e de olaria, das quais cerca de quatro dezenas implantadas no concelho de Leiria.

Este panorama é reconhecido por D. António da Costa Macedo (MENDES, 1991, p. 371): *“o districto de Leiria não é um districto fabril. As fábricas são, para assim dizer, um acessório n’elle, exceptuando a da Marinha Grande. Entretanto o districto nem por isso deixa de contar algumas officinas, que sustentam uma parte da população”*. Para tanto, prossegue o mesmo autor, *“o commercio fabril ressentese (nem pôde deixar de ser assim) da falta de communicações e do atraso da viação do districto”* (Loc. cit.). Tal situação só veio a alterar-se durante a segunda metade do século XIX quando da construção das novas vias de circulação rodoviárias e sobretudo ferroviárias, permitindo a intensificação do tráfego comercial no distrito. Este, incluía a possibilidade de abastecimento de matérias-primas e o acesso a novos mercados através da linha de caminho de ferro.

Embora afastada da Linha do Norte (concluída em 1864), Leiria e alguns dos seus centros industriais beneficiaram da abertura da Linha do Oeste (em 1887), o que facilitou o comércio de mercadorias no eixo entre Lisboa e Figueira da Foz. A propósito da economia da área de Leiria, considera Filipe (2000, p. 5), que esta *“adquiriu uma nova dimensão com a abertura de novas estradas e com a passagem do comboio”*. Contudo, observa esta autora (Loc. cit.): *“Mas as alterações do mercado regional não foram evidentes de imediato”*, dado o peso tradicional da agricultura e a fraca expressão do sector industrial na proximidade destas vias de transporte.

De realçar que os principais núcleos de industrialização situavam-se fora de Leiria, em Alcobaça e na Marinha Grande. A primeira, com o sector têxtil e a segunda, com o sector vidreiro especialmente representado pela Real Fábrica de Vidros. Para além da Marinha Grande, onde se situavam igualmente fábricas de louça, de cristal, de vidraça e de resinagem e unidades de serração de madeira mais importantes, em Vieira de Leiria, antes do final de Oitocentos e de ser conhecida pela sua actividade industrial acolheu, por volta de 1856, a primeira unidade industrial destinada ao fabrico de limas utilizadas largamente pelos serradores da região do Pinhal. Já no início de Novecentos este parque industrial foi

enriquecido com nova indústria de vidro (em 1913) reforçando, assim, o perfil industrial do concelho de Marinha Grande.

Estas iniciativas contribuíram para o desenvolvimento desta povoação e dos seus habitantes, repartidos entre as fainas da pesca na Praia da Vieira e a actividade metalúrgica ligada ao fabrico de limas, de machados e de ferramentas utilizadas pelos serradores e aparelhadores de madeira, que encontravam emprego quer no Pinhal, quer no Alfeite, em Lisboa, onde se empregavam na construção naval (MENDES, 1993, p. 33). A evolução da indústria desta povoação e a do concelho da Marinha Grande, garantiram a subsistência de muitas famílias da parte norte do concelho de Leiria, fortalecendo o surgimento de movimentos operários conhecidos nesta área.

Note-se que a resinagem esteve na origem de uma intensa exploração dos pinhais de toda esta região, servindo como uma importante fonte de rendimento para os proprietários agrícolas que viam complementada, por esta via, os rendimentos gerados pela produção da terra. De, Bernardes (1981, p. 66), transcrevemos uma nota relacionada com a fábrica de resinagem da Marinha, cuja laboração na produção de pez, alcatrão e aguarrás, *“teve o seu princípio em 1858”* (elevando-se a mais de 100.000 Kg. em 1868), sendo produtos que *“já têm grande estimação entre os industriais, e que foram premiados na exposição de Londres, são superiores em qualidade a idênticos de indústria francesa”*. E não obstante se terem situado nesta cidade as primeiras unidades de fabrico de papel e tipografia, a situação no início de Novecentos abona a favor da imagem de uma zona rural ainda pouco atraída pelo sector industrial, situação que em seu redor só se alterava na Marinha Grande.

Além destas actividades a indústria extractiva, aproveitando as jazidas minerais do sub-solo, desenvolveu-se em alguns locais na área do “Pinhal do Rei” e noutros sítios mais distantes. Das inúmeras explorações inventariadas, destacam-se registos de jazidas de ferro, betume, asfalto, ouro, carvão e gesso, minérios que poderão filiar-se na actividade mineira desenvolvida em tempos remotos pelos povos do Mediterrâneo, Fenícios e Romanos, que ocuparam esta parte do litoral português e que aqui terão iniciado escavações para aproveitamento local destes produtos.

Note-se que foi durante a segunda metade do século XIX que esta actividade mineira se intensificou, sobretudo depois de 1854, data em que o inglês Jorge Croft decidiu *“explorar sistemática e intensamente o subsolo de Leiria, principalmente neste concelho e nos de Batalha e Porto de Mós”* (Op. cit., p. 77). Esta exploração conduziu a uma intensa febre mineira na região levando ao registo de quase

centena e meia de minas na área do concelho de Leiria, até aos finais do século XIX (CABRAL, 1993.III, pp. 86-112). Este facto abona a favor da riqueza do sub-solo desta área e do interesse pela extracção das jazidas minerais. Contudo, raras foram essas explorações que deram origem a uma actividade industrial duradoura ou que se converteram em núcleos industriais. A grande maioria não deu sequência a indústrias de porte, salvo nos casos das cerâmicas, das cimenteiras e das unidades de produção assentes na utilização do gesso; outras caíram no esquecimento, esvaziadas as suas jazidas.

Os dados referidos por Filipe (2000, p. 61), retirados do *“Inquérito Industrial de 1890”* indicam a existência, no concelho de Leiria, de 1173 estabelecimentos industriais, dando ocupação a mais de três milhares de operários, o que representa, em relação aos anos anteriores, um acréscimo desta população por via da *“maior diversidade de actividades que cabiam na designação ‘indústria’”* (Loc. cit.). No entanto, apesar de Leiria não se ter afirmado como centro industrial de grandes dimensões, esta situação veio a alterar-se no decurso do século XX na sua área próxima.

Pelo seu interesse transcrevemos de Silva (2002, p. 40), a seguinte descrição relativa ao impulso industrial de Oitocentos: *“O século XIX assistiu ao triunfo da “revolução industrial” no tecido económico local, principalmente após 1850. Até então, a produção agrária dominava o principal de todo o esforço económico humano regional. A própria extinção das Ordens Religiosas (1834), e a conseqüente alienação dos seus vastos patrimónios agrícolas, trouxeram às mãos duma burguesia citadina ou dos abastados lavradores rurais novos patrimónios, reformulando-se o tecido habitual da distribuição da propriedade agrícola e urbana locais. Contudo, a paisagem agrícola tradicional não parece ter-se alterado substancialmente. Proliferavam, entretanto, os novos-ricos, os “barões” nas palavras de Almeida Garrett, alguns dos quais atingiram a nobilitação, dominando os postos do poder local, estatal e autárquico”*.

Durante este período intensificaram-se as actividades de exploração do subsolo, sobretudo de minérios como o carvão e o ferro, instalando-se altos-fornos siderúrgicos (Pêro Neto, na Marinha Grande), as produções de resinas e de pez, a reparação e construção de estradas e, após 1860, a chegada do caminho de ferro. As comunicações da cidade com o exterior melhoraram efectivamente. Em compensação, os portos marítimos regionais atrofiaram-se definitivamente.

Entre as indústrias mais relevantes contavam-se as de serração de madeiras, que utilizando desde o início do século XX a máquina a vapor no corte e preparação do material lenhoso deram origem, como refere Filipe (2000, p. 187), ao *“maior*

investimento tecnológico” da sua época. E dos factores precursores deste movimento de desenvolvimento local, conta-se a instalação da fábrica do gás na cidade, no começo do século XX e já na segunda década desse século a instalação do telefone, melhoramento que deu outro impulso às actividades económicas localizadas na cidade, em particular ao comércio e às actividades financeiras.

O panorama económico leiriense foi descrito por Cabral (1993.III, p. 75), que nos dá conta das principais indústrias exploradoras existentes no concelho, no início do século XX, em 1904. Aponta o autor, as seguintes: “*grandes indústrias: viticultura; vidraria; resinagens, para o que há importantes fábricas; serralha de madeira a vapor; extractiva de barro refractário, argila e cimento, também com fábrica a vapor para este produto; serralha; latoaria; sapataria; alfaiataria; piscatória na Vieira e Pedrógão; moagem tanto de cereais como azeite; cortumes; ourivesaria; comércio de panos; ferragens; artigos alimentícios; quinquilharias; de tijolo e telha para o que há importantes fábricas; e de cal.*”

Quanto às pequenas indústrias, indica o mesmo autor (Loc. cit.): “*horticultura; agricultura, principalmente galináceos; pecuária; pastorícia; têxtil; olaria; extractiva de ocre e grês para adubos; tamancaria; carvoaria*”. Por sua vez, um texto de Moreira e Oliveira (2002, p. 65), anota a criação, durante a segunda década de Novecentos, de duas fábricas em laboração na cidade: uma fábrica de moagem, uma outra de refrigerantes beneficiando, ambas, da Central Eléctrica no leito do Lis. No conjunto, estas e outras actividades tinham lugar em pouco mais de centena e meia de estabelecimentos industriais que laboravam no conjunto do distrito de Leiria no início da 1ª República, como nos recordam Rodrigues e Mendes (1999, p. 265).

Já na proximidade de Leiria, Marinha Grande continua a afirmar-se como o centro industrial por excelência tendo acolhido, entre finais de Oitocentos e o início da centúria seguinte, as seguintes unidades industriais ligadas ao sector vidreiro (MENDES, 1993, p. 66): Santos Barosa (1889), A Central (1894), Nova Fábrica de Vidros (actual IVCIMA) (1895), Fábrica de Vidraça de Ricardo dos Santos Galo (1899), Fábrica de Vidraça de A. Morais & Cª (1905), Fábrica de Vidraça e Garrafas de Guilherme Pereira Roldão (1906), Dâmaso Luís dos Santos (1913), Fábrica de Garrafas de José Morais Matias (1916), Fábrica Marquês de Pombal (1917), Fábrica de Garrafas de José de Oliveira (1917) e Fábrica da Sociedade Vidreira Marinhense (1919).

Regista ainda o mesmo autor (Op. cit., p. 71), a diversificação industrial que tem início no termo da 1ª guerra mundial, durante o qual “*a indústria vidreira vai sofrer profundas transformações, relacionadas, entre outros, com os seguintes*

factores: II Guerra mundial e conseqüente desenvolvimento daquela industria; crescente mecanização dos processos de fabrico, com repercussões económicas, por um lado, e sociais, por outro; concorrência, interna e externa, cada vez mais forte, reforçada pelo aparecimento de um novo produto – o plástico -, que viria a colocar novos desafios aos produtores de vidro”. Associada a esta industria cresceu a industria de moldes para vidros, no início da década de trinta de Novecentos, sendo que a partir da segunda metade desse século, assiste-se a um aumento significativo de fábricas deste sector, sendo hoje considerada uma industria de referência a nível nacional.

À escala do concelho de Leiria, a criação de novas unidades industriais, sobretudo de cerâmica, ter-se-á evidenciado antes ainda do fim da Monarquia, com a implantação de diversas unidades de cerâmica (telha e tijolo) (FILIPE, 2000, p. 248), a exploração do gesso e do ocre, bem como o fabrico de adubos destinados ao mercado agrícola da região. Mercado este que pelas características rurais do concelho, permitiu o convívio precoce, “*sem sobressaltos nem antagonismos*” (Op. cit., p. 261) entre o trabalho doméstico, a fábrica e a pequena indústria. Vejamos outros exemplos da região.

Data do primeiro quartel do século XX a constituição da ‘Empresa de Cimentos de Leiria’ (criada em 1919), cuja actividade laboral arrancou em 1923 com a instalação do primeiro forno rotativo destinado à produção de cimento “Portland”, destinado ao mercado nacional. De acordo com J. Osório da Rocha e Melo (“*Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*”, 1943, p. 301), esta indústria dava assim seguimento a uma tradição, iniciada ainda no século XIX por João Guedes, com a “*exploração de margas com que fabricava um cimento natural, com uma certa aceitação*”, cuja produção se elevava em 1900 a 1000 toneladas /ano. A construção das unidades fabris daquela empresa, aproveitando os calcários e as margas exploradas na localidade, favoreceu o desenvolvimento da indústria cerâmica que garantiu as enormes necessidades de tijolo e de telhas então necessárias.

No entanto a situação fabril no concelho de Leiria era no início do século passado ainda incipiente, limitando-se à laboração de produtos de fácil extracção, como eram as margas calcárias e a madeira, como podemos observar através dos dados de Coelho (1999, p. 30), que nos dão a estrutura da população activa no concelho, nos anos de 1911 e em 1930. De realçar que os dados referidos no primeiro momento incluíam a Marinha Grande, cujo concelho foi desanexado do de Leiria, em 1917.

Note-se que dada a abundância de matéria-prima existente na região e a facilidade de colocação no mercado, a indústria cerâmica foi uma das principais actividades económicas radicadas nesta área. É este o panorama que podemos observar quando apreciamos a distribuição desta indústria no território, realçando a sua maior concentração junto das vias de acesso rodoviárias. Para além da proximidade e da qualidade das jazidas minerais, a facilidade de colocação nos mercados e as acessibilidades de transporte, têm sido factores determinantes para o desenvolvimento deste tipo de indústria.

Quadro XXX - Leiria: população activa

Profissões	Censo de 1911		Censo de 1930	
	Prof. Masc	.%	Prof. Mas	.%
Agricultura	11095	63.4	10686	67.3
Pesca e Caça	96	0.5	47	0.3
Indústria	4089	23.4	2780	17.5
Transportes	181	1.0	181	1.1
Comércio	675	3.9	537	3.4
Força Púb.	277	1.6	519	3.3
Adm. Púb.	84	0.5	279	1.8
Prof. Liberais	242	1.4	105	0.7
Proprietários	247	1.4	137	0.9
Trab. Dom.	17	0.1	143	0.9
Improdutivos	483	2.8	124	0.8
Outros	-	-	312	2.0
Totais	17486	100.0	15850	100.0

Fonte: I.N.E.

À criação da indústria cerâmica sucedeu-se gradualmente a implantação de novas unidades fabris, principalmente a partir dos anos trinta (MENDES, 1991, p. 372), “em que enfrentando algumas crises e dificuldades conjunturais”, Leiria veio a construir o seu parque industrial com a construção de unidades ligadas à serração de madeira e à resinagem, às matérias plásticas e à indústria alimentar, à metalurgia e às máquinas e materiais de transporte. Estas actividades distribuem-se pelos concelhos do Pinhal Litoral: Leiria, Marinha Grande, Pombal, Batalha e Porto de Mós, contribuindo assim para a consolidação de um tecido empresarial diversificado.

A situação geral da indústria, no final do 1º Quartel de Novecentos (em 1926), nos cinco concelhos em apreço, está descrita por Silva (2002, p. 74), de que transcrevemos o seguinte resumo:

Quadro XXXI - Actividade económica em concelhos do Pinhal Litoral

<i>Povoação</i>	<i>Pop.1920</i>	<i>Pop.2001</i>	<i>Principais actividades</i>
Batalha	4370	2082	Cortumes, minas de carvão
Leiria	4929	42747	Moagem, serr.mad, resinagem, cimentos, serr. Mármore
M. Grde	7035	9130	Vidros, limas (Vieira)
Pombal	7336	10031	Fáb. pez e aguarrás, serração, cerâmica
P. Mós	4760	<2000	Curtumes, min. ferro e carvão, lanifícios (Mira d'Aire)

No seu conjunto e à excepção da indústria dos plásticos, o grande desenvolvimento destas actividades situa-se na década de setenta do século XX. Para tanto o concelho de Leiria beneficiou, quer da proximidade da tradição industrial da Marinha Grande, quer da acumulação de capitais oriundos da emigração transferidos nas décadas anteriores. Os incentivos ao regresso de emigrantes propostos pelos governo francês e alemão, juntamente com a formação técnica adquirida por parte desta população, especialmente pelos que haviam trabalhado na indústria, constituiu-se como um factor favorável a novas experiências industriais, que o mercado nacional soube aproveitar. Estes aspectos articularam-se com a abertura de novos mercados e o fortalecimento das redes de contactos deixadas nos países do ocidente europeu, que foram determinantes para este surto industrial, sobretudo de PMEs, sedeadas nesta área do litoral.

Embora sendo difícil de enunciar outros factores que estiveram na origem do parque industrial actual, não deixamos de recordar que o seu desenvolvimento esteve ligado à existência das matérias primas e à disponibilidade de fontes de energia (fornecidas inicialmente pela matéria lenhosa predominante na cobertura vegetal e desde o início da segunda metade do século XX, da electrificação rural), e à existência de mão-de-obra abundante, que em muitos casos associava o trabalho fabril à agricultura, praticada em regime pós-laboral e factor de estabilidade da paz social (CAVACO, 1985).

Como se fez notar, o desenvolvimento industrial de Leiria e da sua região está não só ligado à expansão das indústrias mais antigas do vidro, da cerâmica, e da madeira, como mais recentemente aos plásticos e aos moldes. No caso da indústria de plásticos, o fabrico de matérias plásticas e da baquelite instalaram-se em Portugal nos finais dos anos quarenta e tiveram grande expansão ainda durante

a segunda guerra mundial. Beneficiaram da abertura do mercados nacional e mesmo do mercado europeu aos novos produtos fabricados em plástico, utilizados tanto na construção civil como no uso diário e na vida doméstica. Iniciativas bem conseguidas estiveram na origem da criação das primeiras unidades desta natureza em Leiria e na sua periferia. Este processo estendeu-se a outros recantos onde hoje existem um número considerável de unidades industriais vocacionadas para a produção de peças utilitárias para diversos fins industriais, domésticos, utilitários ou simples brinquedos.

Ainda presentes estão a indústria alimentar, nomeadamente a produção de alimentos para animais e a agro-pecuária, as indústrias têxteis e do vestuário e sobretudo a indústria ligada à metalurgia e ao fabrico de maquinaria diversificada para a construção civil, para os transportes e os electrodomésticos, etc. De notar que as actividades económicas nesta área, embora representando localmente uma considerável fonte de riqueza, assentam num reduzido grupo de indústrias, com destaque para os plásticos e borracha. Tal facto, representando a continuidade deste tipo de especialização laboral, realça a fragilidade do sector em caso de crise do mesmo. Mesmo assim, o processo de industrialização mantém-se em curso, como o denota a evolução do sector secundário na última década.

Como observa Salgueiro (1992, pp. 292-293) a propósito da industria leiriense, a *“base industrial radicava em recursos naturais (...) cimentos, cerâmica, vidro, mas nos anos 60 viu-se crescer a importância das indústrias químicas, através da expansão do ramo dos plásticos (nos concelhos de Leiria e Marinha Grande) e, mais recentemente, também a dos produtos metálicos, com a multiplicação de unidades que produzem moldes para aquela industria”*.

Quadro XXXII - Pinhal Litoral - consumo de electricidade (1999)

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Doméstico</i>	<i>Agricultura</i>	<i>Indústria (x1000Kwh)</i>
Batalha	61 339	13 077	1 770	35 381
Leiria	552 955	112 546	11 124	315 544
Marinha Grande	304 108	35 854	990	235 561
Pombal	188 036	45 195	2 843	89 001
Porto de Mós	99 247	21 744	2 608	60 959

In: INE 2001

Note-se que a actividade industrial acima descrita é uma característica comum aos concelhos do Pinhal Litoral, em torno de Leiria e nos concelhos limítrofes:

Batalha, Marinha Grande, Porto de Mós e Pombal, permitindo assim confirmar a difusão espacial deste fenómeno e a construção de uma ‘bolsa’ industrial alargada, que é atravessada e beneficia dos eixos rodoviários principais, a Estrada Nacional nº 1, a A.E. nº 1, a A.E. 8 e a A.E. 17. Tal situação pode ser conferida através dos consumos de energia eléctrica na indústria, há uma década, que ilustram a situação anterior.

Note-se que a situação da indústria nesta área tem vindo a alterar-se, acompanhando o processo de industrialização e de urbanização de todo o território, levando ao incremento das actividades relacionadas com a construção civil e as obras públicas, bem como à diversificação da industria transformadora. E esta, embora com peso distinto, tem vindo a expandir-se no território ganhando novos espaços e assumindo novas configurações empresariais, concorrendo em termos de ocupação dos seus assalariados e patrões, com o comércio e os serviços. Uma referência ao estudo de Silva (2002, p. 89), evidencia o *“maior peso concelhio de Leiria no número de empresas e, sobretudo, no número de sociedades, já que a profusão de empresas em nome individual é aí relativamente menor. Em termos do número de sociedades seguem-se, mas a grande distância de Leiria, embora muito próximos um dos outros, Pombal, Alcobaça e Caldas da Rainha”*.

O panorama anterior é completado com a imagem dinâmica e empresarial desta área, no contexto do distrito a que pertence (Op. cit., p. 78): *“A evolução do tecido empresarial nos últimos 5 anos permite observar um maior dinamismo na Região tanto na generalidade dos sectores como na Indústria transformadora. Mas o crescimento não denota alterações estruturais que apontem para a diversificação e a diminuição da dependência sectorial. Em termos de estrutura sectorial, os sectores Agrícola, Extractivo, da Indústria transformadora e da Construção são os que têm maior peso na Região do que no resto do País. Onde a Região tem menor expressão relativa é, de uma forma geral, no Comércio e Serviços, inclusive nos Serviços prestados às empresas. Mas mesmo do ponto de vista industrial, a Região é débil em indústrias que cresceram muito em Portugal nos últimos anos, como o fabrico de material de transporte e de máquinas e equipamentos eléctricos e electrónicos”*. Por isso, conclui o referido estudo (Op. cit., p. 94), trata-se de um *“Distrito alicerçado em médias empresas consistentes, rodeadas de muitas pequenas empresas e é desta estrutura, das suas valências e fragilidades que tem que arrancar e com consistência, qualquer plano de acção”*.

Relativamente à posição desta região no País, afirma o mesmo autor (Op. cit., p. 80): *“A Região sobressai, no contexto nacional, com um conjunto de actividades onde tem maior peso relativo que a estrutura produtiva do País, tanto em termos de*

tecido empresarial como de população activa. Apresentam particular visibilidade regional (...) cerca de duas dezenas de actividades, entre as quais Vidros, Cerâmicas, Cimento e produtos de cimento, Plásticos, Moldes metálicos. Os índices de divergência/complementaridade mostram que, realmente, a Indústria é o grande diferenciador da actividade regional no contexto nacional. Mais ainda, a "Região também fica aquém da média do País, para além da ausência ou fraqueza de algumas actividades, nos indicadores médios de dimensão, que mostram que as empresas regionais são de dimensão inferior à média nacional".

3 - O crescimento do comércio e dos serviços

O desenvolvimento das actividades industriais tem vindo a gerar profundas alterações na organização do espaço e na estrutura social e económica das áreas onde se implantou. Destes efeitos, os mais relevantes, prendem-se com a urbanização e a terciarização crescente da sociedade, conduzindo a um acréscimo acentuado das actividades comerciais e dos serviços, com o aumento da população activa nestes sectores e a consequente redução da população nas actividades do sector primário. Estas transformações têm sido ainda responsáveis pela alteração significativa das funções urbanas, dotando os centros de novos equipamentos, renovando a sua distribuição interna e a capacidade de organização espacial.

De facto, como observa Salgueiro (1992, p. 59), *"a configuração do sistema urbano reflecte portanto as condições naturais e históricas de ocupação do território e os movimentos da população, mas deve-se principalmente ao modelo de desenvolvimento económico escolhido para o país e ao modo como tem sido aplicado"*. Recorde-se que o estabelecimento de relações entre os fenómenos de industrialização, de urbanização e os movimentos da população, pode ser comprovado não só pela verificação de elementos estatísticos relacionados com o "êxodo rural", mas ainda através de novos contributos atinentes ao processo de desenvolvimento regional. Vejamos alguns exemplos.

Para Lopes (1987, p. 292), o crescimento regional pode ser devido quer a mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço, quer a processos internos à região. Nestas circunstâncias, *"o crescimento económico surge (...) associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho"*. Por isso é possível encarar o fenómeno da urbanização como resultado da *"especialização na agricultura a que se segue um decréscimo da importância relativa desse sector na economia"* (Op. cit., p. 293). Daí também que, quase simultaneamente, se verifique *"a tendência primeiro para a industrialização*

e depois para a "terciarização" com acentuada diversificação dos serviços" (Loc. cit.). Não sendo este um processo uniforme, acarreta um conjunto de transformações na estrutura económica dessas áreas as quais, de acordo com o mesmo autor (Op. cit., pp. 292-293), vão desde a fase de economia de subsistência, ao desenvolvimento dominante dos serviços.

Disso nos dá conta um relato sobre este panorama no distrito de Leiria, assim descrito por Silva (2002, p. 46): *"No sector terciário, comercial e de serviços (administração, instrução, policiamento, saúde, alfândegas, tabaco e empregados judiciais), trabalhava, por 1855, cerca de 1,94% da população do Distrito (Macedo, 1855: 108). Mais forte nos Concelhos do Sul do Distrito do que nos do Norte, o comércio alcançava 1138 lojas, das quais, àquela data, 812 eram tabernas. Capelistas, fanqueiros, merceeiros e mercadores detinham 189 lojas. Havia 64 tendas, 59 estalagens, cinco lojas de bebidas e nove lojas de mercadores (Macedo, 1855:108)."*

Esta configuração do tecido produtivo deu origem a uma desigual repartição das fontes de rendimento do Município e do Distrito de Leiria, bem referidas na descrição seguinte (Op. cit., pp. 46-47): *"O Distrito pagava, em 1852, 100.227.237 réis de impostos ao Estado, cerca de 82% dos impostos cobrados no território, remetendo-se a impostos municipais 18%. Naquele ano, Leiria era o Concelho em que se cobravam mais impostos, num total de 16 contos de réis, seguido por Alcobaça (9 contos de réis), Caldas e Óbidos (cerca de 8 contos de réis cada) e Pombal (7 contos). Concelhos como Porto de Mós e Pedrógão Grande ficavam-se por 4 a 5 contos de réis de imposto. Todos os demais concelhos que, então, compunham o Distrito se ficavam entre um e dois contos de réis".* Prossegue o referido texto, realçando que *"Estes dados revelam claramente o posicionamento quase macrocefálico do Concelho de Leiria no tecido distrital e explicam, em parte, o significado administrativo que o Município assumia como pólo central de toda a circunscrição, promulgada nas reformas administrativas de 1835 (...). De um modo geral, contudo, o Distrito⁶⁴ permanecia extremamente ruralizado, formatando-se as suas pequenas indústrias, exceção feita a algumas grandes fábricas como as de vidro da Marinha, dentro de horizontes bastante artesanais em que as famílias desempenhavam a principal força de trabalho".*

⁶⁴ De recordar que, em 1852, o Distrito de Leiria era constituído pelos concelhos de Leiria, Alcobaça, Caldas, Óbidos, Pombal, Porto de Mós, Pedrógão Grande, Pederneira, S. Martinho do Porto, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Lourical, Batalha, Maçãs de Dona Maria e Chão de Couce.

A evolução destes fenómenos tem-se acompanhado de uma grande mobilidade geográfica da população, atraída principalmente pelas novas oportunidades de emprego que se fazem acompanhar de profundas transformações da paisagem urbana relacionadas com o seu crescimento, por vezes menos cuidado, e com o aparecimento de áreas “degradadas”, que proliferam junto de alguns desse centros. E a ocorrência destes exemplos relativos à expansão e à expressão do fenómeno urbano, comprova-nos que este constitui um *“fenómeno demográfico por excelência do nosso tempo, pois acompanha de perto o desenvolvimento industrial do século passado e deste, a concentração urbana”* (RIBEIRO, 1970, p. 361).

Como as demais cidades sujeita a este processo, Leiria tem vindo a sofrer essa evolução que permitiu a alteração do seu estatuto como centro de distribuição rural e de serviços administrativos ligados essencialmente à administração pública, estabelecida em moldes modernos na cidade, em 1874, quando do início da construção *“dos paços do concelho, do tribunal de justiça e de outras repartições públicas”* (SERRÃO, 1986.IX, p. 216). E num passado não muito remoto esta cidade surgia como um centro de atracção, para onde convergiam os habitantes das redondezas para os seus mercados semanais, as repartições públicas: notário, serviços policiais e de justiça, os serviços bancários, os consultórios médicos e para o abundante comércio de retalho, bem guarnecido, que abastecia as necessidades prementes dos seus habitantes.

Este crescimento fez-se acompanhar de diferentes iniciativas e do contributo de vários actores que permitiram a evolução das actividades sedeadas em Leiria e no seu termo, em particular o comércio urbano. A este respeito relatam Moreira e Oliveira (2002, s/p.), que na última década de Oitocentos, o comércio leiriense tinha *“tomado um incremento notável”*, superior ao de muitas outras cidades, lamentando-se que *“pena era que não se pudesse dizer o mesmo relativo à indústria”*. Assim se justifica a petição de alguns particulares à Câmara Municipal de Leiria, em 1889, para a *“concessão gratuita para a instalação de luz eléctrica na cidade”* (Op. cit.), no mesmo ano em que o rio Lis, transbordando novamente do seu leito, causou inúmeros danos na cidade, uma década antes de se instalar nas suas margens, em 1899, o “Regimento de Infantaria 7”, e do *“brioso corpo commercial”* - ainda sem estar reunido na sua “Associação Comercial”, fundada em 1901 - se ter manifestado de contentamento, por essa presença.

Aquela unidade vinha reforçar a presença militar na cidade onde estava instalado guarnição que deu nome ao “Regimento de Artilharia 4”. Não esqueçamos, que tal como hoje acontece com o ensino superior e com a sua população estudantil, a presença de militares em qualquer centro urbano era fonte

de receita e de animação para o comércio local e que o seu desaparecimento acabou por provocar estagnação e quebra de negócios noutros sectores de actividade, tal como nos transportes.

De entre as iniciativas promovidas na primeira metade de Novecentos, registam as supra-citadas autoras (Op. cit.): a construção do Mercado de Santana, no bairro do mesmo nome (1903), a instalação dos primeiros telefones na cidade (1924)⁶⁵, distribuição de água canalizada ao domicílio (1932), pavimentação das ruas da cidade em “macadame” (1935), aprovação da planta do estádio municipal (1937), abertura do Campo de treinos do Estádio (1949).

Já no terceiro Quartel de Novecentos, referimos, apenas: a transferência do Regimento de Infantaria 7, para as novas instalações, no Cruz de Areia e a inauguração das instalações da Escola Industrial e Comercial (1955), a inauguração do Palácio de Justiça (1960), inauguração do Teatro José Lúcio da Silva (1966) e início da obras da urbanização da “Nova Leiria”, na Quinta de Sto António dos Capuchos (1968).

Assim como aconteceu com esta última construção, as restantes obras acabaram por induzir transformações no tecido urbano e peri-urbano de Leiria, com a densificação da sua ocupação humana e, por arrastamento, a criação de novos serviços e actividades ligadas ao sector terciário. De facto, como sede administrativa do distrito e do concelho, Leiria alberga um conjunto de bens e de serviços que determinam a sua animação diária e a deslocação da população na sua área de influência. Também, como sede da diocese, algumas festividades religiosas continuam a provocar, em datas especiais, a peregrinação das paróquias ou a participação dos habitantes em festividades de outra natureza, tal como a centenária “Feira de Março”, que contribuem para reforçar o peso e a importância deste centro urbano.

Apesar das suas dimensões, que hoje em dia se têm vindo a alterar por via do alargamento do espaço construído em todas as direcções, a imagem da cidade no começo da segunda metade do século XX, quando se acentuou o processo de urbanização, era de alguma grandeza. A imponência do seu castelo, a leveza do Santuário de N^a Sr^a da Encarnação e a rudeza do Monte do Carrascal, onde se localiza o cemitério, dominam a área urbana atravessada pelas águas calmas do rio Lis que à data constituía, juntamente com o Jardim Municipal, pontos de cruzamento obrigatório para os residentes urbanos e para os forasteiros que diária ou ocasionalmente se deslocavam à cidade. Nela residia uma população laboriosa

⁶⁵ O telégrafo directo a Lisboa, havia sido instalado em 1899

de onde emergiam algumas elites que se constituíam como referenciais da vida cultural, económica e política local.

No entanto o crescimento urbano registado a partir da década de setenta provocou alterações profundas do tecido urbano leiriense e nas suas freguesias, em especial nas áreas peri-urbanas, evidenciando não só novas formas de ocupação e de organização do espaço citadino e de circulação rodoviária, mas também a alteração da sua morfologia e funções tradicionais. O traçado de novas ruas impôs outros espaços de circulação, preenchidos por equipamentos e serviços recentes que as áreas tradicionais, em especial o ‘casco’ mais antigo, não eram capazes de suportar.

Importa assinalar que a terciarização crescente dos concelhos do Pinhal Litoral tem vindo a notar-se através do aumento da população activa ocupada em actividades relacionadas com o comércio a retalho e grossista e nos serviços, alimentados pela criação de diversas empresas. No seu conjunto estas têm vindo a alimentar um intenso comércio interno e internacional, testemunhado pelo total das instituições envolvidas neste movimento, e pelos montantes (em Milhões de escudos), das importações e exportações movimentados nestas transacções, de que se regista um exemplo passado.

Quadro XXXIII - Pinhal Litoral: comércio internacional (1999)

<i>Pinhal Lit.</i>	<i>Com. Intracomunitário</i>		<i>Com. Extracomunitário</i>	
	<i>Exped.</i>	<i>Entradas</i>	<i>Exped.</i>	<i>Entradas</i>
Pinhal Litoral	73414	114699	19258	13851
Batalha	4868	6077	498	478
Leiria	27325	80978	5841	9099
Mr. Grande	32757	13790	9443	2767
Pombal	5108	8848	1737	1037
Porto Mós	3356	5006	1739	470

(milhões escudos)

In. Oliveira, 2003, p. 84

A situação anterior justifica ser Leiria, na actualidade, um “*centro regional dominado pela actividade terciária*” (SALGUEIRO, 1992, p. 144). Esta evolução tem sido ainda marcada pela importância que estas actividades vão desempenhando em relação ao emprego total da população activa residente e por mudanças sociais profundas, bem retratadas no texto seguinte (SILVA, 2002, p. 52): “*O campo urbanizou-se, importando os modelos vivenciais tipicamente citadinos como seja*

uma maior qualidade de vida e conforto doméstico, as mais amplas facilidades de comunicação (rádio, televisão, telefone, jornais) ou o usufruto de unidades assistenciais, recreativas, culturais e desportivas infra-estruturais. Como outrora, ainda assim, a população residente em território rural - ainda hoje sociologicamente determinante em todo e qualquer acto eleitoral - polariza as suas saídas em torno da cidade (Leiria e Caldas da Rainha, conforme a zona de influência), abastecendo-se cada vez mais nos seus mercados e hipermercados. Nesta bipolaridade espacial, cidade / campo, o Distrito de Leiria, ancorado em estruturas seculares económico-sociais e institucionais modeladoras, parece permanecer como um território histórico e sociológico fortemente endogénico e, de um ponto de vista prospectivo, pouco permeável à assimilação de fluxos exógenos reestruturantes”.

Estas transformações foram sentidas em vários domínios de actividade, nomeadamente na área dos serviços, cuja evolução, no decurso de Novecentos, está bem retratada por Silva (Op. cit., p. 51): *“Durante todo o século XX, em geral, mas particularmente após 1950, coube ao Estado o papel de principal e praticamente único impulsionador de investimentos em infra-estruturas viárias. No campo administrativo e de serviços, escolar e social (saúde, segurança, assistência) foram públicos os principais empreendimentos realizados. Emergiram, contudo, no último terço desse século, estabelecimentos nas áreas da saúde e profilaxia social de carácter privado (clínicas, centros de reabilitação, lares de idosos, creches e infantários, estâncias termais reactivadas), para além das tradicionais instituições de matriz religioso-assistencial, como as Misericórdias, que assumem uma renovada vocação na prestação de serviços de carácter social, especialmente importantes nas áreas da saúde e da solidariedade comunitária”.*

Importante é, ainda, apreciar a evolução de um outro sector de actividade, complementar dos anteriores: o turismo.

4 – O sector do turismo

A apreciação do fenómeno turístico deve ter em conta a existência de um conjunto de factores que favorecem o desenvolvimento do turismo, definido por LANQUAR (1989, p. 10), como *“o conjunto de relações e de factos associados à deslocação e à estadia de indivíduos fora do seu lugar de residência habitual, enquanto tais deslocações não estejam associadas a qualquer actividade lucrativa”.* Dentro destes factores destacamos, em primeiro lugar, os aspectos geográficos e naturais relacionados com a posição de Portugal no contexto dos

restantes países da Europa meridional e a sua localização como "finisterra" atlântica e por isso ponto de convergência e de passagem entre o "velho continente" e o "novo mundo".

4.1 – A Região de Turismo Leiria-Fátima

Como nos recorda RIBEIRO (1967, p. 104), o mar é *“o mais poderoso factor de relações geográficas remotas (...) caminho aberto para todos os lugares do mundo (...) marca também o fim da terra habitada: e quando se não vê ou adivinha uma costa fronteira próxima e as suas rotas andam desprezadas, pesa sobre os litorais um destino de isolamento e arcaísmo”*. Tais condições pesaram sobre a *“orla atlântica da Ibéria, que tanto viveu sobre si, quase esquecida do mundo, como lhe coube prender, na Europa, as suas mais longínquas ligações”*. Esta situação constituiu um factor favorável ao incremento do fenómeno turístico através da via marítima e ferroviária contribuindo, num primeiro momento, para o desenvolvimento de centros de veraneio servidos por estes transportes, tais como a linha de Lisboa-Cascais, Figueira da Foz, Espinho, Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

Como assinala LANQUAR (1989, p. 8), *“a modificação profunda do carácter elitista do turismo verificou-se quando, no fim do século XIX, foram criadas associações para desenvolverem as visitas no seu próprio país. Foi assim pela via do turismo nacional que as viagens entraram nos hábitos tornando-se uma verdadeira necessidade social, ligada aos tempos livres, tal como o direito à educação ou à liberdade”*. Por estas razões podemos encontrar um conjunto de factores determinantes da procura turística dependentes de aspectos individuais e colectivos, de natureza estrutural, conjuntural e psico-sociológica, de que se destacam o aumento dos salários e *“a adopção de leis sociais que reconheceram às classes trabalhadoras o direito às férias”* (Op. cit., p. 8). Estes fizeram aumentar a procura de estâncias termais e, sobretudo, balneares.

Localmente, é de salientar o crescimento dos centros de veraneio de S. Pedro de Muel, da Praia da Vieira e da Praia do Pedrógão. Sobre a primeira, diz-nos Mendes (1993, p. 30), que *“Há notícias de que muitos séculos antes de existir a Marinha Grande, já existia próximo, junto ao mar, uma povoação que veio a chamar-se S. Pedro de Moel (...). Dada a existência de um surgidouro, provavelmente no local onde hoje é a praia de banhos, os fenícios ter-se-iam estabelecido ali pelo século XVIII a.c., como ponto de apoio para as suas viagens a caminho dos países do Norte da Europa”*. Adianta o mesmo autor que, além de servir como ponto de apoio à navegação, durante a ocupação árabe e nos séculos

seguintes, as actividades locais relacionadas com a moagem, a produção de cal e os trabalhos relacionados com a exploração do pinhal, terão sido relevantes antes da evolução da sua estância balnear, sob o impulso da burguesia marinheira e de alguma aristocracia da região, que passou a animar esta estância balnear.

Por sua vez a Praia da Vieira, tal com o a Praia do Pedrógão, tem a sua origem ligada à pesca, conduzida por “companhas” de pescadores oriundos da Ria de Aveiro, da Praia da Tocha ou já das Gandaras de Mira. Para além da pesca, os ancoradouros das Pedras de Pedrógão e a foz do rio Lis, cuja evolução entre aquelas rochas até à foz actual terá sido uma realidade, terão sido animadas pela actividade marinha ligada ao comércio e à construção de barcas e de outras embarcações, utilizadas no comércio de cabotagem costeiro ou já na navegação marítima para os portos do Mediterrâneo.

Por outro lado, a construção da Linha do Oeste beneficiou as estâncias termais localizadas próximo de Leiria, tais como Monte Real e, sobretudo, Caldas da Rainha, que em consequência da via ferroviária viu aumentar a sua frequência (SILVA, 2002, p. 48): o “Hospital Termal de Caldas, por exemplo, de 2370 banhistas em 1852, passa a 2730 em 1864, 3650 em 1876 e 4172 em 1890 (Serra, 1991: 42)”.

Tal como referimos noutra local (ARROTEIA, 1994, pp. 67-68), é oportuno recordar as tendências de consumo registadas em diferentes décadas: “Nos anos 50, o modo dominante valorizava a propriedade e a acumulação dos bens. No princípio da década de 60, surge como modelo, o modo de vida da sociedade americana, favorecendo a extensão do consumo: foi a época da construção da imagem das férias baseadas no sol, mar e areia (os célebres três “S”- sun, sea and sand). Nos anos 70, o elemento motor é o da realização pessoal. O modelo de férias baseia-se na descoberta de países longínquos, das civilizações e do contacto com a natureza e com os diferentes povos. No fim dos anos 70 e princípio de 80 surge um novo fenómeno: um tipo de sociedade na qual se combinam valores diferentes e, por vezes, contraditórios (...) os destinos longínquos são acessíveis a preço menor, as viagens substituíram outros bens de consumo. Nos anos 80 as características do consumo apontam para um menor acumulação, menores aquisições de ostentação, regresso ao durável, sólido, simples e económico; valorização do equilíbrio da pessoa, das actividades físicas, do desporto e da manutenção física”.

Na actualidade o desenvolvimento dos transportes constitui, mais do que nunca, um factor primordial para a expansão da actividade turística, decorrendo esta importância, de três factores essenciais: o custo, a qualidade e as actividades

de lazer associadas. Como se depreende, a expansão deste fenómeno tem vindo a gerar um número considerável de efeitos de natureza económica e social e ainda de carácter patrimonial e territorial, a nível regional e a nível das comunidades locais. Daí que lhe possamos atribuir efeitos positivos na dinamização das actividades económicas e na atenuação dos défices cambiais.

Sobre este assunto citamos SILVA (1991, p. 59), quando escreve: *“ao nível do destino turístico, as actividades de consumo e produção turística geram efeitos externos, muitos deles negativos decorrentes de situações de saturação ou de excesso de carga turística e que conduzirão a rupturas aos níveis económico (abastecimentos e preços), ecológico (poluição) e cultural (perda de identidade e degradação de património)”*. Neste sentido, importa atender à situação específica da antiga Região de Turismo Leiria/Fátima.

A delimitação dos diferentes tipos de regiões turísticas tem constituído um dos problemas mais complexos de natureza geográfica ou mesmo de natureza sociológica e económica, tendo em conta as diversas perspectivas em que o fenómeno da regionalização - sócio-económica, política e turística - pode ser encarado. Com efeito, como o refere LOZATO-GIOTART (1989, p. 131), *“uma região turística parece definir-se a partir do momento em que a organização dos transportes, dos serviços e da economia geral é em parte, ou totalmente devida ao impacto dos fluxos, da frequência ou dos núcleos de acolhimento próprios da função turística”*. Daí que, entre *“as grandes regiões turísticas complexas e diversificadas (...) e as regiões turísticas (...) de limites ainda imprecisos, é possível distinguir diversos tipos de regiões e de espaços turísticos regionais segundo o grau de intensidade dos núcleos de acolhimento e as suas actividades”*. Por estas razões, uma região turística *“é um espaço funcional imprimindo a sua imagem a um conjunto natural e humano mais ou menos homogéneo e contínuo”*.

Embora recente o actual processo de regionalização turística foi antecedido por outras estruturas, a mais antiga das quais data de 1921, quando foram institucionalizadas as chamadas "comissões de iniciativa", dependentes da Repartição de Turismo, responsáveis pela promoção do turismo em determinadas zonas classificadas. O processo de regionalização turística, tal como foi definido em 1982, conferia ao poder local a liberdade de escolher a sua região, sendo os corpos responsáveis pela sua administração não nomeados pelo poder central mas sim eleitos entre os membros que a constituem: autarquias, associações empresariais, departamentos estatais. A criação das "zonas de turismo", que tinham como limite máximo o concelho, foi consagrada no Código Administrativo de 1936, tendo tal configuração sido alterada em 1956, com a Lei nº 2082, a qual estabelece

“expressamente que, para além das zonas de turismo, se poderiam criar regiões de turismo, abrangendo duas ou mais zonas de turismo ou mesmo zonas não incluídas em zonas de turismo e ainda que pertencessem a conselhos diferentes”.

Legislação posterior privilegiou a constituição das "regiões de turismo", deixando no entanto lugar à prevalência das "Comissões de Turismo", cuja área de jurisdição coincidia, em regra, com a área do concelho respectivo e as "Juntas de Turismo". Contudo o processo de regionalização turística de 1991 deu origem à criação de dezanove Regiões de Turismo - entre as quais a *“Região de Turismo Leiria/Fátima”*, com sede na cidade de Leiria - que foram extintas com a publicação do Decreto-Lei nº 67/2008, de 10/4/2008, que estabelece o regime jurídico das entidades regionais de turismo em Portugal.

Com a publicação desta última legislação dá-se início a um processo de reformulação das Regiões de Turismo, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 285/91, passando estas a funcionarem em associação num número mais reduzido de *“Áreas Promocionais”*, de maior dimensão, com reforço da sua capacidade técnica e de intervenção. São cinco as Áreas Regionais de Turismo: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. A par destas, o *“Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo”* (Decreto-Lei nº 67/2008, de 10/4/2008), criou seis *“Pólos de Desenvolvimento Turístico”*: Douro, Serra da Estrela, Oeste, Litoral Alentejano, Alqueva e Fátima.

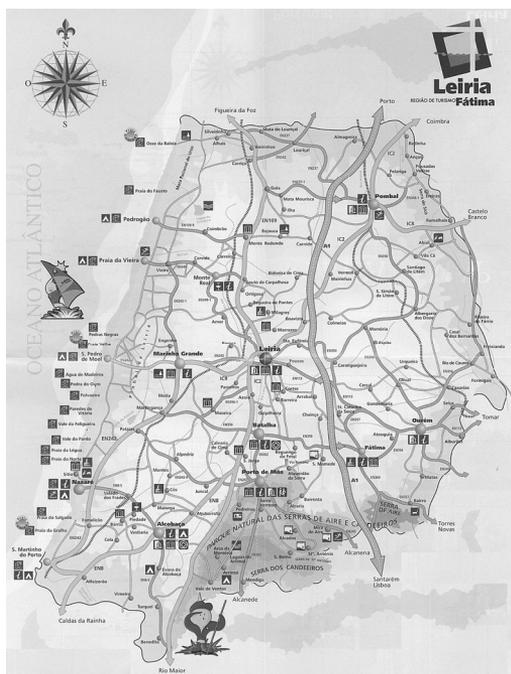
Com a criação do *“Pólo de Desenvolvimento Turístico de Fátima”*, espera-se dar continuidade ao já estabelecido no *“Plano Estratégico Nacional de Turismo”* (PENT), o qual estabelecia que os pólos de turismo, *“permitem diversificar a oferta e reduzir a dependência face às três principais regiões de turismo nacionais, assim como dar resposta às principais motivações da procura (...) Finalmente, os pólos dinamizam o turismo nacional e fortalecem o tecido económico regional”*. Expectativas locais aguardam que se mantenha a designação da antiga Região de Turismo, associando Leiria/Fátima, em vez da designação usual que enfatiza, apenas, o centro religioso de Fátima.

A *“Região de Turismo Leiria-Fátima”* (RTLTF), sucedânea da *“Região de Turismo Rota do Sol”*, teve o seu enquadramento territorial no Distrito de Leiria, estendendo-se pelos municípios de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal, Porto de Mós e Marinha Grande. Neles existe um valioso património cultural, com predomínio para os *“produtos”* históricos, naturais e culturais, que resultam da riqueza arquitectónica e monumental, da diversidade patrimonial natural e das estâncias termais e balneares. Acrescem a estes recursos, os Museus e os salões de exposições, que concorrem para atrair visitantes a esta Região de turismo.

Bem conhecidos são os monumentos classificados pela UNESCO como "Património Mundial", da Batalha e de Alcobaça. O primeiro, mandado edificar por D. João I, está ligado à história do reino e à afirmação da soberania nacional pela batalha de Aljubarrota; o segundo, foi construído pelos monges de São Bernardo, em território cedido por D. Afonso Henriques à Ordem, em 1153, cuja acção ficou assinalada pelo esforço colonizador dos terrenos que lhe foram concedidos por aquele Rei, em cumprimento de uma promessa relacionada com a conquista de Santarém aos mouros.

O reconhecimento deste património arquitectónico, da Batalha, Alcobaça e ainda de Óbidos, conjuntamente com o fenómeno religioso de Fátima, faz atrair o maior número de visitantes a esta região, tal como foi reconhecido durante o I Congresso de Turismo promovido pelo I. P. Leiria (2001) – *“Agir no presente, pensar no futuro”*, funcionando estes centros *“como âncoras de atractividade e captação de fluxos que deveriam dispersar-se por toda a região”* promovendo, a propósito, outros produtos turísticos locais e integrando-os em circuitos, ou *“rotas”* especializadas.

Figura 21 - Área territorial da Região de Turismo Leiria-Fátima



Neste sentido transcreve-se uma nota das conclusões do referido Encontro, que aponta ser necessário *“fazer uma promoção conjunta destes locais, estabelecer*

protocolos entre as instituições que gerem estes espaços para a organizarem eventos que sejam apelativos (...) ou seja, permitindo um “melhor aproveitamento do que existe, uma divulgação eficaz apoiada em produtos bem estruturados e com a colaboração de todos os agentes envolvidos”.

Quanto ao “património natural”, está representado na serra dos Candeeiros, pelo Parque Natural das Serras d’Aire e Candeeiros (criado pelo Decreto-Lei nº 118/79, de 4 de Maio), de origem calcária e cársica e cobre grande extensão do município de Porto de Mós e dos municípios vizinhos de Santarém, Alcanena, Torres Novas, Rio Maior, Alcobaça e Ourém. Aí se encontram diversos tipos de grutas, lagoas e algares, além do modelado cársico representado pelo poldje de Mira-Minde e o campo de lapiás de Mendiga.

Este Parque é um dos locais privilegiados para a prática do “turismo de natureza”, de interesse paisagístico e arquitectónico dada a diversidade de habitats naturais, da fauna e flora características, das grutas que possui e do monumento natural sobre as Pegadas dos Dinossáurios. Na parte setentrional da região contamos com a Serra de Sicó e os seus diferentes recursos. Complementarmente referimos o manto vegetal marítimo, dominado pelo Pinhal do Rei, as estâncias termais de Piedade e Monte Real e os centros de veraneio que se estendem desde o Osso da Baleia, a S. Martinho do Porto.

Outros produtos podem ser referidos, relacionados quer com a paisagem atravessada pelos cursos do Lis e do Lena, quer com monumentos de carácter religioso, de onde sobressai o Santuário religioso da Cova da Iria (Fátima). Como notou Rodrigues (1974, p. 234), *“A Cova da Iria constitui uma realidade geográfica, profundamente marcada pela sua função religiosa”*. Por sua vez, escreveu Santos (2006, p. 104), *“Tendo nascido como centro de peregrinação, Fátima foi-se tornando a pouco e pouco e sem perder aquela vocação inicial, um pólo de atracção de turismo religioso, aí afluindo, a par de numerosos peregrinos, muitos grupos de turistas religiosos de um grande número de nacionalidades de todo o mundo católico”*. Tal facto tem vindo a aumentar a partir das visitas ao Santuário (e, mais especificamente, à Capelinha), *“sítio inicial a partir do qual se estruturou o aglomerado urbano”*, e o seu vasto equipamento de apoio ao turismo religioso que aí ocorre. Ainda de acordo com a referida autora (Op. cit., p. 206), à motivação religiosa juntam-se outras, numa triangulação em que entram, igualmente, os fenómenos de turismo (deslocação) e os de lazer (ocupação). Conclui (Loc. cit.), afirmando que *“Fátima é um exemplo interessante desta realidade triangular, prova de modernidade e complexidade do fenómeno em estudo, com o impressionante número de visitantes e o seu objectivo de ser o ‘altar do mundo’”*.

Na verdade Fátima constitui, desde o já longínquo ano de 1917, data da primeira aparição, um dos lugares sagrados que atrai maior número de visitantes, sendo um dos pólos de atracção de numerosas peregrinações para a comunidade católica portuguesa e mundial. O desenvolvimento deste centro de peregrinação ficou marcado por diversos acontecimentos religiosos e civis de que destacamos, ainda em Novecentos, as duas primeiras visitas papais, de 1967 e 1982. No que concerne ainda ao mesmo fenómeno e anteriormente a estas datas, o início da construção da Basílica, de traça renascentista, iniciada em 1928 e a visita oficial do Presidente da República, General Carmona, no ano seguinte, foram acontecimentos que marcaram a história religiosa deste centro de peregrinação o qual constitui, além fronteiras, uma das referências mais conhecidas da imagem de Portugal.

No seu estudo que incide sobre o fenómeno do turismo religioso nesta cidade, escreveu Santos (2006, p. 84), *“em Fátima, como em outros santuários, dá-se resposta a formas de identificação religiosa muito diversas (...) fornecendo-se um espaço alternativo para a sua vivência religiosa, possibilitada pela mobilidade e caracterizada pela relativa excepcionalidade (no sentido de não habituabilidade)”*. A referida autora (Op. cit., p. 341) enuncia ainda outras datas marcantes na vida deste Santuário relacionadas com a difusão do culto religiosos e da mensagem de Fátima e da acção de diferentes Papas, desde Pio XII (1942) – aceitação da Mensagem de Fátima -, a Paulo VI (1967) e a João Paulo II (1991 e 2000), com as suas deslocações a este Santuário.

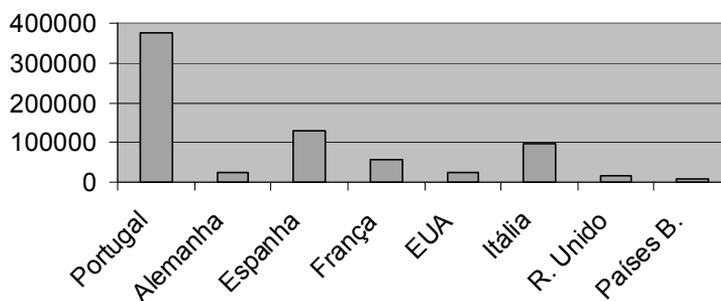
A evolução das visitas a estes locais tem vindo a beneficiar da expansão e do desenvolvimento do turismo internacional repercutindo-se, igualmente, na evolução do fenómeno turístico em Portugal, com um acréscimo significativo de visitas nos últimos anos, em consequência dos efeitos do crescimento do turismo mundial. Entre as várias fases que identificam a sua evolução, recordamos apenas o período que coincide praticamente com todo o terceiro quartel do século XX, até ao eclodir do primeiro choque provocado pela crise petrolífera dos anos setenta, durante o qual as economias dos países ocidentais sofreram um considerável impulso.

Depois desta fase marcada por uma grande expansão económica verificaram-se, depois de 1975, algumas quebras com efeitos directos sobre a expansão deste sector, movimento que tem vindo a crescer, de forma relevante, desde então. Para tanto tem contribuído o alargamento do parque hoteleiro (SILVA, 2002, pp. 26-27), cujo *“número é relativamente maior que na média nacional, mas seguramente de dimensões menos reduzidas, já que a capacidade de alojamento é inferior ao peso da população na média nacional”*.

A diversidade de produtos existentes nesta região, levou este autor (Op. cit., p. 104), a considerar a importância do “cluster” de Turismo, assente, nomeadamente, no desenvolvimento integrado do “conceito ‘Património Potencial Cultural’, que compreenderá o ambiental (aqui incluído o arqueológico pelas profundas ligações entre ambos), o artístico, o arquitectónico rural e urbano e o social (com as feiras e romarias, o turismo religioso, o artesanato e folclore e, com grande realce, o gastronómico”.

Uma referência ao total de visitas a recursos turísticos da região, cujo valor aumentou de 178,2 milhares em 2004, para 238,6 milhares, em 2007, ou da distribuição das dormidas por países de residência, realça o predomínio dos visitantes nacionais, fortemente motivados pelo fenómeno religioso de Fátima.

Figura 22 – Região de Turismo Leiria/Fátima: dormidas por país de residência (2006)

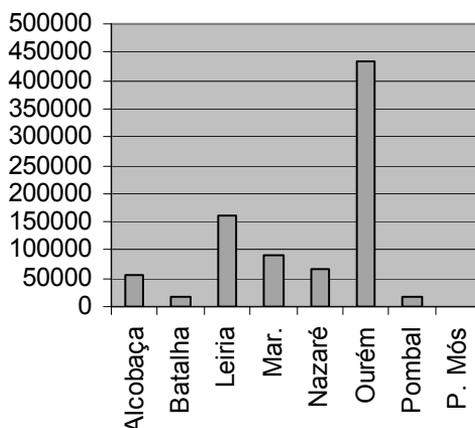


No ano de 2006, para um total de cerca de 839,8 milhares de dormidas aqui registadas (representando, apenas, 2,2% do total nacional), cerca de 45%, foram de cidadãos nacionais; 15,3%, de espanhóis; 11,5%, de italianos; 6,8%, de franceses; 3,1%, de alemães; 3,0%, de americanos (EUA); 1,8%, de ingleses e 0,8%, de holandeses. Ainda em 2006, o total de camas disponíveis em estabelecimentos hoteleiros, que em Portugal ascendia a 264037, era na Região de Turismo Leiria/Fátima, de cerca de 9,5 milhares, assim distribuídas (concelho): Ourém (4911), Leiria (1895), M. Grande (931), Nazaré (744), Alcobaça (652), Pombal (230) e Batalha (197). Quanto à sua distribuição, importa salientar a sua maior concentração nos concelhos de Leiria, Ourém, Marinha Grande, Nazaré e Alcobaça, sendo bastante reduzida na área do Pinhal Interior.

Ainda no referido ano de 2006, as visitas aos Mosteiros de Alcobaça e da Batalha orçaram as 480,0 milhares; as visitas ao Santuário de Fátima, superaram

os 3,5 milhões; às grutas de Santo António e de Alvados, orçaram as quatro dezenas de milhar e ao Castelo de Leiria, atingiram os 43,4 milhares.

Figura 23 – Região de Turismo Leiria/Fátima: dormidas por concelhos (2006)



4.2 – Perspectiva regional

Os aspectos acima referidos realçam como o turismo é um fenómeno assente na mobilidade humana e no consumo de diferentes bens e serviços. Contudo, como recorda Lanquar (1985, p. 4), o turismo é *“un phenomène social, lié aux relations interpersonnelles, à la communication humaine”*. Nestas circunstâncias devemos ter presente que o desenvolvimento das actividades de lazer nas sociedades democráticas responde a uma tripla necessidade (DUMAZEDIER, 1962, p. 255):

- *“favorecer ao máximo a participação de todas as classes, todas as categorias ou de todos os indivíduos com vida profissional, familiar, social, ou mesmo de todos os organismos familiares e sociais”,*

- desenvolver *“a participação de todos na vida cultural, na compreensão e na produção - de obras de natureza técnica, científica e de arte”,*

- promover a adesão de todos a esta política, incitando o *“indivíduo na escolha de um equilíbrio original entre a descontração, a diversão e o desenvolvimento da personalidade, nesta participação socio-cultural”*.

Contudo o desenvolvimento de fenómeno turístico em Portugal não repousa apenas no binómio tradicional: "Sol e Mar" ou na trilogia mais recente, que incorpora um terceiro elemento: "Sol-Mar-Montanha", mas associa a estas outras modalidades que contribuiram de forma decisiva para o crescimento e expansão

recente deste fenómeno. Para tanto, a “Estremadura” beneficia de uma costa baixa e arenosa, favorável à fixação de antigas “companhas” e ao desenvolvimento das actividades de veraneio. O roteiro turístico da região integra diversas praias: Osso da Baleia (Pombal), Pedrógão (Leiria), Vieira e São Medro de Muel (Marinha Grande), Nazaré (Nazaré) e S. Martinho do Porto (Alcobaça), que servem de cartaz ao “turismo balnear” desta região.

Referindo outras modalidades destacamos o "termalismo", que se tem vindo a afirmar como uma das vertentes de expansão recente do sector, retomando a importância perdida em favor da procura crescente do mar e das suas qualidades terapêuticas. Com efeito, tendo as termas surgido com fins curativos e de repouso, atributos de alguma forma perdidos em favor das novas estâncias balneares face à actual saturação dos areais, aquelas parecem retomar alguma da importância passada, sugerindo um regresso às fontes e uma certificação da qualidade das boas águas.

Como nos recorda Pina (1988, p. 45), *“pelos idos anos trinta, a posição relativa dos dois tipos clássicos de estâncias turísticas passa a inverter-se com o crescente favoritismo que a praia recolhe em detrimento das velhas termas. Enquanto que para a primeira concorriam as seduções da moda e dum jeito de viver mais desportivo e ar-livrista, para as segundas desfalecia-lhes o primado da quietude bucólica, dos mundanismos de salão e até das próprias virtudes curativas, gradualmente suplantadas por uma farmacopeia industrial que, ao menos em teoria e sem formalidades nem despesas, obtinha resultados idênticos aos produzidos com o tratamento das águas”*.

Actividade sujeita a uma sazonalidade ainda difícil de ultrapassar, o termalismo deve ser encarado com uma grande diversidade de procura, que não só a prevenção da doença, a reabilitação ou uma mera função curativa, tendo cada vez mais um papel social que não pode ser descurado. Para além disso tem-se acentuado um aumento do termalismo em toda a Europa devido à maior procura destes tratamentos, facto que associado à nossa adesão à União Europeia poderá vir a beneficiar ainda mais este sector ampliando, desta forma, a carga dos beneficiários potenciais do termalismo em Portugal, nomeadamente as termas de Monte Real (Leiria) as mais conhecidas desta área.

Para além do termalismo e das diversas modalidades de "turismo de lazer", onde se destaca, em primeira linha, o "turismo balnear" e outras modalidades ligadas ao jogo e às actividades desportivas como o golfe e a navegação, outras motivações há que orientam os fluxos turísticos actuais, dando assim origem a novas modalidades deste fenómeno. Entre estas podemos realçar as peregrinações

e os movimentos de origem religiosa de visita a santuários e outros locais de culto religioso, como anteriormente foi notado.

O reconhecimento do valor arquitectónico e monumental constitui outra das modalidades do turismo moderno, atraindo um número cada vez maior de indivíduos interessados em conhecer a "herança monumental" e os traços de civilização mais característicos dum país. O "turismo cultural" pode assim constituir outro exemplo das motivações que hoje em dia orientam grandes massas de turistas para diversas regiões do país, que não só os tradicionais centros urbanos e arquitectónicos de renome internacional.

A par destes, despontam outras alternativas ligadas desta vez à descoberta de monumentos mais antigos ou à sua valorização, que isoladamente ou em associação com outros atractivos favorecem o desenvolvimento de novas formas de turismo cultural. Ainda que associado a este movimento, o "turismo rural" constitui uma das apostas de desenvolvimento do sector, face não só ao aumento da procura, mas ainda a uma das preocupações do governo no sentido de melhorar a qualidade de vida da população portuguesa, sendo um dos sectores prioritários a desenvolver. Estas considerações ajudam-nos a compreender como a expansão do fenómeno turístico em Portugal depende de um conjunto de factores internos e externos, a que não será alheia e evolução da conjuntura política internacional e a nossa capacidade de resposta face às mutações que se vão constantemente operando.

De acordo com Vellas (1986, pp. 115-117), o desenvolvimento da procura internacional depende não só dos factores económicos gerais, condicionados pelo próprio desenvolvimento económico, mas ainda de factores específicos da procura turística nas quais podemos incluir a duração e repartição das férias, o preço dos produtos turísticos e a evolução dos preços dos transportes aéreos. Daí que as perspectivas que se abrem ao mercado turístico internacional estejam dependentes, na opinião ainda deste autor, da capacidade do sector "*responder às novas exigências da procura e à sua faculdade de inovação,*" que abarca quatro domínios fundamentais:

- inovação dos produtos turísticos
- inovação nos alojamentos
- inovação nos transporte
- inovação na formação e na gestão.

Estas perspectivas estão de alguma forma contidas na política nacional para o sector, a qual tem vindo a considerar outras modalidades de exploração turística,

como sejam o "agro-turismo", o "turismo ecológico" e outras modalidades, que permitirão diversificar o leque e a qualidade do produto português. Para tanto há igualmente que melhorar as formações em turismo, asseguradas por diversas instituições de natureza universitária e politécnica.

Entre as propostas de especialização do turismo nesta área, é de destacar as referências contidas em Silva (2002), sobre a importância de "circuitos" especializados, nomeadamente sobre "Castelos" e "Museos", património disponível na área desta Região de turismo. Sobre este sector, escreve Silva (2002, p. 117): "*o Turismo, entendido como uma actividade integrada, pode ser um marco de identificação da Região, potencializando mesmo a visibilidade e o reconhecimento de actividades industriais, à semelhança do que se fez para o vidro, com resultados que parecem animadores, mas cuja sustentabilidade há que assegurar*". Assim, conclui este estudo: "*E o turismo tem de ser o paradigma da cooperação, isto é, tem que representar a Região como um todo e um todo apelativo (...)*".

A diversidade de produtos existentes na região, sugerem a criação de diferentes roteiros e circuitos especializados, ligados a:

- tradição religiosa (centrado em Fátima e nos mosteiros, santuários e igrejas existentes de que destacamos, além do primeiro, os Santuários de N^a Sr^a da Encarnação e Senhor Jesus dos Milagres (Leiria), Nazaré (Nazaré) e Cós (Alcobaça);
- fortificações e feitos militares (castelos de Leiria, Ourém, Porto de Mós, Óbidos, as fortezas de S. Miguel Arcanjo da Nazaré, de S. João Baptista, da Berlenga, da cidadela de Peniche e do campo militar de Aljubarrota),
- vidro (Marinha Grande: Museu e Fábrica Nacional),
- museus (Fátima, Nazaré, Marinha Grande, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Porto de Mós e Pombal),
- património natural (Ecoparque sensorial da Pia do Urso, Lagar Velho-Lapedo, parques naturais de Aire e dos Candeeiros, Pinhal de Leiria, Lagoa de Ervideira), etc.

Como referimos a dependência em relação aos produtos oferecidos, com maior incidência na matriz patrimonial, termal e religiosa, faz com que o turismo na região seja marcado por uma grande sazonalidade, fazendo com que as estadias médias sejam de duração reduzida e os alojamentos pouco diversificados. Não esqueçamos como os fluxos turísticos se alteram, como os públicos divergem, como os destinos se saturam e como a revolução do "marketing" substitui os produtos por mais imutáveis que pareçam. Por isso, a expansão do mercado turístico e a grande procura de profissionais nesta área tem dado oportunidade a cursos especializados de modo a garantir as melhores e as mais adequadas formações e

ligação à vida real. Trata-se de uma nova faceta, que sem colidir com as iniciativas e com as diversas entidades que gerem a formação nesta área, ajudará o planeamento mais seguro e adequado dos recursos humanos indispensáveis a este promissor sector de actividade: o Turismo português, nomeadamente no “Pólo Turístico Leiria/Fátima”.

Capítulo 5

Contextos de desenvolvimento local

“O desenvolvimento como fim último impõe a organização do espaço como um objectivo e pode servir-se do crescimento como um dos meios”

A. Simões LOPES, 1995, p. 284

Este capítulo é consagrado à análise de diferentes contextos e factores, nomeadamente do fenómeno urbano e à sua acção na construção do sistema geográfico e de desenvolvimento local. Acresce a esta intenção o desejo de acentuar o contributo da perspectiva geográfica na compreensão das iniciativas e da acção dos actores locais, regionais e nacionais, responsáveis pelos cenários de bem-estar social e cultural e pela compreensão das desigualdades sectoriais e locais do crescimento económico (GEORGE, 1972, p. 195). Este processo é entendido como o *“incremento duradouro de uma unidade económica simples ou complexa (...) e acompanhado de progressos económicos variáveis”* (GAZENEUVE, VICTOROFF, 1982, p. 258), atribuindo-se *“ao processo de crescimento o papel que lhe compete (prosseguir a erradicação da miséria e da pobreza (...), pôr em realce o impacte do desenvolvimento sobre a condição humana”* (Loc. cit.). Tal perspectiva segue de perto o conceito de *“desenvolvimento sustentado”*, definido em 1987 por Gro Harlem Brundtland⁶⁶, como sendo o *“desenvolvimento que atende às necessidades actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”*.

Esta apreciação completa a leitura do sistema geodemográfico, que tem como cenário natural esta nesga da *“Orla sedimentar ocidental”* e o território sujeito a diferentes poderes: do *“sistema político”* do *“poder central”*, ao *“poder local”* e do *“poder religioso”*, ao *“poder do conhecimento”*. Através desta análise seguimos a postura descritiva e explicativa da Geografia e, igualmente, a sua feição activa e dinâmica a qual, de acordo com George (1982, p. 179), permite evidenciar *“as virtualidades, as tensões e, de uma maneira geral, as bases das opções a tomar pelos organismos decisoriais em consideração dos elementos não geográficos das escolhas (económicas, financeiras, políticas, etc.)”*. Neste sentido importa evocar os factores mais próximos que contribuíram para o lançamento de iniciativas e para as oportunidades que garantem a subsistência e a *“herança”* (material e cultural) da população aqui residente. Tal é comprovado pela evolução das actividades produtivas ligadas aos sectores primário e secundário, bem como ao sector terciário do comércio e dos serviços, ao longo do tempo e em períodos distintos.

Neste tipo de análise e uma vez que no cenário em questão foram intervenientes *“actores”* de diferente natureza, importa salientar a acção das actividades humanas que contribuíram para a sustentação, crescimento e enriquecimento dos seus habitantes.

⁶⁶ *“Our common future”* – Relatório elaborado pela Primeira Ministra da Noruega, para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento - ONU

1 – Contributo das estruturas produtivas

Dominado pelo centro urbano de Leiria e pelas sedes dos concelhos vizinhos, o território em apreço constitui um espaço privilegiado de análise de um conjunto de fenómenos históricos, sociais e culturais. Estes, pertencem à mesma “área cultural”, definida por George (1972, p. 35), como “*l’espace occupé par un type de société globale qui est en même temps un type de civilisation*”. Dizem-nos Baud, Bourgeat, Bras (1997, p. 366), que “*culture, par opposition à celui de nature, désigne l’ensemble des formes acquises de comportement, de croyances et de connaissances*”.

Em Sociologia, a cultura pode ser definida como “*o modo de vida deste ou daquele grupo social (incluindo a observação das práticas alimentares ou culturais, os hábitos sociais, a sociabilidade...)*” (GIACOBBI, ROUX, 1990, p. 84) ou então, numa perspectiva mais alargada, como “*o complexo que inclui os conhecimentos, as crenças religiosas, a arte, a moral, o direito, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos que o homem adquire enquanto membro da sociedade*” (GAZENEUVE, VICTOROFF, 1982, p. 254). No seu sentido mais actual (Loc. cit.), a noção de cultura anda associada aos “*modos de comunicação do saber nas sociedades em rápida transformação e para os objectos simbólicos produzidos por uma sociedade a fim de veicular valores*”.⁶⁷

Da nossa parte procurámos reunir diferente tipo de informação que nos permite compreender a essência dos fenómenos geográficos e o contributo desta ciência no âmbito dos estudos regionais. Esperamos com esta postura tomar a “*Ciência no sentido de conhecimento racional*” (RIBEIRO, 1964, p. 73) e aproximação da verdade, mesmo por vários caminhos (Op. cit., p. 73), uma vez que a “*sua unidade está na raiz e no que, à falta de melhor, se poderia chamar a ética da atitude*”. Neste sentido a análise das actividades humanas ao longo do tempo constitui um dos primeiros aspectos a reter na compreensão da evolução das sociedades em geral e em especial naquelas em que o seu crescimento tem por base a economia rural, o comércio e as trocas sedeadas em vilas ou cidades de maior dimensão.

Se atendermos a um estudo pioneiro de Lopes (1971, p. 11) e às considerações sobre este assunto, aceitamos que “*não parece duvidar-se de que o desenvolvimento económico conduz à concentração das populações e, uma vez iniciado o processo, os seus efeitos multiplicadores levam ao desenvolvimento de*

⁶⁷ Na apresentação destes conceitos, os autores supra-citados, fazem referência a diferentes obras e autores de J. Locke, E. B. Taylor, R. Benedict, R. Linton, M. Mead, A. Radcliffe-Brown, T. Parsons e outros.

maiores lugares (centrais)”, ou seja, no dizer do referido autor (Op. cit.), que “o desenvolvimento económico tem gerado urbanismo; e o urbanismo, a partir de certo ponto, tem acelerado o crescimento económico”. Ou seja, conforme transcreve Stohr, citando Hilhorst (1971)⁶⁸, a dependência entre os diferentes tipos de regiões, rurais e urbanas, “is characterized by a flow of energy (e.g., natural resources, labor) from the less organized, rural, to the more organized, urban, subsystem and by opposite flows of information (e.g., innovation, decisions), from the more organized (urban) to the less organized (rural) subsystems”.

Se associarmos estas considerações à área do nosso estudo, verificamos como a evolução dos seus habitantes está relacionada com a lenta construção do “sistema geográfico” (BAUD, BOURGEAT, BRAS, 1997, p. 254) e do “complexo histórico-geográfico” (GODINHO, 1964)⁶⁹ de natureza regional e local, em que a base de subsistência, baseada na agricultura, foi acompanhada de diferentes inovações técnicas, que importa assinalar no contexto geral de diferentes tipos de renovação implementadas na área em estudo. Não interessa referenciá-las à exaustão. Contudo, não podemos esquecer como o aparecimento da 1ª tipografia em Portugal esteve ligada ao Moinho de Papel construído nas margens da cidade do Lis, ou como o processo de industrialização na Marinha Grande e o incremento da indústria cerâmica nesta área, ganhou repercussões com a descoberta da máquina a vapor e da electricidade. Estes exemplos servem-nos para recordar como a evolução demográfica local esteve associada à inovação técnica e como esta foi possível devido ao aumento da actividade agrícola (MENDRAS, FORSÉ, 1983, p. 20) e ao aumento do rendimento das próprias famílias, por via do acréscimo de produção e mercados.

Tal como assinalam estes autores (Loc. cit.), a evocação da doutrina Malthusiana, relacionada com o “aumento demográfico em função dos rendimentos da agricultura” e, em data recente, o crescimento de outras actividades ligadas à industrialização e à urbanização apresenta, no contexto do nosso estudo, grande significado. Este é particularmente sentido quando analisamos a evolução das actividades humanas e a sua localização próxima da rede de pequenos centros, de feição urbana, aí existentes.

As observações anteriores estão de acordo com o estudo de Lopes (1971, p. 21), que a propósito do conceito de “base económica urbana” e referindo-se à investigação de Sombart, assinala: “trabalhando sobre a definição de cidade como

⁶⁸ In: STOHR, W. B. – “Interurban systems and regional economic development”. (A.A.G., 1974, R.P., 26). In: *Desenvolvimento Regional* (3º Caderno). Lisboa, Instituto Superior de Economia, 1977/1978 (Policopiado)

⁶⁹ “Geografia e Geografia Aplicada”. in: PHILIPPONEAU. 1964; pp. 9-16

fenómeno económico, chegou à conclusão de que ela é uma comunidade humana localizada no espaço a qual para existir, tem de importar bens do mundo exterior. Em consequência, a 'base' da sua economia, vai assentar nos seus habitantes e em todos os restantes elementos cujas actividades permitem à cidade pagar as importações".

A este respeito torna-se necessário recordar alguns conceitos e autores que se têm debruçado sobre este fenómeno, conducente ao progresso social e humano, ao bem-estar, ao aumento do nível de vida das populações, como resultado de um jogo complexo de diferentes factores, motores ou freios do processo de desenvolvimento (LACOSTE, 1968, *"Introduction"*). Da acção de diferentes mecanismos, tais como factores de ordem histórica, económica, demográfica ou já de natureza política (Op. cit., p. 5), resultam situações diferenciadas que surgiram após a 2ª guerra mundial, de uma *"visão singular do mundo"* (Op. cit., p. 11-12), constituída por países ricos e por países pobres, de situações contemporâneas de *"sub-desenvolvimento"*, com diferentes expressões à superfície do globo.

Entenda-se que a referência que ora fazemos a este fenómeno tem a ver com a discussão de diferentes aspectos relacionados com o *"sistema de desenvolvimento local"*, assente no *"complexo físico e humano"* e na acção de diferentes actores e iniciativas que têm vindo a promover o crescimento económico e o progresso social da área em referência. Paraphraseando Lacoste (1968, p. 276), recordamos o papel que cabe à Geografia, enquanto ciência de *"acção"*, em auxiliar as opções políticas dos responsáveis políticos, ao nível do *"poder central"* e do *"poder local"*, que facilitem a *"escolha e a aplicação de políticas de desenvolvimento consideradas positivas noutros países"* e contextos.

O levantamento deste problema leva-nos a evocar outros autores e exemplos, desta vez associados ao contexto nacional. Como recorda S. Lopes (1987), o estabelecimento das múltiplas relações entre os fenómenos de industrialização, de urbanização e os movimentos da população, pode ser comprovado pela verificação de alguns elementos estatísticos relacionados com os valores do *"êxodo rural"* e através de novos contributos atinentes ao processo de desenvolvimento regional. Vejamos alguns exemplos. Afirma este autor (Op. cit., p. 293) que o crescimento regional pode ser devido, quer a *"mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço"*, quer a processos internos à região.

Nestas circunstâncias, *"o crescimento económico surge (...) associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho"*, sendo possível encarar o fenómeno da urbanização em resultado do *"decréscimo da importância relativa desse sector na economia"*. Daí que se tenha registado *"a*

tendência primeiro para a industrialização e depois para a "terciarização" com acentuada diversificação dos serviços". Não sendo este um processo uniforme, acarreta um conjunto de transformações na estrutura económica dessas áreas, que de acordo com o mesmo autor (Op. cit., pp. 292-293), passa por diversas fases sucessivas. Recordamo-las na sua globalidade: "(i) economia de subsistência, (ii) especialização nas actividades primárias provavelmente acompanhada de melhoria no sistema de transportes, (iii) aumento da importância das actividades secundárias, (iv) maior diversificação da indústria com interdependência crescente no sector e economias de escala e (v) desenvolvimento dominante dos serviços".

Outro autor, Quintana-Cabanas (1989, p. 267), reconhece que nos dias de hoje "el desarrollo se caracteriza por un aumento del sector terciario en la actividad laboral", contribuindo os sectores primário e secundário, "só, indirectamente, para o bem-estar humano, proporcionando as bases materiais que o condicionam", e o sector terciário, "proporciona directamente o bem-estar humano, constituindo-o e assinalando o nível que este chega a alcançar". Este é um dos autores que se refere à evolução dos sectores de actividade, tal como foram identificados por Colin Clark, considerando que a evolução do sector terciário tem vindo a afirmar o surgimento de um novo sector, em crescente evolução, o "sector quaternário", derivado da economia do conhecimento (Op. cit., p. 269) o qual, conjuntamente com o anterior, é dominado pelos "white-collars" (Op. cit., p. 347).

Diversos indicadores podem ser utilizados numa tentativa de identificação das diferenças nacionais e regionais que indiciam estádios de desenvolvimento distintos, a par de outros identificados pelo subdesenvolvimento (ou, segundo outras terminologia, "em vias de desenvolvimento"). Pelo seu interesse, recordamos algumas observações de Gazeneuve, Victoroff (1982, p. 533), sobre esta problemática:

- o seu aparecimento depois do 2º conflito armado, por meados do século XX;
- o facto destes conceitos dizerem respeito "não só aos recursos naturais como às capacidades dos homens";
- as precauções a ter em relação à utilização excessiva de diversos índices e indicadores, sobretudo os reveladores das noções de "pobreza" e de "atraso", que não são suficientes para identificar estes diferentes estádios da evolução societária.

Mais ainda, não se podendo "reduzir o desenvolvimento ao crescimento", a análise deste problema deve ter em conta, contrariamente ao preconizado no "modelo linear de crescimento económico", de Rostow, que a humanidade segue "a uma imagem multiforme, com progresso, estagnação, regresso e factos de heteroblastia" (Op. cit., p. 534).

De acordo com Willis (2007, p. 41), ao longo de séculos, a sociedade americana experimentou diferentes níveis de desenvolvimento económico, desde o estágio identificado pela sociedade nativa, com base nas actividades de subsistência; ao estágio seguinte, de grande desenvolvimento das actividades agrícolas; à fase de inovação e de desenvolvimento, favorecida pela revolução técnica, pela construção de diversas infra-estruturas, pelo incremento do comércio; à fase de maturidade, iniciada no início do século passado, com o lançamento das bases da economia moderna e, por fim, o estágio de consumo de massa, que acompanha as melhorias dos níveis de vida e de bem-estar da população. Assinala ainda esta autora (Op. cit., p. 116) que, *“the social evolutionary ideas wich form part of Rostow’s model have a basis in the nineteen-century theories about social change based on the capitalist experience in Western Europe”*, ou seja, datadas no tempo e no espaço.

Outras referências podem ser feitas. No âmbito das ciências sociais, recordamos os sociólogos: E. Durkheim (1858-1917) e M. Weber (1864-1920), que no seu tempo, deram um valioso contributo para a compreensão dos fenómenos nacionais e regionais do desenvolvimento. Importa recordar que, tal como a Sociologia, a partir da segunda metade de Oitocentos, também a Geografia Humana, pela pena de Karl Ritter (1779-1859), de Ratzel (1844-1904) e de Vidal de la Blache (1845-1918), caminhava no sentido da sua autonomização, prosseguindo estes autores diversas investigações que identificam este novo ramo do conhecimento geográfico.

Tendo presente que o crescimento traduz-se em indicadores distintos relacionados com a acessibilidade económica e cultural a diferentes bens e serviços, importa salientar a importância destes índices. Seguindo a linha de pensamento de Perroux (1987), estes podem dividir-se em dois grandes grupos:

- indicadores “elaborados em torno do crescimento”, tais como os que se referem ao produto real per capita, ao nível de vida, à produtividade e os diferentes indicadores estatísticos relacionados com as estruturas (da população por actividades, de Colin Clark, de rendimento nacional, de emprego, de condições de trabalho, etc.);

- “indicadores sociais”, agrupados, por exemplo (Op. cit., p. 89), segundo o conteúdo, tais como as contas sociais e demográficas, as estatísticas sociais; segundo o emprego e os indicadores sociais; segundo as técnicas de inserção, tais como as contas satélites, o relatório social, o balanço social, etc.

Os dados estatísticos do I.N.E. registam valores desta natureza que permitem caracterizar a situação do Pinhal Litoral, isoladamente e no contexto alargado do distrito de Leiria. No caso específico da área em estudo e tendo em conta o seu

enquadramento regional, o estudo coordenado por Silva (2002, p. 84), pode orientar-nos para a utilidade de alguns destes indicadores. Assim, em relação às estruturas económicas e à sua localização territorial regista-se, quanto à distribuição da população activa, “a importância relativa da população industrial é maior na Zona Central e menor na Zona Sul. Por sua vez, a população activa do Sector Agrícola é mais expressiva percentualmente nas Zonas Sul e Nordeste”. Descriminando em relação ao distrito, aponta:

“a grande proximidade estrutural da Zona Central com a Região;

- a presença constante de três ramos de actividade como os mais importantes, em termos relativos e absolutos, que são Comércio, Construção e Indústria transformadora;

- a grande importância da Agricultura nas Zonas Sul e Nordeste;

- a posição destacada da Indústria na Zona Nordeste, sobretudo no que se refere ao pessoal empregado.

No respeitante à Indústria transformadora, pode observar-se também:

- a grande proximidade estrutural da Zona Central com a Região, no seu conjunto, onde são preponderantes as indústrias já apontadas;

- a grande importância das indústrias Alimentares e bebidas na Zona Sul, mas também na do Nordeste;

- o grande peso relativo dos Têxteis/vestuário na Zona Nordeste”.

Não sendo de todo em todo necessário discriminar esses valores ao longo do tempo e no espaço fazemos notar, como observa este autor (Loc. cit.), que “existe, para a generalidade dos concelhos, uma marcada especialização em poucos ramos produtivos que revelam, a um tempo, a diversificação de actividades pela Região e a localização privilegiada de cada uma delas”.

Estas referências obrigam-nos a uma síntese das actividades principais em cada um dos concelhos do Pinhal Litoral que indicam, de forma generalizada, o peso da indústria local, conjuntamente com o de outras actividades.

Quadro XXXIII - Pinhal Litoral: especialização concelhia

<i>Concelho</i>	<i>Especialização concelhia</i>
Batalha	Plásticos/borracha, Químicas, Extractivas
Leiria	Plásticos/borracha, Silvicultura
Mar. Grande	Plásticos/borracha, Vidros, Silvicult., Moldes, Equip. Eléctricos
Pombal	Plásticos/borracha, Mat. Transporte, Metalurgia, Têxteis/Vestuár.
Porto de Mós	Extractivas; Têxteis/vestuário; Cerâmicas

In. Silva, 2002, p.87

Para além do resumo anterior e dos dados já referidos para a população activa podemos destacar, no caso da Batalha, o peso da industria de barro – barro branco – a pequena industria de confeções, de mármore e de calcários e a industria metalomecânica, em unidades de pequenas dimensões, que identificam o predomínio do cenário industrial em toda esta sub-região litoral. É igualmente o turismo uma das actividades em expansão dada a riqueza patrimonial local, a proximidade de Fátima e da Serra de Aire, o que lhe permite aspirar ao desenvolvimento do turismo de natureza com maior profundidade.

Por sua vez, Leiria, dada a sua importância com o sede de Distrito, para além da industria transformadora, bastante diversificada, desempenha um papel de relevo como centro comercial e de serviços, de apoio à actividade empresarial e outros, que lhe asseguram a sua função como pólo atractivo em diferentes domínios. Carece, no entanto, de uma revitalização profunda do casco urbano mais antigo, sem o qual o velho burgo medieval parece continuar adormecido, como nos velhos tempos Queirosianos.

Já a Marinha Grande, cuja evolução tem acompanhado muitas evoluções tecnológicas relacionadas com o vidro, os plásticos, os moldes, ou já os móveis, a cartonagem, a borracha e a industria metalomecânica, continua a expressar, na sua paisagem urbana, o peso crescente do comércio e dos serviços, do turismo, ou já de novas actividades relacionadas com o comércio internacional e o ensino superior.

Também em Pombal, os efeitos da evolução técnica têm-se feito sentir através de uma alteração profunda do seu tecido empresarial, comercial e da criação de novos serviços que beneficiam de infra-estruturas locais, tais com o Parque Industrial e das acessibilidades conferidas pela confluência de diversas vias rodovias e ferroviárias. Também o turismo tem vindo a constituir-se como um factor de animação e de investimento, quer por parte da população outrora emigrada, quer por novos investidores locais e de outras origens. Finalmente, Porto de Mós, beneficia, tal como o concelho vizinho da Batalha (e de Ourém), de algumas indústrias de base tradicional, a par de outras potencialidades para o turismo de natureza e cultural dominante.

Muitas destas actividades, sobretudo as que se desenvolveram depois da passada década de setenta devem-se, como referiu Silva (2002., p. 51), às *“alterações políticas verificadas, muito em especial com o retorno e/ou instalação na região de uma massa de mão-de-obra qualificada oriunda das ex-colónias ou de outros espaços tradicionais de emigração portuguesa”*, que conduziram *“a um surto de crescimento e multiplicação das unidades da carácter industrial e comercial”* (Loc. cit.).

Atendamos, agora, aos aspectos locais promotores do desenvolvimento económico e social e do desenvolvimento humano, a partir da análise do centro, de cariz urbano, para onde convergem um conjunto de fluxos que reforçam o território anexo à cidade de Leiria. Embora não o aprofundemos, perfilhamos o conceito de “desenvolvimento humano” utilizado pelo PNUD-ONU (2004, p. 353), o qual é expresso através de um indicador específico, o “Indicador de desenvolvimento humano” (HDI) definido como “*a composite index measuring average achievement in three basic dimensions of human development – a long and healthy life, knowledge and a decent standard of living*”.

2 – A cidade de Leiria e as suas relações com a periferia

Como assinalam Bailly, Ferras (1997, p. 117), “*la ville, suivant les époques, est constitué de pleins et de vides, le bâti et les espaces non construits, en fonction des exigences de la vie urbaine, les aires non bâties servant à l’agriculture, à la circulation, aux loisirs*». Relatos diversos descrevem Leiria ao longo do tempo, dando-nos conta da sua dimensão, morfologia, evolução e funções.

Estes aspectos estão contidos na definição alargada de cidade, proposta por Albergaria (1999.II, p. 48) que assinala: “*a cidade tanto pode ser considerada simplesmente como um lugar de continuidade de construção, um lugar de concentração de poder político, um lugar caracterizado pelo modo de vida, etc.*”. Com esta referência temos presente como a cidade espelha no seu interior o dinamismo das funções que desempenha e as condições de vida e riqueza dos habitantes que vivem em seu redor, em povoações com diferente dimensão e estatuto⁷⁰. Tal como Bailly, Beguin (1996, p. 114), entendemos que o conhecimento das funções urbanas, sendo um tema maior da Geografia Urbana, “*est une activité que des citoyens exercent au bénéfice des habitants de la ville elle-même et de ce qui est extérieur, notamment sa région*”.

Nesta perspectiva torna-se necessário evocar Stohr (1974, p. 12)⁷¹ quando defende , “*the region as a whole will grow as a function of the magnitude or external demand and of the share of export-base income wich can be retained in the region*”. Mais ainda, quando aponta como factores determinantes para o

⁷⁰ Em 2001, no Pinhal Litoral existiam três cidades (Leiria, M. Grande e Pombal) e doze povoações com o estatuto de “Vila”.

⁷¹ STOR, W. B. – “Interurban systems and regional economic development”. (A.A.G., 1974, R.P. 26). In: *Desenvolvimento Regional – 3º Caderno*, Lisboa, Instituto Superior de Economia, 1977/78 (Policopiado)

desenvolvimento económico o contributo dos factores internos, ora considerados como indutores desse processo, tais como:

- factores de suporte, baseados nos recursos naturais, na força de trabalho, no capital, na tecnologia e na informação empresarial;

- factores de procura, relacionados com a demanda dos consumidores sobre os bens e o capital;

- economias de escala e os investimentos em infra-estruturas (Op. cit., p. 12).

Neste contexto ganham especial relevância o contributo dos centros urbanos, os quais, *“became locations of intensive information exchange and thereby have a higher innovation potential than their hinterlands”*. Assim, *“their economic and sociopolitical structures are able to adapt faster to new requirements than those of the dependency from the urban centers. (Loc.cit)*

Sobre as cidades em Portugal, assinala Ribeiro (1994.IV, p. 141), *“quase todas as cidades portuguesas (tomando neste sentido também as vilas de fisionomia urbana) ascendem a um passado remoto e conservam, na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto, qualquer marca das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida”*. Estas razões levam-nos a considerar a urbe de Leiria em momentos distintos da sua evolução, seleccionados de acordo com a leitura que fazemos do trabalho de diversos autores. Assim, consideramos:

- o burgo medieval (A),
- a cidade Queirosiana (B),
- a consolidação urbana de Novecentos, até aos anos setenta (C),
- a expansão recente da cidade, durante o último Quartel de Novecentos e a transição para o século actual (D). Para isso recordamos algumas das descrições que sentimos mais expressivas desta realidade.

A - Com base na consulta de diversas fontes documentais, árabes e de outra origem, nomeadamente os *“anais undecentistas crúzios”*, Gomes (1995, p. 26) regista que a terra onde se veio a desenvolver Leiria era *“não habitada, deserta de gente humana e sem senhor”*, dominada por um *“despovoamento estrutural”* (Loc. cit.), que se verificou durante todo o domínio muçulmano, contrariamente ao que se verificava com Santarém, importante capital administrativa muçulmana e de Coimbra, importante reduto cristão, entre os séculos IX e X, defendida pela fronteira natural do leito do Mondego. Quanto à sua fundação, observa este autor (Op. cit., p. 25): *“Leiria é um produto da Reconquista portuguesa do século XII, consolidado e estruturado nos séculos seguintes da Idade Média”*. Esta afirmação dá-nos conta

da importância da localização territorial do sítio do velho burgo leirenense, bem como das causas da sua evolução temporal.

Importa agora assinalar o “sítio” urbano, condicionado fisicamente pelo ofito dolerítico ocupado pelo castelo e pelos morros circundantes de maior dimensão, de origem sedimentar, ocupados pelo Santuário de N^a S^a da Encarnação, pelo cemitério ou já pelas pequenas colinas onduladas que cercam o rio Lis, no seu percurso urbano. De acordo com Gomes (Op. cit., p. 116), *“a escolha do local, por Afonso Henriques e seus auxiliares, para levantamento da fortaleza revela-se como de perfeita inteligibilidade. Por um lado, atendeu-se à necessidade de impedir que os campos de Montemor-o-Velho e Soure fossem continuamente alvo das algaras moabitas ou agarenas que, entre outras possibilidades de circulação, tinham nas margens naturais do Lis insignificantes obstáculos aos seus intentos. Por outro, as condições orográficas regionais, aliadas a razões de ordem de colonização económica e agrária de novos espaços, tinham neste local uma base privilegiada e sem paridade”*.

Prossegue o mesmo autor (Op. cit., p. 86), notando que para além da função militar exercida pelo burgo de Leiria, este mantinha igualmente uma posição estratégica, devido à sua localização próxima da via de circulação que ligava a antiga Olisipo, a Bracara e se constituía como *“um veio de fácil penetração para os muçulmanos”*. Estas circunstâncias levaram-no a afirmar (GOMES, 1993, p. 83) a localização estratégica de Leiria, próxima das estradas romanas que ligavam o norte ao sul do país, da costa marítima e de centros locais ligados às actividades militares e defensivas. Por isso, *“Centro situado entre Coimbra Santarém e Lisboa, Leiria consegue manter ao longo dos séculos medievos uma capacidade congregadora não só como pólo comercial, como também dum ponto de vista administrativo e jurisdicional. Prova-o o facto de ter sido cabeça de comarca e de almoxarifado para além de centro concelhio”* (Loc.cit.).

Esta breve referência vem ao encontro de Martins (1949, p. 87), que assinala: *“Sobranceira aos frescos vales do Lena e do Lis e coroando um ofito do Eocénico que se levanta entre as margas hetangianas, surge um magnífico castelo construído no decurso da primeira metade do século XII para fazer frente aos Muçulmanos e transformado mais tarde em palácio real”*. As funções defensivas e militares que desempenhou, juntamente com as funções de natureza religiosa e administrativa, deram origem a um povoamento que se intensificou nos campos próximos, sobretudo depois do arroteamento das gândaras e das bacias do Lena e do Lis, ou seja dos campos de Leiria. Estes têm vocação agrícola, são dotados de solos férteis e profundos, os *“aluviossolos”*, que se encontram *“predominantemente*

nos fundos mais aplanados dos vales, onde as aluviões estão presentes passando, lateralmente, junto às vertentes, a coluviosolos (solos profundos e férteis” (CAMPAR et al., 1989, p. 40).

A drenagem do “*paul de Ulmar do Camarinho*” (finais do séc. XIII), situado próximo de Monte Real, permitiu uma ocupação humana mais densa, embora de forma descontínua em seu redor devido à presença intercalada de solos de natureza aluvionar, dominantes na bacia do Lis e de natureza arenosa, de vocação florestal. O arroteamento deste território prolongou-se até às faldas do maciço calcário estremenho, permitindo alimentar uma população em crescimento.

De acordo com Gomes (1995, p. 73), durante a época medieva, devido ao seu posicionamento geográfico, Leiria funcionou como “*um centro urbano motor e ordenador*” do território, face às zonas “*mais serranas, consequentemente com maiores dificuldades na distribuição da rede hídrica, com solos maioritariamente de produtividades mais escassas*” (Loc. cit.) e os terrenos mais férteis e ribeirinhos dos rios Lis e Lena. A importância e as condições de acolhimento da Vila, elevada à categoria de cidade em 13 de Junho de 1545, estão patentes na realização das primeiras Cortes, em 1254, promovidas por D. Afonso II.

A extensão do território medieval, controlado pelo castelo-vila de Leiria, está na origem da sua fragmentação e à sua repartição pelos senhorios de Porto de Mós, de Ourém (lugares atravessados pela estrada medieva que ligava Santarém a Coimbra) e coutos de Alcobaça, tendo surgido não do resultado de “*um acto administrativo das instâncias do poder superior ou régio, mas antes em virtude das condições sociais da região*” (Op. cit., p. 72). É assim que Gomes (Op. cit., p. 11) considera: “*na área peri-urbana denotava-se um dinamismo económico-social de vulto para o que contribuíram os inúmeros moinhos de água, os pisões, os lagares de vinho e de azeite, além de outros engenhos de serração de madeiras, ou em certa altura, de fabrico de papel*”.

De acordo ainda com o mesmo autor (Loc. cit.), o desenvolvimento destas actividades davam a Leiria um peso económico de relevo - afastado que estava das outras cidades do Reino, como Coimbra, Santarém e Lisboa, ou mesmo dos senhorios fundiários mais próximos de Porto de Mós, Ourém e Pombal - importância esta reforçada pelas funções administrativas e de justiça que desempenhava, como “*cabeça de comarca e de almoxarifado para além de centro concelhio*” (Loc. cit.).

Animada por estas actividades, a morfologia urbana de antanho confirma a existência das diferenças entre a ocupação humana e os mesteres dos habitantes. Observa Gomes (Op. cit., p. 13) que, “*ao longo dos séculos XII e XIII, sobremaneira neste, assistimos à progressiva instalação de moradores nas zonas planas em*

detrimento dos espaços e /ou bairros cujo casario se situava em boa parte nas ladeiras mais ou menos íngremes, como acontecia junto das muralhas e na própria alcáçova". Assim, para além da área acastelada e muralhada da guarnição militar, gradualmente despovoada em favor das áreas menos acidentadas e da planície aluvionar do Lis, durante a época medieval (Op. cit., pp. 15-16), individualizavam-se os seguintes núcleos de povoamento:

- Bairro de Santiago ou Arrabalde da Ponte, onde se fixavam, na sua margem direita, *"os tecelões e tintureiros, enquanto na esquerda nos aparecem os solares senhoriais"* (Loc. cit.);

- Santo Estevão, onde se instalaram *"os mouros forros e mesteirais de actividades relativamente poluentes (forjas, olarias, lagares de azeite) constituindo um bairro periférico onde nunca encontramos, entre os residentes, elementos de um estrato social elevado";*

- S. Martinho, a *"paróquia onde habitavam os mais elevados estratos sociais da vila"* e onde, na era de Quatrocentos, *"se tomavam as decisões de âmbito judicial e administrativo concernentes ao município";*

- a zona leste desta praça, nas proximidades do rio, onde se localizavam as azenhas e os engenhos das *"actividades para-industriais ligadas à transformação de cereais, de cortumes, de têxteis e do papel"*.

A planta de Leiria, no século XV, preparada por este autor (Op. cit., p. 16), é esclarecedora da estrutura urbana quatrocentista, sugerindo a dimensão urbana do burgo medievo e a organização interna deste espaço. Duas notas sobre esta planta. Em primeiro lugar, a dimensão do núcleo fortificado, dentro da cercadura do Castelo, com a Porta do Sol, virada a Sul, e a Porta Norte, a constituírem as vias de acesso principais à Igreja de S. Pedro e ao corpo militar. Depois, notar a extensão do povoamento na base do morro acastelado, em particular na sua parte meridional, ocupando um dos terraços fluviais do Lis e desenvolvendo-se ao longo da Rua Direita, entre dois pólos distintos: a Judiaria, a NE e o Terreiro, a SW.

Convergindo para esta via, temos diversos arruamentos que estruturam a povoação medieva e dão acesso a outras vias de circulação interna e de saída da povoação. De realçar que dada a meandrização do rio Lis, dando lugar à Várzea de S. Martinho e de S. Francisco, é na direcção setentrional que o arrabalde se desenvolve, estabelecendo o contacto com os campos do Lis.

capelas (v.g. Arcanjo S. Miguel, Nossa Senhora dos Anjos, S. Bartolomeu), reformaram-se profundamente outros templos, particularmente o de S. Francisco, dos mendicantes menores, em cujo pórtico ainda hoje se observam pés direitos e capitéis irmanados com os do portal de Santa Maria da Pena, no Castelo. Outras igrejas foram também beneficiadas como as paroquiais de S. Martinho, Stº Estêvão, S. Pedro e, decerto, Santiago”. Mais ainda: “assistiu-se, por todo o alfoz leiriense, a um surto idêntico de reformas artísticas ou de edificações de raiz. Com isso, denunciava-se claramente uma Leiria enriquecida, com suficientes meios financeiros para promover obras de arte, para adquirir imaginária no estrangeiro (v.g. imagens de alabastro como a do Espírito Santo da igreja do mesmo orago, na cidade), ou mesmo para sustentar o funcionamento de oficinas de pintura locais, caso da de João Afonso”.

A propósito da proximidade do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, conclui o referido documento (Loc. cit.): “sob este ponto de vista, esse mosteiro testemunha bem a capacidade dos leirienses em excederem-se a si próprios, em fazerem mais do que o habitual, ao conseguirem concretizar decisões oriundas duma coroa cujas cabeças políticas viam em Leiria um centro suficientemente apto e rico para paradigma nacional e internacional da nova vivência cortesã, do Quatrocento, segundo os cânones por que esta se regia em todas as cortes evoluídas da Europa de então”.

As referências anteriores comprovam a importância do burgo de Leiria, que desde a época medieva funcionou como um centro motor do desenvolvimento do território (GOMES, 1995, p. 73), particularmente em relação às áreas mais pedregosas, dotadas de solos de menor fertilidade em comparação com os terrenos mais férteis e ricos da planície fluvial do Lis.

Pela sua importância, recuperamos o texto de Silva (2002, p. 39), relacionado com o aproveitamento das fontes de energia, os moinhos de água: “à construção e/ou descoberta de novos engenhos ou sistemas de moagem e pisoagem por força hidráulica (1420/30), à produção de papel (desde 1411) e à própria actividade tipográfica (na década de 1490). Estas duas últimas encontravam-se relacionadas com a capacidade financeira da comunidade judaica local para promover os circuitos económicos de investimento e de consumo desses mesmos bens. No caso do papel, por exemplo, procedia-se à sua venda para mercados “externos” como o de Lisboa, para além do abastecimento de institutos eclesiásticos regionais, grandes consumidores daquele material”.

Esta actividade moageira, dominante até meados de Novecentos em toda a área, antes da mudança social operada pelas migrações e por outros fenómenos

civilizacionais, foi considerável até à electrificação local, concluída já durante a segunda metade do século passado e que levou à substituição dos antigos moinhos por moagens eléctricas e à queda do consumo doméstico do milho.

Estas condições geográficas de Leiria são realçadas por outros autores, entre os quais o Dr. Afonso Zúquete, que numa comunicação publicada no “*Livro do I Congresso das actividades do distrito de Leiria*” (1943, p. 119), escreveu: “*Leiria nasceu, pode dizer-se, pelas mãos da Igreja. No núcleo castrejo inicial alvejaria já a ermida de Nossa Senhora da Pena. Depois, doada aos poderosos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a poucos anos da reconquista, são estes os fomentadores da colonização (...). A vila desce o castelo e espalha-se nas veigas férteis do Lis, e quando o leiriense-soldado se transforma no leiriense-lavrador é ainda a Igreja que vai com ele, desdobrando-se a matriz de Nossa Senhora nas paróquias de S. Pedro, Santo Estevão, Santiago e S. Martinho*”.

Esta descrição ajuda-nos a compreender a história e a morfologia do burgo medieval, presente no traçado da parte mais antiga da cidade, no sopé do castelo, sobre o qual Gomes (1993, p. 83) escreveu: “*do ponto de vista urbanístico, Leiria afirma-se de imediato por ser coroada por um castelo de funções prioritariamente militares e prisionais – sempre confirmadas ao longo dos séculos medievais – que apresenta uma fisionomia próxima de um polígono irregular, tendencialmente alongado, ogival, que se demarca na paisagem urbana e denuncia as soluções construtivas românicas das fortalezas defensivas da época*”.

A consolidação do núcleo urbano primitivo beneficiou da construção da nova Sé catedral (transferida da antiga Igreja da Pena), concluída na segunda metade de Seiscentos, em 1574, que se veio a juntar às muitas ermidas e conventos que guarneciam o tecido urbano medieval.

B - A designação utilizada, de Leiria Queirosiana, assenta na leitura urbana da cidade e da sociedade leiriense, descrita na obra literária de J. M. Eça de Queiroz, Administrador do Concelho de Leiria, durante os anos de 1870 e 1871. Essa Leiria, habitada por “*gente do tempo dos afonsinos*”, reunia um conjunto de elementos estruturantes da paisagem urbana, que importa destacar.

Para tanto, torna-se necessário recorrer ao “circuito urbano” sobre a Leiria Queirosiana, elaborado por O. Cardoso⁷² e cotejá-lo com a “Planta da Cidade de Leiria”, de 1809⁷³. Embora a nossa perspectiva não seja a de recriar o circuito

⁷² “*Leiria Queirosiana – Roteiro cultural*”. Leiria, Edição da Região de Turismo Leiria-Fátima, s/d.

⁷³ “*Cópia fiel da tela de 1809, existente na Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital, executada na Repartição Técnica da Câmara Municipal de Leiria, por Raul Faustino de Sousa, em Agosto de 1939*”, conforme o registo escrito na base do referido documento.

proposto pelo autor é útil a sua consulta por evidenciar, através das construções e das espaços que indica nesta descrição, os elementos estruturantes fundamentais da cidade, que delimitavam o espaço urbano edificado entre as várzeas do Lis, as colinas ocupadas por ermidas e conventos e o morro do castelo.

Relata-nos “*O Couseiro*” (Op. cit., p. 9), que Leiria “*está toda cercada d’ermidas, de modo que de nenhuma parte se pode entra n’ella que não passem por juncto d’ermida ou convento*”. Esta descrição confirma os traços de religiosidade deste centro, que continuou a registar uma vida própria, marcada pelo seu ar provinciano, melancólica e monótona, responsável pelo “*exílio triste, tão profundamente enfastiado, tão sucumbido, tão cheio de desdém, tão perdido de vida*” que Eça de Queiroz (2008, pp. 20-21) descreveu. O rio e o ‘ofito’ do castelo condicionaram o ‘sítio’ urbano e constituíam os limites naturais da ocupação humana do velho burgo leiriense. O primeiro, pelas suas funções defensivo-militares delimitadas pela cerca e demais edificações na sua base, obrigou a que a população se fixasse nas suas vertentes, sul e sudoeste. Aí se encontram:

- Igreja românica de S. Pedro, situada fora das muralhas do castelo e que serviu de Sé antes da construção do novo edifício, assinala a ligação do “burgo” acastelado e o seu arrabalde;

- Torre Sineira, na rampa que liga o morro do castelo à nova igreja da Sé. A sua edificação, junto à “Porta do Sol”, que dá acesso à antiga vila assinala, no dizer de Cardoso (Op. cit.), “*uma antiga torre de defesa de cerca da vila*”.

Na base da fortificação, a construção do edifício da Sé com a sua praça fronteira e os arruamentos adjacentes, impulsionou uma nova estrutura urbana, gerando novos traçados dos arruamentos e funções. Aí, destacamos:

- Sé, com a sua robustez e imponência, que assinala a expansão do povoado para a zona baixa da povoação e a sua ligação aos arrabaldes vizinhos e à população da Diocese. Com o seu largo fronteiro, aí se localizava a antiga sede da Administração do Concelho (ocupada por Eça de Queiroz, no início da década de setenta, de Oitocentos);

- Rua Direita, que estabelecia a ligação entre o largo fronteiro da Sé e o Terreiro, a “*parte nobre da cidade oitocentista, com os solares e palacetes da nobreza liberal leiriense*” (Op. cit.), um dos elementos estruturantes da cidade baixa, ocupada pelo comércio e um “*eixo vital da zona antiga da cidade*” (Op. cit.);

A existência da Rua Direita é uma característica comum às cidades em Portugal, sendo “*às vezes turtuosa (...), eixo principal de trânsito mas o próprio coração da vida urbana*” (RIBEIRO, 1994.IV, p. 152), e animada pela população e suas actividades. No dizer do referido autor (Op. cit., p. 151), estes traços comuns

devem à função da cidade como “*um grande centro de trocas*”, dando origem à existência, no dizer do mesmo (Loc. cit.), por vezes “*à margem da aglomeração, de uma praça (...) onde se realizam mercados e feiras e onde os camponeses trazem os produtos dos arrabaldes e fazem os fornecimentos*”, o chamado “Rossio”.

Sobre a cidade de Leiria, Margarido (1988, p. 56) relata-nos, que “*a cidade seiscentista organizou-se (...) preferencialmente junto da Praça e as construções que ladeavam as ruas que a envolviam foram crescendo, tornando o espaço urbano cada vez mais compacto. Era ainda na Praça de S. Martinho que se localizava a casa da Câmara e o pelourinho, símbolos da dignidade concelhia*”. A Leiria Queirosiana inclui, ainda:

- Praça Rodrigues Lobo, com a antiga Câmara, Cadeia e Pelourinho, centro de comércio local, de convívio social e do antigo mercado de cereais;

- Rossio de D. Luís I, hoje ocupado pela praça onde se situara a Fonte luminosa e o Jardim Luís de Camões;

- Marachão, ou margens do Lis, descrito por Eça de Queirós, esse “*lugar recolhido, coberto de árvores antigas*” (QUEIROZ, 2008, p. 21), conhecido por Alameda Velha, “*a longa alameda macadamizada que vai junto do rio, entre os dois renques de velhos choupos*” (Op. cit., p. 27) e onde se entreviam “*vestidos claros de senhoras passeando*” (Loc. cit.).

Recorde-se que o leito do Lis foi regularizado no início do século XVIII, devido à acção das cheias frequentes. Relata “*O Couseiro*” (1868, p. 8) que, Leiria “*ficou muito menos sadia, e sujeita a muitas cheias e inundações, que tem causado grandes perdas*”, registando a ocorrência de vários acidentes nos anos de 1475, de 1596 e de 1600. Prossegue o referido texto (Op. cit, p. 9), referindo que “*houve muitas outras; com o que o sítio não é tão saudavel, antes sujeito a achaques e enfermidades, mas é muito abundante de pão, vinho, azeite e fructas*”. Estas condições justificam que antes do encanamento do leito do Lis, em 1660 e 1701, a densificação urbana se tenha feito sentir com maior incidência na sua margem esquerda, esbatendo-se essa ocupação na outra margem, circunstância que só depois da construção do hospital local, por iniciativa de D. Manuel de Aguiar, se veio a alterar, abrindo uma nova frente urbana em constante mutação.

Pelos finais de Setecentos, a paisagem urbana era ainda marcada pela Ponte Nova, de “*dois largos arcos de pedra, fortes e atarrcados*”, que havia substituído “*o velho passadiço de pau sobre a ribeira do Lis*”, em frente da cidade. A paisagem circundante é assim descrita por Eça (QUEIROZ, 2008, pp. 20-21): “*Em roda da Ponte a paisagem é larga e tranquila. Para o lado donde o rio vem são colinas baixas, de formas arredondadas, cobertas da rama verde-negra dos pinheiros*

novos; em baixo, na espessura dos arvoredos estão os casais que dão àqueles lugares melancólicos uma feição mais viva e humana (...). Para o lado do mar, para onde o rio se arrasta nas terras baixas entre os renques de salgueirais pálidos, estende-se até aos primeiros areais o campo de Leiria, largo, fecundo, com o aspecto de águas abundantes, cheio de luz”.

Quanto à cidade, descreve-a o autor do seguinte modo (Loc. cit.): “Da Ponte pouco se vê da cidade; apenas uma esquina das cantarias pesadas e jesuíticas da Sé, um canto do muro do cemitério coberto de parietárias, e pontas agudas e negras dos ciprestes; o resto está escondido pelo duro monte ouriçado de vegetações rebeldes, onde se destacam as ruínas do Castelo (...)”. Próximo da Ponte Nova, o Chafariz, “cheio de ruído, onde os cântaros arrastam sobre a pedra” (Loc. cit.), era um dos lugares mais frequentados pelos moradores da cidade baixa, na margem fronteira ao Hospital.

Esta Leiria Queirosiana desenvolvia-se a partir da encosta do castelo, estendendo-se por toda a parte baixa da cidade, até ao leito do rio Lis, traços estes que são realçados por Gomes (1993, p. 87), que observava, terem os séculos modernos e contemporâneos alterado “a paisagem urbana medievla desta cidade estremenha”, situação que “testemunha a dinâmica económica regional ao longo desse período, que permitia, tanto quanto impunha, a transformação das estruturas habitacionais pré-existentes”.

A planta mais antiga da cidade de Leiria, elaborada em 1809, revela uma alteração da “fisionomia da cidade (...), perdendo-se a paisagem medieval, a imagem exterior, mas as estruturas viárias medievlas permaneceriam” (Op. cit., p. 88), concentrando-se a população ao longo dos principais eixos de circulação e praças adjacentes (MARGARIDO, 1988, p. 50). A estrutura da cidade acentua a densificação humana fora da área muralhada, em particular na sua parte baixa, ocupando novos terrenos entretanto ocupados ao leito do Lis, depois das obras de encanamento a que fora sujeito. A cidade estende-se agora de um e outro lado da Rua Direita, sobretudo na direcção Sul e Levante, uma vez que a base da encosta do castelo se encontra cheia de edificações. Por isso a cidade ocupa os terrenos conquistados ao rio Lis, a área circundante à Sé e a parte baixa até ao Terreiro, estendendo-se já para Poente, na direcção do Largo de São Bartolomeu e da Rua de Lisboa.

Pelo contrário a parte Norte da cidade, do lado do Arrabalde, mantém a tendência para uma ocupação humana mais esparsa. Junto das margens do rio Lis, os terrenos pertencentes à Ordem de São Francisco e à Sé, ocupados pela agricultura, constituem o tampão urbano que aguarda pela revolução Liberal, pela

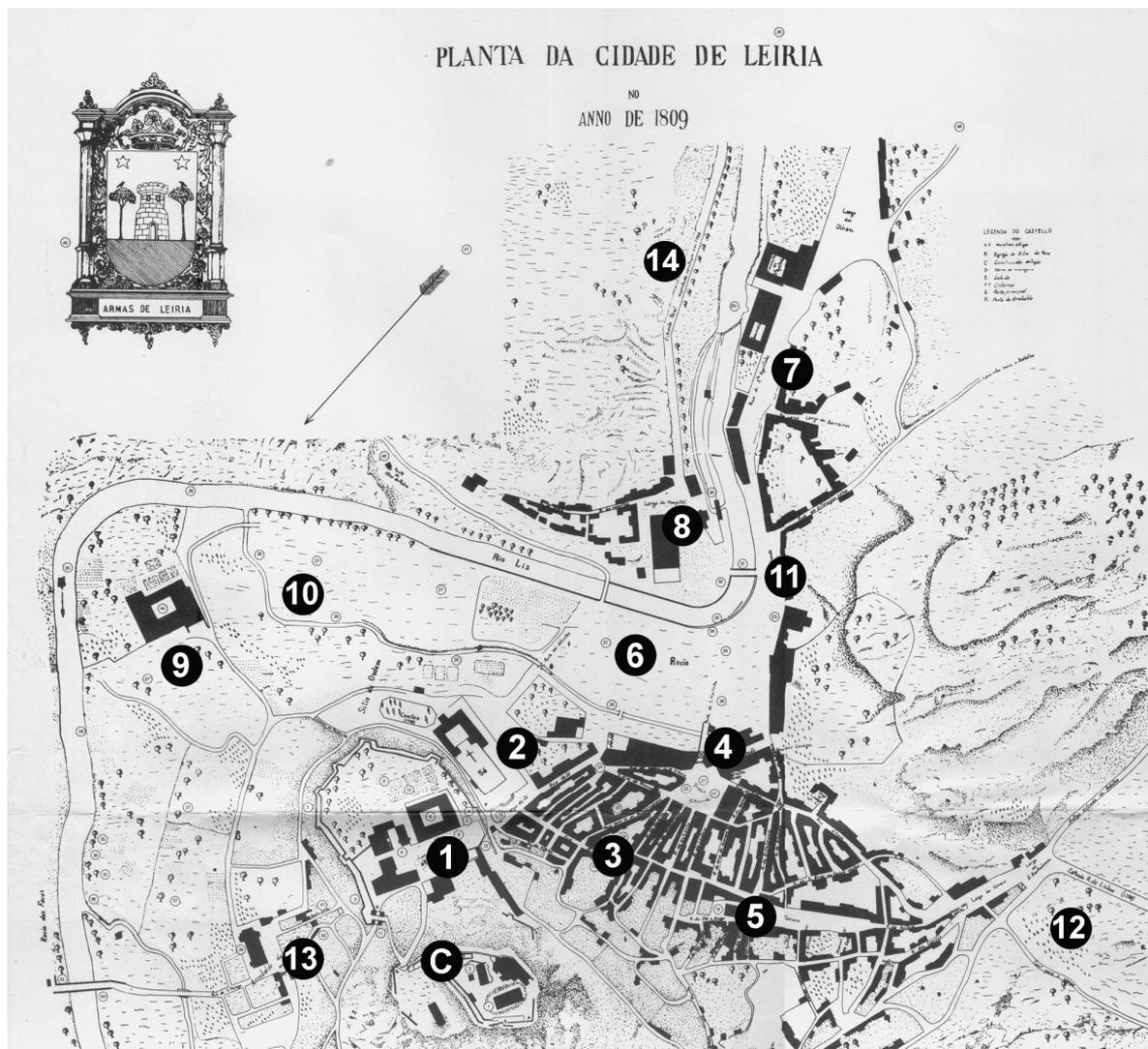
extinção das Ordens religiosas e a sua aquisição por parte da burguesia local, para a serem urbanizadas.

Estes os elementos estruturantes da morfologia urbana de Leiria no início da década de setenta, de Oitocentos, sede do concelho que Eça veio administrar, assim caracterizado por Cardoso (1981, p. 28): “os principais produtos eram o vinho e seus derivados (que estavam em recuperação após os grandes temporais de finais da década de cinquenta que haviam destruído grande parte das vinhas), o azeite, cereais, arroz, legumes, frutas, madeira de pinho, cortiça e bolota”. Quanto à indústria, descreve este autor (Loc. cit.): “Existiam, igualmente, algumas indústrias. Lugar importante ocupava a vidraria, embora também houvesse transformação de resinas, serrações de madeira a vapor, cerâmica (de barro refractário e de barro vermelho), serralharia, latoaria, sapataria, alfaiataria, pesca, moagem, cortumes e cal”.

Por sua vez entre o comércio destacava-se, no comércio interno, os produtos agrícolas e industriais e no comércio internacional, a exportação de toros de madeira, para Espanha, França e Inglaterra, vinho e aguardente, para o Brasil, África e Inglaterra (Loc.cit.). Neste sector destacam-se, ainda, no dizer deste autor (Loc. cit.), “produtos importados para consumo no concelho”, tais como “mercearias, gado bovino e suíno, pano, ferragens, ferro, carvão de pedra, carbonato e sulfato de sódio, produtos de ouriverasria e areia estrangeira para o fabrico de vidro na Marinha Grande”.

Sobre o mesmo assunto, escreveu Margarido (1988, p. 73), que apesar do florescimento das actividades económicas durante a segunda metade do século XIX, “a economia da região, na qual se localiza a cidade de Leiria, foi marcada durante aquele período por uma insuficiência de investimento que, por isso, provocou apenas algumas mudanças estruturais no tecido urbano”. Mais tarde foram feitos novos investimentos na cidade, dando conta da animação dos circuitos económicos locais, assim descritos (SILVA, 2002, p. 41): “Foi de extrema importância a implementação de tipografias na cidade (1855), bem como de melhores sistemas de salubridade e vida urbanas (esgotos, empedramento de ruas, iluminação pública, etc.). Ao progresso industrial associava-se o crescimento dos sectores terciários (saúde - hospital e termas-, serviços postais, hotelaria, comércio) e o florescimento dos ensinos básico e secundário locais”.

Figura 25 – A cidade de Leiria (1809)



C. Castelo

1. Igreja S. Pedro 2. Sé 3. Rua Direita 4. Praça (local da Feira) 5.- Terreiro 6. Rossio 7. Rua Santo Agostinho 8. Largo do Hospital 9. Convento de S. Francisco 10. Antigo leito do rio 11. Ponte Nova 12. Portela 13. Arrabalde da Ponte 14. Estrada Real

C – Apesar dos traços relacionados com o evoluir das actividades económicas, é a Leiria Queirosiana que se altera com a entrada do novo século XX. A este respeito, Gomes (1996. in: “*Guia Expresso*”, p. 5) evoca a evolução urbana registada entre os anos oitenta de Oitocentos e o século passado: “*adormecida entre finais do século XVI e finais de oitocentos, Leiria acordou no início do séc. XX para se renovar enquanto pólo republicano, rasgando avenidas em quintas de velhos conventos, erguendo bairros novos, crescendo para sul e para oeste, procurando ultrapassar a letargia do período anterior, renovando edifícios e espaços*”.

Por sua vez, assinala Margarido (1988, p. 74), que apesar do florescimento das actividades económicas durante a segunda metade do século XIX ou seja, depois daquele nefasto acontecimento que foram as invasões francesas, “*a cidade e a sua área envolvente cresceram e desenvolveram-se em função do contributo da agricultura, da indústria e do comércio, o qual, todavia, durante este século, foi fraco*”. Reconhece a mesma autora (Op. cit., p. 72), que “*o crescimento da cidade estava directamente dependente do sucesso agrícola e as crises na lavoura que se sucederam durante quase todo o século XIX, reflectiram-se de forma negativa no crescimento do espaço urbano, em consequência do fraco aumento populacional*” e das perturbações que vieram afectar o crescimento da cidade.

A este respeito, Cabral (1993.I, p. 112) relata as invasões dos franceses as quais, de acordo com testemunhos da época (Loc. cit.), deixaram tudo em ruínas, dentro e fora da cidade, tendo sido “*de tal grandeza a rapinagem que nem o grão da sementeira se poupou, nem poder de compra restou para o adquirir importado, pelo que houve necessidade de aceitar o auxílio do Parlamento Inglês para aquisição de sementes*”.

As notas referentes à evolução da população ajudam-nos a compreender o crescimento moderado das actividades da população e a evolução do aglomerado. A este respeito, Margarido (Op. cit., p. 72) dá-nos conta, que “*o crescimento da cidade estava directamente dependente do sucesso agrícola e as crises na lavoura que se sucederam durante quase todo o século XIX, reflectiram-se de forma negativa no crescimento do espaço urbano, em consequência do fraco aumento populacional*”. E foram bastantes as marcas deixadas nesse século que deram azo a perturbações do crescimento urbano, que o dealbar de Novecentos acabou por ultrapassar.

Como assinala Gomes (GOMES - “*Introdução*”, in: MOREIRA e OLIVEIRA, 2002): “*Os primeiros lustros de Novecentos trariam à cidade indícios de progresso. A electricidade, o telégrafo, o telefone, o abastecimento de água canalizada ao*

domicílio, a edificação de um edifício amplo para o mercado municipal, o tráfego automóvel que, paulatinamente, substituiu os velhos veículos de tracção animal, a presteza que então assumia a linha de caminhos de ferro do Oeste, a afirmação dos estabelecimentos de ensino médio como o antigo ‘Lyceu’ de Rodrigues Lobo ou a Escola Comercial e Industrial, o surto de afirmação de novas colectividades de lazer, desporto e cultura, a abertura da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria (...), são, entre tantas outras realidades, conquistas reais da civilização e do progresso humano que davam a Leiria uma renovada imagem de urbe definitivamente encaminhada, desde então, para um futuro promissor e radioso”.

Destacamos, a propósito, logo no início desse século, a renovação urbana registada em torno do convento de Sant’Ana, com a abertura de novos aruamentos e equipamentos, que passaram a constituir o centro da vida social e urbana. Igualmente a implantação de novas construções nesta área, próxima da Ponte Hintze Ribeiro e do rio Lis, permitiu adensar o espaço urbano local e levar à construção de um mercado coberto, acessível a toda a cidade, de autoria do arquitecto Korrodi. Com estas obras Leiria ganha nova centralidade, junto das vias de comunicação, que então atravessavam o rio, próximo deste local.

Foram inúmeras as alterações operadas na malha construída leiriense por via da aprovação do *“Plano Geral de Melhoramentos e Modernização da cidade de Leiria”* (1926), que mudou a fisionomia antiga da cidade, sacrificando algumas ruas mais antigas em favor do seu alargamento ou de novos arruamentos, que realçavam as mudanças operadas no tecido económico local e regional. Observa Gomes (Op. cit., p. 21), que *“toda esta transformação urbana é um reflexo directo do crescimento demográfico (...) e da importância económica que Leiria lidera”*.

Em consequência das melhorias operadas no centro e da necessidade de alargamento do perímetro urbano, foi aprovado posteriormente o *“Plano de Urbanização de Leiria”* (1945), que permitiu alguns arranjos internos e a construção do bairro das Almuinhas. Contudo, observa o mesmo autor (Loc. cit.) que *“a cidade não cresceu; adoptou-se à estrutura que adquirira na primeira metade do século”*. Tais alterações foram evidenciadas pelo crescimento da sua população, pela diferenciação de áreas sociais urbanas e pela configuração e novos traçados que correspondem a outras formas de organização do espaço citadino (GASPAR, 1972.b).

D - Com alguns avanços nas primeiras décadas, só depois dos anos sessenta é que Leiria e o seu distrito, conjuntamente com os outros distritos do país, foi sacudido pelas mudanças operadas pelo crescimento da indústria e do comércio,

pela queda da agricultura e incremento das migrações internas e para o estrangeiro. As alterações acima referidas são justificadas pela evolução das actividades económicas sedeadas na cidade e nas suas imediações, especialmente pelo desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, tanto na cidade como na sua área próxima. Estas foram evidenciadas pelo crescimento da sua população de tal forma que, já no século XX, o maior crescimento demográfico foi registado entre 1920 e 1930 e durante o último quartel, de 1970 em diante, fenómeno correspondido pelo alargamento das funções, da estrutura e da morfologia urbanas.

Esta a razão porque ao apreciarmos a evolução urbana de Leiria, notamos a sua dinamização, só no século XX, quando aquelas condições se alteraram e se operou uma profunda mudança no tecido urbano leiriense (MARGARIDO, 1988, p. 84). Durante o último Quartel de Novecentos, depois da aprovação do “*Ante-Plano de Leiria*”, elaborado pela Hidrotécnica Portuguesa (1970), a cidade de Leiria expandiu-se para fora do seu núcleo urbano mais próximo da cidade antiga. Reconhece a autora (Op. cit., p. 118), que neste novo instrumento de planeamento urbano, foram definidas “a) *área da cidade e zona envolvente; b) pólos ou núcleos de desenvolvimento onde se localizam as actividades do tipo industrial ou do tipo terciário, bem como as concentrações habitacionais e equipamentos (...)*”.

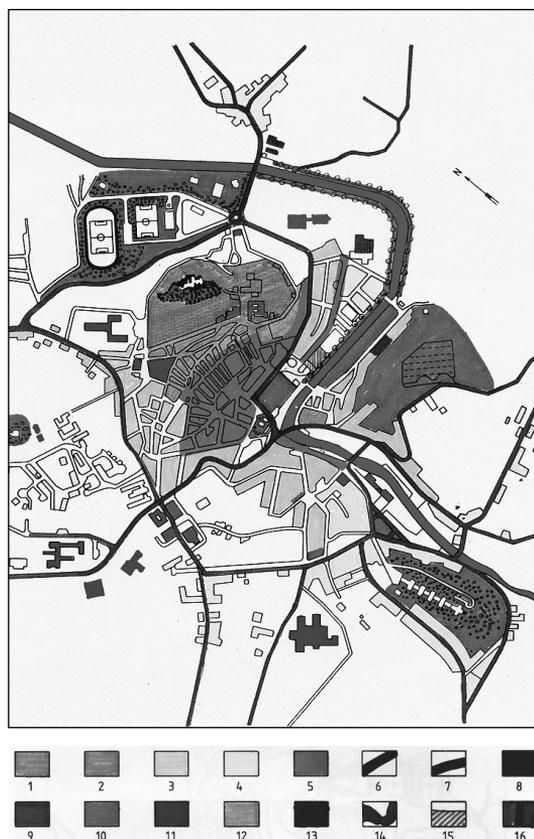
As alterações então produzidas manifestaram-se no embelezamento de espaços verdes, tais como o Jardim Municipal Luís de Camões, pela edificação de novos arruamentos no espaço peri-urbano, pela melhoria das condições de circulação interna e em direcção às vias de saída que entretanto foram delineadas. Assim, “o comércio e os serviços acompanharam esta vaga expansiva da cidade” e “a ruralidade ficou para memórias na área da cidade” (Loc. cit.). A este respeito acrescenta Margarido (Op. cit., pp. 124-126): “a área urbana cresceu e desenvolveu-se, aglutinando parcelas que até aí eram de índole rural ou de pequena indústria. Assim, o perímetro urbano ficou mais dilatado, ultrapassando largamente o núcleo medieval à volta do qual a cidade se desenhou até ao século XX. Marrazes, Pousos, Parceiros, Telheiro, exemplos do plasmar da cidade na área rural envolvente, situam-se, hoje, dentro do limite da área urbana de Leiria”.

No decurso do último Quartel de Novecentos e ao iniciar o século actual, a cidade Leiria, tal como as cidades da orla litoral do país, registou um crescimento da sua população e das áreas construídas, acusando o fenómeno de “litoralização”, de mobilidade humana, de migração de capitais e de investimentos públicos e privados, que vieram a alterar significativamente a malha urbana mais antiga, quiçá

promovendo a sua desertificação e abandono, tornando-se num conglomerado de novas edificações e residências.

Importa assinalar que estas transformações foram acompanhadas de uma terciarização crescente dos habitantes, facto que tem vindo a notar-se através do aumento da população activa ocupada em actividades relacionadas com o comércio a retalho e grossista e com os serviços, alimentadas pela criação de diversas empresas localizadas no termo urbano. Este fenómeno tem vindo a permitir o alargamento da área urbana e a densificação humana das freguesias mais próximas.

Figura 26 – Estrutura do centro urbano de Leiria (limites)



1. Núcleo antigo do castelo 2. Cidade antiga 3. Quarteirões Residências 4. Quarteirões, Residências periféricas 5. Comércio 6. Eixo rodoviário Norte-Sul 7. Outras vias de comunicação 8. Instalações fabris 9. Espaços verdes 10. Serviços administrativos 11. Estabelecimentos de ensino 12. Estabelecimentos sociais 13. Mercado 14. Rio Lis 15. Gare Rodoviária 16. Pontes

In: Margarido, 1988, pp. 122-123

Em consonância com estas transformações, tem-se assistido a um reforço das funções desempenhadas e ao alargamento da área de influência dos serviços instalados no perímetro urbano. É esta situação que se mantém na actualidade, referindo-se o desempenho da cidade de Leiria como centro de um território mais vasto, hoje constituído por diferentes unidades administrativas sobre as quais esta cidade desempenha um papel de “*centro gravitacional*” de importância crescente, entre o Centro e o Vale do Tejo, ou então, se quisermos atender aos limites geográficos das antigas Províncias, entre a Beira Litoral e a Estremadura propriamente dita.

Uma descrição de Silva (2002, p. 41), dá conta de alguns factores responsáveis por esta dinamização urbana: “*a instalação de pequenas centrais eléctricas na cidade e arredores, o crescimento paulatino do tráfego automóvel, a multiplicação das tipografias, a afirmação dos primeiros bancos, a expansão do telefone e das novas actividades lúdicas (cinema, teatro, associativismo cívico, cafés, bandas filarmónicas, etc.), de par com um surto da edificação urbana (arte-nova), trouxeram a Leiria uma atmosfera de renovação e de progresso*”. Regista ainda: “*o surto de prosperidade verificado nos alvares desta centúria parece ter sido reencontrado após a década de 1970. Neste campo, o crescimento populacional da região, mormente com o retorno de populações dos antigos territórios coloniais, trouxe à cidade novas fontes de iniciativa económica. Além disso, os emigrantes naturais deste espaço permanecem como um sustentáculo de importância maior no funcionamento do mercado no domínio da construção civil, bem como no campo comercial. Acresce considerar o surto turístico, mormente de carácter religioso (Fátima) ou cultural (monumentos e centros urbanos como Batalha, Alcobaça, Óbidos, Nazaré), área fundamental na afirmação de novas unidades hoteleiras e de restauração*”(Loc. cit.).

A concluir, refere o mesmo documento (Loc. cit.): “*Por seu turno, os investimentos do Estado, em conjunto com as acções dos Municípios ou derivados, e associados aos projectos e financiamentos de matriz europeia, tornaram-se evidentes ao nível da rápida evolução das infra-estruturas viárias, das redes escolares e hospitalares, entre outros serviços públicos, civis ou militares, os quais, no seu conjunto, têm contribuído fortemente para reforçar a capacidade de atracção económica da região leiriense, dando origem à fixação de novos investimentos e à ampla dinamização dos mercados industrial, comercial e financeiro, seja nos seus planos mais regionais, seja, finalmente, em planos de acção de carácter internacional, sustentados pelos segmentos do mercado produtivo da alta tecnologia em que a região se revela bastante eficaz*”.

Estes, em suma, os aspectos que podemos assinalar em relação à morfologia e ao crescimento urbano da cidade de Leiria, o qual faz transparecer a intensificação das relações urbanas estabelecidas entre o centro urbano e a sua periferia, ou seja, entre a cidade e a “região” envolvente, desenhada por uma área crescente de influência que se reparte entre o peso de Coimbra e de Lisboa, particularmente em favor da capital por via das acessibilidades crescentes e do peso nacional dos seus serviços. Estas condições, baseadas na localização geográfica, constituem um factor de competitividade para a actividade empresarial, processo apoiado localmente pelos níveis de formação, pela inovação e pelo factor de internacionalização das empresas.

Em complemento do que referimos para a cidade de Leiria, importa igualmente assinalar os traços da morfologia urbana das outras cidades do Pinhal Litoral: Marinha Grande e Pombal. Quanto à primeira (Anexo 1), a par do núcleo mais antigo, em redor da Igreja Matriz, consagrada a N^a Sr^a do Rosário, na proximidade da Câmara Municipal e da Fábrica Nacional de Vidros (Irmãos Sthephans), reconhece-se uma paisagem urbana recente, com a sua morfologia definida pelo traçado mais rectilíneo das suas artérias e a paisagem urbana recheada de instalações ocupadas pelo comércio e serviços, sobretudo junto dos principais eixos de circulação, como é a estrada de Leiria.

Por sua vez, Pombal (Anexo 2), acusa na sua morfologia e traçado das ruas os constrangimentos naturais, em resultado da base montanhosa do castelo e do leito do rio Arunca, a par da barreira imposta pela linha-férrea. A cidade mais antiga está próximo da Câmara e do largo do Cardal, onde se situa a Igreja matriz. Para o lado poente e para o lado nascente da cidade, novas urbanizações, entretanto aprovadas confirmam o surto urbano e de crescimento das actividades económicas aqui sedeadas.

As sedes dos concelhos de Batalha e de Porto de Mós, não sendo consideradas para fins estatísticos como cidades, desempenham funções urbanas que decorrem do peso administrativo, de serviços e das funções de mercado que exercem sobre as populações vizinhas. Por isso, merecem também a nossa atenção: Batalha (Anexo 3), pela sua relação com o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que determinou não só o povoamento primitivo desta área, como ainda hoje serve de referência às novas urbanizações construídas ao longo das vias de penetração para o interior; por sua vez, Porto de Mós (Anexo 4), regista também, na sua morfologia urbana, os condicionamentos físicos do sítio onde cresceram as antigas paróquias urbanas, onde se concentra a maior parte da sua população.

3 – A evolução da rede urbana litoral e a centralidade de Leiria

A análise das actividades humanas na área alargada da região Centro, onde se insere o Pinhal Litoral, realça como a sua distribuição por sectores de actividade acompanha a evolução do povoado, bem como do crescimento dos seus núcleos que se foram constituindo mercê das actividades relacionadas com a vida militar, a intensificação da vida religiosa em torno das novas paróquias, o arroteamento e a exploração das terras incultas e agrícolas, que permitiram a fixação permanente de habitantes nesta área. Para tanto, foi importante o papel desempenhado pelo burgo de Leiria como dinamizador do povoamento deste território e da organização do espaço circundante.

A este respeito, afirma Gomes (1995, p. 99): *“defesa e organização do povoamento e da exploração económica da terra, eis as duas primeiras prioridades leirienses. Por elas, aliás, se justificaria a edificação de atalaias avançadas em relação à fortaleza de Leiria, sediadas junto de zonas de fácil penetração mourama inimiga, mormente de Porto de Mós, detendo fluxos invasores sud-orientais via Serra dos Candeeiros) e em Ourém (dominando a Serra de Aire e a antiga via romana de ‘Scalabis’ a ‘Conimbriga’). Nestes lugares acabaria por se desenvolver um povoamento mais consistente, obrigando à edificação a posteriori de templos religiosos e à respectiva afirmação como cabeças concelhias autonomizadas de Leiria”.*

Como já observámos, esta área foi primeiramente dominada pelas actividades agrícolas e pelo comércio e só posteriormente pelo desenvolvimento de actividades industriais primárias, que têm vindo a gerar profundas alterações no arranjo do espaço e também na estrutura social e económica deste território e sociedade. Destes efeitos, os mais relevantes traduzem-se na mobilidade da população, na urbanização e terciarização, fenómenos que têm conduzindo a um acréscimo acentuado das actividades ligadas aos serviços, conduzindo ao aumento da população activa neste sector e à conseqüente redução da população nas actividades do sector primário. Estas transformações têm sido ainda responsáveis pela alteração das suas funções urbanas, dotando os centros de novos equipamentos, renovando a sua distribuição interna e a capacidade de organização espacial. De facto, como observa Salgueiro (1992, p. 59), *“a configuração do sistema urbano reflecte portanto as condições naturais e históricas de ocupação do território e os movimentos da população, mas deve-se principalmente ao modelo de desenvolvimento económico escolhido para o país e ao modo como tem sido aplicado”.*

Recorde-se que o estabelecimento de relações entre os fenómenos de industrialização, de urbanização e os movimentos da população, é comprovado pela verificação de elementos estatísticos relacionados com o "êxodo rural" e através de novos contributos atinentes ao processo de desenvolvimento regional, associados à industrialização e à urbanização. Como as demais cidades sujeitas a este processo, Leiria tem vindo a sofrer essa evolução, que permitiu a alteração do seu estatuto como centro de distribuição rural e de serviços administrativos, ligados essencialmente à administração pública, estabelecida em moldes modernos na cidade, em 1874, quando do início da construção "*dos paços do concelho, do tribunal de justiça e de outras repartições públicas*" (SERRÃO, 1986.IX, p. 216).

A par do fenómeno da industrialização e da urbanização, responsáveis por estes fenómenos, a expansão das vias de circulação - rodoviárias e ferroviárias - foi igualmente determinante para o desenvolvimento do território, contribuindo para o alargamento progressivo das aglomerações, pela criação de novas actividades produtivas ou pela fixação de habitantes. É o que se pode ainda hoje comprovar através da consulta dos dados relativos aos últimos recenseamentos da população e à apreciação da capacidade de atracção das áreas urbanas do continente. Escusado será recordar as razões que terão contribuído para a alteração da paisagem geográfica: as facilidades de transporte e do escoamento dos produtos manufacturados (inclusivamente por via marítima), a abundância de mão-de-obra, a proximidade das matérias-primas e dos mercados têm sido determinantes na alteração das aglomerações urbanas em Portugal Continental (Cf: GASPARG, 1972.b).

A situação descrita permite considerar Leiria como um "*centro regional dominado pela actividade terciária*" (SALGUEIRO, 1992, p. 144). Tal facto torna-se visível na organização do espaço urbano, na repartição dos activos do sector III pelas freguesias ou mesmo na dimensão de outras actividades terciárias expressas, por exemplo, no movimento das instituições bancárias. Esta evolução tem sido ainda marcada pela importância que estas actividades vão desempenhando em relação ao emprego total da população activa residente, na sua relação com as demais estruturas produtivas e com os processos de desenvolvimento, nomeadamente através do desempenho das funções urbanas.

Prossegue a referida autora (Op. cit., p. 121), notando que o '*sistema urbano*' de Leiria é polarizado por esta cidade, "*que dispõe de 84 funções centrais e 623 unidades funcionais, mas a Marinha Grande com 56 F: C: e 396 U.F. encontra-se numa situação de transição*". Mais ainda, o segundo nível inclui sete lugares, nomeadamente Pombal, Batalha e Porto de Mós, sendo que "*depois da Marinha*

Grande, Pombal é a sede de concelho com maior número de unidades funcionais e também aquela que melhor segura a população concelhia em termos de preferência de deslocações.” (Loc. cit.).

A repartição destas funções no espaço litoral, vem demonstrar o peso crescente de Leiria no contexto nacional, com a sua integração na convergência de dois sub-eixos de desenvolvimento fundamentais (C.C.R.C., 1998): “*um mais próximo da costa que, vindo do oeste, se prolonga por Marinha Grande/Leiria à Figueira da Foz e, daqui, até Ovar; outro, mais consolidado, que, apoiado na linha do Norte e na auto-estrada Lisboa-Porto, abarca Leiria, Pombal, Coimbra, Águeda e se prolonga para Entre Douro e Vouga*”. Estes aspectos têm-se reflectido não só na morfologia e nas funções do centro urbano mas também sobre a sua ‘área urbana’ ou seja, sobre território adjacente que integra a NUTIII do Pinhal Litoral.

Quadro XXXV - Taxas de crescimento dos principais centros urbanos da Região Centro

<i>Centro Urbano</i>	<i>1940-50</i>	<i>1950-60</i>	<i>1960-70</i>	<i>1970-81</i>	<i>1981-90</i>
Águeda	13.7	9.9	12.3	20.5	3.46
Aveiro	16.5	4.0	11.8	22.8	12.67
Castelo Branco	16.4	18.5	18.0	13.3	14.57
Coimbra	17.3	8.5	5.5	29.4	-1.15
Covilhã	14.2	11.5	-1.7	-0.2	-12.56
Fig. da Foz	9.5	0.7	-6.6	15.7	17.21
Fundão	9.3	1.5	-12.7	2.3	14.52
Guarda	19.5	8.2	4.0	29.9	4.07
Leiria	-0.2	5.6	9.5	33.1	12.35
Marinha Grande	25.5	19.9	20.1	36.7	3.28
Ovar	3.0	3.1	10.9	15.1	8.37
Pombal	8.3	-12.1	24.7	-0.2	3.19
Viseu	23.8	-0.7	-1.0	22.5	6.01

Fonte: GEPAT, 1987 (1991,CCRC)
In: C.C.R.C., 1998, p. 64

Tendo presentes os aspectos relativos à concentração humana, às actividades económicas da população, bem como aos seus modos de vida, os critérios de natureza funcional, referidos por Salgueiro (1992, p. 105), clarificam esta análise: “*a produção urbana destina-se maioritariamente ao exterior e nisto radica o essencial da noção de base económica urbana,*” ou seja, “*os aglomerados urbanos prestam serviços, difundem ideias e distribuem bens pelas populações de arredores mais ou menos vastos que, deste modo, ficam sob a influência directa do*

centro urbano". Contudo, apesar da sua evolução recente, Leiria ocupa ainda uma posição modesta na hierarquia dos centros urbanos do continente português.

Neste contexto e pese embora a reduzida dimensão das cidades da Região Centro no seu conjunto, verifica-se que elas têm vindo a registar dinamismos demográficos dignos de realce (C.C.R.C., 1998), que acompanham a evolução geral da sua população residente. Tal facto pode ser observado quando se comparam as taxas de crescimento do centro urbano de Leiria e de outros centros próximos, tais como Marinha Grande e Pombal, situação que é comprovada pelos dados demográficos mais recentes relativos à população residente e que ilustram o forte crescimento populacional ocorrido nestes concelhos, entre 1991 e 2001.

Esta situação, evidente no crescimento urbano e no acréscimo da mobilidade humana na 'área urbana' de Leiria, constitui-se como um sintoma das profundas modificações sociais e demográficas ocorridas na sociedade portuguesa no decurso das últimas décadas. Tal facto pode ser observado quando se comparam as taxas de crescimento do centro urbano de Leiria (42745 hab., em 2001) e de outros centros próximos, tais como Marinha Grande (9130 hab., em 2001) e Pombal (8100 hab., em 2001), situação que é comprovada pelos dados demográficos mais recentes que ilustram a "*estrutura policêntrica, relativamente hierarquizada*" (MARQUES, 2004, p. 279), comum à Região Centro.

Os dados dão-nos conta dessa evolução em diversos períodos inter-censitários, mostrando, em relação às cidades que fazem parte do Pinhal Litoral: Leiria, Marinha Grande e Pombal, como foi a sua evolução antes da expansão recente registada nas últimas duas décadas.

Esta afirmação comprova que o desenvolvimento das actividades terciárias em todo o continente português tem vindo a expressar-se no alargamento da rede urbana, especialmente das cidades situadas na sua faixa do seu litoral, marcada já por valores consideráveis da sua densidade populacional ou seja, da intensidade do povoamento traduzida na relação entre o número de residentes numa área territorial e a sua superfície. No que diz respeito a Leiria e às cidades mais próximas, Marinha Grande e Pombal, os dados recolhidos por Albergaria (1999) permitem-nos apreciar a evolução desse crescimento, bem como ajuizar da sua importância relativa em relação ao total da população urbana residente na região Centro do país. Note-se que para além destas cidades, o "sistema urbano" de Leiria – entendido como "*o conjunto de lugares e respectivos territórios adjacentes ligados por relações de ordem hierárquica a um centro urbano principal*" (SALGUEIRO, 1992, p. 105) – deverá ainda abarcar outras povoações próximas, tais

como Batalha e Porto de Mós. Note-se que para além destas cidades, este “sistema urbano” pode ainda incluir Ourém, no grupo de interesses destes municípios.

Quadro XXXVI - População das cidades da Região Centro (1864 a 1991)

<i>Recenseamento</i>	<i>Leiria</i>	<i>M. Grande</i>	<i>Pombal</i>	<i>Total Centro</i>
.	4933	3125	4262	123596
1890	6976	4825	4318	163692
1900	7227	5574	5798	172741
1920	8451	7059	7374	188885
1940	11268	10430	10480	249483
1950	13780	13092	11353	282848
1960	13928	15699	9973	304275
1970	15582	18860	12441	322054
1981	22173	25783	12409	391167
1991	25878	26628	12805	403306

O crescimento da população residente nestes centros tem sido acompanhado por uma variação da repartição dos habitantes no território, gerando um aumento das sedes municipais e um alargamento progressivo das áreas construídas, resultado da construção individual, em detrimento da construção colectiva. Este fenómeno resulta também do aparecimento de novas zonas industriais e, com elas, da implantação de novas habitações fora dos perímetros mais antigos.

Estas alterações têm vindo a contribuir para a mudança dos padrões tradicionais do povoamento humano, agravando a dispersão própria das regiões do litoral, ao mesmo tempo que alterou os valores da carga humana, traduzida através da respectiva densidade populacional. Esta situação está bem descrita num estudo do INE (2000, p. 5), que corrobora o panorama registado nesta área e que se reflecte na seguinte imagem: “a cidade tradicional densa, de contornos nítidos e com um centro de gravidade, permanece mas em articulação com novos espaços urbanizados, de maior ou menor extensão, polarizados ou não por outros pequenos centros”. Assim, a distribuição destes núcleos de povoamento urbano no território, fica marcado pelas relações de semelhança e de funcionalidade que o animam e para o qual concorrem as condições de acessibilidade local e a convergência de uma rede de transportes e de circulação, sobretudo rodoviária, que promove a concentração dos fluxos para o centro urbano de Leiria.

Em articulação com os trabalhos do IV Plano de Fomento, o Centro de Estudos de Planeamento (C.E.P., 1974), procedeu a um estudo sobre a área de influência de Leiria, visando (Op. cit., p. 6) “o reconhecimento prévio das interdependências

existentes e dos contornos geográficos das respectivas fronteiras”. Para isso considerou a cidade como centro de um conjunto de “funções de atracção”, ou seja, “a totalidade dos bens e serviços que não servem apenas as necessidades locais – indústria, comércio, bancos, escolas, centros de recreio e cultura, hospitais e centros de saúde, serviços municipais, judiciais, etc. – mas que determinam também relações de dependência recíproca definindo áreas de influência a partir dum núcleo central” (Op. cit., p, 7).

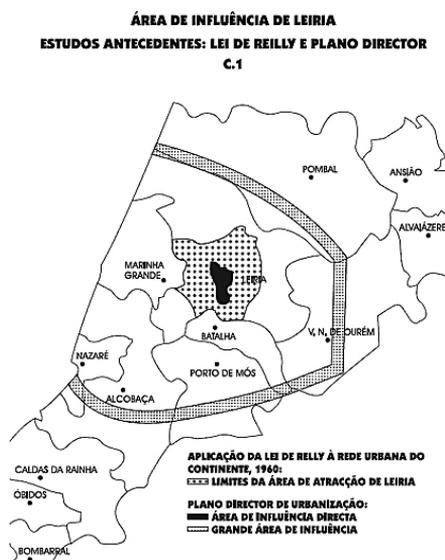
Utilizando indicadores vários relacionados com as migrações diárias, os fluxos de pessoas e telefónicos, a difusão da imprensa local e outros elementos de natureza numérica (Loc. cit.), o referido estudo, baseado em dados estatísticos de há mais de três décadas, traçou a área de influência ou de atracção da cidade Leiria. Este espaço de influência foi calculado através da utilização de um modelo teórico, a “Lei de Reilly”⁷⁴ e estendeu-se ao concelho de Leiria e concelhos vizinhos de Alcobaça, Batalha, Marinha Grande, Nazaré, Pombal, Porto de Mós e Vila Nova de Ourém, municípios em tempo (à excepção de Alcobaça), agrupados na “Associação de Municípios da Alta Estremadura”.

Importa recordar que o traçado da área de influência de um centro urbano, aumenta com a “capacidade de oferta de bens e serviços” (C.E.P., 1974, p. 10), considerando este como um “lugar central”, (GASPAR, 1972, p. 52), ou seja, “um ponto central (...) relativamente à população que recebe os bens centrais”, dotado de uma dada “centralidade”, entendendo-se esta como o “índice que representa a extensão, o valor do exercício das funções centrais do lugar na área que serve” (Loc. cit.).

De acordo com este estudo (C.E.P., 1974, p. 11), a área de influência urbana anda associada a uma determinada estrutura hierárquica, a fluxos diversos e à “capacidade que um centro tem em oferecer às populações uma grande gama de relações económicas e sociais”, ou seja, à “nodalidade”, conceito associado ao de densidade populacional, acessibilidade e utilização funcional. No seu conjunto, as noções acima referidas permitem identificar um determinado “sistema urbano” (Loc. cit.), o qual pressupõe uma hierarquia entre centros, um poder de atracção, de articulação e de comunicação entre eles.

⁷⁴ Lei de Reilly (C.E.P., 1974, p. 76): “Modelo gravitacional de atracção do comércio de retalho, admitindo que dois aglomerados urbanos atraem ao seu comércio os habitantes das áreas rurais vizinhas, aproximadamente na razão directa das respectivas populações e na inversa das distâncias” $V_a/V_b = (P_a/P_b)^n \times (D_b/D_a)^n$, onde: V_a e V_b , vendas a retalho dos aglomerados A e B aos habitantes da zona rural C; P_a e P_b , populações da A e de B; D_a e D_b , distâncias da zona C aos aglomerados A e B.

Figura 28 – Área de influência de Leiria



In: C.E.P., 1974

De acordo com Baud, Bourgeat, Bras (1997, p. 478), a influência e a interacção das cidades com o território próximo, permitem identificar diversos “*sistemas de cidades*”, que no conjunto do país dão origem ao seu “*sistema urbano*”. Trata-se de uma evolução em relação à proposta contida naquele estudo (C.E.P., 1974), que permite determinadas comparações macro-regionais e nacionais, do maior interesse quando se estudam os fenómenos urbanos e de organização do território em espaços alargados, como seja a UE27.

Retomando o exemplo do “*sistema urbano*” de Leiria, registamos que a evolução da sua população residente e nos centros próximos, tem sido acompanhada por uma variação da repartição dos habitantes no território, gerando uma distribuição cada vez mais difusa, bem como processos de urbanização cada vez mais intensos. Tais alterações muitas vezes não planeadas, têm vindo a exigir novos padrões de ocupação humana e de estruturação do território, bem como a reclamar uma cobertura mais eficiente das infra-estruturas de natureza básica.

A evolução das actividades económicas em Leiria e na sua área próxima do Pinhal Litoral, tem acompanhado o crescimento das actividades produtivas e os movimentos da população, reflectindo-se por isso na evolução da própria rede urbana. E no conjunto da Região Centro do país, esta cidade afigura-se como bastante dinâmica uma vez que o seu crescimento tem vindo a verificar-se a um

ritmo superior ao do continente (8.3% da população residente na região centro residia em centros urbanos no início dos anos noventa e apenas 5.0% em 1940).

Contudo, como observa Salgueiro (1992, p. 155), embora o aumento da importância de Leiria contribua *“para o reforço dos laços com outros concelhos do distrito”*, a cidade continua a *“não comandar todo esse território”*. Tal pode justificar-se por deficiências do seu equipamento funcional, pela concorrência com outros centros urbanos de maiores dimensões ou ainda pelas condições de acessibilidade a este centro urbano, sobretudo do território mais setentrional.

Como assinala Silva (2002, p. 107), com base num estudo do IAPMEI (1995), o desenvolvimento desta área tem vindo a assentar na actividade industrial, *“o principal motor de crescimento e de criação de emprego da Região de Leiria, justamente considerada como um dos pólos de desenvolvimento do país”*. Contudo, apesar desta situação, uma vez que *“a actividade económica da Região concentra-se num número relativamente limitado de actividades, designadamente industriais, onde tem capacidade de continuar a afirmar-se”*, pode a mesma correr o risco *“de se tornar demasiado dependente delas”* (Loc. cit.) contrariando, desta forma, o seu crescimento equilibrado. Para tanto, a terciarização crescente da sociedade e o planeamento adequado do território, facilitam a evolução de novas actividades e a sua distribuição ordenada pelos centros de maiores dimensões e outros, facilitando as oportunidades de emprego, de negócio e a fixação de novas empresas.

Estas algumas das questões a ter em conta no processo de desenvolvimento urbano e no planeamento social e territorial, que carece do fortalecimento do *“sistema urbano”* de Leiria, considerado de forma alargada, conjuntamente com os municípios que integram a NUTIII do Pinhal Litoral. Dados recentes (INE), confirmam que Leiria tende a tornar-se num centro urbano e de serviços de maiores dimensões, apesar da proximidade da área metropolitana de Lisboa e como um importante centro de formação capaz de organizar uma área territorial alargada, dominada por um tecido empresarial diversificado.

Complementarmente a estes aspectos e como veremos mais adiante, como centro de formação superior, Leiria tem responsabilidades acrescidas no processo de crescimento e de inovação do tecido empresarial envolvente, bem como no apoio à criação de novas actividades e funções relacionadas com os sectores produtivos e os serviços, com larga tradição nesta área. São várias as perspectivas em que podemos analisar este mesmo fenómeno. Por um lado, a formação de recursos humanos ao nível superior, parece constituir-se como uma das condições locais de desenvolvimento. Disso nos servem vários testemunhos que defendem ser o capital humano o primeiro factor de desenvolvimento da própria sociedade.

Esta afirmação recobre não só os aspectos relativos à formação inicial mas, também, da formação contínua e ao longo da vida, dos principais actores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento.

A nível do país, as mudanças estruturais operadas na sociedade e no território português, nomeadamente as que dizem respeito à melhoria das condições de vida, de circulação e as acessibilidades do território, vieram reforçar a capacidade de organização territorial e a centralidade urbana de Leiria a qual beneficiou, ainda, da convergência de diferentes vias de comunicação que lhe têm garantido a fixação de habitantes e de actividades responsáveis pelo crescimento da cidade e da sua 'área urbana'. Assim o demonstram alguns dados que apontam para um crescimento elevado do centro urbano de Leiria e que são visíveis não só no traçado e na fisionomia urbanas, mas em todo o espaço organizado por esta cidade, abonando a favor da importância regional crescente deste mesmo centro.

Devido à sua localização geográfica, Leiria apresenta grandes facilidades de comunicação com outras povoações, em resultado da abertura de novas vias de comunicação ferroviária (data de 1887 a inauguração da estação de CF de Leiria) e rodoviária. Esta situação veio beneficiar a 'centralidade' desta terra, sobretudo após a decisão da construção e a abertura das vias de comunicação terrestres entre Leiria e Coimbra (1852), entre Leiria e Tomar (1858), entre Leiria e Marinha Grande (1862) e entre Leiria e Figueira da Foz (1864). Estas vias vieram permitir não só uma maior facilidade no transporte humano, mas também de mercadorias dependentes, fundamentalmente, nos seus movimentos de importação e de exportação, da cidade de Lisboa.

A eventual consulta ao traçado das isócronas da sede do Agrupamento de concelhos de Leiria, acentua a importância deste centro urbano e a sua área de influência, em resultado das maiores acessibilidades que lhe são conferidas pelo traçado das vias de comunicação e pela duração dos percursos em transporte público. Esta situação poderia ser reforçada através da análise actual da distribuição geográfica das 'funções centrais' nas demais povoações da sua periferia, nomeadamente as sedes dos concelhos que lhe estão adjacentes e que outrora partilharam o mesmo território.

Como assinala um estudo da C.C.R.C. (1998, p. 71), do final dos anos noventa, o "sistema urbano" de Leiria-Marinha Grande ficou marcado por um grande dinamismo demográfico, com mais de cem mil habitantes a residirem em torno do centro urbano de Leiria; por um "*tecido produtivo diversificado, cerâmicas e vidro, metalomecânica e plásticos*", bem como pelo registo de um conjunto de factores de vantagem para o desenvolvimento, tais como:

- “capacidade de iniciativa empresarial endógena” (configurando, a Marinha Grande, uma “realidade territorial muito próxima de um ‘distrito industrial’);
- competências e capacidades de formação avançada instalados nos domínios da precisão (moldes);
- tradição nas áreas vidreiras de fabrico manual;
- recursos turísticos abundantes e existência de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo;
- relativa proximidade de uma localização com características ‘estratégicas’, em matéria de acessibilidades rodo-ferroviárias (Pombal)”.

Estas referências justificam a relevância crescente que Leiria tem vindo a assumir no contexto regional e a sua importância crescente como um 'pólo' de desenvolvimento regional, dinamizador e reflexo deste mesmo processo. Contudo, como o reconhece um estudo do INE (1998, p. 40), esta área tem vindo a acusar, no decurso dos últimos anos, um gradual declínio de algumas indústrias tradicionais, nomeadamente da indústria do vidro, gerando “o desconforto das populações e as tensões sociais, com a emergência do desemprego”. Esta situação não reduz o peso nem o dinamismo desta actividade industrial, que tende a espalhar-se por outros centros, realçando assim a importância dos restantes núcleos de povoamento urbano que se situam em redor da cidade. Por outro lado, sugere uma maior atenção ao seu desenvolvimento devido não só à sua proximidade destes centros urbanos, mas também em relação ao ordenamento físico e social deste território e às opções de crescimento económico e social desta área do Pinhal Litoral e das sub-regiões mais próximas.

A análise do quadro síntese das cidades do Distrito de Leiria, elaborado por Silva (2002, p. 69), facilita a leitura de alguns indicadores relevantes. Já o estudo de Marques (2002, p. 17), confirma que “a cidade tradicional densa, de contornos nítidos e com um centro de gravidade permanece, mas em articulação com novos espaços urbanizados, de maior ou menor extensão, polarizados ou não por outros pequenos centros”. Prossegue a mesma autora, afirmando (Loc. cit.): “Neste contexto de forte urbanização misturam-se, por vezes, modos tradicionais de povoamento difuso, que aparentemente parecem estar a ser integrados ou a ser assimilados, com novos modelos de urbanização. A mobilidade facilita e contribui para esta aparente dispersão. A oferta vai-se diversificando na criação de novas centralidades e os indivíduos frequentam diferentes centros, em função das circunstâncias e das opções que podem fazer”.

Quadro XXXVII - Cidades do Distrito de Leiria: indicadores variáveis

Anos		Alcobaça	Leiria	Pombal	M. Grande	Ourém	Fátima	C. Rainha	Peniche	Cid. Port.
2001	Pop. res.- Cidade	6232	42747	10081	9180	4991	7756	25314	15595	
2001	Pop. res.- Concelho	56794	19870	56300	34153	46196	45196	48844	27319	
2001	Dens. pop.	985	1085,7	909,5	2164,2	773,7	524,6	1475,6	2255,4	2228,9
1991-01	T. cresc. pop.91-01	-15,2	33,2	23,9	-0,5	8,1	56,3	18,2	19	3,9
2000	Esp.vida	74,1	72,6	74,7	70,8	73,4	74,1	75,9	70,4	73
2001	Dim.méd.fam.	2,6	2,7	2,6	2,6	2,7	2,8	2,6	2,8	2,7
2001	T. desemprego %	3,2	3	2,3	3,8	2,4	2,4	4,8	6,8	4,5
1999	Dim.méd. Soc.	9,8	7,4	7	10,4	8,2	6,5	9,4	7,3	9,3
1999	Emp. nome ind.%	76,9	66,5	71,2	73,1	72,8	74	73,7	81,8	69
1999	Vol. neg. comércio %	54,3	60,6	35,7	30,6	47,5	48,8	56,4	50,7	38,1
1996-00	Ind. Transf. - pes.serv.	62,1	35,7	35,7	73	38,9	31,9	36	23,8	
1999	Const. - pes. serv.	3,8	6,3	19,9	1,9	15,9	10,3	5	4,5	
1999	Com. - pes. serv.	20,2	38,1	25,6	14,9	24,4	25,5	24,1	31,6	
1999	Aloji./Rec. - pes. serv.	2,6	4,5	3,3	1,4	1,1	20,8	3,7	4,9	
1999	Act. Imob. - pes. serv.	2,9	5,5	4,1	4,9	9,8	2,1	24,5	2,2	
1999	Outras - pes. serv.	8,4	9,9	11,5	3,9	10,2	9,5	6,9	32,9	

Fonte: INE, 2002 (In: Silva, 2002)

Os dados referidos reafirmam a análise das condições locais que evidenciam a conexão entre os centros urbanos de Leiria e Marinha Grande, bem como os indícios da sua extensão para Norte, ao longo da EN1, até Pombal. Esta situação está de acordo com Lopes (1995, p. 90) e permite realçar o papel desempenhado por cada um destes centros, “em ligação estreita com a sua localização e em termos dinâmicos,” apreciados pela intensidade e diversidade de fluxos, humanos, de capital e de conhecimentos, que se estabelecem entre estes centros. Tendo presente o estudo deste autor (Op. cit., p. 137), a abordagem dos “modelos de crescimento alternativos” passa, portanto, pela consideração dos “eixos de desenvolvimento’, base de um mecanismo de difusão espacial do processo de crescimento pela via, nomeadamente, das inovações”.

Quadro XXXVIII - Indicadores de ‘centralidade’ urbana (2001)

	<i>Pop.Reside.</i>	<i>Nº Serviços Prestados</i>	<i>Índice de centralidade Valor</i>	<i>Rank</i>
Pombal	16049	107	7.20	54°
Figueira da Foz	26621	105	7.02	57°
Marinha Grande	28372	108	6.85	60°
Fátima	10302	95	5.12	93°
Ourém	6712	100	4.61	110°
Batalha	7522	89	3.71	160°
Porto de Mós	2869	76	2.60	270°

Fonte: I.N.E.

Os dados anteriores confirmam a importância do centro urbano de Leiria no contexto da região centro do país, bem como a sua evolução crescente durante o terceiro quartel do século XX. Neste período, a área urbana de Leiria tem vindo a alastrar com o reforço do “eixo urbano Leiria-Marinha Grande” e o desenvolvimento de “complementaridades e funções de cooperação com os pequenos centros envolventes” (DGOTDU, 2002, p. 290), casos de Pombal, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Fátima.

Devemos ter presente que construção deste “eixo”, assenta na coexistência de três centros urbanos estruturantes: Leiria, Marinha Grande e Pombal, está ligado a uma “rede urbana” em expansão, constituída pelas demais sedes de concelho que integram o Pinhal Litoral e só é possível de entender, no quadro de “um estágio de progresso técnico e de desenvolvimento industrial” (GEORGE et al., 1966, p. 303), como aquele que se estende por estes territórios. Surge, portanto, em resultado da industrialização, responsável por um sector de serviços de âmbito regional e

internacional, que tem vindo a suportar a urbanização crescente desta área, bem como do contributo da “educação terciária”, nas suas múltiplas funções de formação e cooperação com a sociedade.

Tendo presente o estudo da C.C.R.C. (1998), o território em torno deste “eixo” regista vários problemas, que podem vir a tornar-se como factores de bloqueio ao seu desenvolvimento e que abaixo transcrevemos:

- *graves problemas ambientais na bacia do Lis e seus afluentes;*
- (...)
- *ineficiência do serviço ferroviário da Linha do Oeste;*
- *necessidade de actuações concertadas que sustentem a promoção competitiva dos sectores de especialização (captação de investimentos industriais capazes de aproveitar as competências já existentes em torno dos moldes, investimentos em formação, arte e design no sector dos vidros e cerâmicas;*
- *necessidade de actuações concertadas tendo em vista a implementação das acções previstas no plano estratégico de desenvolvimento do turismo já existente”.*

Estas condições traduzem os contrastes de natureza sócio-económica territorial e ambiental que continuam a marcar o cenário urbano-rural que identifica esta área do país. Ilustra, por outro lado, a necessidade de se reverem os efeitos de uma ocupação pouco disciplinada do território e dos seus efeitos sobre as populações.

Como em tempo assinalou Nazareth (1988, p. 121), os desequilíbrios actuais acentuaram-se no decurso da segunda metade de Novecentos, devido aos fenómenos de "bipolarização e litoralização" e às modificações em que tem decorrido o nosso processo de urbanização. Neste caso, *"o povoamento rural manifestou duas grandes tendências: nas áreas de povoamento disperso existe uma tendência para a aglomeração, que em certos casos é resultante da convergência da industrialização e do desenvolvimento dos serviços; nas áreas de povoamento concentrado verifica-se uma tendência para o esvaziamento dos aglomerados sempre que se observa a instalação de unidades industriais ou uma mudança significativa na oferta dos serviços"*.

A propósito da "litoralização" crescente do povoamento do território português e da sua antiguidade, observou Gaspar (1987, p. 110), que o mesmo *"entronca na origem do próprio estado, isto é, na autonomização do território nacional no contexto da Península Ibérica"* e no *"processo de progressiva concentração de actividades e de pessoas ao longo da faixa litoral, sem que o interior acompanhasse esse ritmo ou mesmo com o recuo da importância deste em termos absolutos"*. Este autor (Op. cit., p. 111) nota a propósito do seu traçado, que

desenvolvendo-se de forma contínua, em forma de "L", de Caminha a Setúbal e ao longo do litoral algarvio, *"a litoralização pode dizer-se que penetra tanto mais o interior, quanto mais facilidades dão as vias de circulação de pessoas e bens"*. Esta descrição acaba por reforçar a importância dos factores naturais e humanos, que justificam a extensão desta mancha litoral, da qual emergem "núcleos" ou "ilhas" de maior densidade para o interior, justificados pelas maiores "acessibilidades".

Como refere Lopes (1995, p. 142), *"o crescimento é material, é quantitativo, será objectivo; mas o desenvolvimento pressupõe alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça, ou a independência, ou a cultura, ou mais sinteticamente a qualidade de vida, a felicidade"*. Prossegue o mesmo autor (Op. cit., p. 284), *"o desenvolvimento como fim último impõe a organização do espaço como um objectivo e pode servir-se do crescimento como um dos meios"*, sem deixar de advertir (Op. cit., p. 351), que *"o problema maior em relação ao futuro, porque ainda não suficientemente considerado, é o que deriva da necessidade de passar a respeitar o meio ambiente, os sistemas ecológicos, o seu funcionamento e as limitações que impõem sobre o funcionamento dos outros sistemas"*. Esta, uma reflexão sempre oportuna e actual, a ter em conta no processo de ordenamento territorial e social do Pinhal Litoral, área bastante sujeita a diferentes tipos de interesse e de pressões, dada a sua localização privilegiada e a diversidade dos seus recursos.

Capítulo 6

O contributo do IPL na construção de novos territórios e no desenvolvimento regional

“Numa sociedade tradicional, toda a inovação afecta o conjunto do sistema social e desencadeia mudanças sociais e políticas”.

MENDRAS, FORSÉ, 1983, p. 264

Neste capítulo consideramos a importância do ensino superior como responsável pela formação de recursos humanos, bem como a sua acção no processo de desenvolvimento regional, alicerçado na cooperação institucional entre a “educação terciária”, o tecido produtivo da região e os serviços. Sugerimos o seu contributo na construção de novos espaços de influência, baseados na relação com as organizações empresariais e as instituições de ensino superior, capaz de gerar áreas territoriais de influência baseadas na formação, transferência e difusão do conhecimento.

Consideramos que a acção das diversas escolas de ensino público sedeadas na área em estudo, tem vindo a desempenhar um papel fundamental na inovação e na modernização das actividades, económicas locais. Esta perspectiva seguiu de perto o texto de Willis (2007, pp. 2-3) sobre o contributo da “modernidade” entendida, no sentido económico: *“‘modernity’ encompasses industrialization, urbanization and the increased use of technology within all sectors of the economy”*. Entendemos assim, que, *“this diffusion of modernity is interpreted as ‘development’ and progress”*. De acordo com a referida autora, outras dimensões podem ser consideradas, nomeadamente as que relevam da *“eradication of cultural practices, the destruction of natural environments and a decline in the quality of life”*. A sua análise fica para outra oportunidade.

1 – Ensino superior politécnico e processos de desenvolvimento

1.1 – Educação e desenvolvimento

Notam alguns autores a importância da educação como factor de desenvolvimento económico, social e cultural. Negá-lo é difícil bem como omitir a relevância das actividades desenvolvidas pelas instituições de ensino na formação, na inovação e evolução das comunidades locais (ARROTEIA, 2008).

Em estudo de carácter prospectivo, conduzido por M. Grilo e outros (1987, p. 9), reconheceu em tempo este autor: *“o benefício global obtido pela educação é geralmente mais alto que o resultante de investimentos em outros sectores económicos e que o investimento no ensino primário tem uma taxa de benefício social mais elevada que o investimento no ensino superior (...). No entanto, os investimentos no ensino superior possuem um benefício privado maior que o social significando que o indivíduo é mais beneficiado que a sociedade”*. Contudo, como observa Perroux (1987, p. 93), *“no que se refere à educação, é considerável a distância entre a informação que os indicadores contêm e a eficácia social*

esperada”, dado que (Op. cit., p. 94), “a transmissão dos conhecimentos de base (ler, escrever e contar) não se mede de modo útil pela ausência ou presença de uma capacidade bruta, mas pelo uso mínimo que deles pode fazer o interessado, por sua própria conta e para a profissão que exerce”.

Outros autores têm-se debruçado sobre este fenómeno. Entre eles recordamos Quintana-Cabanas (1989, p. 265), que suportando-se num trabalho de J. Vaizey (1967)⁷⁵, afirma o seguinte: “el desarrollo económico se debe a todo un conjunto de factores, que podrían ser sintetizados en los siguientes: crecimiento de la fuerza laboral, acumulación de capital físico, aumento del conjunto de conocimientos, y cualificaciones profesionales al alcance de la comunidad”. Estes factores, se por um lado promovem o crescimento económico, por outro, são responsáveis pelo aumento da procura social da educação, na medida em que o aumento da segmentação laboral e das suas actividades, obriga a formações mais aprofundadas e a um aumento e procura escolar, correspondido pelo lado da oferta com o alargamento da rede escolar e dos cursos.

Outras questões relacionadas com este tema são apontadas na obra em referência (Op. cit., p. 267) a qual, sobre o mesmo assunto, evoca dois autores bem conhecidos pelas suas preocupações em relação à problemática do desenvolvimento:

- O primeiro, E. Faure⁷⁶, escreveu: “Existen lazos estrechos entre los grandes objetivos que se fijan las sociedades y las finalidades asignadas a la educación. Está claro que el círculo vicioso del subdesarrollo económico y de la desigualdad del desarrollo educacional sólo puede romperse si se ataca a los dos puntos. De aquí dos conclusiones:

- Hoy más que ayer, toda reforma educacional debe pivotar sobre los objetivos del desarrollo, tanto social como económico;

- El desarrollo de la sociedad no se puede concebir en absoluto sin renovar la educación”.

Por sua vez, A.M. M’Bow (1982, p. 30)⁷⁷, reconhece que “el desarrollo ya no puede considerarse únicamente desde el ángulo del rendimiento económico y del aumento de los bienes materiales (...). Cultura y progreso son inseparables; por haberlo ignorado han fracasado tantos proyectos de desarrollo”.

Corroborando a situação descrita por este autor, Quintana-Cabanas (1989, p. 278) recorda que a “situación cultural (...), tão pouco favorece a aprendizagem escolar”, em resultado, quer dos modelos de educação adoptados serem

⁷⁵ VAIZEY, John, La educación en el mundo moderno. Guadarrama, Madrid, 1967.

⁷⁶ FAURE, Edgar et al., Aprender a ser. Alianza, Madrid, 1973.

⁷⁷ M’BOW, A.M., Las raíces del futuro. UNESCO. Paris, 1982.

“desfasados para poderem contribuir para o desenvolvimento” do país, quer porque “os objectivos quantitativos do desenvolvimento, copiados de países avançados, fazem esquecer os objectivos qualitativos que deveriam adequar-se à identidade, às circunstâncias e às possibilidades de cada nação”.

Como fenómeno social com extensão territorial, as questões do desenvolvimento importam à Geografia Social pelos sinais que revela quanto às assimetrias espaciais e sociais relacionadas com procura social da educação, o aproveitamento escolar e o contributo destes indicadores sobre as “heranças” culturais, económicas e outras, da população. Nesta perspectiva, a educação deve ser encarada como um bem necessário ao desenvolvimento da própria sociedade. Assim sendo, a frequência da instituição escolar é cada vez mais considerada como um factor relevante do progresso social e do próprio crescimento económico, almejado pelas sociedades em desenvolvimento e pelas sociedades industriais e pós-industriais (ARROTEIA, 1993, p. 23) as quais, à semelhança das primeiras, buscam na educação os factores necessários à inovação e à mudança, que altere a sua *“base morfológica”*.

Nestas circunstâncias o sistema de ensino, condicionado por factores de ordem diversa, desempenha múltiplas e complexas funções, sendo um cenário onde coabitam a estabilidade e a entropia, reagindo aos estímulos internos e aos do seu exterior e apresentando-se como uma unidade mutável, que se vai adaptando às exigências do seu meio, sem se deixar diluir nele próprio. Tendo presente uma perspectiva de “tipo ideal”, Weberiana⁷⁸, o sistema de ensino tem de estar orientado para o aluno e para a sociedade, deixando claro que nesta relação as organizações de ensino superior deverão contribuir para o “desenvolvimento global da personalidade” da sua população, para o “progresso social” e para a “democratização da sociedade”.

Reconhecer a importância da escola como factor de integração social, de desenvolvimento pessoal e como garante da formação profissional da sociedade é uma tarefa que tem sido explorada por diversos estudos, sobretudo no âmbito da sociologia da educação e da política educativa (QUINTANA-CABANAS. 1989, CNE. 1992, DELORS. 1996). Complementarmente, é ainda aceite que a escola, além de perpetuar e reproduzir as características essenciais da sociedade em que se insere (BOURDIEU, PASSERON, 1964), funciona como um ‘locus’ de aprendizagem e de preparação da população jovem e da população adulta, que não tendo tido

⁷⁸ Max WEBER (1864-1920). Economista, Historiador e considerado um dos fundadores da Sociologia. Entre os conceitos fundamentais elaborados por Weber, destacam-se os de: “Sociologia compreensiva”, “Tipo-ideal”, “Pluralidade das causas” e “Racionalização”.

oportunidades de frequentar em tempo oportuno o sistema formal de ensino, recorre à organização escolar para adquirir, colmatar e certificar uma certa cultura escolar e formação profissional. Para tanto, qualquer sistema político comprometido com um processo de democratização da sociedade, deve esforçar-se por tornar acessível o sistema regular e formal de ensino ao maior número de habitantes, valorizando a sua formação académica e profissional e estimulando por esta via o próprio desenvolvimento sócio-económico e cultural da sociedade.

A acção desenvolvida nos últimos anos pelas autarquias e pelo poder central permitiu, que em termos gerais, se tivesse registado um alargamento do parque escolar, um aumento da população estudantil e o aumento do nível de instrução da população portuguesa. Tal pode verificar-se através de indicadores relativos à frequência da população discente nos diversos subsistemas de ensino e ao nível de ensino atingido, registado pelas estatísticas da educação ou quando da realização dos censos. Contudo, em tempo de mutações profundas da escola e da sociedade, não há propostas universais para qualquer sistema educativo sem se aprofundar o conhecimento da realidade social, demográfica e educacional envolvente.

A concretização das expectativas e das funções que atribuímos ao sistema escolar só é possível mediante a satisfação de um certo número de funções sociais, e a observância de um conjunto de normas ditadas pela própria organização social onde aquele se insere. Para tanto importa que as metas a atingir sejam promotoras do desenvolvimento social e humano, devem atender ao equilíbrio entre os sistemas sociais e educativos e aos desafios que ora se registam em consequência do ajustamento entre as necessidades de crescimento e de desenvolvimento económico; a procura crescente da educação e a promoção das igualdades de acesso; a explosão do conhecimento e a natureza dos recursos disponíveis; a harmonia entre a quantidade e a qualidade do ensino, que deverá beneficiar todos os estratos etários e sociais da população portuguesa.

Neste contexto podemos considerar o ensino superior como mais um dos factores responsáveis pela evolução cultural e urbana dos centros onde estão implantados estabelecimentos deste nível de ensino e, por conseguinte, mais um dos mecanismos responsáveis pela fixação de novos habitantes nessas localidades e na sua área de influência. Entre eles contam-se não só a população docente e os funcionários, mas também muitos diplomados, absorvidos pelo mercado de emprego. Trata-se, no fundo, de garantir ao ensino superior o cumprimento de uma das suas funções essenciais, a de contribuir para o processo de desenvolvimento.

Não é fácil analisar as relações entre o ensino superior e o desenvolvimento regional, nem o contributo da formação dos recursos humanos no processo de

inovação social. Mesmo assim não deixamos de assinalar, como refere Porter (1990), a importância dos 'factores básicos' fundamentais, tais como os recursos naturais, o capital e, sobretudo, a mão-de-obra especializada, no processo de desenvolvimento sócio-económico. Independentemente destes, considera o mesmo autor a acção de outros factores, os factores 'avançados', tais como as redes de comunicação e as instituições de ensino superior no crescimento sócio-económico, o que deve conduzir à melhoria das condições sociais e de vida da população. Igualmente devemos considerar os benefícios dos investimentos humanos em educação-formação sobre o crescimento económico e a distribuição dos rendimentos da população no processo de desenvolvimento.

Uma perspectiva pouco Weberiana ou ideal, permite-nos compreender que não há um modelo global de desenvolvimento, mas sim condições locais que favorecem as “ondas” de mudança que nos podem interessar. Estas, podem resultar da acção individual e colectiva (em constelações), orientadas por “nós” específicos, as universidades, alguns institutos politécnicos e laboratórios de investigação, isoladamente ou na sua ligação em “redes”, e o seu papel como facilitadores da inovação e da difusão (HAGGET, 1976, pp. 111-113). Para tanto têm contribuído diversos factores, nomeadamente as “auto-estradas de informação”, que permitem a construção dos “ambientes inteligentes” (TOFFLER, 1984, p. 167), a partir da utilização do computador e da Web.

Em nosso entender as questões que se relacionam com a análise geográfica destes fenómenos tornaram-se hoje mais complexas do que nunca, dada a ausência de fronteiras precisas entre as suas áreas de intervenção, fenómenos que não podem ser apreciados à luz, apenas, de uma única corrente de pensamento. Por isso, embora realçando a acção destes factores favoráveis à inovação e ao desenvolvimento e o seu contributo na afirmação da capacidade de inovação das empresas ou do próprio sistema de ensino superior, temos de assinalar o contributo de factores históricos e civilizacionais, que com aqueles interagem na construção de novos territórios e espaços de relação.

Embora por vezes pouco evidentes na paisagem geográfica, as novas configurações espaciais trazidas pela inovação técnica e científica, acabam por se expressar em novas “arquitecturas” e arranjos do espaço construído, fazendo transparecer diferentes concepções e percepções estéticas do espaço (CLAVAL, 1987, p. 378) e variando de acordo com “as sociedades e conforme os sistemas de valores e de socialização”. Mais ainda, ajudam-nos a compreender novas formas de organização espacial, tal como foram comentadas por Abler, Adams e Gould (1972, p. 88): “why are spatial distributions structured the way they are?”.

Tal interrogação, leva-nos a repetir, com os mesmos autores (Op. cit., p. 61), que, *“the questions about location, spatial structure, and spatial process wich we ask and answer distinguish geography from the others sciences”*. Por isso (Op. cit., p. 55), *“different sciences appear to study the same phenomena, but in fact their respective view points force them to define objectively identical phenomena differently”*. Logo (Loc. cit.), *“The same construct is, in effect, two or more different phenomena because it has more than one definition”*.

Estas citações levam-nos a pensar no contributo que a Geografia Humana e a Geografia Social, podem dar ao entendimento dos fenómenos humanos e sociais e a importância destes na construção do espaço geográfico. Evocamos por isso Claval (1987, p. 393), quando afirma que a Geografia Social, consiste no *“estudo da maneira como os grupos projectam a sua estrutura na superfície da terra,”* e dá o seu contributo para a compreensão dos fenómenos humanos, sociais e políticos, que decorrem do choque de civilizações: *“um empenhado na civilização da Segunda vaga, o outro na da Terceira Vaga”* (TOFFLER, 1984, p. 434). De acordo com este autor, o primeiro, *“tenazmente devotado a preservar as instituições cerne da sociedade industrial de massas – a família nuclear, o sistema de educação de massas, o Estado-Nação centralizado e a política do governo pseudo-representativo”*; o outro, *“reconhece que os problemas mais urgentes de hoje, da energia, da guerra e da pobreza à degradação ecológica e ao colapso das relações familiares, já não podem ser resolvidos dentro da estrutura de uma civilização industrial”* (Loc. cit.).

Estes considerandos serviram-nos para formular uma proposta de tipologia para a análise do desempenho das instituições do ensino superior, nomeadamente o ensino superior politécnico e que vai servir de guia para a apreciação dos novos “territórios de formação”, polarizados pelo Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e suas escolas, na sua relação com o sistema geográfico e os contextos de desenvolvimento local. Note-se que a delimitação destes espaços não está associada ao traçado de fronteiras físicas (naturais), ou administrativas, mas sim a representações (de valor e, portanto, simbólicas), sugerindo novos mapas reais e virtuais do saber, do conhecimento e de proximidade.

1.2 – Sobre o ensino superior em Portugal

Como em tempo reconhecemos (ARROTEIA, 1996, p. 19), *“a análise do subsistema de ensino superior não pode ser feito sem atender aos acontecimentos políticos, económicos e culturais que marcam a evolução da nossa sociedade”*.

Assim se compreendem as diversas transformações que com o fim da Monarquia e a implantação da República foram registadas no sistema educativo português, em particular no ensino superior.

Duas notas a este respeito: embora recente, a tradição do ensino politécnico em Portugal remonta ao início do século XIX com a criação, em 1837, por iniciativa de Passos Manuel, da “Escola Politécnica de Lisboa” e da “Academia Politécnica do Porto”. As alterações ao sistema universitário tradicional iniciaram-se com a criação das Universidades de Lisboa e do Porto, em 1911 e a reforma da Universidade de Coimbra, que por legislação então publicada, ficaram obrigadas a *“fazer progredir a ciência (...), ministrar o ensino geral das ciências e das suas aplicações (...), promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação pelos métodos de extensão universitária”* (ARROTEIA, Op. cit., p. 22).

Uma breve alusão ao alargamento do sistema universitário com a criação, no início da década de trinta, da Universidade Técnica de Lisboa, a quem se reconheceu um papel fundamental na formação dos quadros técnicos para o desenvolvimento do país, nomeadamente para a indústria nacional que só tardiamente, já no pós-guerra, experimentou grande melhoria. Esta situação foi acompanhada de profundas transformações na sociedade portuguesa, que gradualmente perdeu as características de sociedade rural, *“quase sem cidades, sem operariado, vivendo do trabalho da terra e dos negócios comerciais-financeiros, com moeda estável, população largamente analfabeta, sem quadros formados universitariamente”* (GODINHO, 1979, p. 89).

O panorama acima referido ajuda a compreender o alargamento da rede de estabelecimentos de ensino superior universitário e a criação de novas Faculdades, durante o terceiro quartel do século XX, bem como o anseio de reforma global do sistema educativo português, plasmado na Lei 5/73, de 25 de Julho. Respondendo aos anseios de modernização da sociedade portuguesa e da democratização do ensino, a Lei nº 5/73 estabeleceu os grandes objectivos do ensino superior em Portugal, através da criação de uma rede de Universidades, de Institutos Politécnicos, de Escolas Normais Superiores e de outros estabelecimentos equiparados (Base XIII). Importante será recordar a proposta de criação, nesta data, do Instituto Politécnico de Leiria, conjuntamente com os Institutos Politécnicos de Covilhã, Faro, Setúbal, Tomar e Vila Real.

De acordo com Simão e Costa (2000, p. 10), a criação do ensino superior politécnico pretendia dar resposta a *“quatro orientações convergentes na intenção de progresso social”*, a saber:

- “a) A garantia de resposta, em matéria de recursos humanos, às expectativas do mercado de trabalho, encarado em perspectiva dinâmica de desenvolvimento;*
- b) o reforço das condições de igualdade no acesso ao ensino superior;*
- c) a adequação dos conteúdos e práticas do ensino superior a diferentes grupos populacionais;*
- d) o estímulo a modalidades diversas de formação contínua e a hipóteses múltiplas de educação recorrente”.*

A queda da “Reforma Veiga Simão”, nos anos imediatos à Revolução de 25 de Abril de 1974, deixou fazer transparecer em Portugal as necessidades registadas noutros países da Europa Ocidental e a resposta a uma procura acentuada da educação, nomeadamente através da criação de outras vias de ensino mais viradas para a vida activa e inserção no mundo do trabalho ou seja, a criação de uma via de ensino superior alternativo ao ensino universitário. Com a publicação do Decreto-Lei nº 427-B/77, de 14 de Outubro, são criados os “cursos superiores de curta duração”, “*tendente à formação de técnicos especialistas e de profissionais de educação a nível superior intermédio*” (artº 1). Este ensino deveria ser assegurado pelas escolas superiores técnicas e pelas escolas superiores de educação, repousando neste modelo a formação pós-secundária actual.

Através da publicação do Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26 de Dezembro, definiu-se o “*ensino superior politécnico - designação que doravante passa a ser a do ensino superior de curta duração*” (artº 1), os seus objectivos (artº 2), bem como a rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico (artº 5) e de Escolas Superiores de Educação (artº 18). As finalidades então estabelecidas para o ensino superior politécnico, foram as seguintes:

- “a) Formar, a nível superior, educadores de infância, professores dos ensinos primário e preparatório e técnicos qualificados em vários domínios de actividade;*
- b) Promover, dentro do seu âmbito, a investigação e o desenvolvimento experimental, estabelecendo a ligação de ensino com as actividades produtivas e sociais;*
- c) Apoiar pedagogicamente os organismos de ensino e de educação permanente;*
- d) Colaborar directamente no desenvolvimento cultural das regiões em que estão inseridos;*
- e) Prestar serviços à comunidade, como forma de contribuição para a resolução de problemas, sobretudo de carácter regional, nela existente”.*

A criação de novas escolas surge no seguimento de uma série de reflexões sobre o estado do ensino superior, das quais se destacam preocupações com:

- acesso, decorrentes do processo de democratização e do princípio de igualdade de oportunidades;

- regionalização, como forma de apoio ao desenvolvimento regional;

- passagem dos cursos médios, a cursos superiores;

- carências de pessoal sentidas em várias actividades económicas, tais como as produções agrícola, pecuária e florestal, a tecnologia industrial, a saúde, os serviços e a educação.

O Instituto Politécnico de Leiria, conjuntamente com os Institutos Politécnicos da Guarda, Portalegre e Viana do Castelo, foi criado pelo Decreto-Lei nº 303/80, de 16 de Agosto, sendo a Escola Superior de Educação de Leiria, a primeira Escola a iniciar funções.

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo – L.B.S.E. (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro de 1986), é reconhecido o “sistema binário” no ensino superior (artº 11), com a existência do ensino universitário e do politécnico. Ainda a referida Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei nº 115/97, de 19 de Setembro e posteriormente pela Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto), confirma os grandes objectivos estabelecidos para o ensino superior.

Tendo presente esta última Lei, o seu artº 11º, define que: *”o ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”*. Ao ensino universitário, cabe: *“assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica”*. Por sua vez, é da responsabilidade do ensino politécnico: *“proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais”*.

Esta diferenciação é precedida da indicação de um conjunto de objectivos comuns ao ensino superior, de que podemos destacar os seguintes:

- *“estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;*

- *formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento (...)*

- *incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica (...)*

- *promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade (...)*”

Estabelece ainda o artº 13º da referida Lei: “A organização da formação ministrada pelos estabelecimentos de ensino superior adopta o sistema europeu de créditos.”, e “a mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais, do mesmo ou de diferentes subsistemas, bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo (...)”, facto que estabelece a comunicabilidade entre estabelecimentos de ensino integrados no “sistema binário”.

Já a Lei nº 54/90, de 5 de Setembro - “Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico” -, define os institutos politécnicos, como “instituições de ensino superior que integram duas ou mais escolas superiores globalmente orientadas para a prossecução dos objectivos do ensino superior politécnico numa mesma região (...)” (artº 1). Por sua vez, o artº 2ª, estabelece: “as escolas superiores são centros de formação cultural e técnica de nível superior, aos quais cabe ministrar a preparação para o exercício de actividades profissionais altamente qualificadas e promover o desenvolvimento das regiões em que se inserem”.

Para além da formação académica em áreas de formação afins do tecido produtivo, refere este documento (artº 2), “a organização ou cooperação em actividades de extensão educativa, cultural e técnica”, bem como “a realização de trabalhos de investigação aplicada e de desenvolvimento experimental”. Estas são questões relevantes que marcam a essência do ensino superior politécnico, pelo que este documento define os objectivos destes estabelecimentos de ensino superior, com vista à formação de profissionais com perfil adequado às necessidades do País, em contraste com as características mais teóricas e conceptuais do ensino universitário. Defende ainda a necessidade de ligação do ensino politécnico às actividades produtivas e sociais da região onde se insere.

Recorde-se que para além das expectativas sociais criadas a nível regional com o alargamento da rede, as vantagens da formação dos recursos humanos e o seu contributo para o desenvolvimento regional, foram fortalecidas por diversas medidas de política educativa que facilitaram a consolidação destes dois subsistemas. Dessa legislação conta-se, em primeiro lugar, a que favoreceu o processo de democratização do ensino iniciado ao longo dos sessenta; por outro, as decisões relativas ao alargamento da rede e os financiamentos canalizados para a construção das novas infra-estruturas de ensino e investigação, bem como as que permitiram a construção do sistema social do ensino superior, alargando aos alunos do sistema público os apoios nesta área.

Assim, se tivermos em conta a evolução recente deste subsistema, constatamos que no decurso do último período intercensitário (1991-2001):

- duplicou a proporção da população que completou o ensino superior;
- acentuou-se a feminização da população neste subsistema de ensino;
- registou-se um aumento real desta população em todas as regiões do país, embora se tenha verificado ter sido a região de Lisboa a que verificou o maior aumento percentual, de 6.3%, entre 1991 e 2001.

Independentemente de outros factores que terão agido em conjunto, também os sucessivos alargamentos do "ciclo de vida escolar obrigatório", registados nos finais de sessenta e nos finais de oitenta, após a publicação da Lei nº 46/86, acabaram por influenciar, através do "efeito de onda", o aumento do número de alunos. Como consequência destes fenómenos, que foram igualmente acompanhados por alterações profundas dos tecidos empresarial e produtivo do país e das modificações no comportamento demográfico dos seus habitantes (emigração, quebra das taxas de natalidade e envelhecimento), o sistema político respondeu com a expansão e a diversificação da rede escolar.

Beneficiando largamente dos fundos comunitários (e outros) postos à disposição de Portugal para a edificação de novas infra-estruturas educacionais e para a formação de recursos humanos, a expansão e a consolidação da rede do ensino superior foi conseguida através deste alargamento e da criação de uma rede de estabelecimentos de natureza particular e cooperativa (universitária e politécnica). Contudo o mapa das assimetrias e dos desequilíbrios espaciais entre as regiões rurais e urbanas, do litoral e do interior, do norte e do sul do país, é um fenómeno bem conhecido na nossa sociedade e não foi de todo em todo erradicado.

Muitos textos oficiais, desde os Planos de Fomento a outros trabalhos mais recentes, têm abordado esta temática e considerado causas diversas para tal situação. Nestas circunstâncias, embora não cabendo ao ensino superior corrigir em absoluto essas assimetrias, torna-se indispensável conhecer as relações entre estes estabelecimentos e o meio económico e social, tendo em conta que a educação desempenha uma função social importante: a de funcionar como um pólo potenciador do desenvolvimento.

A acção do ensino superior não se esgota na sua contribuição para a formação de quadros e técnicos de diversa natureza ou mesmo na formação de professores, mas, também, na sua capacidade de resposta à formação global de recursos humanos, actividade que deverá assegurar de forma contínua e em complemento da própria formação inicial. É a chamada educação ao longo da vida, que decorre

não só da expansão do ensino superior e do seu “efeito de onda”, mas também das muitas transformações que afectam a nossa sociedade.

Apesar de diversos trabalhos orientados para a análise das incidências da educação nos processos de desenvolvimento, elaborados com sentido teórico ou como resultado de investigação aplicada à realidade portuguesa (e a outras realidades), seguimos uma grelha de análise, em tempo formulada (ARROTEIA, 1999.b), que considera as instituições do ensino superior na sua relação com o espaço e a sociedade circundante.

2 – O I. P. Leiria e o desenvolvimento humano da região

O Instituto Politécnico de Leiria, IPL, embora anteriormente criado, só em 1986/87, na sequência da publicação do Decreto do Governo nº 46/85, de 22 de Novembro, iniciou as suas actividades. Este facto decorreu, essencialmente, do reconhecimento da capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho por parte deste tipo de instituição e à sua importância estratégica no apoio e promoção ao desenvolvimento regional.

Em pouco tempo o I.P.L. consolidou a sua rede de escolas e foi reconhecido como sendo uma instituição com ensino diversificado, de qualidade e capaz de contribuir para as necessidades de formação sentidas na região. Estas áreas cobrem os domínios de: Educação, Tecnologias, Gestão, Saúde, Artes e Design, Turismo e tomam forma nas suas cinco escolas existentes:

- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, de Leiria (ESECSL);
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão, de Leiria (ESTG);
- Escola Superior das Artes e Design de Caldas da Rainha (ESAD.CR);
- Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, de Peniche (ESTM);
- Escola Superior de Saúde, de Leiria (ESSLei)

Note-se que para além das escolas do IPL, está implantada no distrito uma rede escolar de ensino superior, representada por outras instituições:

- Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria
- Instituto Superior Dom Dinis – Marinha Grande
- Universidade Católica Portuguesa – Escola Superior de Biotecnologia – Caldas da Rainha.

Durante estes últimos anos, a afirmação do IPL tem sido alcançada com o alargamento dos seus percursos formativos, da diversificação das ofertas e da consolidação dos seus projectos de formação, em função das exigências locais e nacionais. Entre as muitas referências, citamos o “Plano Estratégico de

Desenvolvimento”, do Instituto Politécnico de Leiria, 2001-2006, que estabeleceu como principal linha de orientação, “*uma forte componente de ensino a nível graduado e pós-graduado, com uma oferta de serviços (incluindo formação contínua) que satisfaça prioritariamente as necessidades da Região em que se insere e com um programa de I&D sintonizado com a sua estratégia de desenvolvimento.*”⁷⁹

As funções acima referidas têm vindo a ser concretizadas pelas várias escolas do IPL, através de actividades de docência, no âmbito da formação inicial, da formação graduada e da formação recorrente; do apoio ao desenvolvimento regional, através de projectos de investigação e por meio de outras iniciativas orientadas para a comunidade local e já a nível internacional. No seu conjunto, estas têm permitido a formação de quadros em áreas de especialização distintas, que têm vindo a dar o seu contributo às muitas empresas e serviços sedeados na região.

Em resultado desta actividade, o desempenho das diversas escolas tem vindo a afirmar-se atraindo não só novos alunos e docentes, mas também reforçando a imagem do IPL e a sua capacidade de resposta aos problemas da sociedade. Este desempenho tem permitido uma evolução favorável da sua população escolar, 9876 alunos na sua globalidade (2007/08), assim distribuídos pelas diversas Escolas:

<i>Escola</i>	<i>Total</i>	<i>Form. inicial</i>
ESEL	1487	1487
ESTGL	4578	4578
ESS-Leiria	601	531
ESAD-C. Rainha	1138	1138
ESTM-Peniche	941	941

De realçar que embora referindo uma componente regional, no âmbito geográfico do distrito de Leiria, o IPL tem vindo a recrutar alunos noutros distritos próximos, nomeadamente em Santarém e em Coimbra. Tal facto resulta, quer da natureza dos cursos que ministra, quer da sua acessibilidade em relação aos principais centros urbanos do litoral português.

Tendo em consideração a configuração dos limites do distrito de Leiria e a sua extensão geográfica, entendeu o IPL reforçar a sua intervenção na área do referido distrito com a criação de novos cursos, em especial os Cursos de Especialização

⁷⁹ Instituto Politécnico de Leiria (2001) “*Plano Estratégico de Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Leiria 2001-2006*” (Policopiado)

Tecnológica (CET). Esta decisão tem vindo a reafirmar o papel regional assumido do IPL, no sentido consolidar o seu projecto de expansão e de desenvolvimento da rede já existente, de modo a garantir o “estatuto de maioria” do ensino superior politécnico na região. Tal afirmação, é acompanhada da manifestação de poder, entendido como “*um fenómeno de relação social e organizacional*” (FERNANDES, 1988, p. 60), entre a unidade central do IPL, as suas escolas e outros parceiros institucionais, nomeadamente as autarquias e associações empresariais. Com eles, o IPL tem procurado responder às necessidades de formação local e, bem assim, cumprir as funções que lhe compete no desenvolvimento da região. Vejamos alguns aspectos.

2.1 – Diversidade de aprendizagens

A análise de diversos indicadores, que não só os indicadores económicos e sociais relativos à distribuição dos diplomados pelo ensino superior no território, é relevante para compreender os desequilíbrios entre o "centro" e a "periferia", que caracterizam a sociedade e o território nacional. Da mesma forma, esta análise permite-nos assinalar os contrastes que existem entre a capital e os restantes centros urbanos do continente, sendo certo que embora a maior parte dos centros, de maiores dimensões, se distribuam pelo litoral, esta área do continente não é, contudo, uma área homogénea em termos de desenvolvimento territorial e social.

Temos o exemplo do distrito de Leiria que patenteia a existência de diversos centros urbanos, com níveis e ritmos de crescimento diferentes. No seu conjunto, sugerem uma armadura urbana com características “policêntricas” e uma atenção à rede escolar existente uma vez que um dos pressupostos teóricos do desenvolvimento regional, neste como noutros distritos, assenta na existência de rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico e no cumprimento de um conjunto de funções orientadas para a região, no empreendedorismo empresarial, na criação de riqueza e na internacionalização.

Tendo em conta a situação no país, veja-se como o ensino politécnico ao contemplar o recrutamento regional dos seus alunos, está a dar um passo para a fixação dos quadros indispensáveis à consolidação de muitas das actividades produtivas localizadas no seu território de influência. Ao fazê-lo o Estado mais não está do que a dar cumprimento a um dos princípios basilares da Constituição da República Portuguesa, que defende (artº 9), “g) *Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;*

Estas medidas deverão facilitar a correcção das assimetrias sociais e territoriais, favorecendo em simultâneo a democratização do ensino e o acesso universal dos cidadãos à educação e à cultura. Convém assinalar que a percentagem de jovens dos 17 aos 25 anos, que frequentam o ensino superior, da ordem dos 12% na actualidade, é ainda bastante inferior aos 25% de média nos diferentes países da União Europeia. Por outro lado, no que respeita a frequência desta população, notam-se algumas diferenças como aquelas que ocorrem não só entre a natureza dos diversos cursos, mas ainda a participação dos estudantes do ensino politécnico no conjunto da população estudantil. No conjunto das suas cinco escolas o IPL assegurou, em 2007-08, em diversas áreas científicas, das ciências humanas e formação de professores, às engenharias, o funcionamento de:

- 10 Licenciaturas, na ESECSL,
- 13 Licenciaturas, na ESTGL,
- 7 Licenciaturas, na ESAD.CR,
- 5 Licenciaturas, na ESTM,
- 1 Licenciatura na ESSLei.

2.2 - Territorialização e formação de recursos humanos

A apreciação da carta do ensino superior em Portugal confirma a persistência de desequilíbrios sociais e sectoriais que continuam a caracterizar a sociedade portuguesa na actualidade. Tal facto pode ser atestado pela localização dos estabelecimentos e pela distribuição dos alunos por cursos, fazendo-nos recordar a existência de fortes assimetrias de crescimento e de desenvolvimento económico.

Ainda que genericamente podemos continuar a dividir, nos dias de hoje, o território nacional em duas grandes áreas, com características distintas. A primeira, prolonga-se de Braga a Setúbal e ao Algarve, e estende-se entre trinta a quarenta Km para o interior; a outra, é constituída pelo restante território. Como em tempo descreveu um documento oficial (S.E.A.R.L., 1980), em 1/4 apenas da área total concentra-se, na primeira, mais de 2/3 da população e a ela correspondem mais de 4/5 do produto total e 9/10 da indústria transformadora. Aqui se localizam ainda as melhores vias de comunicação, a maior parte e os melhores equipamentos, a maior parte dos serviços de informação e, sobretudo em Lisboa, a maior parte da capacidade de decisão política, económica, cultural e financeira. A outra parte do país, com excepção de algumas das suas zonas, pequenas e pouco representativas, a actividade dominante é a agricultura ou outras actividades de

pouca relevância e significado económico à escala nacional. Esta a situação dominante há duas décadas, que se tem alterado nos dias de hoje.

Em consequência desta alteração, têm sido assinaláveis os movimentos relacionados com as migrações internas em direcção aos grandes centros ou mesmo das saídas para o exterior, fenómeno que durante mais de duas décadas contribuiu fortemente para uma das mais poderosas "*hemorragias sociais*" que afectaram a sociedade portuguesa. Se quisermos reter alguns indicadores, basta compulsar os últimos recenseamentos da população e verificar a evolução do crescimento demográfico nessa faixa ocidental e meridional, em contraste com o verificado no interior do país. Nestas áreas não só ocorreram perdas significativas da população, como esta se alterou profundamente nas suas estruturas e no seu movimento natural. O acréscimo de idosos foi acompanhado por uma redução significativa de nascimentos e de jovens, que por via da sua maior "*esperança de vida escolar*", irão continuar a alimentar a nova indústria do ensino à escala nacional e regional.

Para além destas características, outros indicadores relacionados com a escolarização - tais como as taxas de escolarização dos diferentes grupos etários, de repetência e de abandono (sobretudo no termo da escolaridade obrigatória), a taxa de prosseguimento de estudos no ensino superior e a taxa de escolarização no grupo etário 18-24 anos - o analfabetismo, a qualificação da mão-de-obra, a repartição dos quadros técnicos e a sua formação, ajudam a compreender melhor o quadro das distorções que afectam o território nacional.

Como se depreende da leitura da L.B.S.E. e de muitos outros documentos oficiais, espera-se o contributo da educação-formação para o desenvolvimento de algumas actividades produtivas, levando ao ajustamento dos cursos ao perfil das estruturas dominantes e à cooperação entre os sistemas produtivo e o educativo. Alguns destes novos estabelecimentos de ensino têm revelado uma actividade científica e cultural que merece ser destacada. Esta actividade está expressa não só na diversidade de oferta dos cursos e na origem dos alunos que as frequentam (quer em formação inicial, quer em formação pós-graduada), mas também pela sua participação em projectos de intervenção junto da comunidade.

Nestas circunstâncias, uma outra forma de avaliar a importância destes estabelecimentos no desenvolvimento regional, é apreciar a sua inserção no espaço físico e social, através da identificação dos respectivos "territórios de formação". Tal é conseguido pelo conhecimento da sua "área de influência", em termos de recrutamento de alunos e de professores, da extensão das suas actividades relacionadas com a formação inicial e permanente, orientada para o

mundo do trabalho, bem como da investigação e da cooperação inter-institucional com outras entidades públicas e privadas.

Este conhecimento mostra-se necessário para a construção de "grelhas" de avaliação parcelares (destinadas à análise das actividades desenvolvidas e à sua adequação aos interesses sociais representados no mesmo território de formação), de modo a contribuir para o estabelecimento de mecanismos internos que favoreçam a avaliação interna e o desempenho destas instituições. Em causa está não só o cabal cumprimento das funções e das actividades estabelecidas por lei, relativamente às instituições de ensino superior, mas também a resposta às expectativas da comunidade e à qualidade dos serviços prestados.

Tomemos alguns exemplos que decorrem da acção das escolas integradas no IPL, localizadas em três concelhos distintos do Distrito de Leiria e de iniciativas concretas da gestão do IPL, relacionadas com a criação de unidades de interface e de unidades orgânicas especializadas, vocacionadas para este tipo de intervenção junto de vários públicos e da sociedade. No seu conjunto, podemos destacar que apesar da localização privilegiada do IPL na faixa litoral do país, a procura social das suas escolas constitui um indicador do seu "poder" de atracção, o que é comprovado pelas matrículas dos alunos em cursos aí leccionados, como sucedeu em 2006/07, quando esta instituição se posicionou em 4º lugar, a nível nacional, nas colocações dos alunos, nas 1ª e 2ª fases. Esta situação configura não só a receptividade aos seus cursos, mas também a boa imagem e capacidade de 'persuasão' desta entidade na captação de matrículas junto da população escolar, que não só a oriunda do distrito de Leiria.

Tendo em conta a origem das matrículas dos alunos nas diversas escolas do IPL (num total de 1629), em 2007, registamos a presença de alunos oriundos de CAE de todo o país, com particular relevância para Leiria, Oeste, Santarém e Lisboa.

Quadro XXXIX - Origem dos alunos do IPL (2006 e 2007)

CAE	2006		Colocados 1ª Fase - 2007	
Leiria	588	32.9 %	536	32,9%
Oeste	330	18.5	286	17,6
Santarém	202	11.3	177	10,9
Lisboa	172	9.6	131	8,0
Coimbra	9	4.4	81	5,0
Aveiro	53	3.0	50	3,1
Setúbal	48	2.7	35	2,1
Braga	48	2.7	38	2,3

Acrescem a estes valores a referência a 1131 alunos inscritos em cursos de especialização tecnológica (CET), em funcionamento nas diversas Escolas e Centros de formação, bem como os 73 estudantes ERASMUS, oriundos de diferentes países da EU-27. Estes valores realçam a “centralidade” do IPL - entendida, de acordo com Christaller (1933) (GASPAR, 1972, p. 53), como “a importância relativa de um lugar em relação à região que o envolve” - baseada na sua “área de influência”, que ultrapassa as fronteiras do distrito, como se pode verificar através de diferentes tipos de indicadores publicados pelo IPL relacionados com o desempenho deste Instituto em 2006 e já em 2008⁸⁰.

2.3 - Re-socialização de saberes

Ao aceitarmos a importância crescente dos diversos actores sociais: pais e professores, empresários e investigadores, técnicos e operários, no processo de mudança e de inovação social e tecnológica, logo nos lembramos das alterações que têm experimentado os sistemas de formação e o incentivo cada vez maior que estes devem dar ao processo de auto-formação e de formação contínua, permanente e ao longo da vida. Estamos a pensar na necessidade de formação dos agentes educativos (em particular dos professores), e dos outros quadros, através da abertura e do fortalecimento do espírito crítico, que permite à educação assumir-se como promotora de novas aprendizagens e não como reprodutora dos modelos culturais dominantes.

A este respeito, recorda-nos Quintana-Cabanas (1989, p. 382), com base num documento do Conselho da Europa⁸¹, onde afirma ser objectivo da educação permanente: “*capacitar a todo individuo para comprender mejor el mundo técnico, social y cultural que le rodea; volverse independiente, es decir, capaz de situarse en su ambiente y de influir sobre él (...)*”. Para além de um instrumento passivo de socialização, a escola deverá tornar-se, juntamente com os demais agentes de socialização (nomeadamente os meios de comunicação social), num elemento activo desse mesmo processo, estimulando a construção de novos saberes e o desempenho sucessivo e simultâneo de “*papéis*” que facilitarão a integração dos alunos na vida adulta. Trata-se, no fundo, de reforçar a chamada “*capacitação profissional,*” que deverá assegurar “*uma especialização laboral, característica das*

⁸⁰ Veja-se a abundante informação contida em duas publicações recentes: “*O Instituto Politécnico de Leiria em números: 2006*” e a versão mais recente, de 2008, que nos escusamos de apreciar com detalhe dada a natureza e interesse desta informação.

⁸¹ Consejo de Europa, “*Educación permanente*”. Boletín. Centro de Documentación, 1966 (separata del nº 42).

sociedades desenvolvidas e com elevada divisão do trabalho” (ARROTEIA, 1991, p. 33).

Tendo presente este aspecto, entendemos que a formação permanente surge como uma necessidade, imposta não só por razões educativas, mas ainda por que ela induz outras actividades relacionadas com a própria formação. A este respeito estamos de acordo com Sanyal (1988), quando este se referiu à necessidade da articulação entre a educação e o trabalho, como factor indispensável à melhoria dos laços entre os sistemas produtivo e o educativo. Em sua opinião, tal implica que o sistema educativo esteja devidamente adaptado a responder às necessidades do tecido produtivo e que este se manifeste igualmente disponível para absorver aqueles diplomados, num contexto educacional em constante mutação.

Para além destas perspectivas abertas pela cooperação entre o ensino superior e a indústria, por via da realização de projectos comuns, de contratos de investigação, de bolsas de investigação, etc., é preciso igualmente notar a sua importância no desenvolvimento de acções de formação permanente vocacionadas para os quadros técnicos das diferentes organizações sociais. E esta será uma aposta decisiva a prosseguir no futuro, apesar dos muitos obstáculos que a esta cooperação se continuam a levantar, relacionadas com os valores e os conflitos entre os diferentes parceiros, a natureza das estruturas organizacionais e a facilidade de comunicação entre elas.

Não obstante estas dificuldades, os exemplos de parceria conhecidos mostram que as exigências do desenvolvimento económico, social e cultural actuais, reclamam de cada indivíduo uma formação contínua *“pela necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos (...), mas para poder fazer face às necessidades da sociedade e oferecer-lhe as maiores potencialidades de uma colectividade instruída”* (RASSEKH, VAIDEANU, 1987, p. 144). E nestes exemplos cabem as necessidades de formação do próprio pessoal docente, tanto no que concerne a domínios científicos específicos, quer no que diz respeito à sua formação pedagógica.

Recordamos, a propósito, o que preconiza a L.B.S.E. (artº nº 38º):

-“1 - A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

2 - A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

3 - *A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.*

4 - *Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos”.*

Perante esta situação diremos, igualmente, com Rassekh, Vaideanu (1987, p. 141), que a resposta do nosso sistema educativo à educação permanente, *“constitui uma resposta original e adequada aos desafios da nossa era”, sendo o único meio de preparar os cidadãos para “participar, a defender os seus direitos e os valores fundamentais de uma sociedade democrática, a instruírem-se e a desenvolverem-se numa sociedade marcada por mudanças previsíveis e imprevisíveis”.* Sendo esta uma questão fulcral a prosseguir pelo ensino universitário e pelo ensino politécnico, só poderemos falar em centros com vocação regional e nacional, se estes se afirmarem como centros de formação permanente e não só como locais de formação de alunos em áreas por vezes pouco ajustadas às exigências produtivas locais e culturais do país e da região.

No que concerne às escolas do IPL, no ano de 2007, estiveram inscritos 66 alunos em cursos não conferentes de grau, ministrados pela ESEL e 26, em cursos ministrados pela ESTGL. Por sua vez estas Escolas asseguraram, no mesmo ano, 29 e 96, respectivamente, frequências de cursos de Mestrado. Esta oferta, se incluída no total de 11 cursos conferentes a grau, promovidos pelo Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados (INDEA), fez subir o total de alunos, para 249.

Já em relação à formação desenvolvida pela Unidade de Ensino à Distância (UED), o total de alunos inscritos foi de 273, valor que associado aos anteriores, realça o contributo do IPL neste domínio.

2.4 – Difusão do conhecimento e da inovação

Como o reconhece Lopes (1995, p. 128), de acordo com os modelos neoclássicos, as bases de um crescimento equilibrado assentam no trabalho, no capital e na inovação tecnológica. Nestas circunstâncias, parece-nos ser imprescindível relacionar a capacidade de inovação de qualquer sistema social e das próprias instituições com o tipo de organização social e a estrutura do sistema educativo. Por isso, ao referir os múltiplos factores que hoje em dia afectam a configuração dos sistemas educativos (dominados por um conjunto de inter-acções, seguindo, embora, uma lógica particular), não devemos esquecer um aspecto que

tem contribuído para alterar o seu tradicional funcionamento: referimo-nos à procura social da educação e à explosão escolar, que de forma mais ou menos constante e diversificada, consoante os níveis de ensino, tem vindo a modificar os padrões de funcionamento, a gestão e a eficácia interna e externa daqueles sistemas.

Ultrapassado o período em que a educação formal era privilégio de alguns, a democratização do ensino e o conseqüente processo de *"massificação da escola"*, trouxe novos problemas - pedagógicos, institucionais e humanos - aos quais nem sempre de forma satisfatória, os novos modelos de organização e de gestão dos estabelecimentos de ensino conseguiram responder. Trata-se, com efeito, de uma consequência inevitável decorrente do processo de *"democratização do ensino,"* o qual tem sido acompanhado por um acréscimo dos recursos disponíveis. Contudo, como é reconhecido em diversos estudos internacionais, o aumento da procura social da educação constitui um dos problemas actuais, surgindo a escola como uma unidade estruturante para responder às necessidades, cada vez mais variadas, da nossa sociedade.

Este fenómeno tem vindo a acentuar-se quer nos países industrializados, quer no conjunto de países em vias de desenvolvimento, expressando-se na formação de quadros e no papel relevante da educação como factor de mobilidade e de promoção social. Daqui decorre, como nota HAAG (1981, p. 24), que a educação possa ser considerada não só como um *"bem de investimento,"* mas também como *"um dos elementos residuais que contribui para o aumento da produtividade do factor de produção - trabalho, condição necessária para o crescimento do PNB"*.

Por outro lado, também, a procura de instrução decorrente do aumento do nível de vida tem alimentado cada vez maiores fluxos escolares, sugerindo, assim, tratar-se de um poderoso *"bem de consumo"*, não obstante os meios, os métodos e os resultados alcançados porem frequentemente em causa a eficácia dos sistemas educativos. Nestas circunstâncias compreendem-se as expectativas que se colocam aos modelos de gestão do sistema escolar e das próprias instituições de ensino superior, as quais têm obrigatoriamente de privilegiar, nos seus princípios e fundamentos, uma estreita relação com o meio. Daí, portanto, que o conhecimento e o envolvimento da comunidade seja imprescindível para que estas escolas, como sistemas abertos que são, possam cumprir as "performances" necessárias ao cumprimento das suas funções e a cabal inserção na comunidade.

Não deixam, no entanto, de serem relevantes os problemas que hoje se colocam ao cumprimento destas finalidades. Entre estas, destacamos os problemas político-estratégicos decorrentes da modernização dos sistemas

educativos e da procura social da educação, questões que pesam cada vez mais na adopção de políticas coerentes e concertadas, que atendam aos interesses e às necessidades dos diferentes grupos sociais. Por outro lado, a limitação dos recursos e a sua desigual distribuição no território, constituem sérios problemas que afectam a gestão corrente dos diferentes estabelecimentos de ensino.

Daí, portanto, que a autonomia institucional e a participação da colectividade sejam consideradas como um dos mais importantes desafios que hoje se colocam à gestão dos estabelecimentos de ensino superior, tendo em conta as exigências crescentes de uma maior democratização e descentralização das estruturas educativas. Estes, constituem dois dos requisitos essenciais para a melhoria das condições do ensino, para inovação e para o acréscimo da qualidade do processo ensino-aprendizagem e transferência da inovação entre as instituições de ensino superior e as demais instituições de índole social, cultural e empresarial.

Recorde-se que a qualidade passou a constituir uma das preocupações fundamentais dos responsáveis pela gestão destes subsistemas sociais e dos seus "utentes": pais, alunos e empregadores. Nestas circunstâncias, o aumento da formação da população activa constitui uma das formas das nossas sociedades entrarem na *"era da informação"*, a qual irá beneficiar não só a melhoria da qualidade da formação em geral, mas ainda a promoção de novas oportunidades de emprego assentes na actualização de novos conhecimentos e profissões.

Assim, como referem Rassekh e Vaideanu (1987, p. 86), *"a explosão da informação e a difusão do saber foi um dos fenómenos particularmente importantes durante a última década"*. Daí que, a par do crescente aumento da população escolar (discente e docente), e das transformações sociais, culturais e outras registadas nas últimas décadas, as exigências da formação ao longo da vida, já comentadas, e a *"educação para a competência e criatividade será o investimento mais importante uma vez que é o homem a única riqueza e motor da indústria e do progresso material em geral"* (Op.cit., p. 88). Por este motivo a educação tem uma função primordial, a de estabelecer *"um equilíbrio entre a ciência e a tecnologia, considerada como os meios e os valores que constituem a finalidade da vida e da acção humana"* (Loc. cit.).

Embora teoricamente tal seja possível na prática, porém, são inúmeros os entraves que impedem esta dinâmica interna dos sistemas educativos. Muitas dessas dificuldades são por todos conhecidas quando nos debruçamos sobre os fundamentos económicos, sociais, políticos, legislativos, históricos, culturais e filosóficos, que condicionam aqueles sistemas; ou ainda, quando analisamos o desempenho das organizações educativas e o processo de cooperação com a

sociedade. Recordamos, a propósito, a importância crescente da investigação científica neste processo de inovação e as dificuldades que esta encontra na própria estrutura produtiva nacional, que continua a afirmar-se como sendo constituída por um tecido onde predominam as pequenas e as médias empresas, com uma reduzida participação nas actividades de I&D e uma fraca participação de investigadores e de técnicos qualificados.

Abordando a questão da investigação, evocamos mais uma vez a L.B.S.E. (artº 18), que a propósito da investigação científica, preconiza:

“1 - O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 - Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

3 - A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspectivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4 - Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5 - Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade”.

Estas preocupações devem estar presentes no espírito dos responsáveis pelas instituições de ensino superior. De facto, quando da apresentação da nova imagem do IPL (2006), reconheceu o seu Presidente: *“envolvido na realização duma região de sucesso, cuja qualidade dos agentes sociais e económicos é reconhecida a nível nacional e internacional, o IPL é um parceiro de excelência, que concentra esforços no acompanhamento do processo de inovação indispensável a um tecido empresarial forte e tecnologicamente muito exigente”.*

Tomemos outros exemplos que decorrem da acção desta Instituição e das suas escolas, bem como de iniciativas concretas da gestão do IPL relacionadas com a criação de unidades de interface e de unidades orgânicas especializadas, vocacionadas para este tipo de intervenção, junto de vários públicos e da sociedade. Estas, traduziram-se na criação de diferentes tipos de unidades orgânicas, tais como:

- FOR.CET (Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica): tem como missão, enquadrar e promover a realização dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), em funcionamento nos concelhos do distrito de Leiria e fora dele: Alcobaça, Nazaré, Figueiró dos Vinhos, Vila de Rei, e com actividades associadas em Avelar, Alvaiázere, Ourém, Pombal, Rio Maior e Soure);

- INDEA (Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados): visando a promoção de actividades de I&D e a generalização da oferta de formação pós-graduada;

- UED (Unidade de Ensino a Distância): dedicada a este tipo de ensino, de formação e de investigação, tem como objectivos principais e de referência, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da informação;

- FOR.ACTIVOS (Centro de Formação de Activos), tem como objectivo elaborar, em articulação com as restantes unidades de ensino e de formação, a realização de cursos de formação ao longo da vida.

Por sua vez, a responsabilidade de promoção, a transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico, cabe ao C.T.C. (Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento).

De realçar que a constituição do INDEA veio a permitir a criação de quatro Unidades de Investigação, que têm vindo a desenvolver projectos individuais no âmbito da formação académica, e a contar com o envolvimento de outras entidades em diferentes domínios científicos. Registam-se as unidades de investigação existentes (2008):

- CIID (Centro de Investigação Identidades & Diversidades),
- CDRSP (Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto),
- GlobADVANTAGE (Center of Research on International Business & Strategy) e,
- GIRM (Grupo de Investigação em Recursos Marinhos).

Para além destas unidades, o LBO (Laboratório Biotecnológico do Oeste), funciona como estrutura de investigação e de prestação de serviços, associado à ESTM. Por sua vez as delegações, em Leiria, do Instituto de Telecomunicações (IT), do Instituto de Novas Tecnologias (INOV) e do Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores de Coimbra (INESCC), são outras unidades de investigação em funcionamento no IPL. Para além destes, foram recentemente criados dois novos núcleos: o Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em Educação (NIDE), e o Grupo de Investigação das Artes e Estudos Cénicos (GIAE/C).

3 – A emergência do “poder do conhecimento”

Com a sua população docente a ultrapassar as sete centenas de professores, entre Doutores (95), Mestres (307), Licenciados (389), o IPL é, hoje em dia, não só uma das maiores entidades empregadoras da região de Leiria, como uma instituição de ensino superior reconhecida entre o meio académico e empresarial.

Independentemente das qualificações académicas já adquiridas pelos docentes actuais, o programa de formação avançada para docentes das várias escolas, que vai permitir aumentar substancialmente o corpo Doutoral desta instituição, revela-se como uma realidade promissora do incremento da sua importância regional e nacional. Assim o comprovam as actividades desenvolvidas consubstanciadas em Projectos, em Conferências e Colóquios e outras, que deram origem a publicações próprias, ou em fontes de informação nacionais e internacionais, onde se vêm divulgados trabalhos científicos desta comunidade.

A par destes, os muitos protocolos e acordos celebrados entre o IPL e outras instituições universitárias e de natureza politécnica, empresas e serviços públicos, sugerem que estamos em presença de uma instituição dinâmica e potenciadora do processo de inovação, baseado no poder do conhecimento, construído nas suas escolas e em unidades de investigação. Trata-se de uma autoridade regida por diferentes acordos e posta em prática por um número considerável de actores, para não dizer de toda a comunidade académica deste Instituto.

Esta acção, baseada no processo de modernização da sociedade portuguesa e inovação do seu tecido empresarial, está plasmada nos princípios gerais da L.B.S.E. (artº 2), que preconiza: *“O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”* e, sobretudo, no artº 11 da mesma Lei, quando estipula o âmbito e os objectivos do ensino superior.

Embora não sendo possível apreciar os indicadores referentes à importância regional das escolas, notamos que só após a consolidação dos seus "territórios de formação", estes novos centros se podem afirmar como pólos de atracção de novos cursos, serviços e de actividades produtivas e do processo de crescimento, dinamizando novas configurações territoriais e sociais, capazes de organizarem e de se articularem com os territórios vizinhos. Esta é uma perspectiva que compartilhamos com Santos (2006, p. 89), quando considera o território como um conceito social alicerçado, também, em *“mecanismos de poder”*, mas em que

“manifesta como característica mais determinante a apropriação do espaço em termos de usos e representações colectivas, que constituem o universo simbólico do grupo social que o criou e o perpetua, correspondendo à sua consistência sociocultural”.

No contexto acima referido, o IPL ganha especial relevância pelo domínio das acções exercidas directamente sobre a população escolar, no âmbito das funções que exerce dentro da formação especializada e avançada, nos serviços à comunidade, na construção de uma teia e redes de relação e do conhecimento centradas nas funções de ensino, formação e investigação, bem como na internacionalização das suas actividades. E ao longo das três últimas décadas e em períodos distintos da história local, estas entidades conduziram processos diferenciados de construção do meio social e cultural, contribuindo para o desenho de diferentes áreas de influência, quer sobre os habitantes aqui residentes, quer sobre outros cidadãos que tomam a cidade de Leiria como local de atracção e como epicentro das diferentes representações sociais e funções relacionadas com a formação e a investigação.

Assim, tomando por base a proposta de Isnard (1982, p. 167), de que *“o espaço geográfico responde à definição mais corrente do sistema”*, importa salientar o contributo da *“propagação das idéias dentro da sociedade e do papel dos dirigentes como catalizadores da inovação e do problema da resistência à mudança”* (HAGGETT, 1976, p. 76). Tal questão remete-nos para vários tipos de respostas, que nos obrigam a pensar na intervenção de diferentes *“actores sociais”* e poderes, da forma como estes exercem a sua autoridade, se apropriam do espaço e se tornaram responsáveis pelo tipo de organização territorial, social e cultural, bem como sobre os factores responsáveis por estes processos. Entre estes destacamos o poder do conhecimento, decorrente da criação do ensino superior politécnico.

Com o desempenho deste subsistema têm vindo a estruturar-se espaços alargados de influência e de inter-dependência, assentes na área de recrutamento dos alunos e na acção (académica, científica e de cooperação) do IPL junto da sociedade, das autarquias, das empresas e de outras entidades públicas e não públicas. Esta acção está relacionada com a evolução do sistema social e político, com o exercício da sua autonomia e com as iniciativas de desenvolvimento regional que tem vindo a apadrinhar.

Tal facto, se associado à organização social, à liderança, e ao poder institucional do IPL - baseado na sua ampla participação em diferentes projectos e iniciativas de formação e de investigação de natureza internacional - convergem na

construção da “*teia mundial*”, “*apertada e coesa*”(TOFFLER, 1984, pp. 401-402), que identifica a “*Terceira Vaga*”. Este autor, identifica-a (Op. cit., p. 400) como sendo responsável pelas transformações da sociedade e de a elevar “*a um nível muito alto de diversidade e de complexidade*”. Tais características aplicam-se às redes de conhecimento estabelecidas entre instituições de ensino superior, através de actividades ligadas à formação, à I&D e à cooperação e aos diferentes tipos de parcerias estabelecidas em sistema aberto com a sociedade. Contudo, como observa Claval (2001, p. 174), “*chaque culture dispose d’une grammaire de relations qu’elle sait mettre en oeuvre*”, donde o registo de efeitos distintos destas experiências, incentivadas pela globalização, conduzem a diferentes leituras desta realidade.

Interessa recordar que as decisões e as práticas no âmbito do sistema político são indissociáveis das tomadas de decisão relativas aos outros sistemas sociais, tais como os sistemas de ensino e de formação. E os resultados dessa acção podem ser apreciados pela natureza do “produto”, de que destacamos não só a qualidade da formação dos diplomados e a sua adequação às exigências do mercado de trabalho, como à intensidade e às formas de cooperação inter-institucional (com outros estabelecimentos de ensino superior e com empresas), bem como à inovação (ao nível regional ou em cenários mais alargados), induzida pelo IPEiria. De facto, a consulta de diferentes indicadores de desempenho relacionados com o processo de avaliação interna e externa, vêm confirmar o esforço desenvolvido por esta instituição no sentido de reforçar a sua identidade regional, a capacidade de intervenção social e o poder académico, no todo nacional e fora já do espaço europeu.

Estas considerações vêm ao encontro do que, em tempo, defendeu Grilo (1987, p. 10), sugerindo, a propósito das relações entre as instituições de educação/formação e o meio:

“a) articular as estratégias do desenvolvimento da educação às necessidades e estratégias dos outros sectores;

b) associar, de forma muito vincada, as competências técnicas e as instituições políticas, nacionais e regionais e mobilizá-las eficazmente na execução duma série de objectivos inseridos no plano;

c) cultivar de forma muito cuidada e com habilidade política a cooperação com outras instituições sociais”.

Alguns dos dados anteriormente assinalados comprovam o reconhecimento da comunidade científica por esta instituição, assente em diferentes protocolos de Cooperação Técnica e Científica, orientados quer para a formação dos seus

docentes, quer para a oferta de formação pós-graduada e de apoio à formação, ao ensino presencial e à distância ou já à investigação, assinados com diversas Universidades nacionais e estrangeiras, especialmente com os PALOPs, em particular com o Brasil e com Macau.

No seu conjunto esses exemplos valorizam a aceitação desta instituição de ensino superior junto da comunidade académica e científica nacional e internacional e o alargamento progressivo do seu espaço de influência e de relação, baseado nas inter-dependências que se vão estabelecendo e alastrando a áreas próximas ou mais distantes. Estas, vão alicerçando um sistema de relações humanas e profissionais, de influência e de atracção sobre os alunos, de “poderio”, ou poder - entendido como a *“probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social”* (FERNANDES, 1988, p. 62) - através de diferentes acções e projectos.

Completando esta linha de raciocínio, podemos realçar as inter-acções que se cruzam no cenário que escolhemos, marcadas por diversos fluxos de pessoas e de mercadorias; pela aplicação de novas tecnologias e pela divulgação do conhecimento em que se baseia o aumento do nível de instrução da população residente e a construção de diferentes “clusters” de actividade empresarial.

Recorde-se que, hoje em dia, os benefícios da evolução técnica e tecnológica, decorrentes de novas formas de organização do trabalho, da inovação e dos avanços científicos conseguidos através da educação e da formação, sobretudo de nível superior, da divulgação da investigação científica e da sua aplicação às actividades produtivas e aos serviços, vieram a permitir novos avanços, com alterações sobre o desempenho e os resultados das empresas, contribuindo para a sua afirmação a nível nacional e nos mercados internacionais. Para tanto têm contribuído a formação do “capital humano”, a construção do conhecimento científico e a sua irradiação e cooperação com as empresas, os serviços, as organizações sociais e outras instituições de ensino e de investigação, que acompanham a mudança social decorrente do aumento da escolarização no ensino superior e da formação especializada de recursos humanos.

Localmente esta acção está representada pelo IPL, e pela sua acção nos processos de desenvolvimento local e regional, no alargamento da sua área de influência de cooperação com a comunidade, ajudando a consolidar o seu espaço de acção e de poder, o *“poder do conhecimento”*. Mais ainda, tal acção tem vindo a resultar da acção de *“difusão”* e de *“inovação”*, estudadas por Hagerstrand (1965), baseadas na troca de informação, na vizinhança, no contacto entre indivíduos, bem

como na aceitação e resistência à inovação, que promovem a sua transmissão e aceitação a áreas contíguas do mesmo território (COX, 1972, pp. 87-99).

O exemplo escolhido, relacionado com a “educação terciária” e a área de influência de recrutamento de alunos e de relação directa do IPL com o território e a sociedade envolventes, torna difícil de precisar o cenário fixo da unidade territorial mais vasta onde se insere e o traçado preciso da sua área de influência. Tal resulta, como já referimos, do IPL ser entendido como um “sistema dinâmico”, gerador de um espaço alargado de influência, preenchido por diferentes tipos de fluxos, inter e intra-regionais.

Como acontece com os demais espaços sociais, trata-se de um espaço fluído, cujos limites são difíceis de estabelecer e alteram-se consoante o “poder” e o peso (institucional e científico) das organizações participantes. Por isso, dizemos, com George (1972, p. 43) que, *“l’espace de relation peut se définir comme un groupement d’espaces fonctionnellement complémentaires ou similaires, présentant un ou plusieurs caractères d’unité, qui constituent l’environnement familier des individus en dehors de leur espace vécu”*. Estes considerandos abonam a favor do desempenho do “sistema binário” de ensino superior e do seu contributo na construção de novos espaços sociais, de saber e de conhecimento, estruturados em constelação de “nós” e de “redes” de relação; dinamizados por actores de diferente formação e por projectos e realizações de natureza formativa e investigativa.

Ousamos recordar que o poder do conhecimento, baseado no “capital cultural” das equipas de formação e de investigação, entrou neste jogo e competição. Assim o reconhece Claval (2001, p. 168), ao afirmar que a utilização do “ciber-espaço” e dos “circuitos de informação”, exercem uma função relevante na organização do espaço, cujos efeitos se fazem sentir através de uma cartografia de fluxos e de redes assentes em relações pessoais e inter-institucionais.

O conjunto das redes já estabelecidas vão alicerçando um sistema de relações, humanas e profissionais, de influência e de atracção sobre os alunos, sobre algumas organizações educacionais e outras, alicerçando formas de “poderio”, ou de poder, através quer da gestão de diferentes acções e projectos, quer de outras iniciativas próprias e partilhadas com as autarquias, as empresas e outras organizações sociais. Esta acção configura o traçado de um espaço alargado de intervenção desta entidade, em articulação com outras instituições de formação politécnica e universitária e de investigação, bem como a estruturação de um novo tipo de região, de natureza educacional e científica, a “região do conhecimento”, dominada pelo IPL.

Como anteriormente referido, trata-se de um território alargado, constituído por uma rede de centros e de nós que definem o traçado de diferentes tipos de influência e de acção, construída por fluxos de relação (pessoais e comunicacionais) de grande intensidade e alicerçado em sentimentos de sociabilidade e de pertença. Na sua extensão, trata-se de um espaço de relação, definido por critérios de interdependência, que configuram a acção do IPL como um sistema dinâmico, gerador de uma “região do conhecimento”, construída por diferentes tipos de fluxos, intra-regionais e internacionais.

Estes considerandos abonam a favor do desempenho do “sistema binário” de ensino superior, e do seu contributo na construção de novos espaços sociais, de saber e de conhecimento, estruturados em constelação de “nós” e de “redes” de relação; dinamizados por actores de diferente formação e por projectos e realizações de natureza formativa e investigativa. Ousamos recordar, desde a generalização da Web, que o poder do conhecimento, baseado no “capital cultural” das equipas de formação e de investigação, entrou neste jogo e competição, ganhando cada vez maior número de adeptos e alargando ainda mais o seu domínio.

Os aspectos anteriormente assinalados andam associados ao exercício do “poder”, não como resultado de uma construção administrativa do espaço, (caso do município de Leiria), mas como exemplo de uma acção orientada e regulada pelo poder central, o IPLeiria e da autonomia que a lei lhe confere, nos domínios administrativo, financeiro e patrimonial.

Com base na apreciação do processo de avaliação institucional relativa aos estabelecimentos de ensino superior que fazem parte do IPL assinalamos, à semelhança de Friedman (2005, p. 366), a importância dos “*factores intangíveis*”, baseados na difusão de “boas práticas” e no uso das tecnologias, implementadas pelas instituições de ensino superior na sua articulação com o meio. Globalmente estas têm funcionado como promotores do desenvolvimento económico e da mudança, e acompanham as iniciativas do “sistema político” na luta pelo desenvolvimento territorial e social. Em simultâneo, vão criando os seus espaços de poder, de âmbito regional e nacional, contribuindo quer para o processo de democratização do ensino e da sociedade mas, também, do desenvolvimento social e cultural das populações, na procura crescente da sua autonomia.

Como afirma Fernandes (1988, p. 321), “*não existe poder político que não alimente o desejo e o sonho de uma sempre maior autonomia*”, logo, encaramos os processos de avaliação desta instituição como indispensáveis à melhoria do seu

desempenho, à sua crescente emancipação e ao maior alargamento do seu espaço de acção educacional.

A concluir, recordamos que como ciência do homem e do espaço, a Geografia tem uma palavra a dizer na explicação das dinâmicas locais relacionadas com a população, o desenvolvimento regional e o sistema de poder, contemplados pelo “sistema político”. Por outro lado esta ciência não pode ficar indiferente às dinâmicas sociais que estão na origem da criação de novos espaços de poder, político, económico ou baseado em redes do conhecimento, sedeados em “nós” activos, como sejam as instituições de ensino superior. Do exemplo que escolhemos, importa salientar:

- a natureza das “*relações de poder*”, que assentam “*no exercício da autoridade*” (CLAVAL, 1987, p. 448) e de organização;

- o contributo das iniciativas de natureza educacional, promovidas pelo poder central, com especial incidência na formação dos recursos humanos, na territorialização da formação e na transferência de tecnologia para as empresas, com vista ao desenvolvimento regional;

- as relações “*societárias*” (Op. cit., p. 458), estabelecidas através da autoridade e da dominação, ligadas a “*factores intangíveis*” (FRIEDMAN, 2005, p. 366), consubstanciadas no poder do conhecimento, as quais permitem “*compreender a génese das solidariedades a longa distância que caracterizam o mundo actual*” (CLAVAL, 1987, p. 448).

O levantamento destas questões deve ser apreciada numa perspectiva dual: de acordo com a descoberta de Colombo, de que “*o mundo era redondo*” (FRIEDMAN, 2005, p. 13), ou baseado na leitura que este autor faz de que, afinal, o “*mundo é plano*”, (Loc. cit.). Assim o notou J. César das Neves, na “*Introdução*” da obra de Friedman (Op. cit., p. 9), “*nos negócios, mas também na investigação, no desporto, na cultura, a globalização está a tornar o mundo mais justo (o tal “Mundo Plano” do título, brincando com a teses de Colombo de que o mundo é redondo)*”.

Em nosso entender, as questões que se relacionam com a análise geográfica destes fenómenos tornaram-se hoje mais complexas e confirmam a consolidação do poder do conhecimento e o seu contributo na “*capacidade inovativa*” (CASTRO, 1994) e na afirmação do “*sistema binário*” (ARROTEIA, 1996) do ensino superior. Por isso, tendo em consideração as novas concepções e percepções estéticas do espaço (CLAVAL, 1987, p. 378), carregadas de cultura, mas variando de acordo com “*as sociedades e conforme os sistemas de valores e de socialização*”, o contributo da Geografia nesta matéria permite uma melhor compreensão dos fenómenos humanos, sociais e políticos, que decorrem do choque de civilizações:

“um empenhado na civilização da Segunda vaga, o outro na da Terceira Vaga” (TOFFLER, 1984, p. 434).

Sendo assim o contributo da nossa reflexão evidencia, também, uma outra faceta, mais dinâmica, com base nos desafios relacionados com o desempenho de outras organizações de poder, nomeadamente os municípios, na construção de novas *“arquitecturas sociais”* (CLAVAL, 1987), através da sua acção na área da educação e na construção das *“redes do conhecimento”* de iniciativa, ou partilhadas pelo IPL. A este propósito importa ainda salientar a convergência de interesses que podem contribuir para o reforço do poder do conhecimento, a que nos temos vindo a referir. Reforço, este:

- baseado nas sinergias entre o poder local e o IPL, a disponibilidade dos municípios que integraram a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE, 2000, p. 60), em participar, *“em conjugação com os estabelecimentos de ensino superior existentes na zona, numa perspectiva de qualificação dos recursos humanos, como sector fundamental para o desenvolvimento e modernização, nomeadamente em áreas ligadas às especificas regionais, e no aprofundamento da pesquisa e inovação tecnológica, na criação de laboratórios de qualidade e na promoção de empresas e serviços ligadas às novas tecnologias”*.

- centrado no exemplo do IPL, no seu contributo na construção do espaço de conhecimento e de inovação, induzidos por esta instituição de ensino superior e na análise de um conjunto de aspectos com ele relacionados, a serem tidos em conta na análise regional.

Estes em suma, os aspectos a realçar entre o rol de factores condicionantes da inovação e das oportunidades de desenvolvimento do Pinhal Litoral, onde o Instituto Politécnico de Leiria desempenha um papel relevante nos processos de inovação e de desenvolvimento regional, bem como na promoção da cultura, da investigação e formação da população portuguesa.

Pelo que foi exposto, devemos realçar que o tema abordado é um problema actual em Geografia Humana, relacionado não só com a leitura do espaço natural e humanizado, mas, também, com a construção do espaço social e de relação, resultantes, o primeiro, da acção do homem sobre a paisagem, e o segundo, da *‘dominação’* que advém do exercício do poder conferido pelo Estado e exercido pelo Instituto Politécnico de Leiria. Não sendo condicionado por fronteiras ou limites físicos, o seu poder é tanto maior quanto melhor for o desempenho da instituição e mais alargada for a sua rede de influência e colocação no *“ranking”* das instituições de ensino superior.

Esta organização é constituída por uma constelação de escolas, articuladas entre si, que exercem funções de nível superior em diferentes concelhos do distrito de Leiria, assumindo-se a gestão do poder no IPL, como *“um fenómeno de relação social e organizacional”* (FERNANDES, 1988, p. 60), entre a unidade central do IPL e essas unidades.

O seu desempenho permite a construção do poder de ‘persuasão’ (McLEAN, 1996, p. 398) - entenda-se, de ‘influência’ - exercido por esta instituição sobre a sociedade e, particularmente, sobre a população escolar que frequenta as suas escolas, à procura de *“uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole técnica e prática e suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais”* (LBSE, artº 11º). Esta acção configura o traçado de um espaço alargado de intervenção do IPL em articulação com outras instituições de formação e investigação e a estruturação de um tipo de região, de natureza educacional e científica, a *“região do conhecimento”*, construída em torno deste Instituto Politécnico.

Estamos, portanto, na presença de uma questão fundamental: a construção de novos espaços de relação e de poder, baseados na ‘autoridade científica’ - (que assentam, não na homogeneidade geográfica e de base administrativa) - que configura o exercício da autoridade normativa, em áreas delimitadas do território, as autarquias locais (freguesias, municípios e regiões administrativas) e os distritos, representado pelo poder local, como seja o município de Leiria - mas, sim, a construção de ‘espaços’ regionais (e supra-regionais), assentes em critérios de interdependência e na análise de funções de nível superior (formação superior especializada e de investigação), de maior extensão.

Estas preocupações, se aceites pelos estabelecimentos de ensino superior, deverão intensificar a sua cooperação institucional e com as empresas, donde pode resultar no aproveitamento de sinergias em benefício destes, das regiões onde se localizam e da sociedade em geral.

Remate:
o “poliedro” de desenvolvimento da sub-região litoral

"A eficácia da política do desenvolvimento não pode dispensar esforços perseverantes a desenvolver ao nível da nação"

François PERROUX, 1987, p. 330

Na parte final deste trabalho, uma vez analisados os aspectos essenciais relacionados com o sistema geográfico e os contextos natural, histórico, humano e sócio-cultural da área em estudo, é importante sistematizar o contributo de diversos factores e actores, responsáveis pelo processo de desenvolvimento e criação do sistema geográfico do Pinhal Litoral. Para tanto começamos por assinalar o contributo da Geografia, que encara os *“fenómenos que as outras ciências dissociam pela análise ou pela experimentação (...) na ordem concreta das coisas, na sua diversidade complexa, na sua realidade em constante mudança”* (CLOZIER, 1950, p. 83), numa ligação estreita entre o que poderíamos designar por geografia geral e geografia regional.

A este propósito é oportuno evocar George (GEORGE et al., 1966, p. 18), que atribui à Geografia, como *“ciência humana”, interessada no estudo do espaço terrestre, o “esclarecimento e a interpretação de todas as relações que contribuem para a constituição de um complexo ou de um equilíbrio entre a dinâmica e a inércia de um meio, a dinâmica ou a inércia das colectividades humanas que residem neste meio, ou que aí aplicam suas iniciativas”*.

Complementarmente, recordamos a reflexão de Lopes (1995, p. 284) sobre a necessidade de uma adequada organização do espaço e do contributo do crescimento na transformação e mudança que acompanha o desenvolvimento local e regional, assim descrito: *“O desenvolvimento como fim último impõe a organização do espaço como um objectivo e pode servir-se do crescimento como um dos meios”*. Foi este um dos objectivos do estudo, onde procurámos aprofundar o conhecimento da terra e da população que aqui habita e os fenómenos associados à construção da sua matriz histórica e geográfica, à sua evolução e aos factores que acompanharam o crescimento dos seus habitantes e actividades, o povoamento e os aspectos essenciais do crescimento social e territorial.

Não havendo identidade de factores responsáveis por este processo, mas um conjunto de contextos favoráveis à sua evolução, é-nos possível realçar a acção de alguns vectores responsáveis por esta evolução humana e sócio-económica. Os dados com que trabalhamos reflectem essa realidade em épocas diversas. Tal apreciação, ainda incompleta, permite-nos destacar a necessidade de aprofundar essa análise de forma holística, atendendo a todos os aspectos e realidades locais e regionais, nomeadamente as que respeitam às condições de desenvolvimento deste território e da sociedade que aí reside, garantindo o seu crescimento e afirmação. Para tanto importa ter em consideração diversos aspectos relacionados entre si e orientados para os mesmos fins, ou seja, considerar a sua articulação

territorial, tida como um dos quatro eixos fundamentais a aprofundar na construção do território e do almejado desenvolvimento do Pinhal Litoral.

1. Articulação territorial

Tal como reconheceu George (GEORGE et al., 1966, p. 20), entendemos “o conhecimento histórico dos fatores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas (...)”, como base de entendimento da “diversidade atual do mundo do ponto de vista da aquisição das técnicas dos níveis económicos, das condições sociais, etc”. Esta reflexão permitiu-nos retratar a situação registada numa parcela do território nacional, dominado por um povoamento antigo e por iniciativas recentes que permitem contrariar as teses mais deterministas que fazem do homem um sub-produto do meio onde vive, colocando o nível de desenvolvimento de uma sociedade na dependência destas condições naturais. Esta não é, contudo, a imagem que construímos deste território, marcado por profundas alterações económicas, sociais e culturais, visíveis no espaço do Pinhal Litoral.

Neste caso e integrando-se este exemplo num contexto mais alargado, que se estende pelo Algarve e entre o Sado e o Minho, Leiria tem vindo a assumir-se com alguma identidade própria, funcionando como um 'pólo' de desenvolvimento regional e reflexo desse mesmo fenómeno registado em parte do seu distrito. Contudo, à escala nacional, persistem diversos tipos de desequilíbrios espaciais e humanos, que seguem as modificações em que tem decorrido o processo de urbanização litoral e a construção dos centros urbanos de maior dimensão, localizados no interior.

Esta a imagem que realça a persistência de diferentes "assimetrias espaciais", que acompanham o nosso modelo societal, marcado pelo "dualismo" entre a "sociedade tradicional", de cariz rural, e a "sociedade moderna", de cariz urbano. Tal situação acaba por reforçar a importância dos factores naturais e humanos que justificam a extensão da mancha litoral - mais densa, urbanizada e servida de infra-estruturas de diferente natureza - da qual emergem, para o interior, "núcleos" ou "ilhas" de maior densidade justificadas, principalmente, pelas condições de "acessibilidade".

Em simultâneo, reclama a nossa atenção para a diversidade dos indicadores sociais, reveladores dos conflitos existentes no mesmo país, “entre categorias sociais, das quais umas enriquecem rapidamente enquanto as outras permanecem mergulhadas num estado de estagnação ou regressão”, como assinala Perroux (1987, p. 87). Confirmam-no a "contabilidade demográfica", relativa à distribuição

da população no território e à apreciação da sua variação e mobilidade; outrossim, a “contabilidade social”, relativa à extensão dos fenómenos de exclusão social existentes na nossa sociedade.

Certas situações são comprovadas através da análise dos dados dos recenseamentos populacionais (e de outras fontes estatísticas). Outras, da consulta de estudos especializados (GASPAR. 1972, SALGUEIRO. 1992, MARQUES. 2004), que realçam certos padrões da hierarquia urbana que permitem evocar “*padrões geométrico-espaciais*” e “*relações entre os homens*”, difíceis de explicar e de esquematizar mas onde, no dizer de Gaspar (1972, p. 15), “*é sempre possível encontrar a ordem, por mais aparente que seja o caos*”.

Para tanto importa considerar a existência de diferentes factores mobilizadores da dinâmica e da ocupação do espaço, da iniciativa do poder central e das autarquias locais, de agentes económicos e da comunidade em geral, no sentido de promover uma adequada articulação do território, de forma a garantir melhores condições de vida de todos os seus cidadãos. É este o fim último dessas iniciativas e a base que pode servir de análise à construção dos “sistemas territoriais” e urbanos.

2. Crescimento sustentado e desenvolvimento humano

Como refere Lopes (1995, p. 142), “*o crescimento é material, é quantitativo, será objectivo; mas o desenvolvimento pressupõe alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça, ou a independência, ou a cultura, ou mais sinteticamente a qualidade de vida, a felicidade*”, sendo que, acrescenta o referido autor (Op. cit., 1995, p. 351), “*o problema maior em relação ao futuro, porque ainda não suficientemente considerado, é o que deriva da necessidade de passar a respeitar o meio ambiente, os sistemas ecológicos, o seu funcionamento e as limitações que impõem sobre o funcionamento dos outros sistemas*”.

Para além do que já foi descrito, importa assinalar que o conceito usual de desenvolvimento, ou seja, a acção dos diferentes contributos e factores que nos permitem entender o “*crescimento orgânico e harmonizado*”, como preconiza Birou (1978, p. 110), exige que se promova o “*progresso económico, (...) ao serviço de um progresso social e humano*”, num cenário mais vasto e generalizado. Recorde-se que a reflexão teórica sobre os conceitos de desenvolvimento tem vindo a ser aprofundada a partir da segunda metade de Novecentos, estando associado às necessidades de reconstrução do pós guerra, na Europa (WILLIS, 2007, p. 27 e p.

36-38), com a execução do Plano Marshall e a criação da O.C.D.E. e de outras instituições internacionais.

Dos autores que sobre este assunto se têm debruçado, recordamos Perroux (1987, p. 30), que no enunciado teórico sobre o “*novo desenvolvimento*”, defende que este seja orientado “*para o homem, sujeito e agente, para as sociedades humanas, para a sua finalidade e para os seus objectivos manifestamente evolutivos*” (Op. cit., p. 30), ou seja, para “*desenvolvimento de cada homem e de todos os homens*”. Preconiza ainda este autor (Op. cit., p. 34), que este deve ser feito no quadro alargado das relações espaciais, no qual se inscrevem os fenómenos sociais e no âmbito mais restrito da actividade humana e do desenvolvimento humano, em estreita ligação com a sociedade.

No mesmo sentido pronunciou-se Lopes (1995, p. 18), afirmando que “*o desenvolvimento tem que ver com as pessoas e estas localizam-se, como se localizam quaisquer outros recursos, como se localizam as actividades*”. Por isso, acrescenta o mesmo autor (Op. cit., p. 19), este processo impõe, igualmente, “*condições de ordem qualitativa – de equilíbrio, de harmonia, de justiça social – (...) e exige ainda, numa perspectiva temporal, que a utilização dos recursos garanta permanência e estabilidade (...)*”.

Embora pertinentes, estas considerações não escondem a discussão proposta por Perroux (1987, p. 13) acerca do significado, por vezes ambíguo, do próprio conceito de 'desenvolvimento'. Alerta-nos este autor para o facto dele ser, ao mesmo tempo, “*a acção de desenvolver e o que daí resulta*” defendendo, por isso, uma análise de natureza “*epigenética*”, que advém da complexificação crescente da própria sociedade e da interacção constante dos actores com o seu meio, dos organismos com os agentes que lhe são estranhos e dos processos com os seus resultados. Tal significa que, tendo em conta experiências ainda recentes, o quadro teórico que subjaz à noção do “*novo desenvolvimento*” (Op. cit., p. 31-32), obriga a que este seja tido de forma global, endógena e integrada.

De facto, como assinala Birou (1978, p. 94), se o “*aumento progressivo e contínuo da produção nacional*” (Op. cit., p. 94), nos permite obter informações acerca da 'receita nacional' de um país ou região, ou do “*aumento quantitativo de bens e de serviços*” (Op. cit., 95) pelos seus habitantes, tal deverá ser acompanhado de transformações visíveis do tecido produtivo, nas suas relações com a própria sociedade, e repercutir-se sobre a população. Logo, a obrigatoriedade destas transformações traduzirem-se na melhoria global dos indicadores macro-económicos - tais como o produto nacional bruto, o rendimento 'per capita', as taxas

de emprego e de produtividade, a energia consumida, etc. - e em mudanças estruturais, que melhorem as condições de vida da população no seu conjunto.

Igualmente será de esperar que estas modificações se repercutam ao nível do funcionamento das instituições políticas, sociais e económicas, gerando as sinergias necessárias a qualquer processo de inovação e de *"expansão da actividade dos homens em relação aos homens, pela troca de bens ou de serviços e pela troca de informação e de símbolos"* (PERROUX, 1987, p. 56). Não esqueçamos que estas transformações constituem um processo complexo, gerador de alterações estruturais profundas e de modificações ao nível dos *"comportamentos e das mentalidades"* (BIROU, 1978, p. 94), dos papéis sociais e das formas de desempenho, cujos resultados são extensivos a toda a sociedade. É desta forma que podemos encarar os fenómenos relativos ao crescimento e ao desempenho do sistema sócio-económico, particularmente os que têm a ver com as assimetrias espaciais, a mobilidade da população e os fenómenos de expressão urbana.

Retemos que as nossas preocupações vão ao encontro do proposto no relatório *"Our common future"*, da responsabilidade de Gro H. Brundtland, relacionadas com o desenvolvimento humano, o desenvolvimento económico e o *"desenvolvimento sustentado"*, assente no equilíbrio ecológico entre o homem e o seu meio ambiente e a redução dos danos de uma exploração irracional dos recursos naturais, sobre o meio e a sociedade. Para tanto o desenvolvimento humano, expresso nas condições culturais e de vida da população, são um indicador válido dos processos de crescimento orientados para aquele fim.

3. Formação e inovação

Embora sendo de enumerar a existência de vários factores que condicionam o processo de desenvolvimento regional, na sua dupla perspectiva, espacial e temporal (LOPES, 1987, p. 19) pensamos, à semelhança de outros autores (PERROUX, 1981, CARNEIRO, 1988), que a formação de recursos humanos pelas instituições de ensino superior, constitui um dos pilares fundamentais da *"modernização humana, cultural, económica e social do país"* (CARNEIRO, Op. cit., p. 23). Nestas circunstâncias, defende Carneiro (Loc. cit.) que aquelas devem desempenhar *"um papel vital no apetrechamento e contínuo aperfeiçoamento das lideranças regionais capazes de romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento interior"*.

Esta afirmação será tanto mais adequada quanto as aprendizagens se orientarem para as necessidades produtivas locais, se articularem com estas e contribuïrem para a fixação dos recursos humanos na região e não ao seu êxodo para os centros de maiores dimensões ou já para fora do país, como se tem vindo a verificar. Para tanto importa ter em devida conta os aspectos de natureza cultural relacionados com o nível de instrução e de qualificação da população residente, como factor da promoção do desenvolvimento humano e cultural. Mais ainda, importa que a socialização, a capacitação profissional e as “boas práticas” profissionais, referidas como essenciais no “benchmarking”, sejam democratizadas e dadas a conhecer aos principais “actores”, produtores de riqueza e agentes económicos.

Tendo em conta a realidade portuguesa, bem como os acontecimentos relacionados com o alargamento da rede de estabelecimentos de ensino superior, verificamos a importância que este assumiu como factor relevante do crescimento regional e urbano, sobretudo dos novos pólos de educação terciária. Com efeito, o alargamento da rede escolar do ensino superior, registado nas últimas décadas, levou à criação de numerosas instituições que se concentram não só nos principais centros urbanos, mas ainda noutras cidades de menores dimensões. Esperava-se que esta distribuição viesse a contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local e para a prestação de serviços especializados à comunidade.

Por outro lado e tendo em conta a importância da formação dos recursos humanos no processo de desenvolvimento do país, a formação especializada de nível superior foi entendida como indispensável ao nosso progresso científico e tecnológico. Nestas circunstâncias a abertura deste subsistema, particularmente do ensino universitário - desde sempre considerado como o principal responsável pela formação das “classes dirigentes” - a uma massa considerável de alunos, que não só os oriundos das “élites” do país, mas já das outras classes sociais, foi entendida como um factor de aproximação entre os diferentes estratos que constituem a sociedade portuguesa. Contudo a configuração da actual rede, com a localização preferencial das principais Escolas junto das áreas urbanas e mais densamente povoadas do nosso território, confirma a persistência de grandes desequilíbrios estruturais “*inter-sectoriais/inter-regionais*” (LOPES, 1987, p. 15), que o caracterizam e tardam em esbater-se.

Daqui decorre, que toda e qualquer desigualdade do desenvolvimento sócio-económico, arraste consigo resultados distintos e 'progressos' diferenciados, transformando frequentemente as hierarquias tradicionais, em hierarquias

renovadas, que garantam para além do desenvolvimento económico, o desenvolvimento pessoal e dos valores da própria sociedade (PERROUX, 1987, p. 72). Nesta acção contribuem vários factores, que não só os de natureza económica e educacional, as “boas práticas” empresariais e nos serviços, e a formação especializada que facilite a difusão do conhecimento e a inovação, que venham a contribuir para a emergência de novas dinâmicas sociais, que estimulem o desenvolvimento regional e a modernização da sociedade portuguesa.

Como notam Costa e Neves (1995, p. 87), importa ter em conta as mudanças sociais que acompanham o *“aprofundamento da modernidade com um novo tipo de racionalidade social que vai afectar muitas das organizações municipais”* (e outras), levando a uma reorganização das *“relações sociais através de grandes distâncias de espaço-tempo e a apropriação reflexiva do conhecimento”*.

4. Participação cívica e comunitária

Como assinalámos o território em questão, dominado pelos actuais centros urbanos de Leiria e pelas outras sedes dos municípios do Pinhal Litoral, constitui um espaço privilegiado de análise de um conjunto de fenómenos históricos, sociais e culturais, que marcam a sua evolução. Em nosso entender estes municípios pertencem à mesma *“área cultural”*, tal como anteriormente referimos. No seu sentido mais actual (GAZENEUVE, VICTOROFF, 1982, p. 254), a noção de cultura anda associada aos *“modos de comunicação do saber nas sociedades em rápida transformação e para os objectos simbólicos produzidos por uma sociedade a fim de veicular valores”*.⁸²

Não sendo nossa intenção discutir esta problemática, entendemos ser de alertar para os níveis de instrução académica desta população e desejar que a elevação dos mesmos seja acompanhada de novas práticas culturais e cívicas, onde se inclui a participação comunitária e política.

A referência a este eixos de acção, sobre o acréscimo da participação cívica e comunitária da população, pode parecer contraditório tendo presente as relações sociais dominantes e o exercício do poder (e dos “pequenos poderes”), que dominam em áreas mais reduzidas do território, sejam as autarquias, sejam pequenas povoações ou lugares. A este respeito, evocamos mais uma vez Perroux

⁸² Na apresentação destes conceitos, os autores supra-citados, fazem referência a diferentes obras e autores de J. Locke, E. B. Taylor, R. Benedict, R. Linton, M. Mead, A. Radcliffe-Brown, T. Parsons e outros.

(1987, p. 195) que considera o “*poder*” como uma relação ambígua e ambivalente, marcado pela luta e cooperação constantes.

Tal facto sugere um empenhamento colectivo, no sentido de promover a participação cívica em torno da discussão das melhores soluções relacionadas com o território, o meio ambiente e a organização social, que promovam a cooperação pessoal e inter-institucional mesmo que, como notam Costa e Neves (1995, p. 107), tenhamos presente a base da nossa administração, “*atravessada pelas lutas e conflitos latentes ou manifestos associados aos grupos sociais e ao controle do espaço urbano*” e a outras formas de poder.

Estes aspectos justificam a análise dos fenómenos geográficos, sociais e culturais, que permitem o melhor entendimento da realidade social, ou seja, da “*crosta exterior*” da sociedade da qual abordámos, apenas, uma parcela relativa ao território do Pinhal Litoral, centrada em Leiria e nos municípios vizinhos. Território, este, que no dizer de Fadigas (2007, p. 11), “*nas suas diferentes expressões, ao ser apropriado para o uso humano, mostra que é susceptível de ordenamento e de gestão*”.

Com esta citação queremos realçar a acção conjunta do “*poder central*”, do “*poder local*”, de outras organizações sociais e autarcas e dos cidadãos, de modo a que, de forma conjunta, permitam promover uma verdadeira estratégia de desenvolvimento territorial e social deste espaço, configurando um verdadeiro “*sistema territorial*” e urbano, articulado entre si, potenciador de sinergias locais e dotado de cidades de média dimensão, capaz de afirmar a solidariedade e democratiade urbanas (D.G.O.T.D.U, 1996, p. 6).

Os dados anteriores servem-nos ainda de referência para outro tipo de reflexão sobre a convergência e a diversidade dos estudos de natureza geográfica. Tal facto ressalta as novas preocupações da Geografia, relacionadas com o homem, os seus movimentos e as manifestações culturais no território, criando espaços distintos de relação, que não podem ser apreciados pelos métodos tradicionais desta ciência. Daí a sua aproximação a outras ciências e a utilização de novos métodos de análise dos fenómenos geográficos e sociais, de que resulta uma nova dimensão societária dos estudos de natureza geográfica. Neste domínio seguimos a reflexão de Godinho⁸³ (PHILIPONNEAU, 1964, p. 9), ao afirmar que, “*o cientista não se limita a tentar explicar o que existe, busca as tendências, as probabilidades de transformação, e dar um balanço aos efeitos possíveis das medidas tomadas ou cujas propostas lhe são submetidas*”.

⁸³ “Geografia e Geografia Aplicada”. In: PHILIPONNEAU, M., 1964, p. 9-16

Sendo esta a postura que perfilhamos, recordamos mais uma vez Lopes (1995, p. 23), ao defender as diferentes definições do espaço, de natureza geográfica, histórica e social.

Esta a conclusão final a que podemos chegar, tendo presente que as reflexões já antigas, de Philipponneau (1964, p. 27), continuam a ser pertinentes: *“A geografia permite compreender os caracteres de um meio espacial, analisando a inter-acção dos elementos de ordem física e humana que se integram nesse meio, como a história permite explicar a organização de uma sociedade traçando as fases da sua evolução”*.

Com estas reflexões, concluímos este ensaio que incidiu sobre a terra alargada de “Leirena”, o sistema geográfico e o homem, responsável pela diversidade de modelos, de actores e de iniciativas, que assinalam a utilização dos recursos materiais e humanos e o ordenamento social e territorial deste espaço.

BIBLIOGRAFIA

A.D.L.E.I., 4º Congresso - *Região de Leiria: inovação e oportunidades*. Leiria, Associação para o Desenvolvimento de Leiria, 2007.

A.M.A.E., *Alta Estremadura*. Leiria, Associação de Municípios da Alta Estremadura, 2000.

ABLER R., ADAMS J. S., GOULD P., *Spatial organization: the geographer's view of the world*. London, Prentice-Hall International, 1972.

ABREU, A. Barbosa, "Escalonamento urbano do continente português". in: *Análise Social*. 7-8, pp. 574-598, 1964.

ALARCÃO, Alberto, "Êxodo rural e atracção urbana do Continente". in: *Análise Social*. 7-8, pp. 511-573, 1964.

ALBERGARIA, Henrique, "A dinâmica populacional das cidades do continente português". in: *Revista de Estatística*. Lisboa, INE pp. 46-66, 2º Quadrimestre de 1999.

ALBUQUERQUE, J. Pina Manique, "Divisão regional do Continente português". Separata da Revista "*Agricultura*", nº 9 – Jan./Março, 1961.

ANDRÉ, José Nunes, *Morfologia litoral da área compreendida entre o Cabo Mondego e S. Pedro de Moel*. Coimbra, Universidade de Coimbra. 1996 (Dissertação de Mestrado – Políopiado),

ANDRÉ, J.N., CORDEIRO, M.F.N., *Percurso ambiental-geobotânico da lagoa da Ervideira a S. Pedro de Moel (Matas Nacionais do Pedrógão e de Leiria)*. Leiria; Ed. Câmara Municipal, 1999.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Figueira da Foz - contributo para o seu conhecimento geográfico*. Lisboa, Faculdade de Letras, 1972 (Dissertação de Licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Policopiado).

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1983 (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Universidade de Aveiro – Publicada em livro, edição da ADERAV - 1983).

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.b (Biblioteca Breve, nº 79).

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Atlas da emigração portuguesa*. Porto, Secretaria de Estado da Emigração/Centro de Estudos, 1985.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A evolução demográfica da população portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.b (Biblioteca Breve, nº 93).

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Portugal: perfil geográfico e social*. Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Ensaio tipológico dos movimentos migratórios portugueses*. Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos, 1987.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Análise social da educação*. Leiria, Roble Edições, 1991.

ARROTEIA, Jorge, "Contributo para a elaboração de uma tipologia do sistemas educativos". in: ARROTEIA, MEURIS, 1993, pp. 11-35 e 1993.

ARROTEIA, J., MEURIS, G., *Estudos em Educação Comparada*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1993 (Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação, nº 8).

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *O turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1994.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *O ensino superior em Portugal*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1996.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Análise social e acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1999.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, "Contributos para análise do ensino superior como factor de desenvolvimento regional". in: *Ensino, Empresas e Território (Actas do IV Encontro Nacional da APDR)*. Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 51-59, 1999.b.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Território, povoamento e sociedade: estudo monográfico (Monte Redondo)*. Aveiro, Universidade de Aveiro / U.I. - C.C.P.S.F., 2000.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Leiria: ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2002.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *O ensino superior politécnico em Portugal*. Aveiro/Viseu, Universidade de Aveiro/Instituto Politécnico de Viseu, 2002.b.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Educação e desenvolvimento*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2008.

BAILLY, Antoine, BEGUIN, Hubert, *Introduction à la géographie humaine*. Paris, Armand Colin, 1996.

BAILLY, Antoine e FERRAS, Robert, *Éléments d'épistémologie de la géographie*. Paris, Armand Colin, 1997.

BAPTISTA, J. M., MONIZ, F. J. C., *Migrações internas. Algumas observações a partir dos fluxos inter-regionais no período de 1973-1981*. Lisboa, Instituto de Análise, Conjuntura e Estudos de Planeamento, 1985 (Estudos Urbanos e Regionais, nº 34).

BARBOSA, Pedro Gomes, *Documentos, lugares e homens: estudos de História Medieval*. Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

BARRETO, António - Org., *A situação social em Portugal, 1960-1999 - II: Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.

BAUD, P., BOURGEAT, S., BRAS, C., *Dictionnaire de géographie*. Paris, Hatier, 1997.

BERNARDES, Joaquim O. S., *Leiria no século XIX. Aspectos económicos*. Leiria, Assembleia Distrital, 1981.

BERNARDES, João Pedro, "Collipo - Municipium Romano da Lusitânia". in: *III Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 45-72 (I), 1999.

BIROU, Alain, *Dicionário das ciências sociais*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978 (4ª Ed.).

BIROT, Pierre, *Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

BLACHE, Vidal de la, *Princípios de geografia humana*. Lisboa, Edições Cosmos, 1954.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C., *Les Héritiers : les étudiants et la culture*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1964.

BRITO, Raquel Soeiro - Coord., *Países, povos e continentes - Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.

BRUNDTLAND, Gro H., *Our common future*. New York, ONU, 1987.

C.E.P., *Área de influência de Leiria*. Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento, 1974 (Estudos Urbanos e Regionais, nº 3).

C.E.P., *Áreas de influência dos centros urbanos (fluxos rodoviários, transportes de passageiros)*. Vol. II. Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento, 1978 (Estudo nº 14).

C.C.R.C., *Níveis de acessibilidade na Região Centro*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980.

C.C.R.C., *A Região Centro: caracterização e perspectivas de desenvolvimento*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1981.

C.C.R.C., *Agrupamento de concelhos: hierarquia de centros e áreas de influência*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.

C.C.R.C., *Diagnóstico prospetivo da Região Centro*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998 (Policopiado).

C.M.L., *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, 1991.

C.M.L., *II Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1995.

C.M.L., *III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1999.

C. N. E., *A educação em Portugal no horizonte dos anos 2000*. Lisboa, Conselho Nacional de Educação, 1992.

CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria*. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, 1993 (III Vols.).

CAETANO, Marcelo, *As Cortes de Leiria de 1254*. Lisboa, Edições Colibri, 1954 (Edição comemorativa do VII Centenário, em 2004)

CALDAS, Eugénio C., LOUREIRO, Manuel S., *Regiões homogéneas no continente português (Primeiro ensaio de delimitação)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro de Estudos de Economia Agrária, 1966.

CAMPAR, A., GAMA, A., CUNHA, L, et al., *A bacia hidrográfica do rio Lis: contributo para o estudo da organização do espaço e dos problemas de ambiente*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989.

CARDOSO, Orlando, “Eça de Queiroz – administrador do concelho de Leiria”. in: *História*, nº 32, pp. 24-35, Junho 1981.

CARNEIRO, Roberto, *Educação e emprego em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (Vol V de: *Portugal - os próximos 20 anos*).

CARREIRA, Adélia Maria C., “Valores estético-urbanísticos de Leiria Setecentista”. in: *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, pp. 85-94, 1995.

CARRILHO M. J., GONÇALVES, C., “Dinâmicas territoriais do envelhecimento: Análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001”, *Revista de Estudos Demográficos*. 36, pp. 175-191, 2004.

CAVACO, Carminda, “A Agricultura a tempo parcial como factor de estabilidade e de paz social em Portugal”. In *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XX, nº 39, pp. 47-107, 1995.

CASA do Distrito de Leiria (Org.), *Segundo Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Leiria, Casa do Distrito de Leiria, 1950.

CASTRO, Armando, “Leiria e a sua região no processo histórico português”. in: *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, 1991, pp. 295-339

CASTRO, Eduardo Anselmo M. F., *Assimetrias regionais de desenvolvimento e capacidade inovativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1994 (Tese de Doutoramento – Policopiado).

CLAVAL, Paul, *Geografia do homem: cultura-economia-sociedade*. Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

CLAVAL, Paul, *Épistémologie de la géographie*. Paris, Nathan Université, 2001.

CLOZIER, René, *As etapas da Geografia*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1950.

COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1978.

COELHO, José Dias, *Leiria entre 1920 e 1940: sociabilidade e vida quotidiana*. Leiria, Edições Magno e Livraria Martins, 1999.

CONGRESSO NACIONAL de TURISMO, *Portugal 1911/1986: 75 anos de Turismo – Documentos*. Lisboa, Comissão Executiva do Ano do Jubileu do Turismo Português/Secretaria de Estado do Turismo, 1986.

COSTA, Américo, *Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto, Livraria Civilização, 1929-1949 (XII Vols.).

COSTA J. S., *Compêndio de economia regional*. Coimbra, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 2002.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Leiria*. Lisboa, Editorial Presença, 1988 (Col. Cidades e Vilas de Portugal).

COSTA, M. S., NEVES, J. P., *As autarquias locais e desenvolvimento*. Porto, Edições Afrontamento, 1993.

COSTA, M. S., NEVES, J. P., “Uma visão interdisciplinar do Poder Local: da abordagem histórica e político-administrativa à abordagem sociológica”. in: *Cadernos de Estudos Municipais*. Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1995.

COX, Kevin, *Man, Location and Behavior - an introduction to Human Geography*. New York, John Wiley & Sons, Inc., 1972.

CRISTINO, Luciano Coelho, “A Vila de Leiria em 1385”. in: *Jornadas sobre Portugal Medieval*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 171-220, 1983.

CRISTINO, Luciano Coelho, “Para a história do mosaico romano ‘Orfeu I’ de Maceira. in: *II Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 179-201 (I), 1995.

CRUZ, Carlos Manuel S., *O Pinhal de Leiria: sua importância na economia local*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995.

CUNHA, L., ALARCÃO, A., PAIVA, J., *O Oppidum de Conímbriga e as terras de Sicó*. Conímbriga, Centro de Formação de Professores de Conímbriga, 1996.

CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, "O Paleolítico no vale do Lis". in: *II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 97-139 (I), 1995.

D.G.O.T.D.U., *Sistema urbano nacional – rede complementar*. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002.

DAVEAU, Suzanne, *Portugal geográfico*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1998.

DELORS, Jacques et al., *Educação, um tesouro a descobrir – Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto, Edições ASA, 1996.

DERRUAU, Max, *Précis de géographie humaine*. Paris, Armand Colin, 1967.

DIAS, João José A., *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996 (II Vol.).

DINIS, P. A., "Síntese de evolução geomorfológica da área vestibular do Rio Lis". in: *Cadernos de Geografia*. 18, pp. 151-158, 1999.

DIONÍSIO, Sant'Anna, *Guia de Portugal. II – Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927.

DOLLFUS, Olivier, *L'espace géographique*. Paris, Presses Universitaires de France (Que sais-je ?, 1390), 1973.

DUMAZEDIER, Joffre, *Vers une civilisation du loisir?*. Paris, Éditions du Seuil, 1962 (Col. Points, 29).

DURKHEIM, Émile, *Éducation et Sociologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1980.

ELYSEU, José das Neves Gomes, *Esboço histórico do concelho de Villa Nova de Ourem*. Lisboa, Typographia Universal, 1868.

ENCARNAÇÃO, José d', "Pelo nome os conhecereis (Subsídios para o estudo da população romana da região de Leiria)". in: *II Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 141-149 (I), 1995.

EUSÉBIO, Joaquim, *Pombal: 8 séculos de história*. Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 1997.

FADIGAS, Leonel, *Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem*. Lisboa, Edições Sílabo, 2007.

FERNANDES, António T., *Os fenómenos políticos: sociologia do poder*. Porto, Edições Afrontamento, 1988.

FERRO, Gaetano, *Sociedade humana e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

FIGUEIREDO, António J. Ferreira, *Padrões de povoamento antigo na Alta Estremadura*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1998 (Dissertação de Mestrado – Policopiado).

FIGUEIREDO, Ernesto V. S., *Portugal: que regiões?* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

FILIPPE, Alda M. Mourão, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria (1836-1914)*. Coimbra, Universidade de Coimbra/FLUC, 2000 (Tese de Doutoramento – Policopiado).

FRIEDMAN, Thomas, *O mundo é plano – uma história breve do século XXI*. Lisboa, Actual Editora, 2005.

FURRIEL, Francisco Jorge, *Da pré-história à actualidade: monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós, Câmara Municipal de Porto de Mós, 2003 (III Vols.).

GALEGO, Júlia, DAVEAU, Susanne, *O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.

GASPAR, Jorge, *A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1972.

GASPAR, Jorge, *Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/U.L./, 1972.b (Projecto de investigação – Policopiado)

GASPAR, Jorge, *Ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências*. Vol I de: "*Portugal: os próximos 20 anos*". Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

GASPAR, Jorge - Coord., *Portugal moderno – Geografia*. Lisboa, POMO – Edições Portugal Moderno, 1992.

GASPAR, Jorge, *As regiões portuguesas*. Lisboa, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional/M.P.A.T., 1993.

GAZENEUVE, Jean, VITOROFF, David, *Dicionário de Sociologia*. Lisboa, Verbo, 1982.

GEORGE, Pierre, *Panorama du monde actuel*. Paris, P.U.F., 1965 (Col. Magellan).

GEORGE, P., GUGLIELMO, R., LACOSTE, Y. et al., *A Geografia ativa*. São Paulo, Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

GEORGE, Pierre, *Géographie Sociale du monde*. Paris, Presses Universitaires de France, 1970 (Que sais-je ?, n° 197).

GEORGE, Pierre, *Sociologie et Géographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

GEORGE, Pierre, *Les migrations internationales*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.

GEORGE, Pierre, "Sociologia geográfica". in: GURVITCH, pp. 347-373, 1977.

GEORGE, Pierre, "Geografia Humana". in: GAZENEUVE, VITOROFF, pp. 172-182, 1982.

GIACOBBI M., ROUX J. P., *Initiation à la Sociologie*. Paris, Hatier, 1990.

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Esboço de uma carta regional de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933 (2ª Ed.).

GIRÃO, A. de Amorim, *Geografia de Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1941.

GIRÃO, A. A., VELHO, Fernanda O. Lopes, *Migrações internas (1890-1940)*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1948.

GIRARD, Alain, "A demografia". in: GAZENEUVE, VITOROFF, pp. 133-158, 1982.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Um projecto para Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1979.

GOMES, Paulino, *Leiria: a terra e o tempo*. Matosinhos, Minha Terra, 1998.

GOMES, Saul António, "A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria medieval". in: *A cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa, Universidade Aberta, pp. 81-112, 1993.

GOMES, Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1995 e 2004 (2ª Ed.).

GOMES, Saul António, "Sobre a fundação undecentista de Leiria". in: *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 205-251 (I), 1995.b.

GOMES, Saul António, *Vésperas Batalhinhas: estudos de História de Arte*. Leiria, Edições Magno, 1997.

GOMES, Saul António, "A industrialização da Alta-Estremadura no final do antigo regime - breves notas de investigação". in: *Revista Portuguesa de História*. XXXII, pp. 225-241, 1997-1998.

GOMES, Saul António (2002) - *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002 (II Vols.).

GOMES, Saul António, *Porto de Mós: colectânea histórica e documental*. Porto de Mós, Município de Porto de Mós, 2005.

GOMES, Saul António, *A região de Leiria: património, identidade e história*. Leiria, Centro da Património da Estremadura, 2007.

GÓMEZ, J. A. Caride, *Las fronteras de la Pedagogía Social*. Barcelona, Gedisa Editorial, 2004.

GONÇALVES, Iria, “Notas de demografia regional: a Comarca de Leiria em 1537”. in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 4ª série, pp. 405-454, 1976-1977.

GRAÇA, Luís Maria P. S., *Mandato e civilidade*. Setúbal, Governo Civil de Setúbal, 1992.

GRILO, E. M., PEDRO, M. E. S., SOARES, M. C., et al., *Desenvolvimento dos recursos humanos em Portugal: cenários até 2005*. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento/Ministério da Educação e Cultura, 1987.

GUICHARD, François, *Géographie du Portugal*. Paris, Masson, 1990.

GURVITCH, Georges, *Tratado de Sociologia*. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1977.

GURVITCH, Georges, *A vocação actual da sociologia*. Lisboa, Edições Cosmos, 1979.

HAAG, D., *Pour le droit à l'éducation: quelle gestion*. Paris, I.I.P.E./Unesco, 1981.

HAGGETT, P., *Análisis locacional en la Geografía Humana*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili S.A., 1976.

I.N.E., *Recenseamento agrícola - Continente (1979): Distrito de Leiria*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1979.

I.N.E., *Dinâmicas e padrões territoriais do continente português*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2000.

I.N.E., *Anuário estatístico da Região Centro - 2000*. Coimbra, Instituto Nacional de Estatística/Direcção Regional do Centro, 2001.

I.N.E./C.E., *Portugal - Retrato das regiões*. Lisboa/Luxemburgo, Instituto Nacional de Estatística/Comunidades Europeias, 1998.

I.P.L., *O impacto económico do Instituto Politécnico de Leiria na região*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2000.

I.P.L., *Plano Estratégico de Desenvolvimento” do Instituto Politécnico de Leiria 2001-2006*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2001.

I.P.L., *I Congresso de Turismo*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2001.

ISNARD, Hildebert, *O espaço geográfico*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

JORNAL DE LEIRIA, *Distrito de Leiria - Ecos do século XX*. Leiria, Jorlis, 2000.

LACOSTE, Yves, *Géographie du sous-développement*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

LACOSTE, Yves, *A Geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

LANQUAR, Robert, *Sociologie du tourisme e des voyages*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985 (Que sais-je? 2213).

LANQUAR, Robert, *Le tourisme international*. Paris, Presses Universitaires de France, 1989 (Que sais-je? 1694).

LAUTENSACH, Hermann, *Geografía de España y Portugal*. Barcelona, Editorial Vicens-Vives, 1967.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo B. Pinho, *Portugal antigo e moderno*. Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1873-1890 (XII Vols.).

LEWIS, Arthur W., *The theory of economic growth*. Londres, George Allen and Unwin Ltd., 1955.

LIMA, Baptista de, *Terras portuguesas: arquivo histórico-corográfico ou corografia histórica portuguesa*. Póvoa de Varzim, Tipografia Camões Editora, 1932-1941 (VIII Vols.).

LOPES, A. Simões, *As funções económicas dos pequenos centros*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Economia e Finanças, 1971.

LOPES A. Simões, "Planeamento regional e urbano: concepção e operacionalidade numa óptica de sistema". in: *Economia e Sociologia*. Vol 14, 1973.

LOPES, A Simões, *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987 e 1995.

LOPES, R., "As autarquias nas encruzilhadas do desenvolvimento". in: COSTA et al., pp. 187-204, 1993.

LÓPEZ, F. Sanchez, DIÉGUES, V. Cabero, *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1994.

LOUREIRO, Adolpho, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

LOURENÇO, Fausto M., *O rio Lis*. Marinha Grande, Ed. do Autor, 1993.

LOURENÇO, Nelson, *Família rural e indústria*. Lisboa, Fragmentos, 1991.

LOZATO-GIOTART, Jean Pierre, *Géographie du tourisme*. Paris, Masson, 1989.

MACEDO, D. António da Costa de S., *Estatística do Distrito Administrativo de Leiria*. Leiria, Typographia Leiriense, 1855.

MARGARIDO, Ana Paula, *Leiria. História e morfologia urbana*. Leiria, Edição da Câmara Municipal, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores, 1976 (II Vols.).

MARQUES, Emília M., *Vidas passadas Obras presentes*. Marinha Grande, Câmara Municipal de Marinha Grande, 1996 (Exposição documental e bibliográfica).

MARQUES, Teresa Sá - Coord., *Sistema urbano nacional - rede complementar*. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002.

MARQUES, Teresa Sá, *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*. Porto, Afrontamento, 2004.

MARTINS, Alfredo Fernandes, *Le Centre littoral et le massif calcaire d'Estremadura*. Lisboa, Union Géographique Internationale/Congrès International de Géographie, 1949 (Livre Guide).

MARTINS, A. Fernandes, *Maciço calcáreo estremenho*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.b.

MARTINS, Oliveira, *Fomento rural e emigração*. Lisboa, Livros Horizonte, 1956.

MARTINS, A., ARROTEIA, J., GONÇALVES, M., *Sistemas de (des)emprego: trajetórias de inserção*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2002.

MARTONNE, Emmanuel de, *Panorama da geografia*. Lisboa, Edições Cosmos, 1953.

McLEAN, Iain, *The concise dictionary of Politics*. Oxford, Oxford University Press, 1996.

MENDES, José Amado, "O património industrial como componente da história local". in: *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, pp. 365-375, 1991.

MENDES, José M. Amado, *História da Marinha Grande: introdução e perspectivas*. Marinha Grande, Câmara Municipal da Marinha Grande, 1993.

MENDES, A. J., CANADAS, N., MARQUES, J.P et al. - Coord., *O impacto económico do Instituto Politécnico de Leiria na região*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2000.

MENDRAS, H., FORSE, M., *Le changement social*. Paris, Armand Colin, 1983.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *Portugal: esboço breve de Geografia Humana*. Lisboa, Prelo, 1978 (2ª Ed.).

MINSHULL, Roger, *Regional Geography - theory and practice*. London, Hutchinson University Library, 1967.

MORAIS, J. Custódio de, "Geologia e Geografia da região do Pinhal de Leiria". in: *Memórias e Notícias do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*. Coimbra, nº 9, 1936.

MOREIRA, Carlos Diogo, *Populações marítimas em Portugal*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987.

MOREIRA, Maria Luz, OLIVEIRA, Vera, *ACILIS 100 anos*. Leiria, Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós, 2002.

MOZZICAFREDO, J., "Estratégias políticas de desenvolvimento local". in: COSTA et al., pp. 77-102, 1993.

NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença, 1988.

NAZARETH, J. Manuel, *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. Vol. III de: *Portugal: Os próximos 20 anos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.b.

NAZARETH, J. Manuel, "Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico de Portugal no contexto da União Europeia até ao ano 2050". in: *População e Sociedade*. Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 5, pp. 5-23, 1995.

NEVES, Baeta, "Da origem do Pinhal de Leira". in: *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 329-333 (I), 1995.

NUNES, A. S., "Portugal, sociedade dualista em evolução". in: *Análise Social*. 7-8, pp. 407-462, 1964.

NÚÑEZ, Violeta, *La educación en tiempos de incertidumbre: las apuestas de la Pedagogía Social*. Barcelona, Gedisa Editorial, 2002.

OLIVEIRA, A. C., "Autarquias locais e desenvolvimento: novos e importantes desafios". in: COSTA et al., pp. 17-26, 1993.

OLIVEIRA, Elsa, "Pinhal Litoral: uma caracterização estatística". in: *Cadernos Regionais*. Coimbra, INE /Direcção Regional do Centro, pp. 67-95, 2003.

OLIVEIRA, José Manuel P. - Coord., *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

PACHECO, Hélder - Coord., *Leiria: coração de Portugal*. Porto, Lema-Cultura e Divulgação Regional, 1991.

PAULINO, Gomes - Coord., *Leiria: a terra e o tempo*. Porto, Edições ASA, 1998.

PERES, Damião, *História de Portugal*. Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1939 (VIII Vols.).

PERRoux, François, "Actividade económica e ciência económica". in: GAZENEUVE e VICTOROFF, pp. 10-72, 1982.

PERRoux, F., *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PÉRY, Gerard, *Geografia e Estatística do Reino de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

PHILIPPONEAU, Michel, *Geografia e acção*. Lisboa, Edições Cosmos, 1964.

PINA, Paulo, *Portugal, o turismo no século XX*. Lisboa, Lucidus, 1988.

P.N.U.D., *Human development repport 2003*. New York, United Nations Development Programme, 2003.

P.N.U.D. *Relatório do desenvolvimento humano 2004*. New York, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2004.

PINTO, A. Arala, *O Pinhal do Rei: subsídios*. Marinha Grande, 1938-1939 (II Vols).

PORTER M., *A vantagem competitiva das nações*. São Paulo, Editora Campus, 1990.

PRESSAT, Roland, *Démographie sociale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1978.

QUADROS, António, "O impacto do turismo na sociedade portuguesa". in: *Congresso Nacional de Turismo*, pp. 23-27, 1986.

QUEIROZ, Eça de, *O crime do Padre Amaro*. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2008.

QUINTANA-CABANAS, *Sociologia de la educacion*. Madrid, Dykinson, 1989.

RAMOS, Luciano Justo, *Leiria, estudo toponímico*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1970.

RAMOS, Luciano Justo, *Castelo de Porto de Mós: estudo histórico*. Porto de Mós, Câmara Municipal de Porto de Mós, 1971.

RASSEKH, S. e VAIDEANU, G., *Les contenus de l'éducation*. Paris, Unesco, 1987.

RESENDE, André de, *As antiguidades da Lusitânia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 (Original: 1593)

RIBEIRO, Darcy, *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. Petrópolis, Editora Vozes, 1983.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal - tomo V de: Geografia de España y Portugal*. Barcelona, Montaner y Simon, 1955.

RIBEIRO, Orlando, *Atitude e explicação em Geografia Humana*. Porto, Galaica, 1960.

RIBEIRO, Orlando, *Geografia e civilização: temas portugueses*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1961.

RIBEIRO, Orlando, *Problemas da Universidade*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1964.

RIBEIRO, Orlando *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1967 (3ª edição).

RIBEIRO, Orlando *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1970.

RIBEIRO, Orlando, *Variações sobre temas de Ciência*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1970.b.

RIBEIRO, Orlando, *Geografia Humana - programa analítico e lições exemplificativas*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1973-1974 (Policopiado).

RIBEIRO, Orlando, *Introduções geográficas à história de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977.

RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989-1995 (VI Volumes).

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S., *Geografia de Portugal*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1989-1995 (IV Volumes).

RIVIÈRE, Claude, "A mudança social". in: GAZENEUVE, VITOROFF, pp. 421-439, 1982.

ROBIC, M.-C., MENDIBIL, D., GOSME, C. et al., *Couvrir le Monde - un grand XXe siècle de géographie française*. Paris, ADPF/Ministère des Affaires Étrangères, 2006.

RODRIGUES, Maria de Fátima, *Fátima : problemas geográficos de um centro de peregrinação*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1974.

RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa, Publicações Europa-América/Associação Industrial Portuense, 1999.

ROSTOW W., *The stages of economic growth*. Cambridge, University Press, 1960.

RUIVO, José da Silva, "Moedas romanas do Museu de Leiria". in: *II Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 159-177 (I), 1995.

S.E.A.R.L., *Livro branco sobre a regionalização (Anexos)*. Lisboa, S.E.A.R.L./Ministério da Administração Interna, 1980-1981 (II Vols).

S.E.F. (2006) - *Relatório de actividades*. Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2006.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma Geografia Urbana* Porto, Edições Afrontamento, 1992.

SÁNCHEZ-LÓPEZ; F., C. DIEGUEZ, V., M. HERNÁNDEZ - Coord., *Frontera y desarrollo: el Programa Transfronterizo de España y Portugal (Jornadas de Estúdio)*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1993.

SANTA-RITA, Gonçalo, *Portugal: a expressão da paisagem*. Lisboa, Direcção Geral da Divulgação, 1982.

SANTO, Moisés Espírito, *Origens orientais da religião popular portuguesa*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1988.

SANTOS, José António, *Poder local: antologia*. Lisboa, Mosaico, 1988.

SANTOS, Maria Luísa F., *A bacia do rio Lis (Estudo do seu aproveitamento)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964 (Dissertação de Licenciatura – Policopiado).

SANTOS, Maria Graça Poças, *Espiritualidade. Turismo e território*. Estoril, Principia Editores, 2006.

SANTOS, Maria Luísa F. S., *A bacia do Lis (Estudo do seu aproveitamento)*. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1988 (Dissertação de Licenciatura em Geografia – Policopiado).

SARAIVA, José, *Leiria, breve estudo crítico das suas origens e notícia histórica, archeológica e artística*. Porto, Litografia Nacional-Edições, 1929.

SARAIVA, José Hermano, “A história de Leiria”. in: *Guia Expresso das Cidades e Vilas históricas de Portugal* (Fasc. 14: Leiria, Alcobaça e Batalha). Lisboa, Semanário ‘Expresso’, pp. 3-4, 1996.

SANYAL, B., "Le développement technologique et ses conséquences sur l'enseignement supérieur". in: *Nouvelles tendances dans l'enseignement supérieur*. Paris, I.I.P.E. /Unesco, 1988.

SERRÃO, J. Veríssimo, *A população de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Uma estimativa da população portuguesa em 1640”. in: *Memórias da Academia das Ciências*. Vol XVI, pp. 213-303, 1975.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1977-2001 (XIV Vols.).

SERRÃO, Joel, *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1989 (VI Vols.).

SILVA, João Albino, *O turismo em Portugal – uma análise de integração micro-económica*. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1991 (Tese de Doutoramento – Policopiado).

SILVA, Carlos, ALARCÃO, Alberto, CARDOSO, António P. Lopes, *A região a oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1961.

SILVA, Jorge - Coord., *Guia para a elaboração de planos estratégicos de cidades médias*. Lisboa, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1996.

SILVA, José Amado - Coord., *Caracterização económica e social da região do distrito de Leiria*. Leiria, NERLEI-Associação Empresarial da Região de Leiria, 2002.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, *Censos portugueses da primeira metade do século XIX*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL - Praxis, 2000.

SILVEIRA, Luis Nuno Espinha, *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

SIMÃO, J. V., COSTA, A. A., *O ensino politécnico em Portugal*. Lisboa, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, 2000.

SOUSA, Fernando Alberto P., *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1979 (Dissertação de Doutoramento - Policopiado).

SOUSA, Fernando, GONÇALVES, Silva, *Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real*. Vila Real, Governo Civil de Vila Real, 2002.

STAKE, Robert E., *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

STOR, W.B., "Interurban systems and regional economic development". in: *Desenvolvimento Regional*. Lisboa, Instituto Superior de Economia, 1974 (3º Caderno - Policopiado).

TEIXEIRA, C., Zbyszewski, G., *Carta geológica de Portugal - notícia explicativa da folha 23-C (Leiria)*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1968.

TEIXEIRA, C., Zbyszewski, G., *Carta geológica de Portugal - notícia explicativa da folha 23-A (Pombal)*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1978.

TOFFLER, Alvin, *A terceira vaga*. Lisboa, Livros do Brasil, 1984.

TORGA, Miguel, *Portugal*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1993.

TRIGAL, Lorenzo López, *Geografía humana de Castilla y León*. Barcelona, Oikos-Tau, 1987.

VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1942 (III Vol.).

VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1980 (II Vol.).

VELLAS, François, “O mercado internacional do turismo. Que futuro?” in: *Congresso Nacional de Turismo*. pp. 115-119, 1986.

VIEIRA, Afonso Lopes, *Antologia poética*. Lisboa, Guimarães Editores, 1996.

VIEIRA, Ricardo – Coord., *Pensar a região de Leiria (Actas do Congresso)*. Leiria, Escola Superior de Leiria e Edições Afrontamento, 2005.

WILLIS, Katie, *Theories and practices of development*. London, Routledge, 2007.

ZÚQUETE, Afonso, *Leiria: subsídios para a história da sua Diocese*. Leiria, Gráfica de Leiria, 1943.

Outras:

“O COUSEIRO” ou *Memórias do Bispado de Leiria*. Leiria, 1868 (2ª Ed. 1898).

Guia Expresso das Cidades e Vilas históricas de Portugal. Lisboa, Semanário ‘Expresso’, 1996 (Fasc. 14: Leiria, Alcobaça e Batalha).

Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria. Leiria, 1943.

Memórias Paroquiais de 1758. Leiria, Arquivo Distrital de Leiria – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Docs. Manuscritos).

Estatísticas (I.N.E.)

Recenseamento Geral da Agricultura de 1999. Lisboa, INE, 2001.

Recenseamentos da População – Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

INE (2004). Indicadores estatísticos gerais. População e condições sociais. Disponível em <http://www.ine.pt>

Cartografia

Carta Geológica de Portugal – 1/500.000. Lisboa, Direcção Geral de Minas – Serviços Geológicos.

Carta Hipsométrica de Portugal – 1/600.000. Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral.

Mapa Portugal 2008. Edição do “Expresso”.

Índice de Quadros

- I – Cidades e Vilas do Reino (1417)
- II – Numeramento de 1527: vilas e moradores (Comarca de Leiria)
- III – Cidades do Reino (1640)
- IV – Vilas do Reino (1640)
- V – Fogos e população, em 1732
- VI – Censo de Pina Manique (1798)
- VII – População na Estremadura (1801)
- VIII – Aglomerados populacionais
- IX – Censos de 1801 e 1849: total de fogos e de habitantes
- X – Desanexação das freguesias de Leiria (síntese)
- XI – Pinhal Litoral: evolução demográfica
- XXII – Pinhal Litoral: indicadores de situação
- XIII – Pinhal Litoral: crescimento populacional (1991-2001)
- XIV – Pinhal Litoral: indicadores demográficos (2001) – I
- XV – Pinhal Litoral: indicadores demográficos (2001) – II
- XVI – Indicadores de população por município (2006)
- XVII – População residente, segundo as migrações (relativamente a 1999/12/31, por concelho de residência actual em 2001/03/12)
- XVIII – Emigração oficial: 1955-1974
- XIX – Emigração oficial: 1955-1979
- XX – Comunidades portuguesas (2002)
- XXI – População imigrante, por distrito (2006)
- XXII – Pinhal Litoral: população estrangeira c/ estatuto de residente (2005)
- XXIII – Portugal: população estrangeira (2001)
- XXIV – População residente, por grupos etários (2001)
- XXV – Pinhal Litoral: população activa (2001)
- XXVI – Pinhal Litoral: grau de instrução da população (2001)
- XXVII – Pinhal Litoral: população residente por município e escalões de dimensão populacional (2001)
- XXIX – Pinhal Litoral: indicadores agrícolas (1999)
- XXX – Leiria: população activa
- XXXI – Actividade económica em concelhos do Pinhal Litoral
- XXXII – Pinhal Litoral: consumo de electricidade (1999)
- XXXIII – Pinhal Litoral: comércio internacional (1999)

- XXXIV – Pinhal Litoral: especialização concelhia
- XXXV – Taxa de crescimento dos principais centros urbanos da Região Centro
- XXXVI – População das cidades da Região Centro (1864 a 1991)
- XXXVII – Cidades do distrito de Leiria: indicadores vários
- XXXVIII – Indicadores de ‘centralidade’ urbana (2001)
- XXXIX – Origem dos alunos do IPL (2006)

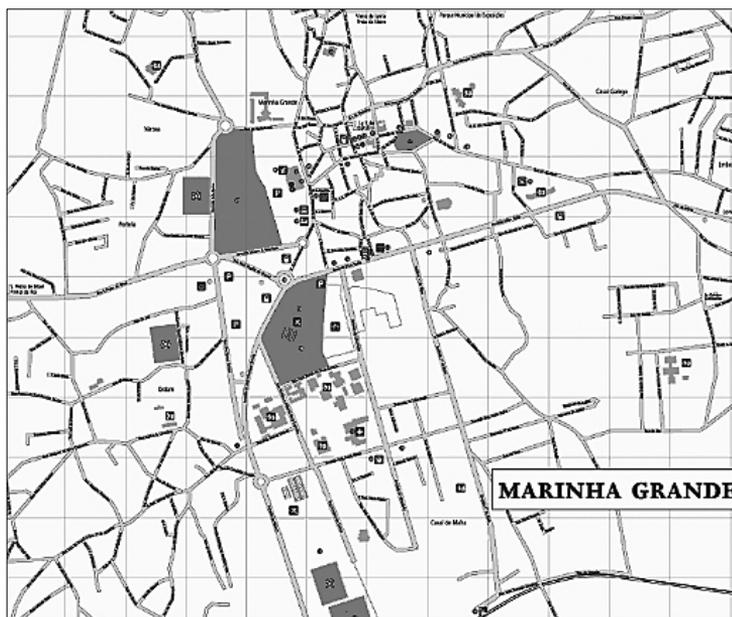
Índice de Figuras

- 1 - Mapa da região
- 2 - Mapa geológico
- 3 - Mapa hipsométrico
- 4 - Limites do concelho de Leiria, de 1142 a 1200
- 5 - Mapa administrativo do Distrito de Leiria
- 6 - Divisão eclesiástica do concelho de Leiria, nos séculos XIV e XV
- 7 - NUTIII - Pinhal Litoral
- 8 - Pinhal Litoral: total de famílias - 1991 e 2001
- 9 - Pinhal Litoral: população residente (2001)
- 10 - Pinhal Litoral: diferença de população (1991-2001)
- 11 - Pinhal Litoral: saldo natural e saldo migratório (1991-2001)
- 12 - Emigração legal por distritos: 1950-1998
- 13 - Cidadãos estrangeiros c/ estatuto de residência por áreas de origem (2001)
- 14 - Portugal: pirâmides etárias (1991 e 2001)
- 15 - Pinhal Litoral: população residente, por grupos funcionais (2001)
- 16 - Pinhal Litoral: pirâmides etárias (1991 e 2001)
- 17 - Pinhal Litoral: alunos matriculados (2004-2005)
- 18 - Pinhal Litoral: densidade demográfica (2004)
- 19 - Pinhal Litoral: população em lugares com mais de 10.000 hab. (%) - 2001
- 20 - Pinhal Litoral: população em lugares até 2.000 hab. (%) - 2001
- 21 - Área territorial da Região de Turismo Leiria-Fátima
- 22 - Região de Turismo Leiria/Fátima: dormidas por nacionalidades
- 23 - Região de Turismo Leiria/Fátima: dormidas por concelhos
- 24 - Estrutura do centro urbano de Leiria (séc. XV)
- 25 - A cidade de Leiria (1809)
- 26 - Estrutura do centro urbano de Leiria (limites)
- 27 - Planta da cidade de Leiria (2001)
- 28 - Área de influência de Leiria

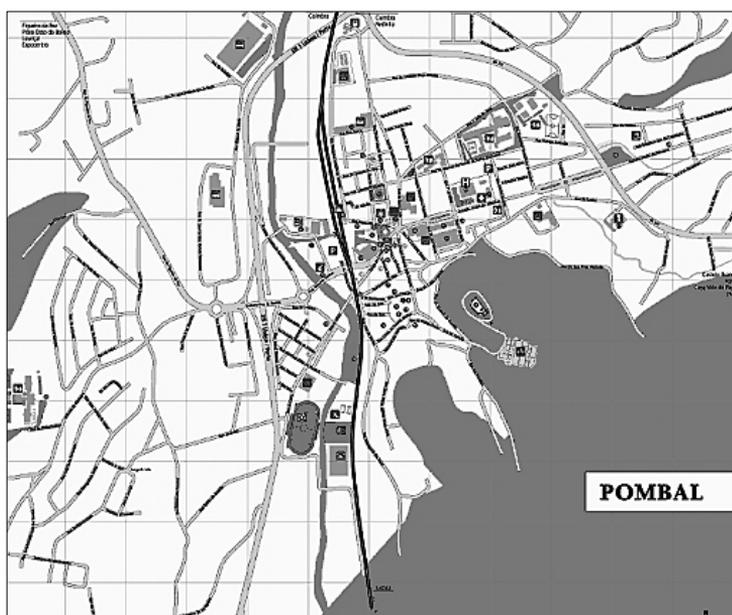
Anexos:

- 1 - Planta da cidade de Marinha Grande (2001)
- 2 - Planta da cidade de Pombal (2001)
- 3 - Planta da Batalha (2001)
- 4 - Planta de Porto de Mós (2001)

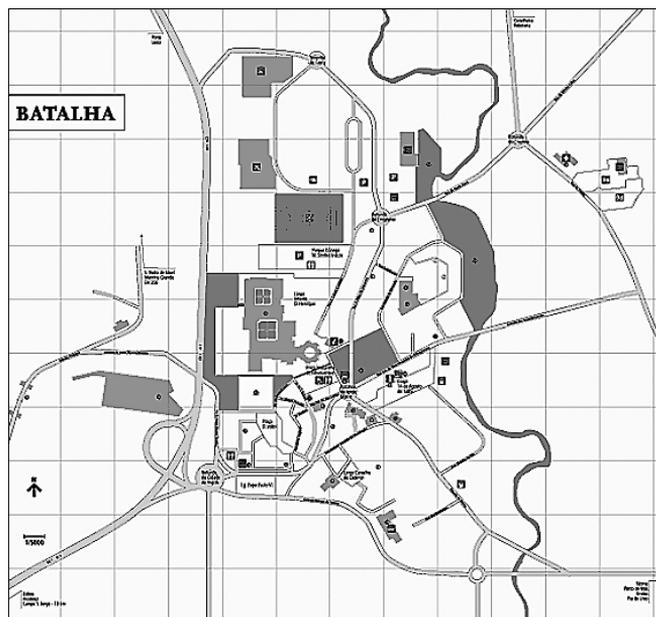
Anexo 1 – Planta da cidade de Marinha Grande (2001)



Anexo 2 – Planta da cidade de Pombal (2001)



Anexo 3 – Planta da Batalha (2001)



Anexo 4 – Planta de Porto de Mós



Testemunhos de vária natureza confirmam uma presença humana muito antiga no território situado entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Mondego. Factores de natureza geográfica identificam-no como uma área de transição entre civilizações distintas: a atlântica, mais setentrional, e a mediterrânica, a sul, separadas por traços naturais, humanos e culturais diferenciados. O espaço em análise coincide com a NUT III do Pinhal Litoral e apresenta singularidades que resultam do processo histórico da Reconquista e da ocupação humana posterior, aliadas a factores modernos e contemporâneos relacionados com o desenvolvimento local e regional, que ditaram a construção de uma rede povoamento rural e urbano alicerçada em actividades económicas bastante diferenciadas. Conhecer os factores responsáveis pela construção do sistema geográfico e territorial e a evolução do povoamento na Estremadura Setentrional, isoladamente e nas suas relações com o todo nacional; analisar as dinâmicas demográficas, os seus movimentos e a estrutura da população; conhecer os processos locais de desenvolvimento que identificam a sociedade aqui residente e os novos contextos relacionados com a acção do ensino superior neste território, é o tema deste ensaio.

ISBN 978-898-8153-13-5

